

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Hilário José Menezes

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE
TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS
NA INTERFACE CAMPO - CIDADE**

Santa Maria, RS
2019

Hilário José Menezes

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE
TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS NA INTERFACE
CAMPO-CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração de Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, na linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Santa Maria, RS
2019

Menezes, Hilário José

O processo de territorialização do Movimento de
Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos na interface
campo - cidade / Hilário José Menezes.- 2019.

279 p.; 30 cm

Orientador: . Eduardo Schiavone Cardoso

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2019

1. Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por
Direitos 2. Movimentos Sociais 3. Territorialização 4.
Trabalho 5. Campo-Cidade I. Schiavone Cardoso, . Eduardo
II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, HILÁRIO JOSÉ MENEZES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Hilário José Menezes

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DAS
TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES POR
DIREITOS NA INTERFACE CAMPO-CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração de Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, na linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Geografia**.

Aprovado em 18/10/2019

Eduardo Schiavone Cardoso
(Presidente/Orientador), Dr. (UFSM)


César de David, Dr. (UFSM)


Benhur Pinós da Costa, Dr. (UFSM)


Jânio Laurentino de Jesus Santos, Dr. (UEFS)


Antonio Thomaz Junior, Dr. (UNESP)- Parecer

**Santa Maria, RS
2019**

DEDICATÓRIA

DEDICO esta tese: à minha esposa Célia Tanajura Machado, pelo companheirismo, e aos meus filhos Vinícius Hilário Tanajura Menezes e Gabriella Tanajura, por conduzirem, com suas vidas, nossas esperanças no futuro.

OFEREÇO às companheiras e aos companheiros do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD, por confiarem, a mim, grande parte das suas histórias de vida.

OS QUE LUTAM

Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.

Bertolt Brecht

AGRADECIMENTOS

A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.
Karl Marx

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso, pela orientação e presteza de estar sempre disposto a esclarecer as dúvidas pertinentes em tempo real, por passar quase todas as tardes na sala 1417, onde compus boa parte deste texto, o que possibilitou uma orientação diária e importantes diálogos no processo de execução da pesquisa. Tenho a certeza que, em você, além de um orientador, tenho um grande amigo.

Ao professor, Prof. Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos (UEFS), pela constante motivação e incentivo na continuidade da pesquisa no doutorado e por fazer parte desta minha jornada, enquanto professor e amigo, ao longo dos últimos doze anos, entre graduação e Pós-graduação. A você, o meu muito obrigado.

Ao Prof. Dr. Cesar de David (UFISM), pelas contribuições dadas durante o curso e na banca de qualificação junto com os professores Prof. Dr. Valdo Hermes de Lima Barcelos (UFISM); Prof. Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos (UEFS) e o Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior (UNESP), os quais ofereceram relevantes contribuições para que fosse possível concluir esta caminhada com o êxito pretendido.

Aos membros da banca de defesa pela disponibilidade e dedicação na avaliação e contribuições na finalização dessa tese Prof. Dr. Cesar de David (UFISM) Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa (UFISM); Prof. Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos, (UEFS), professor Dr. Antônio Thomaz Júnior, (UNESP).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), especialmente com os quais tive a oportunidade de cursar disciplinas, que contribuíram na consolidação da proposta do projeto, oferecendo elementos para a realização da pesquisa, a saber: Profa. Dra. Ana Estela Dominguez Sandoval, Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa, Profa. Dra. Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Prof. Dr. Cesar De David, Profa. Dra. Meri Lourdes Bezzi, Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso, Prof. Dr. Luis Fernando Pesce Guarnaschelli.

À Coordenação do PPGGEO, em nome do Prof. Dr. Romário Trentin e da secretária Fátima Liliane Fernandes Bonilla, pela dedicação e presteza.

Aos colegas do PPGGEO, com os quais tive oportunidade de compartilhar ideias e debates nas salas de aulas da UFSM, pelas diversas contribuições nas discussões e pela oportunidade de conviver, compartilhar e divergir nas ideias e nas propostas, em nome de Angelita Zimmermann, Ana Justina Ziegler, Arthur Breno Sturmer, Ivanio Folmer, Juliana Cristina Franz, Gustavo Herrmann e Thaimon da Silva Socoloski,

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), por terem me permitido ingressar no Doutorado, etapa importante da minha formação como professor de Geografia da Rede Estadual da Bahia e por todo apoio recebido durante o período em que estive vinculado a esta Instituição de Ensino Superior.

Aos companheiros Felipe Leindecker Monteblando, Valdir Skrzypczak e Edimar Rodrigo Rossetto e às companheiras Louise da Silveira e Ana Clarice Soares Hanaues. Como diz a canção: “Amigo é coisa pra se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração”. Vocês serão sempre os bons amigos que levarei no coração.

À grande amiga e companheira Kelly Perlin Cassol, um agradecimento especial estendido à sua família, a qual tive o prazer de conhecer, saudando fraternalmente seu pai, o amigo Giba, em nome do qual agradeço a toda a família e os amigos Vicente e Marinês, gente da melhor qualidade!

Agradeço, ainda, às companheiras e aos companheiros do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), por terem possibilitado a realização da pesquisa junto aos acampamentos e assentamentos do movimento na Bahia e no Rio Grande do Sul, e a todos aqueles que fazem parte do movimento e que, de alguma forma, ajudaram na realização dessa pesquisa.

Aos amigos Jari Pacheco, companheiro de pedaladas, que pelo vínculo que estabelecemos esteve presente na minha banca de qualificação, o que muito me honrou. Aos amigos Flávio Williges, Marta Nunes e Francisco Nunes Williges, em nome dos quais saúdo todos os amigos que fiz em terras gaúchas, pelo apoio e cumplicidade em tempos tão desafiadores.

À minha esposa e filhos, por terem me apoiado durante esta trajetória, possibilitando que o sonho de me tornar doutor fosse realizado.

Agradeço, ainda, à toda a minha família, em nome da minha mãe, Marinalva Alves de Sousa e da querida tia Maria Dilza Silva Souza (*in memoriam*), mulheres com as quais aprendi os valores morais e éticos com os quais construí a minha trajetória de vida.

À direção do Colégio Estadual Bolívar Santana, em nome da qual agradeço à Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC-BA) e ao Sindicato dos Trabalhadores em

Educação do Estado da Bahia (APLB-Sindicato), por terem criado as condições objetivas que me permitiram afastar das minhas atividades docentes, para realizar esta importante etapa de formação profissional.

INTERTEXTO

Bertolt Brecht

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro*

*Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário*

*Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável*

*Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei*

*Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.*

RESUMO

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS NA INTERFACE CAMPO-CIDADE

AUTOR: Hilário José Menezes

ORIENTADOR: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Esta tese tem como objetivo analisar as estratégias adotadas pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) para o processo de territorialização, na interface campo/cidade, no Estado do Rio Grande do Sul e no Estado da Bahia, por intermédio do estudo dos sujeitos sociais que compõem o movimento e suas formas de organização. Para tanto, analisa a ação do MTD, como movimento social, que luta por direitos, em especial por terra e trabalho, identifica a organização do MTD com base na história dos sujeitos sociais que compõem o movimento e traz um debate sobre o território, entendido enquanto um espaço dialético, resultante da ação do MTD. Dentre as várias áreas onde atua o movimento, priorizou-se, nesta pesquisa, a sua atuação no Rio Grande do Sul (municípios de Gravataí – Assentamento Portal dos Pinheiros – e Eldorado do Sul – Assentamento Belo Monte –) e na Bahia (município de Vitória da Conquista – Assentamento Zumbi dos Palmares, Assentamento Carlos Lamarca e Pré-Assentamento Dandara –). Os pressupostos metodológicos para a realização da pesquisa se baseiam no método crítico-dialético, em que a história de vida é utilizada para compreender o objeto de estudo. Como estratégia de estudo, a pesquisa empírica combinou técnicas como diário de campo, registro descritivo e entrevistas semiestruturadas para a produção dos dados e a análise considerou a organização dos sujeitos sociais diretamente atingidos pelo desemprego e pela falta de direitos sociais e trabalhistas e as relações antagônicas e contraditórias concernentes ao modelo econômico vigente, que exclui e expropria a classe trabalhadora. Nesse contexto, considerou-se o MTD enquanto um movimento social classista que busca organizar os expropriados na luta pela democratização do acesso à terra e ao trabalho. As estratégias utilizadas pelo MTD, junto com os trabalhadores, revelam ações exitosas e a conquista do território é o resultado concreto da luta por eles realizada no processo de produção de suas existências.

Palavras-chave: Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos; movimentos sociais; territorialização; trabalho; campo-cidade.

ABSTRACT

THE PROCESS OF TERRITORIALIZATION OF THE MOVEMENT OF WOMEN AND MEN WORKERS FOR RIGHTS AT THE FIELD-CITY INTERFACE

AUTHOR: Hilário José Menezes

ADVISOR: Dsc. Eduardo Schiavone Cardoso

This thesis purposes to analyze the strategies adopted by the Movement of Women and Men Workers for Rights (Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Desempregados (MTD)) for the process of territorialization, at the field/city interface, in the State of Rio Grande do Sul and the State of Bahia, through the study of the social subjects that make up the movement and their forms of organization. To this end, it analyses the action of the MTD as a social movement, which fights for rights, especially land and work, identifies the organization of the MTD based on the history of the social subjects that make up the movement and brings a debate about the territory, understood as a dialectic space, resulting from the action of the MTD. Among the various areas where the movement operates, this research has prioritized its activities in Rio Grande do Sul (municipalities of Gravataí – Portal dos Pinheiros Settlement – and Eldorado do Sul – Belo Monte Settlement –) and in Bahia (municipality of Vitória da Conquista - Zumbi dos Palmares Settlement, Carlos Lamarca Settlement and Dandara Pre-Settlement –). The methodological assumptions for conducting the research are based on the critical-dialectic method, in which life history is used to understand the object of the study. As a study strategy, the empirical research combined techniques such as field diary, descriptive recording and semi-structured interviews to produce the data, and the analysis considered the organization of social subjects directly affected by unemployment and the lack of social and labor rights, and the antagonistic and contradictory relations concerning the current economic model, which excludes and expropriates the working class. In this context, the MTD was considered as a class social movement that seeks to organize the expropriated in the struggle for democratization of access to land and work. The strategies used by the MTD, together with the workers, reveal successful actions and the conquest of territory is the concrete result of the struggle for them in the process of producing their existence.

Keywords: Movement of Workers for Rights (MTD); social movements; territorialization; work; city-field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| MAPA 1 – ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MTD NO BRASIL, 2018..... | 21 |
| MAPA 2 – ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MTD NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL, 2018 | 23 |
| MAPA 3 – ÁREA DE PESQUISA – ASSENTAMENTOS DO MTD, NOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, GRAVATAÍ E ELDORADO DO SUL – RS, 2018..... | 30 |
| MAPA 4 – ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS – GRAVATAÍ-RS (ANO 2000)..... | 143 |
| MAPA 5 – ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS – GRAVATAÍ-RS (ANO 2016)..... | 151 |
| FOTOGRAFIA 1 – ENTRADA DA ÁREA DO ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS (2017)..... | 152 |
| FOTOGRAFIA 2 – ENTRADA DO ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS..... | 154 |
| FOTOGRAFIA 3 – MILITANTES DO MTD NO ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS | 156 |
| FOTOGRAFIA 4 – ENTRADA DO ASSENTAMENTO BELO MONTE | 159 |
| MAPA 6 – ASSENTAMENTO BELO MONTE – ELDORADO DO SUL - RS | 160 |
| FOTOGRAFIA 5 – ÁREA DE PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO BELO MONTE – HORTA DE MARIA DA PENHA | 162 |
| FOTOGRAFIA 6 – OCUPAÇÃO AMÉRICA LATINA..... | 168 |
| FOTOGRAFIA 7 – ENTRADA DO ACAMPAMENTO AMÉRICA LATINA | 171 |
| MAPA 7 – ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES ANO 2018..... | 174 |
| FOTOGRAFIA 8 – FACHADA DA ESCOLA MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES | 176 |
| MAPA 8 – ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA | 181 |
| FOTOGRAFIA 9 – MORADIA DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA..... | 182 |
| FOTOGRAFIA 10 – MORADIA DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA..... | 182 |
| FOTOGRAFIA 11 – MORADIA DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA..... | 183 |
| FOTOGRAFIA 12 – MORADIA DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA..... | 183 |
| FOTOGRAFIA 13 – ESTRADA DE ACESSO AO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA..... | 185 |
| FOTOGRAFIA 14 – ESTRADA DE ACESSO AO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA – VITÓRIA DA CONQUISTA- BA..... | 186 |
| MAPA 9 – LOCALIZAÇÃO DO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA – VITÓRIA DA CONQUISTA-BA | 191 |
| FOTOGRAFIA 15 – PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE ENTRADA DO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA, A PARTIR DA BA 262, EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA | 192 |
| FOTOGRAFIA 16– PLACA IDENTIFICANDO A LOCALIZAÇÃO DA ENTRADA DO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA..... | 192 |
| FOTOGRAFIA 17 – MORADIA DA FAMÍLIA DE UM DOS ASSENTADOS NO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA..... | 194 |
| FOTOGRAFIA 18 – MORADIA DA FAMÍLIA DE UM DOS ASSENTADOS NO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA..... | 194 |

| | |
|--|-----|
| FOTOGRAFIA 19 – MORADIA DA FAMÍLIA DE UM DOS ASSENTADOS NO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA..... | 195 |
| FOTOGRAFIA 20 – ÁREA DE PLANTIO DO ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS | 211 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 – SÍNTESE DOS DADOS DOS SUJEITOS DA PESQUISA EMPÍRICA, POR ASSENTAMENTO, MUNICÍPIO E ESTADO..... | 31 |
|---|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 – SUJEITOS DA PESQUISA EMPÍRICA, POR ASSENTAMENTO, MUNICÍPIO E ESTADO | 32 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------------|---|
| Adusb – | Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia |
| APIB – | Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros |
| APLB – | Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia |
| BID – | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BM – | Banco Mundial |
| CAFF – | Centro Administrativo Fernando Ferrari |
| CEB – | Comunidades Eclesiais de Base |
| CMP – | Central de Movimentos Populares |
| COB – | Confederação Operária Boliviana |
| Cootracar – | Cooperativa de Trabalhadores Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis |
| CP – | Consulta Popular |
| CPM – | Central de Movimentos Populares |
| CPT – | Comissão Pastoral da Terra |
| CSN – | Companhia Siderúrgica Nacional |
| CUT – | Central Única dos Trabalhadores |
| Educampo – | Núcleo de Pesquisa e extensão em Educação do Campo |
| EPA – | Agência de Proteção Ambiental |
| EZLN – | Exército Zapatista de Libertação Nacional – |
| FMI – | Fundo Monetário Internacional |
| GM – | General Motors |
| IBGE – | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPTU – | Imposto Predial e Territorial Urbano |
| MAB – | Movimento dos Atingidos por Barragem |
| MAS – | Movimento ao Socialismo |
| MDS – | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MAST – | Movimento dos Agricultores Sem Terra |
| MEB – | Movimento de Educação de Base |
| MLT – | Movimento de Luta pela Terra |
| MLTS – | Movimento de Libertação dos Sem Terra |
| MMC – | Movimento das Mulheres Camponesas |

| | |
|-----------|--|
| MNCR – | Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis |
| MNLM – | Movimento Nacional de Luta pela Moradia |
| MOTU – | Movimento Organização dos Trabalhadores |
| MPA – | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST – | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MTD – | Movimento dos Trabalhadores Desempregados |
| MTD – | Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos |
| MTR – | Movimento dos Trabalhadores Rurais |
| MTST – | Movimento dos Trabalhadores Sem Teto |
| MVT – | Movimento Via do Trabalho |
| MML – | Movimento Mulheres em Luta |
| NMS – | Novos Movimentos Sociais |
| NPGeo – | Núcleo de Pós-graduação em Geografia |
| OSHA – | Administração de Saúde e Segurança Ocupacional |
| PDVSA – | Petróleo da Venezuela S.A |
| PMVC – | Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista |
| PRD – | Partido de la Revolución Democrática |
| PPGGEO – | Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM |
| PRRC – | Programa nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais |
| PT – | Partido dos Trabalhadores |
| SEC-BA – | Secretaria de Educação do Estado da Bahia |
| Sedai – | Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais |
| Sinserv – | Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista |
| URBIS – | Habitação e Urbanização da Bahia |
| UESB – | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia |
| UFS – | Universidade Federal de Sergipe |
| UFSM – | Universidade Federal de Santa Maria |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 18 |
| 2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA | 26 |
| 3 | GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS | 34 |
| 3.1 | GEOGRAFIA CRÍTICA, GÊNESE E ABORDAGENS | 34 |
| 3.2 | TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS | 43 |
| 3.2.1 | Relações entre os conceitos de território e movimentos sociais | 50 |
| 3.2.2 | Território, Trabalho e Movimentos Sociais | 54 |
| 4 | OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO OBJETO DE ANÁLISE | 59 |
| 4.1 | MOVIMENTOS SOCIAIS E O NEOLIBERALISMO | 62 |
| 4.2 | PARA ALÉM DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: OS MOVIMENTOS SOCIAIS CLASSISTAS | 73 |
| 4.3 | OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA..... | 88 |
| 4.4 | MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE TERRITORIZAÇÃO CIDADE E CAMPO | 102 |
| 5 | PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MTD NO BRASIL | 124 |
| 5.1 | ORIGEM DO MTD NO RIO GRANDE DO SUL..... | 139 |
| 5.1.1 | Assentamento Portal dos Pinheiros | 150 |
| 5.1.2 | Assentamento Belo Monte | 158 |
| 5.2 | ORIGEM DO MTD NA BAHIA..... | 166 |
| 5.2.1 | Assentamento Zumbi dos Palmares..... | 172 |
| 5.2.2 | Assentamento Carlos Lamarca | 180 |
| 5.3 | A EXPANSÃO DO MOVIMENTO..... | 187 |
| 5.3.1 | Pré-Assentamento Dandara | 189 |
| 6 | O MTD E O TRABALHO..... | 197 |
| 6.1 | A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E O TRABALHO COM DIREITO | 199 |
| 6.2 | O SUJEITO SOCIAL CRÍTICO DO MTD | 216 |
| 6.3 | TERRITÓRIO E MTD | 233 |
| 7 | CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 236 |
| | REFERÊNCIAS..... | 243 |

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ANEXOS

ANEXO 1 – CÓPIAS DE NOTÍCIAS DE JORNAIS

ANEXO 2 – DOCUMENTOS OFICIAIS CITADOS NA TESE

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se, por meio dos debates que vêm sendo realizados sobre a discussão em torno da produção socioespacial, que a produção dos espaços pode se dar sob várias dimensões, dentre elas, aquela que aborda os aspectos relativos às relações entre o capital, trabalho e território.

As mudanças econômicas advindas da relação capital/trabalho transformam o espaço geográfico em espaços sociais de diferentes realidades, sejam elas de ordem econômica, cultural ou social, principalmente, naquilo que concerne à questão de acesso e permanência dos trabalhadores que saíram do campo e buscaram sua sobrevivência nas médias e grandes cidades brasileiras.

Os modelos econômicos adotados por muitos países priorizam o desenvolvimento rural, por meio de políticas que têm como meta a consolidação do agronegócio, em uma perspectiva de mercado, fazendo do espaço rural, um espaço de funções diferentes, agravando, dessa forma, as desigualdades sociais em virtude da concentração de terras nas mãos de uma elite agrária. Dentro desse cenário, as relações socioespaciais se realizam na cidade e no campo.

Em se tratando de Brasil, o modelo de desenvolvimento rural adotado foi o agroexportador, modelo esse que requer grandes extensões rurais para plantios, causando, assim, problemas ambientais e sociais que se refletem nos espaços rurais e urbanos. O rebatimento dessas questões nas periferias das cidades brasileiras é percebido pelo aumento da violência, do desemprego e da falta de habitação. O intenso êxodo rural, que ocorreu na segunda metade do século XX, fez aumentar a urbanização das médias e grandes cidades brasileiras. Dentre tantos problemas, o desemprego de muitos trabalhadores oriundos de áreas rurais ou pequenos municípios tem ajudado a compor um quadro complexo que envolve a organização de diferentes movimentos sociais que lutam contra a precarização, pauperização da classe trabalhadora nas periferias das cidades.

Para esta pesquisa de doutorado, são priorizadas as ações do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) que tem o território como forma de materialização das suas lutas. Atualmente, esse Movimento tem atuado nessa perspectiva, mas a sua ação é ainda pouco estudada. Especificamente, o MTD luta contra a precarização e o desemprego de trabalhadores e trabalhadoras das periferias urbanas, atribuindo para si a tarefa

de mobilizar as massas para a luta por terra e trabalho. Os resultados da ação do MTD têm se revertido na conquista de áreas localizadas na interface de espaços urbanos e rurais, denominadas pelo movimento como assentamentos rururbanos. Em grande parte, o MTD é formado por trabalhadores precarizados, desempregados, que vivem em situações de pobreza ou quase pobreza nas periferias urbanas das cidades.

As altas taxas de desemprego são um dos principais problemas que afetam milhões de brasileiros. A precariedade das condições de trabalho também. Para somar forças contra essa situação, foi constituído, em 2000, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), que tem como objetivo mobilizar e articular os trabalhadores desempregados do país.

Nesse sentido, o MTD nasceu da necessidade de se criar um movimento urbano de massas para mobilizar os trabalhadores desempregados da cidade na busca por moradia, emprego e que também pudesse dialogar com os movimentos sociais do campo. Originado da Consulta Popular, o MTD luta contra as altas taxas de desemprego e contra as causas e consequências desse fenômeno. Na cidade, onde se concentram as massas, os movimentos organizados, sob o olhar desses novos sujeitos sociais classistas, não conseguiram construir um projeto urbano articulado com as demandas rurais. Por isso os idealizadores do MTD, na sua origem, buscaram organizar um movimento urbano de massas que estivesse francamente articulado com os problemas sociais urbanos e rurais. O marco do nascimento do MTD se deu em maio 22 de 2000, quando da ocupação de uma área de 11,5 hectares com cerca de 300 famílias.

A Geografia enquanto ciência tem como um dos seus objetos de pesquisa o estudo do território. Dessa forma, as transformações ocorridas por meio da relação capital trabalho permitem analisar as mudanças espaciais, que são, também, mudanças econômicas, políticas e culturais. A sociedade pode ser entendida por meio da compreensão do estudo do território e esse também pela sociedade, porque é na produção das relações que resulta a produção do espaço geográfico.

Partindo do pressuposto de que há movimentos sociais que têm como objetivos a conquista da terra e do trabalho, sob forma de organização social, verifica-se a necessidade de se realizar um estudo mais apurado sobre a ação desses movimentos sociais. Os assentamentos rururbanos são exemplos da produção desigual que ocorre no espaço. Conhecer as características socioterritoriais dessas áreas permite aprofundar a análise da produção do espaço e do território, conforme os conceitos e teorias que sustentam os debates.

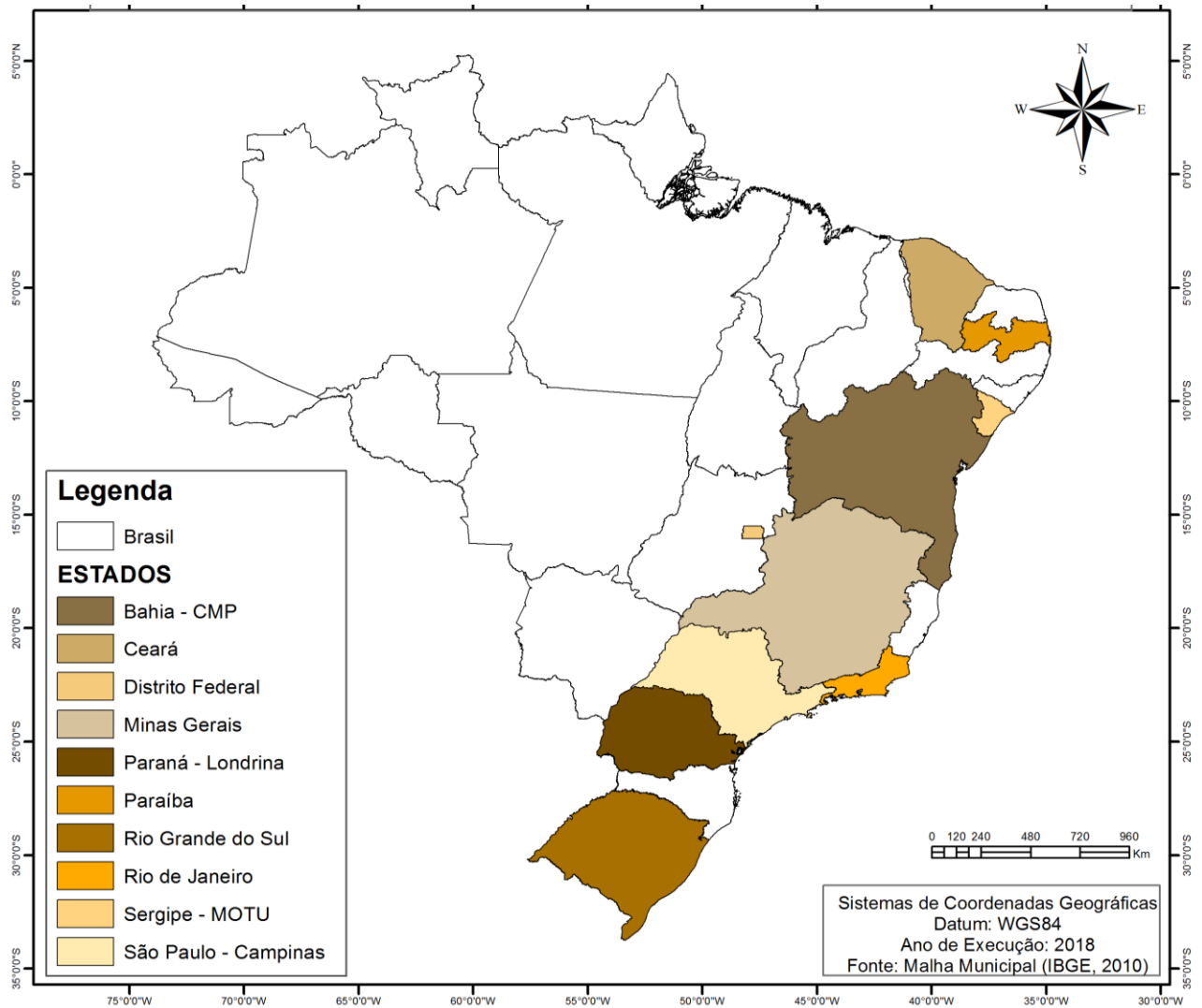
Estudar a interface da cidade e do campo, por meio da ação dos movimentos sociais, permite compreender como os trabalhadores precarizados estão inseridos nesse processo de constituição de relações socioterritoriais e como o espaço urbano vem se configurando a partir desta realidade.

Ao realizar a pesquisa nesses três anos de doutorado foi possível verificar que a atual conjuntura tem intensificado políticas neoliberais que aprofundam a desigualdade social. Existe, assim, uma profunda preocupação do movimento em relação a mudanças nas leis trabalhistas, nas relações e ações do Estado com os movimentos sociais, dentre outras. Na pesquisa empírica, as entrevistas realizadas apontaram também para essa realidade.

A trajetória de vida deste pesquisador, enquanto sujeito social que veio de uma família de trabalhadores assalariados de pouca escolaridade, pessoas que, muitas vezes, não sabiam ler nem escrever, fez despertar, em mim, o desejo de entender a realidade social da classe trabalhadora, cujo discurso reproduzido para os filhos é que eles precisam ser, antes de tudo, homens e mulheres de bem e trabalhadores. Nesse ambiente, o estudo sempre foi algo secundário, pois a prioridade era o trabalho assalariado e isto vai se reproduzindo geração após geração, forjando um sujeito social que tão somente atenda ao mundo do trabalho, sem, necessariamente, refletir sobre ele. Ao entrar no curso de Graduação em Geografia, a temática acerca das questões sociais foram despertando e direcionando o olhar para essas leituras. O contato e a participação junto ao movimento despertaram um mundo social em que a “produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Ou seja, a relação teoria e prática, tendo o método dialético como suporte, lastreadas pela história de vida, como filho da classe trabalhadora, foram definidores da decisão por analisar o movimento contínuo do MTD, a historicidade dos seus sujeitos e as contradições sociais a eles inerentes.

O MTD é um movimento nacional e está presente no Brasil em 9 estados e no Distrito Federal: na região Sul, nos estados de Paraná e Rio Grande do Sul; na região Sudeste, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; e na região Nordeste, nos estados de Sergipe, Bahia, Ceará e Paraíba (Mapa 1).

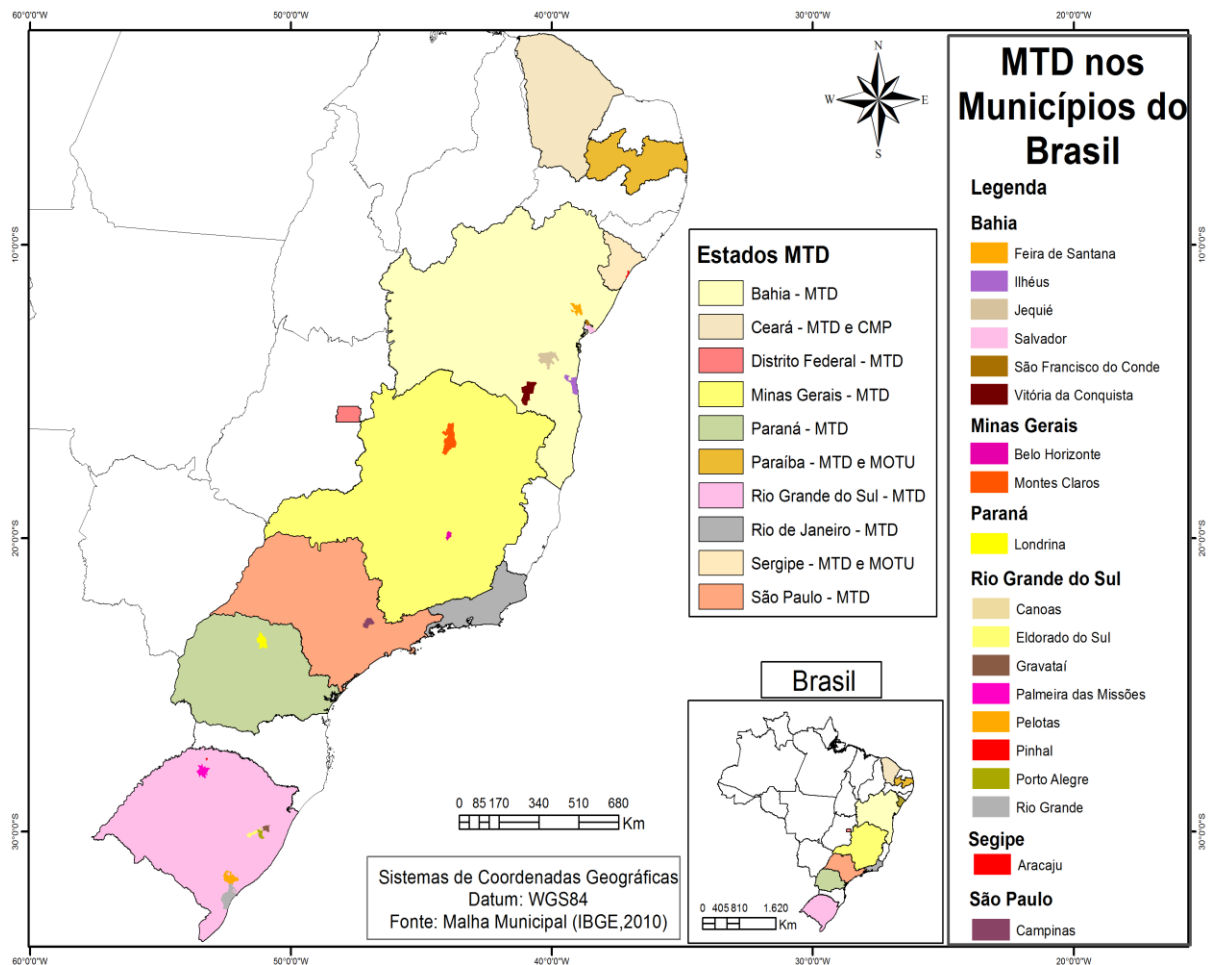
MAPA 1 – ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MTD NO BRASIL, 2018.



Fonte: Malha Municipal (IBGE, 2010). Organizado por Hilário Menezes (2018).

Neste trabalho, dá-se continuidade à pesquisa iniciada, quando da realização do curso de mestrado, concluído em 2011, entendendo, como Boaventura (2004, p. 25), que uma dissertação sempre enseja aspectos que, se aprofundados, podem se tornar uma tese. Para esta pesquisa ampliou-se o estudo iniciado, pois buscou avançar o entendimento sobre o processo de territorialização do MTD na Bahia, no município de Vitória da Conquista, e no Rio Grande do Sul, nos municípios de Gravataí e Eldorado do Sul. No Mapa 2, encontram-se a espacialização e a territorialização do MTD nos municípios do Brasil.

MAPA 2 – ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MTD NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL, 2018



Fonte: Malha Municipal (IBGE, 2010). Organizado por Hilário Menezes (2018).

As áreas de pesquisa, na Bahia, foram os Assentamento Zumbi dos Palmares, Carlos Lamarca e Dandara, localizados no município de Vitória da Conquista e, no Rio Grande do Sul, os Assentamentos Portal dos Pinheiros e Belo Monte, localizados, respectivamente, nos municípios de Gravataí e Eldorado do Sul.

Ao longo da trajetória acadêmica deste pesquisador é importante lembrar onde tudo começou. Diferentemente do conto de Machado de Assis, que relembra a vida de Brás Cubas (Memórias Póstumas de Brás Cubas), isto será feito, não a partir do fim desta vida, ou do momento que ora se vive, mas, ao contrário, a partir do seu começo. Assim, ao finalizar mais uma etapa de formação profissional e acadêmica, agora no doutoramento, torna-se necessário lembrar não apenas o presente, enquanto algo realizado, mas a própria historicidade de sujeito social que iniciou a Graduação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e que, desde então, estabeleceu relações entre os estudos da Geografia e o movimento dos homens na produção da sua história.

Assim, cabe lembrar que o processo da escolha por pesquisar a ação do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos se materializou, inicialmente, na Bahia, quando da realização do trabalho final do Curso de Especialização em Análise do Espaço Geográfico, em 2008, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Estes estudos foram aprofundados no Mestrado em Geografia, concluído em 2011, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), momentos esses que permitiram conhecer os sujeitos sociais e a sua ação no território. Além disso, Vitória da Conquista foi a segunda cidade onde o movimento objetivou as suas ações, com base nas experiências vivenciadas em Gravataí-RS, tendo sido, portanto, o campo de pesquisa desde o curso de Especialização.

A opção de pesquisar o movimento no Rio Grande do Sul, nas cidades de Gravataí e Eldorado do Sul, dá-se em decorrência da pesquisa realizada na Bahia, durante o mestrado, mediante a qual foi conhecida a existência do MTD no Rio Grande do Sul e a este fato está relacionada a escolha em fazer o doutorado na Região Sul do país, o que se concretizou junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Como pergunta de início da tese, visando investigar tão complexa realidade, se propõe responder: quais são as estratégias de territorialização adotadas pelo Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos, na interface campo/cidade, como se organizam e quem são os sujeitos sociais que compõem o MTD em Vitória da Conquista (Bahia) e Gravataí e Eldorado do Sul (Rio Grande do Sul)?

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa visa: analisar as estratégias adotadas pelo MTD para o processo de territorialização, na interface campo/cidade, na Bahia e no Rio Grande do Sul, por intermédio do estudo dos sujeitos sociais que compõem o movimento e suas formas de organização. E os objetivos específicos estão propostos no sentido de:

- Discutir a ação do MTD, como movimento social, que luta por direitos, em especial por terra e trabalho.
- Identificar a organização do MTD, nos municípios de Vitória da Conquista, na Bahia, e Gravataí e Eldorado do Sul, no Rio Grande do Sul, com base na história dos sujeitos sociais que compõem o movimento.
- Analisar o território, entendido enquanto um espaço dialético, resultante da ação do MTD, na Bahia e no Rio Grande do Sul.

O presente texto se organiza nas seguintes seções: esta Introdução, na qual se apresenta o tema, problemática, problema e objetivos da pesquisa; a segunda seção anuncia os caminhos da pesquisa, por meio da apresentação detalhada dos procedimentos metodológicos privilegiados para a produção e análise dos dados; a seção três, intitulada “Geografia, Território e Movimentos Sociais”, se propõe a realizar uma revisão de literatura sobre a Geografia Crítica, situando o debate a partir da década de 1970, seguida de uma análise acerca das relações entre Geografia, trabalho e território e sobre os movimentos sociais como objeto de análise da Geografia Crítica. A quarta seção tem como finalidade discorrer sobre a categoria movimentos sociais, no Brasil e na América Latina, no contexto do projeto neoliberal, aborda a conjuntura e a crise dos “novos” movimentos sociais, as suas lutas no Brasil e na América Latina, a partir do século XXI, e a relação dos movimentos sociais com o processo de territorialização na cidade e campo; a seção cinco analisa o processo histórico de formação do MTD no Brasil, a sua origem no Rio Grande do Sul e na Bahia, por meio da análise das áreas ocupadas pelo movimentos nestes Estados; a seção seis apresenta um debate sobre o processo de territorialização ocorrido por meio da ação dos sujeitos do MTD, discutindo a importância do trabalho e o trabalho como direito, o papel do MTD na formação do sujeito social crítico e analisa o território enquanto lugar em que se materializa a luta do movimento. O texto se encerra com uma seção dedicada às considerações finais sobre a pesquisa e às conclusões a que se chegou em relação à tese defendida.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Metodologia significa estudo dos métodos, da forma ou dos instrumentos necessários para a construção de uma pesquisa científica. Conforme Chauí (2000, p.199), “usar um método é seguir regular e ordenadamente um caminho através do qual uma certa finalidade ou um certo objetivo é alcançado”. No pensamento filosófico, existem diferentes concepções de métodos. Destaca-se, aqui, a compreensão de Platão sobre a dialética, para o qual está presente quando há “um confronto entre imagens e opiniões contrárias ou contraditórias [...] (discussão de teses contrárias e em conflito ou oposição).” (CHAUÍ, 2000, p.199-2000). Para além da compreensão de Platão, na visão marxiana da busca do conhecimento, o pensamento dialético significa o “reconhecimento de que a realidade social é marcada por contradições e que somente pode ser entendida por meio da compreensão dessas contradições” (SCHMID, 2012). A dialética é um método que permite fazer o diálogo entre o objeto de estudo e a construção das ideias. Nesta pesquisa, o diálogo perpassa as contradições impostas pela relação capital/trabalho realizadas sob os princípios do capitalismo.

O conhecimento dos métodos auxilia na elaboração do trabalho científico. Para Santos (2006, p. 49), “o método científico a ser utilizado nas interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem” permite desvendar os “processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão lógica interna do grupo ou do processo em estudo”. A pesquisa qualitativa, conforme aponta Günther (2006, p. 202), tem como características específicas quatro bases teóricas: a realidade social, vista como construção e atribuição social de significados; a ênfase no caráter processual e na reflexão; as condições “objetivas” de vida, as quais tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; e o caráter comunicativo da realidade social, que permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Pessoa (2012) entende que, na pesquisa qualitativa, a problemática do tema é o eixo fundamental e norteador da pesquisa. A formulação do problema é a base empírica e fomenta a busca de um corpo teórico que deve orientar e contextualizar o objeto de estudo no tempo e no espaço.

Correa (2003, p. 11) compreende que o “recorte temporal refere-se ao momento do tempo no qual situa-se nosso tema espacialmente recortado” e o recorte espacial refere-se ao

lugar da pesquisa onde se localiza o objeto a ser pesquisado. Assim, na pesquisa qualitativa, a pesquisador deve buscar a imersão no contexto, interpretar e interagir com o objeto estudado e adotar uma postura teórico-metodológica para compreender os fenômenos. (PESSÔA, 2012). Para maximizar a confiabilidade da pesquisa qualitativa, são adotados critérios relativos à credibilidade, transferibilidade, confiança, confirmabilidade, explicitação cuidadosa e relevância. Segundo Godoy (2005), credibilidade significa a validade interna, ou seja, apresentar resultados dignos de confiança; transferibilidade, não se trata de generalização, mas é utilizada no sentido de realizar uma descrição densa do fenômeno que permita ao leitor imaginar o estudo em outro contexto; confiança, adota-se em relação ao processo desenvolvido pela pesquisador; confirmabilidade (ou confiabilidade) dos resultados envolve avaliar se os resultados estão coerentes com os dados coletados; explicitação cuidadosa da metodologia refere-se ao detalhamento minucioso sobre como a pesquisa foi realizada e, por fim, a relevância das questões de pesquisa, em relação a estudos anteriores.

O planejamento e as etapas da pesquisa vão se estabelecer pela definição da população e amostra dos sujeitos a serem pesquisados (nesse caso, os militantes do MTD), elaboração dos instrumentos de produção, processamento dos dados e análise dos resultados. Nesta pesquisa, têm-se, como instrumentos de investigação, a revisão bibliográfica, a análise de documentos, o levantamento de dados (primários e secundários/diretos e indiretos) na pesquisa empírica, por meio de técnicas de observação direta, registros fotográficos, diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

A revisão bibliográfica, a análise de documentos e o levantamento de dados (primários e secundários/diretos e indiretos) devem possibilitar uma melhor compreensão do tema da pesquisa, com vistas a estabelecer relações importantes e necessárias entre os elementos da realidade e os conhecimentos científicos produzidos. Na revisão bibliográfica ou da literatura sobre o tema, foram considerados livros e periódicos que tratam da ação dos movimentos sociais no Brasil, especialmente aqueles que abordam a ação do MTD. Merecem destaque os trabalhos Goulart (2001), Menezes (2007), Machado (2009), Silva (2009) e Moneta (2010). Também foram importantes os estudos de Ruy Moreira, Ariovaldo Umberlino de Oliveira, Antonio Thomaz Júnior e Milton Santos, no que concerne às categorias da Geografia (espaço e território); Maria da Glória Gohn e Scherer-Warren, na abordagem da categoria Movimentos Sociais; David Harvey, István Mészáros e Ricardo Antunes, para o estudo da categoria trabalho, dentre outros autores, todos devidamente referenciados ao final deste trabalho. O referencial teórico constituiu-se como possibilidade de fundamentar e orientar a pesquisa, permitindo a interpretação dos dados produzidos no campo empírico.

Quando da análise de documentos, foram priorizados os documentos elaborados e disponibilizados pelo movimento, matérias jornalísticas divulgadas na mídia escrita sobre as ações do MTD, mapas e documentos oficiais emitidos por órgãos públicos municipais e estaduais, dos municípios foco da pesquisa e dos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Sobre a importância dos documentos escritos, Cellard (2008, p. 295) considera que eles se constituem como uma “fonte extremamente preciosa para toda pesquisa nas ciências sociais”, pois um documento “é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante.” Nesse sentido, ainda segundo Cellard (2008, p. 295), os documentos representam a “quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas”. Além disso, adverte o autor, “muito frequentemente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”. Assim sendo, por meio dos documentos, é possível apreender o contexto da ação dos sujeitos sociais no movimento, pois os documentos escritos permitem traçar uma dimensão temporal e a compreensão social do território.

Além dos documentos analisados, foram considerados, ainda, dados produzidos na pesquisa empírica, por meio de técnicas de observação direta, registros fotográficos, diário de campo e entrevistas semiestruturadas, realizada nas áreas em estudo, com assentados, militantes e lideranças do movimento. Todo esse levantamento foi importante para melhor significar as informações produzidas durante a revisão de literatura e a análise de documentos. Considerou-se como observação direta, a visualização do território em que estavam inseridos os sujeitos investigados, modos de vida e de organização, a relação com o trabalho e a produção da sobrevivência. Constituiu-se, assim, como uma técnica de investigação que complementou as entrevistas semiestruturadas. O registro fotográfico e o diário de campo foram utilizados para registrar e anotar os dados recolhidos durante a pesquisa, inclusive as considerações originárias das observações diretas. Estas foram ferramentas que permitiram sistematizar as experiências, para posteriormente considerá-las junto com as entrevistas e a observação, na consolidação dos resultados.

Quanto à entrevista semiestruturada, este foi um instrumento que se baseou em um roteiro de perguntas abertas, em que os sujeitos da pesquisa tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Durante a entrevista, foi fundamental que toda a atenção estivesse voltada para manter o foco no assunto que interessava à pesquisa, fazendo perguntas adicionais a fim de elucidar questões que não ficaram claras ou ajudando a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado “fugisse” ao tema ou tivesse dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista

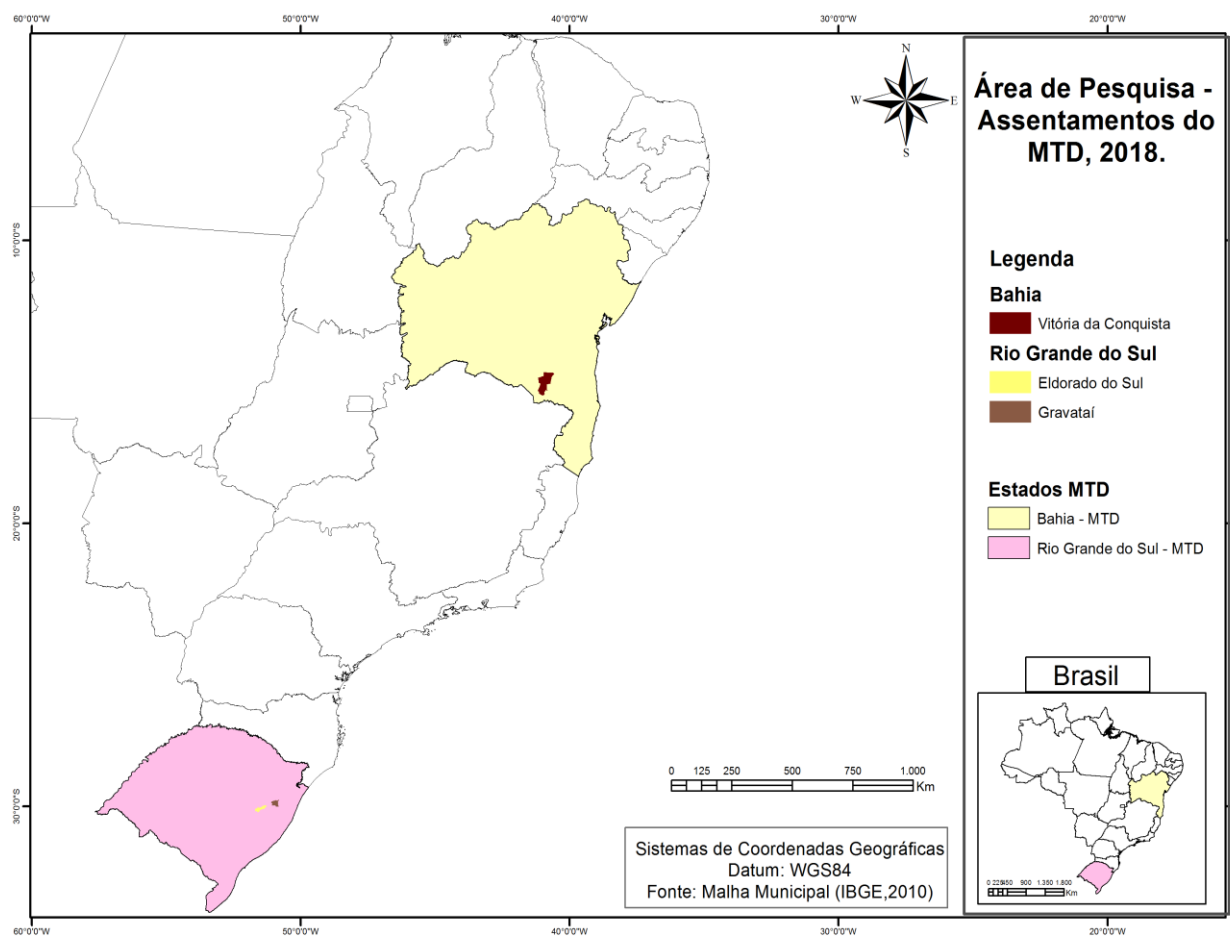
é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo, assim, um direcionamento maior para o tema, intervindo, a fim de que os objetivos sejam alcançados. Na entrevista semiestruturada, uma das vantagens é a possibilidade do aprofundamento das questões, permitindo, desta forma, uma interação entre o entrevistador e o entrevistado.

Em síntese, os instrumentos de produção de dados utilizados durante a pesquisa empírica ajudaram a traçar a trajetória histórica, a formação do MTD, enquanto movimento social, o perfil dos sujeitos sociais que atuam no movimento, elucidar os objetivos da luta, caracterizar os territórios de atuação do movimento e as estratégias para a ocupação territorial, com um olhar mais apurado para a constituição dos assentamentos.

A pesquisa empírica possibilitou oportunidades de inserção no dia a dia dos assentamentos do MTD, especialmente nos espaços situados nos municípios de Vitória da Conquista, na Bahia, e nos municípios de Gravataí e Eldorado do Sul, no Rio Grande do Sul. Os momentos vividos nos assentamentos possibilitaram perceber como os trabalhadores concebem a luta e o envolvimento com o movimento; as dificuldades porque passam; as relações que estabelecem com o Estado, com o campo e a cidade; e a importância da terra e do trabalho como garantia de moradia e produção da existência.

No município de Vitória da Conquista, na Bahia, a pesquisa se realizou nos assentamentos: Zumbi dos Palmares; Carlos Lamarca e Dandara. No Rio Grande do Sul, a pesquisa empírica ocorreu nos municípios de Gravataí (Assentamento Portal dos Pinheiros) e Eldorado do Sul (Assentamento Belo Monte), conforme ilustrado pelo Mapa 3.

MAPA 3 – ÁREA DE PESQUISA – ASSENTAMENTOS DO MTD, NOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, GRAVATAÍ E ELDORADO DO SUL – RS, 2018.



Fonte: Malha Municipal (IBGE, 2010). Organizado por Hilário Menezes (2018).

Cada campo da pesquisa empírica se caracterizou de maneira diferente, em relação ao número de famílias, dos sujeitos entrevistados e de entrevistas utilizadas¹ nesta pesquisa. Os dados por assentamento, município e Estado foram sistematizados na Tabela 1. As entrevistas realizadas seguiram o roteiro planejado para o campo, conforme Apêndice B, sendo o roteiro adequado, com variações de linguagem ou ordem das questões previstas, conforme necessidade das situações ou dos sujeitos entrevistados.

TABELA 1 – SÍNTESE DOS DADOS DOS SUJEITOS DA PESQUISA EMPÍRICA, POR ASSENTAMENTO, MUNICÍPIO E ESTADO.

| ESTADO | MUNICÍPIO | ASSENTAMENTOS | FAMÍLIAS | SUJEITOS | ENTREVISTAS CITADAS |
|-------------------|----------------------|----------------------|------------|-----------|---------------------|
| Bahia | Vitória da Conquista | Zumbi dos Palmares | 19 | 16 | 14 |
| | | Carlos Lamarca | 19 | 06 | 02 |
| | | Dandara | 19 | 05 | 03 |
| Rio Grande do Sul | Gravataí | Portal dos Pinheiros | 21 | 14 | 14 |
| | Eldorado do Sul | Belo Monte | 48 | 11 | 08 |
| TOTAL | | | 126 | 52 | 41 |

Fonte: Pesquisa empírica, elaborada por Hilário Menezes (2018).

Para constar neste texto, todos os sujeitos entrevistados tiveram seus nomes modificados. Assim sendo, foram utilizados nomes fictícios, para cada um deles. Os nomes dados aos assentados e coordenadores do MTD (homens) foram escolhidos entre os jogadores que fizeram parte da história do Flamengo (meu time de coração). Para as assentadas e coordenadoras mulheres foram atribuídos nomes de personalidades femininas, que fizeram história no Brasil e no mundo, em diferentes campos, seja nas lutas sociais, nas artes, na literatura ou mesmo nos esportes (em homenagem aos diferentes tipos de mulheres militantes do movimento que colaboraram com a pesquisa).

No Assentamento Zumbi dos Palmares, foram entrevistados dezesseis assentados, assim nominados: Fleitas Solich, García, Chamorro, Benítez, Pavão, Jordan, Dequinha, Rubens, Ana Terra, Paulinho, Joel, Maria Quitéria, Martine, Evaristo, Carolina de Jesús e Dida. No Assentamento Carlos Lamarca, foram entrevistados 6 assentados: Chica da Silva, Jayme de Almeida, Maria Tomásia, Júnior, Biguá e Válter Miraglia. No Pré-Assentamento Dandara, foram 5 os assentados entrevistados, a saber: Leônidas da Silva, Domingos da Guia, Zizinho, Gilberto Cardoso e Jurandir. No Rio Grande do Sul, em Gravataí, no Assentamento

¹ Algumas entrevistas não foram utilizadas porque não produziram dados significativos para a pesquisa. Apesar da boa vontade dos sujeitos entrevistados, alguns deles foram muito sucintos e/ou superficiais em suas contribuições.

Portal dos Pinheiros, foram entrevistados catorze assentados: o Coordenador Estadual do MTD, no Rio Grande do Sul, Murilo, o Coordenador de Projeto de Reciclagem do Assentamento, Adão, e sua esposa Zuzu Angel, Ana Pimentel e seu marido Leandro, a Coordenadora Geral do Assentamento Portal dos Pinheiros, Olga Benário, além dos seguintes militantes: Zanata, Paulo, Henrique, Ademir, Enedina Marques, Arilson, Evita Peron e Tarsila do Amaral, uma moradora do Assentamento que não participa mais do movimento, mas continua residindo na área. Em Eldorado do Sul, no Assentamento Belo Monte, foram entrevistadas onze pessoas, todas militantes do movimento, entre elas a Coordenadora Nacional do MTD, Célia Sanchez, que é uma das militantes e que, junto com Raul, participou da formação do MTD no Rio Grande do Sul. Além destes, no Assentamento, foram entrevistados os militantes: Marinho, Adílio, Ana Mozer, Maria da Penha, Adriano, Fátima Paumari, Andrade, Tita e Lico. A fim de facilitar identificação dos sujeitos em relação aos assentamentos e municípios em que foram entrevistados, foi elaborado o Quadro 1, que elenca os sujeitos da pesquisa empírica, por assentamento, município e estado.

QUADRO 1 – SUJEITOS DA PESQUISA EMPÍRICA, POR ASSENTAMENTO, MUNICÍPIO E ESTADO

| ESTADO | MUNICÍPIO | ASSENTAMENTOS | SUJEITOS ENTREVISTADOS |
|-------------------|----------------------|----------------------|--|
| Bahia | Vitória da Conquista | Zumbi dos Palmares | Fleitas Solich, García, Chamorro, Benítez, Pavão, Jordan, Dequinha, Rubens, Ana Terra, Paulinho, Joel, Maria Quitéria, Martine, Evaristo, Carolina de Jesús e Dida |
| | | Carlos Lamarca | Chica da Silva, Jayme de Almeida, Maria Tomásia, Júnior, Biguá e Válter Miraglia |
| | | Dandara | Leônidas da Silva, Domingos da Guia, Zizinho, Gilberto Cardoso e Jurandir |
| Rio Grande do Sul | Gravataí | Portal dos Pinheiros | Murilo, Adão, Zuzu Angel, Ana Pimentel Leandro, Olga Benário, Zanata, Paulo, Henrique, Ademir, Enedina Marques, Arilson, Evita Peron e Tarsila do Amaral |
| | Eldorado do Sul | Belo Monte | Célia Sanchez, Raul, Marinho, Adílio, Ana Mozer, Maria da Penha, Adriano, Fátima Paumari, Andrade, Tita e Lico. |

Fonte: Pesquisa empírica, elaborada por Hilário Menezes (2018).

Além das entrevistas realizadas durante a pesquisa empírica, também foram utilizadas as entrevistas concedidas por militantes do MTD aos jornais Correio do Povo e Zero Hora, desde a formação do movimento até os dias atuais, o que contribuiu para a reconstrução dos fatos, da história do movimento e da historicidade dos seus sujeitos sociais. Neste caso, a análise levou em conta a fala dos militantes e a versão dada pela imprensa aos fatos ocorridos. Os nomes dos entrevistados foram mantidos conforme constante das matérias

devidamente referenciadas. O *site* do jornal “Brasil de fato” foi outra fonte documental escrita utilizada para a pesquisa.

Pós campo, após realização das entrevistas as mesmas foram transcritas e selecionadas, possibilitando o encadeamento coerente entre os temas e as hierarquias teóricas.

Alguns mapas sobre os assentamentos foram produzidos, buscando -se fazer uma representação cartográfica das áreas pesquisadas, demonstrando-se a localização e o território onde o movimento realiza a práxis da sua luta. A pesquisa de campo propiciou perceber que o território e o suporte das práticas ideológicas realizadas nos assentamentos.

Além disso foi possível compreender por meio das entrevistas realizadas nos assentamentos do Rio Grande do Sul e Bahia, a organização e a estrutura do MTD nesses territórios e a nível nacional.

3 GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

O debate sobre a Geografia e Movimentos Sociais no Brasil surgiu no final da década 1970 e início de 1980, período esse inserido no contexto do processo de Renovação da Geografia Brasileira. Essa corrente da Renovação ficou conhecida como Geografia Crítica ou Radical, com base na teoria marxista e no materialismo histórico dialético.

Para Silva (1996, p.13), a partir do momento “em que a sociedade humana conquista definitivamente o reino da natureza, como sua destruição, ou como compreensão de sua necessidade para a vida humana, modifica-se a consciência do mundo.” Nesse contexto, o autor faz uma crítica ao método empregado, até então, pela Geografia, que, segundo ele, não consegue mais avançar na análise do objeto de estudo dessa ciência, argumentando que “não se pode continuar a viver com os valores que recebemos do passado, porque eles já não dão resposta aos problemas do presente.” Assim, a Geografia vai defrontar-se, conforme Silva (1996, p. 14), “com a realização de uma perspectiva cultural, em que as escalas de sua efetivação se encontram bastante distanciadas de sua possibilidade de ocorrência.” Ou seja, o modo de produção capitalista modificou as estruturas de circulação, o “capital não é mais aquela totalidade esférica e compacta anterior, mas aparece como uma estrutura, ainda esférica, mas translúcida em sua fragmentação.” O espaço da concentração da totalidade do capital agora é o espaço global estruturado, realizando-se em cada um de seus espaços fragmentados. Segundo Silva (1996, p.14), por isso, a consciência do todo é a consciência de suas partes. Então cada parte vive uma tensão dialética insolúvel, porque não pode realizar-se como soma, articulação, conexão, ligação, embora se relacione com as outras.” Este contexto histórico analisado por Silva, do surgimento de uma Geografia brasileira renovada, insere-se no que aponta Gomes (1991, p. 97) sobre a Geografia Crítica/Social.

1.1 GEOGRAFIA CRÍTICA, GÊNESE E ABORDAGENS

A Geografia Crítica tem suas origens no contexto de duas realidades presentes: A primeira, a “crise geral” do sistema capitalista, acentuada a partir de 1970, cujos padrões de produção, na maioria de seus ramos e respectivas correspondências de “uso social”, não mais atendiam às necessidades e aspirações básicas da população mundial. A outra realidade vai estar relacionada entre a crise da Geografia oficial e a Nova Geografia; Geografia Crítica

surge como “resultado da contradição desenvolvida a partir da impossibilidade de a Geografia quantitativa dar respostas concretas às dimensões sociais contidas em todo o espaço geográfico”. A nova organização geográfica, para Gomes, vai redefinir as funções:

Do espaço mundial em sistemas econômicos inseridos em modos de produção, em substituição à divisão natural em continentes; a internacionalização do capital e consequente socialização da produção no sistema capitalista; a socialização dos meios de produção e consequente socialização do trabalho no sistema socialista. Assim, o espaço geográfico passa a ser visto como realidade objetiva unitária, interdependência entre natureza e sociedade e vice-versa, em duas dimensões: aparência e essência. Desta forma o espaço geográfico, compreendido como reprodução espacial/temporal simultânea (tempo histórico-geográfico); O espaço geográfico considerado em sua dimensão social como objeto de nossa procura geográfica. O espaço geográfico no capitalismo, visto como crescente contradição entre capital e o trabalho, sendo que o espaço do capital funciona como agente de poder que dicotomiza a sociedade em possuidores e não possuidores. (GOMES, 1991, p. 97-98).

O espaço na Geografia Crítica passa a ser o espaço da relação socioespacial constituído pela lógica capitalista. Nesse sentido, a Geografia Crítica vai reunir, conforme Moraes (2005, p. 112), uma vertente do movimento de renovação do pensamento geográfico, denominada de crítica. Essa advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente, seja a Tradicional ou a Pragmática. A crítica estabelecida por essa vertente denuncia a postura acrítica da Geografia frente à realidade e à ordem constituídas. Seus defensores:

Assumem conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem. Vão além de um questionamento puramente acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais. Ao nível acadêmico, criticam o empirismo exacerbado da Geografia Tradicional, que manteve suas análises presas ao mundo das aparências, e todas as outras decorrências da fundamentação positivista. (MORAES, 2005, p. 112-113).

Dessa forma, as críticas feitas são contra a Geografia Clássica e a Ciência Positivista e aos Neopositivistas, sobre o método empregado, a falta de uma construção teórica e a sua ineficiência para analisar as mudanças advindas dos processos do modo de produção capitalista. Conforme Carlos:

Os anos 70 marcam as grandes transformações nos modos de pensar, fazer e ensinar a geografia. A partir da matriz do historicismo, podemos abordar duas importantes tendências: a marxista, que determinou as bases do

movimento chamado Geografia Crítica ou Geografia Radical e a fenomenologia. Na primeira, o materialismo dialético permitiu pensar de outro modo a articulação entre as disciplinas abolindo-se as fronteiras entre as mesmas, abrindo para a geografia um debate profícuo com a sociologia e com a economia, além de seu parceiro constante, a história. (CARLOS, 2002, p.164).

Fundamentado no materialismo dialético, a Geografia Crítica ou Radical passa a ter destaque nas produções acadêmicas no Brasil. Para Carlos a:

Maioria dos trabalhos na área de Geografia Humana. Esta tendência contrapõe-se, violentamente, ao neopositivismo assumido pela Nova Geografia - ou Geografia Quantitativa. Coloca em xeque o saber geográfico e abre perspectiva para se pensar a espacialidade das relações sociais. O seu maior mérito foi, sem dúvida, a preocupação teórica que surge e com toda força e marca o período. “Um cidadão que não teoriza é um cidadão de segunda classe” e o poder da geografia é dado pela sua capacidade de entender a realidade em que vivemos, afirmava, na época, o professor Milton Santos. Por outro lado, Manuel Correa de Andrade se perguntava se a geografia deveria ser mero devaneio intelectual ou se deveria fornecer condições para a racionalização da organização do espaço brasileiro, oferecendo uma contribuição à solução dos problemas brasileiros? (CARLOS, 2002, p.164).

O espaço geográfico, enquanto categoria de análise, incorpora a dimensão filosófica. Segundo Carlos (2002), o espaço permite uma especificidade à Geografia, entretanto esse debate, até os anos 1970, era minimizado pela Geografia brasileira:

A superação da ideia de espaço enquanto palco da atividade humana criava a condição de analisar a realidade além de seu plano fenomênico colocando em debate a articulação dialética entre homem e natureza; com isso, abria se numa nova perspectiva para a geografia. Rompe-se com a postura positivista do “mistério da origem do fenômeno”; ou mesmo da idéia de correspondência e solidariedade entre os fenômenos, desenvolvida por Vidal de La Blache. O materialismo dialético estruturava a base do conhecimento enquanto adequação do pensamento e do ser; de um conhecimento que não se reduziria ao pensamento abstrato, antes o articulava à dimensão da prática social enquanto conteúdo do real, levando a compreensão do caráter contraditório das relações que produzem o espaço geográfico, permitindo orientar o pensamento para a ação, num esforço de compreender o conteúdo teórico da sociedade em seu processo contraditório de humanização/desumanização do homem em suas condições concretas de existência. (CARLOS, 2002, p. 164-165).

Dessa forma, o espaço apresenta, no seu processo histórico, a relação dialética entre o homem e a natureza, ou seja, a forma como o homem foi se apropriando e transformando o espaço em diferentes lugares. Porém, as diferentes formas de apropriação na natureza, em

contextos históricos diferentes, “dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento”, bem como, aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Essa é a essência da lei do desenvolvimento desigual. (NOVACK, 1968).

A partir da década de 1970, portanto, os paradigmas tradicionais são intensamente questionados, surgindo a Geografia Crítica, sob a influência do materialismo histórico. Estabelece-se, então, a análise do espaço na concepção marxista, para a qual o espaço é o espaço das contradições.

Conforme Santos (1978), a corrente do pensamento da Geografia Crítica surge na Europa a partir de 1950, tendo como principal expoente a França, depois na Alemanha, Brasil, Itália, Espanha, Suíça, México, dentre outros países. Para Moreira (2004, p.21), o encontro entre o marxismo e a Geografia, na história do pensamento geográfico, ocorreu, inicialmente, na década de cinquenta, no imediato pós-guerra, com um grupo de geógrafos franceses da Geografia Ativa (em seu contraponto com a Geografia Aplicada). O segundo momento foi em 1970, que reuniu desde os ativistas do periódico “Antípode”, da Geografia Radical, até os geógrafos brasileiros da chamada Geografia Crítica. Em consonância com Moreira (2004), Bezzi (2004, p. 170) destaca que, “a partir da década de 1970, as ciências, de um modo geral, são chamadas à prática social.” Aponta a autora (2004) que também a Geografia “teve que se inserir nesse movimento, uma vez que estava sendo acusada de acrítica, ideológica e conservadora.” Bezzi (2004) destaca ainda que “no bojo dessas transformações, deu-se início a um processo de críticas radicais que, em grande parte, coincidiu com uma aceitação do discurso marxista.”

Para Santos (2002, p. 194), a “potencialidade da pesquisa é limitada quando nos consagramos apenas à tarefa de testar e verificar teorias.” Ele chama atenção para a mudança do paradigma da ciência como um todo. A Geografia enquanto uma ciência do presente não pode ficar dentro de um paradigma que não mais responde aos acontecimentos impulsionados pelo avanço técnico científico. Santos (2002, p. 194) entende que, quando a “ciência não é capaz de criar senão o que ela já conhece, está renunciando à sua grande missão”, ou seja, a Geografia enquanto uma ciência social tem todas as condições de ir além daquilo que ela apresenta enquanto pesquisa. Por esta razão,

é imenso o que temos a reformular e a reconstruir, sobretudo porque em nosso campo de trabalho se continua a integrar novas teorias aos velhos conceitos de espaço”, desta forma se torna antagônico pensar o espaço por meio de teorias e conceitos que não mais explica “como se os elementos

formuladores deste último não houvessem, eles próprios mudados de significado. (SANTOS, 2002, p. 194).

Santos (2002, p. 194) aponta, ainda, que “cada vez que omitimos os elementos novos e sua exata significação, torna-se difícil, senão impossível, atingir uma conceitualização adequada.” O autor procura enriquecer, teoricamente, o conceito de espaço enquanto categoria de análise da Geografia. Para isso, faz-se necessário aproximar de outras ciências como a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Economia e a História. Assim, a Geografia sai do seu isolamento intelectual e passa a ser uma ciência capaz de analisar o espaço geográfico a partir da sua relação tempo-espaço. Para Cardoso (2001, p. 13), as “abordagens mais recentes”, referentes à Geografia Crítica, incorporam

[...] outras mediações. Em especial o fato dos homens se relacionarem primeiro entre si e daí com a natureza, estabelecendo seus modos próprios de organização e processos específicos de apropriação da natureza, baseados não apenas na materialidade dos recursos, mas também em suas concepções simbólicas e imaginárias. (CARDOSO, 2001, p. 13).

No Brasil, a Geografia Crítica aparece em algumas obras bem antes da década de 1970, como adverte Andrade (1987). De acordo com o autor, as preocupações das questões sociais estão presentes nas publicações nos anos de 1940, nos trabalhos de Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Josué de Castro, Gilberto Freyre e Orlando Valverde, que já apresentavam preocupações com os problemas sociais, vigentes na época. Dessa forma, esses autores buscavam compreender, nas suas análises, as causas desses problemas desde à sua raiz.

Para Andrade (1987), a renovação da Geografia Brasileira ocorreu nas pesquisas realizadas no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais na Universidade da Bahia, com Milton Santos, que é considerado como o principal expoente do processo de Renovação da Geografia. Nesse contexto, a Geografia Crítica propõe romper com o estudo da neutralidade nas pesquisas geográficas. Henrique (2002) observou que o:

[...] período atual da história humana, ainda, é marcado pelas fortes desigualdades sociais, econômicas e políticas, a Geografia Crítica e o Método Dialético ‘ainda’ é a possibilidade ‘lógica’ de explicação unitária e totalizante do mundo presente ou do espaço geográfico. A Geografia e um Método que pressupõe a realidade como processo e a verdade sempre como provisória são os pressupostos para romper as separações formais entre teoria X prática; sujeito X objeto, sociedade X natureza. Além disto, o método dialético, como nos lembra Lefèbvre (1969), permite penetrar sob as

aparências – que são a marca do período atual – e explicar e refletir sobre seu conteúdo mais profundo, sua essência. Na Geografia Crítica, isto está ligado a compreensão do espaço geográfico, segundo Milton Santos (1996), como um conjunto de objetos (forma/aparência) e ações (conteúdo/essência). Desta forma, uma abordagem crítica/dialética na Geografia revela a essência dos objetos, indo além do fetiche pela paisagem. (HENRIQUE, 2002, p. 3).

Assim, o primeiro momento do marxismo com a Geografia, conforme Moreira (2004, p.21), centrou-se, essencialmente, no terreno da teoria do conhecimento. O segundo incursiona para mais além, ensaiando entrar no terreno da ontologia. O autor aponta que três categorias gerais têm em comum o marxismo e a Geografia numa perspectiva ontológica: a natureza, o trabalho e o homem. São três categorias ontológicas e fundamentais.

O materialismo histórico dialético unifica a relação tempo-espaço, fundamentando, assim, uma “Teoria da História do Conhecimento, ou seja, o processo de produção do conhecimento – condições materiais e sociais e sua prática, ao mesmo tempo.” (HENRIQUE, 2002). Para Marx (2009, p. 126), os homens estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material e produzem, dessa forma, os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Conforme Netto (2011), essas categorias são tão pouco eternas quanto às relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios. Na perspectiva de Marx (1987), isto surge:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (MARX, 1982, p. 25).

A teoria, para Marx, significa o movimento real do objeto no plano da sua reprodução, ou seja, o objeto de Marx é a sociedade burguesa e como essa se organizou econômico, política e culturalmente dentro de um sistema de relações construído pelos

homens, “produto da ação recíproca dos homens.” (MARX, 2009, p. 244). A relação sujeito/objeto, no processo do conhecimento teórico, conforme Netto (2011, p. 22-23), “não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está imbricado no objeto.” Formula-se, assim, na pesquisa, a teoria, que resulta da sociedade e exclui qualquer pretensão de "neutralidade". Na concepção marxista, o papel do sujeito é essencialmente ativo, pois cabe a ele apreender não só a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, que corresponde a sua estrutura e a sua dinâmica, como um processo.

O pensamento crítico na Geografia expressou, no seu discurso, as contradições geradas pelo modo de produção capitalista, na cidade e no campo, evidenciando os conflitos advindos das exclusões sociais, bem como o processo de periferização dos grandes centros urbanos e o agravamento dos conflitos por causa da questão agrária. A Geografia Crítica brasileira procurou tratar de temas antes negados ou minimizados nas suas análises, como capitalismo mundial, a questão agrária e agrícola, conflito no campo, mobilidade da classe trabalhadora, a pobreza da periferia, enfatizando, também, a questão da concentração e distribuição social da renda, dentre outros.

Na teoria de Marx, a contradição social fica expressa pela luta de classes. É por intermédio dessas contradições que a Geografia Crítica vai analisar o espaço das relações sociais, nos diferentes modos de produção (o coletivo, o escravista, o feudal e o capitalista), apreendendo cada momento histórico como o modo, a forma como uma dada sociedade se organizou para produzir e como determinou suas relações sociais, políticas e econômicas. Essa base teórica marxista aproxima a Geografia de uma leitura voltada para as questões sociais. Conforme Moreira:

A geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo. Assim, por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classe. (MOREIRA. 1982 p.2).

O processo de produção consiste na apropriação da natureza, ou seja, no processo de transformação da primeira natureza, em segunda, pela ação do trabalho do homem na produção/reprodução de sua existência. Fica explícito que as mudanças nos paradigmas alteram a relação sujeito-objeto. Na dialética, ocorre à superação da dicotomia entre sujeito e objeto, ou seja, o objeto de estudo da Geografia aproxima-se dos homens. Dessa forma, para Cardoso (2001, p. 13), “estes novos conceitos vêm ampliar o objeto histórico de várias

análises geográficas e trazer ingredientes novos para se pensar a relação, que ao meu ver, coube a Geografia equacionar na divisão social do conhecimento.”

Nesse contexto, a ação dos movimentos sociais passa a ser um dos objetos de estudo da Geografia, a partir de 1980, quando mais se intensifica a ação e o crescimento dos movimentos sociais no Brasil. Esse cenário trouxe à tona a organização dos trabalhadores na luta por terra e trabalho, tanto no campo como na cidade. Como movimentos sociais rurais ou entidades que apoiam a luta social na cidade e no campo e que desenvolvem ações nesse sentido. Dentre elas, é possível citar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento de Educação de Base (MEBs), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (APIB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Libertação dos sem Terra (MLTS), Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR), Movimento Via do Trabalho (MVT), Movimento Mulheres em Luta (MML), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), Liga dos Camponeses Pobres, Via Campesina e as Comunidades Eclesiais (CEBs), dentre outros. Dos movimentos sociais que têm o espaço urbano como lócus de materialização das suas lutas, tornam-se significativas, a partir da década de 1990, as ações da Central de Movimentos Populares (CMP), O movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Organização dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) e o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD).

Carlos (1992, p. 149) destaca o papel importante dos movimentos sociais na ampliação e acumulação de forças e experiências contra o processo de globalização. De acordo com a autora: “As lutas urbanas colocam em xeque a produção do espaço em função dos objetivos do capital e não da maioria da população, gerando conflito entre entendimentos diversos sobre o que é e o que deveria ser a cidade.”

A Geografia Crítica adota a abordagem dialética como diretriz teórico-metodológica e o seu objeto de análise é a própria realidade em que está inserido o ser social, no sentido de compreender as contradições sociais dos fenômenos existentes na sua gênese.

Dessa forma, a Geografia passa a analisar o espaço do movimento das relações socioeconômicas, enquanto fenômeno da totalidade, assim como a teoria sobre a relação entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho. Nesse contexto, a Geografia Crítica incorpora no seu discurso categorias clássicas do marxismo

como: totalidade, contradição, movimento, mediação e historicidade. Moreira (2007) entende que:

O espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade. Compreendido como reunião de dois processos articulados que são vitais à análise de uma formação econômico-social e o controle de suas instituições e relações de classes, o espaço é uma entidade de rico tratamento científico. O processo formador do espaço geográfico é o mesmo da formação econômico-social. Por isso, tem por estrutura e leis de movimento a própria estrutura e leis de movimento da formação econômico-social. (MOREIRA, 2007, p.62).

A categoria Formação Econômico-Social (FES) foi incorporada na análise do espaço com Milton Santos (1978). Essa categoria, conforme Bastos e Casaril (2016, p. 277) “teve sua conceituação inicial elaborada por Marx e Engels e sistematizada por Lênin, buscando compreender a totalidade da história e o desenvolvimento de uma sociedade.” Santos (1978) buscou em Marx a fundamentação teórica e o método, tendo os processos históricos com base para a análise de tempos diferentes. Segundo Santos (1982):

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1982, p, 1).

A escala de análise entre o local e o global permite apreender a realidade social e a lógica do movimento, das contradições concretizadas no espaço, ou seja, como os fenômenos acontecem em cada lugar, a compreensão da essência, isto é, do concreto. Nesse sentido, utiliza-se o pensamento dialético como método de análise da realidade e a própria realidade como argumento:

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até

perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la deveria permitir aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou. (SANTOS, 1982, p. 1).

A análise do espaço geográfico, a partir da categoria Formação Econômica e Social, conforme Santos (1982, p. 2), permite conhecer a “sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre sua evolução.” Dessa forma, “a totalização universal que é dada pelo presente, isto é, o presente modo de produção, não pode realizar-se senão através de outra totalização que é fornecida pelo conceito de Formação Econômica e Social.” Ou seja, “nenhuma outra categoria poderia ser mais adequada ao estudo do espaço porque essa categoria permite que não nos afastemos da realidade concreta.” O conceito de espaço, na Geografia Crítica, passa a ser compreendido como lócus das relações sociais de produção da sociedade. O espaço geográfico para Moreira (1982) é estruturado nas relações sob determinação do social; é a sociedade vista com sua expressão material visível, através da socialização da natureza pelo trabalho. Carlos (2002) compreende o espaço:

Como produto de um processo de relações reais que a sociedade estabelece com a natureza (primeira ou segunda). A sociedade não é passiva diante da natureza; existe um processo dialético entre ambas que reproduz, constantemente, espaço e sociedade, diferenciados em função de momentos históricos específicos e diferenciados. O espaço é humano não porque o homem o habita, mas porque o produz. Um produto desigual e contraditório à imagem e semelhança da sociedade que o produziu com seu trabalho. (CARLOS, 2002, p. 165).

De acordo com a autora, o debate em torno do espaço, enquanto categoria de análise da Geografia passa a ter uma dimensão filosófica, uma importância que outrora era minimizada na produção da Geografia no Brasil.

3.1 TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Guattari (1985) faz importante distinção entre espaço e território. De acordo com o autor, “os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie.” (GUATTARI, 1985, p.

110). Dessa forma, o território sempre estaria ligado ao pensamento de dominação e apropriação política da economia vigente.

Para Raffestin (1993, p. 7-8), o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais; são eles que produzem o território, da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Nesse sentido, o território é resultante da ação dos atores sociais, distribuída em redes interligadas em pontos ou nós. Raffestin (1993) criticou a unidimensionalidade que a Geografia atribuiu ao território, quando o limitou à sua expressão estatal. Essas concepções não levaram em consideração os conflitos e divisões que ocorrem no interior dos estados.

Baseando-se nas formulações de Foucault, Raffestin (1993) analisa o poder, não como organização separada, localizada em uma parte da estrutura social ou apropriada por alguém em particular, mas algo que está distribuído e exercido em diversos níveis, por meio da cadeia social, e não apenas pelos poderes que se expressam de diferentes formas na ocupação dos espaços.

O conceito de território é abordado em função da projeção do trabalho humano em determinado espaço, desde a energia à informação e, em decorrência, mostra as relações marcadas pelo poder, destacando que o território tem um caráter político. Para Raffestin (1993, p. 143), “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” Nessa perspectiva, o espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Sobre o conceito de territorialidade, Raffestin (1993) defende que a:

Territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Nessa direção, a territorialidade, para Raffestin (1993, p.160), “pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível.” Nessa concepção, o território é condição da realização do ator Estado ou das grandes corporações capitalistas, transformando o espaço enquanto possibilidade de realizações socioeconômica em território concreto da

materialização do capital incorporado. Segundo Raffestin (1993), “o mesmo ator, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, territorializa o espaço”. Nesse sentido, entende o território como sendo:

Um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Nessa análise, ficam implícitas as relações sociais moldadas na construção e/ou apropriação do território, revelando, assim, as relações marcadas pelo poder. Para a compreensão das transformações territoriais, entende-se que o conceito de territorialidade passa a ser fundamental, pois ele adquire uma importância em função de assumir, conforme Raffestin, um:

Valor bem particular, pois reflete multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

A compreensão de território de Raffestin leva em consideração as relações que surgem e são constituídas culturalmente, expressando uma identidade coletiva ou aquelas que se realizam em um território pela relação estado/capital, onde predomina a questão econômica, em vistas da potencialidade dos seus recursos naturais ou das suas relações socioeconômicas.

Conforme Sousa (1995, p. 84), o território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. O território é visto como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). O problema é tratado de forma a demonstrar como o conceito de território, conforme abordado na literatura científica, tradicionalmente se restringiu a uma forma carregada ideologicamente com base nos pressupostos dos conceitos de “território nacional” e “região”.

Na perspectiva de Sousa (1995), o conceito de território possui várias escalas de entendimento, seja no território dos movimentos sociais, quilombola, indígena, do tráfico de drogas ou da prostituição, seja na formação do território do Estado-Nação. O território pode ser compreendido pela ação dos diferentes grupos existentes, não só de um “recorte espacial, que visa o território como um mosaico orgânico e harmônico de regiões singulares” (SOUSA, 1995, p. 84). Os grupos apresentados mostram que a ação sobre o espaço se constitui em uma luta pelo território, que às vezes entra em choque, porque os interesses são distintos em cada espaço. Conforme Sousa (1995), “o território seria como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre os grupos, os membros da coletividade.” Assim sendo, Sousa (1995) acredita que existe uma territorialidade flexível e demonstra que o território pode ser compreendido dentro das suas diversas formas, não só dos conceitos construídos pela literatura clássica, como também da constituição de redes, em que não há contiguidade espacial, são os chamados “territórios descontínuos”, os quais articulam dois ou mais territórios contínuos.

Para Santos e Silveira (2003, p. 21), o território seria o resultado de um processo de acumulação desigual de tempos históricos, sendo apreendida pela relação tempo espaço, ou seja, o espaço se caracteriza pelas formas distintas de apropriação que existem em suas relações política, econômica, cultural e social. No que concerne ao conceito de território apresentado por Haesbaert (2005), esse trabalha o concreto de forma simbólica, ou seja, é possível abstrair a materialização presente no território e trabalhar o território mediante a compreensão cultural e simbólica:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2005, p. 6774-6775).

Nesse sentido, o território, para Haesbaert (2005), compreende aos vários tempos vividos ou processos históricos de diferentes aspectos econômicos e sociais e é imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço: “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’, à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica.” São três as características destacadas por

Haesbaert (2004) para o entendimento do conceito de território, a saber: a característica jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; e econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.” (HAESBAERT, 2004, p.18).

O processo de globalização modifica o território, no sentido de apropriação, transformação e uso, tendo como objetivo a materialização de suas ações econômicas e política. De acordo com Santos (2000), no mundo da globalização, o território:

Ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas. (SANTOS, 2000, p. 39).

Fica implícito o conflito entre “os atores mais poderosos” e os “outros”, ou seja, entre quem tem os meios de produção, terra e capital e os “excluídos”, que somente possuem a sua força de trabalho. Ainda analisando a forma como se organiza o território, Santos (1997) destaca que:

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto. A agricultura moderna, cientifizada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e a fragmentação atuais do território. (SANTOS, 2000, p. 39).

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. Santos e Silveira (2003, p. 21) analisam

o território nesse contexto e o consideram como resultado de um processo de acumulação desigual de tempos históricos, ou seja, o espaço se caracteriza pelas formas distintas de apropriação que existem em suas relações política e econômica.

Sobre a concepção de desterritorialização, Haesbaert (2004) adverte que explícita ou implicitamente as:

Dimensões estão vinculadas a diferentes concepções de território. Podemos ampliar a questão afirmando que se trata de respostas diferentes a um mesmo processo de des-territorialização. Se entendermos território no sentido amplo em que aparece associado aos processos de dominação e/ou apropriação do espaço, reelaborando os termos de Lefebvre (1984) para a produção do espaço, podemos afirmar que os objetivos ou as razões desta produção e controle (ou des-controle, no caso de incluir a desterritorialização) podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de natureza predominantemente econômica, política e/ou cultural. (HAESBAERT, 2004, p. 25).

O autor entende que a desterritorialização pode estar associada pelo menos a três dimensões sociais: cultural ou simbólica, em sentido mais estrito, a política e a econômica. Sobre o processo de desterritorialização, Haesbaert (2004) busca, na leitura marxista, a fundamentação desse conceito, ao analisar o processo econômico da globalização. Para ele:

Provavelmente o primeiro grande autor que deu uma ênfase clara à fundamentação econômica do processo global-desterritorializador foi Karl Marx. Em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista "desterritorializa" os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica. (HAESBAERT, 2004, p. 27).

O entendimento de Marx (1984) sobre o "trabalhador livre" envolve, de várias formas, uma concepção implícita de desterritorialização, na medida em que esses "vendedores da própria força de trabalho" são:

Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livre, soltos e desprovidos deles. [...] A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (MARX, 1984, p. 262).

Conforme Haesbaert (2004), para alguns autores, a problemática da desterritorialização está vinculada ao capital que, cada vez mais, precisa de novos espaços para ampliar a sua área de atuação e conseqüentemente obter mais lucro. Assim:

A mobilidade crescente do capital e das empresas - a desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica; para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais - a desterritorialização seria assim um processo primordialmente de natureza política; enfim, para os mais "culturalistas", a desterritorialização estaria ligada, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural correspondente. (HAESBAERT, 2004, p.25).

Todavia, o território enquanto categoria de análise da Geografia também serve para mostrar como as relações sociais se materializam no espaço. Em outra perspectiva, Moraes (2005) avalia como é importante expor que a reflexão geográfica levou muito tempo para diferenciar a análise do território da análise da formação territorial. É somente com a crítica ao positivismo, completada nas últimas décadas do século XX, que as teorias geográficas surgem para a necessidade de romper com essa visão coisificada do seu objeto e passa a buscar abordagens processuais.

Nesse enfoque, o território passa a ser visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. A análise sincrônica de tais processos no âmbito espacial – que envolve as dimensões econômicas, política e cultural da vida social – permite o resgate da história de como se conformaram os territórios existentes no mundo contemporâneo. A formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo acumulativo que articula os resultados de forma de sociabilidades não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo, perfilando-se ao lado das características do meio natural, como elementos de qualificação dos diferentes espaços. Nesse entendimento, o território é resultado dos processos históricos, contínuos ou não, que vão se construindo na economia e na política, é nesse sentido que Moraes (2005) analisa os territórios no mundo contemporâneo, em um processo de acumulação das formas de produzir, levando em consideração a política e a economia. Para Lisboa e Conceição:

O capital produz territórios, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta idéia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no

momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins. (LISBOA; CONCEIÇÃO 2015, p. 123).

O território assim realiza o ciclo do capital, o território aparece então como o lugar da apropriação da política e economia, conforme a estratégia do capital. Conceição (2017, p.13) observa que os “territórios se definem nas dimensões de usos e que proporcionam a viabilidade da força de trabalho necessária para o processo da produção e ampliação do capital, redefinido nas relações de trabalho e de produção.” Formula-se assim, que o trabalho é a gênese da produção do espaço, no processo da concentração do capital.

3.1.1 Relações entre os conceitos de território e movimentos sociais

Entre as abordagens sobre o conceito de território destaca-se o entendimento de Oliveira (2001; 2004) e Fernandes (2008), que trabalham o conceito de território tendo como sujeitos os movimentos sociais, que lutam por acesso a terra e pela reforma agrária. Nesse sentido, Fernandes (2005, p. 277-278) enfatiza a importância do conceito de território quando concebe as relações sociais que se materializam e se reproduzem nos espaços e territórios, dessa forma, percebem-se movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Esses processos, denominados como geográficos, são também processos sociais. Fernandes (2005) afirma que as relações sociais, junto com as suas intencionalidades, produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Os movimentos sociais, ao produzirem seus espaços e, neles, realizarem as relações sociais, promovem os movimentos dos espaços sociais e dos territórios, nos espaços geográficos. Nesse movimento, as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Nesse entendimento, o conceito de território se relaciona a discussão de poder, apropriação e reprodução, por isso os movimentos sociais, de luta pela terra e pela reforma agrária, entram em confronto com as elites rurais que lutam para manter uma estrutura agrária, que exclui do campo inúmeras famílias, mantendo assim um *status quo*. Dessa maneira, a categoria território torna-se a base para entender a dinâmica dos movimentos sociais que veem, na conquista da terra e da implementação da reforma agrária, a saída contra as desigualdades sociais do campo e da cidade.

Ao explicar a ação dos movimentos sociais nos territórios, Fernandes (2000; 2008) compõe dois conceitos: os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais. O conceito de movimento socioespaciais é utilizado “para denominar os movimentos que têm o

espaço como trunfo”. Ele constrói esse conceito de movimento a partir da análise da ação do MST, não só na sua forma, “mas também como processo” e “os significados de suas dimensões e ações, principalmente pelas transformações causadas na estrutura fundiária e nas relações sociais, na conquista de frações do território.” Existem movimentos sociais que não têm esse objetivo, “mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais.”

Para Fernandes (2008), os “movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo”. Para atingirem seus objetivos, os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se dos processos de territorialização e desterritorialização. Assim, argumenta que os movimentos socioterritoriais têm o território como objetivo de sua luta, ressaltando a importância do território para a existência dos movimentos sociais. Como exemplos, destacam-se os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos, que podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, porque criam relações sociais para tratar diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

Os movimentos sociais que lutam por frações do espaço com o objetivo de territorializar veem no território a possibilidade de materialização de suas lutas e no ato de produzir relações sociais, o ato de produzir o território. A territorialização das ações promovidas pelos movimentos sociais mostra que o território vem se constituindo em um processo contraditório, revelando as especificidades do espaço geográfico.

Segundo Fabrini (2011, p. 103), as categorias movimentos sociais e território se relacionam em uma ordenação social que se estabelece de “baixo para cima” e isto ocorre quando a sociedade civil assume o poder sobre o espaço, em “uma dimensão política construída a partir da base.” Quando a organização se dá em forma de movimentos sociais, a base das políticas a serem realizadas no território é por eles construída. Sobre o estudo da Geografia e movimentos sociais, Mendonça destaca que:

A geografia e os movimentos sociais são uma temática de relevância para as pesquisas, na medida em que as demandas colocadas por esses atores sociais têm incomodado, sobremaneira, a ação e a atuação dos geógrafos. Essa ação, que é política e científica, tem significado não apenas enquanto cidadão e/ou enquanto ser social e político, mas, efetivamente a partir das múltiplas relações que se podem e devem estabelecer com as realidades geográficas. Apenas, recentemente, os geógrafos despertaram para a pesquisa sobre

movimentos sociais, tendo como preocupação fundamental compreender a produção do espaço e o ordenamento territorial decorrente, a partir das reivindicações e ações políticas empreendidas pelos sujeitos políticos e sociais construtores do território. (MENDONÇA, 2004, p. 355).

Dessa forma existe a necessidade de aprofundar sobre a categorias movimento social e território, na Geografia, tendo em vista que esses estudos foram e são temas de pesquisas da Sociologia, Antropologia e da historiografia, além de outras ciências sociais. Para Mendonça (2004), existe uma:

Necessidade de compreender a ação política, mediante a reestruturação produtiva do capital e os rebatimentos promovidos no trabalho que influenciaram, sobremaneira, a ação dos movimentos sociais, possibilita um repensar da ação política e dos instrumentos tradicionalmente utilizados, tais como os partidos políticos e os sindicatos que enfrentam um descenso na arena societal contemporânea. Assim, a análise geográfica se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias, na medida em que as leituras do território privilegiam as abordagens hegemônicas e as necessidades do capital, sem, contudo, considerar a subordinação/sujeição dos trabalhadores, negando a contradição, as clivagens envolvidas no processo de constituição e realização do valor. (MENDONÇA, 2004, p. 355).

Nesse sentido, Mendonça (2004, p. 355) compreende que é preciso refletir sobre dois aspectos, as saber: “que não é possível uma leitura teórico-metodológica dos territórios, sem considerar a espacialização e a territorialização dos movimentos sociais” e que “há que se pensar a relação capital x trabalho como elemento fundante na produção do espaço produzindo novas arrumações espaciais.” Significa que se deve pensar o território como resultado da ação dos sujeitos sociais que ele compõe e que as configurações territoriais refletem as relações capital x trabalho que no território se realizam.

Mendonça (2004, p. 355-356) também faz uma crítica a Fernandes (2000) quando este considera a categoria movimentos sociais como uma categoria geográfica, argumentado que ainda que Fernandes tenha possibilitado “reflexões sobre a temática, a discussão iniciada ainda não obteve avanços com consistência teórica suficiente para explicitar a operacionalização da categoria sob o olhar geográfico.” Além disso, a análise de Fernandes se situou “exclusivamente, nas experiências do MST”, não tendo sido replicada para a análise da ação de outros movimentos sociais. De forma contundente, na crítica, Mendonça (2004) indaga acerca da existência de uma geografia dos movimentos sociais:

E, caso exista, onde, concretamente, está materializada. Crê-se que ainda não é possível falar de uma geografia dos movimentos sociais, mesmo porque, essa temática é bastante recente nas pesquisas e estudos de geografia, além do que, parece não ser pertinente ficar debatendo nos guetos, como nas décadas passadas, quando não se conseguia ir para além da paisagem observável. Se não existe uma geografia dos movimentos sociais, como é possível afirmar, como dito anteriormente, a imbricação da ação geográfica com a emancipação social. Certamente, há que se reformular a indagação. Existem leituras geográficas dos movimentos sociais e, isso, é fundante para compreendermos as tramas sociais, espaciais e territoriais, sem as quais, as pesquisas tornam-se meras descrições dos territórios inanimados, como se esses não apresentassem vida geográfica. (MENDONÇA, 2004. p. 356).

Assim, para Mendonça (2004), o território e os movimentos sociais devem ser analisados com base em uma concepção teórico-crítica da relação capital x trabalho, pois, no território, a reprodução das relações capitalistas de produção se apresentam com todos os conflitos e contradições.

Contribuindo para a compreensão desse debate acerca dos movimentos sociais, enquanto uma categoria teórica que permite analisar as contradições, não só do rural como também do espaço urbano, Pedon (2013, p.46), assim como Mendonça (2004), reconhece que esse é um debate recente na Geografia. Para que ele possa ocorrer deve-se, inicialmente, “identificar o problema frente ao qual o movimento se opõe, ou seja, o problema antagônico, é essencial à delimitação de seu campo de abrangência assim como da qualificação da base social.” Para Pedon (2013), um movimento social só existe:

Numa perspectiva de classe, quer dizer, se estiver inserido numa totalidade na qual a classe é uma categoria que engloba o conjunto de suas práticas concretas. Em determinados momentos, dependendo das condições conjunturais, o antagonismo entre as classes pode gerar manifestações sistemáticas que vão além das meras ações coletivas transcorridas no cotidiano. Nessa situação, reúnem-se as condições necessárias à formação dos movimentos sociais que podem vir a existir ou não. Sua real existência vai depender da capacidade dos envolvidos em se contrapor aos interesses que os mantêm numa situação de subordinação ou aos mecanismos que os mantêm fora dos processos decisórios. Essa contraposição se dá por meio da autodefinição dos movimentos, de sua singularização diante de um quadro de desigualdade fundamentado no antagonismo. (PEDON, 2013, p. 46).

Os movimentos sociais representam uma força contrária ao modo de produção capitalista, porque, na sua origem, estão presentes as contradições sociais historicamente construídas. Por outro lado, ao analisar o território como parte do processo de contradição do modo de produção capitalista, Oliveira (2004, p.40) entende que o “território é efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência.” Na lógica

contraditória das dinâmicas desiguais da produção e reprodução do capital, as desigualdades vão se agravando e se intensificando em cada território. O estudo sobre as ações dos movimentos sociais nos territórios permite compreender o território enquanto forma de expressão das contradições do modo capitalista de produção. Desse modo, a atuação dos movimentos sociais, no campo e na cidade, na luta por uma sociedade contra hegemônica, ocorre como uma resposta à lógica capitalista, tal qual ocorre com a ação do MTD, nas duas últimas décadas.

Assim, a escolha por analisar o território, a partir do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, permite centralizar o debate sobre o conceito de território e da categoria movimentos sociais, entendendo que o MTD, na sua luta expressa a contradição capital-trabalho, ou seja, o movimento se colocar contra o discurso hegemônico do capital, que, na prática, leva a classe trabalhadora ao empobrecimento.

3.1.2 Território, Trabalho e Movimentos Sociais

A produção do território pelo capital distingue os sujeitos sociais entre os que possuem e os que não possuem terra, levando esses últimos a subjugarem sua força de trabalho aos capitalistas. Se, antes, os trabalhadores, que se encontravam desempregados, eram vistos como reserva de mão de obra a ser empregada e depois dispensada, agora a lógica capitalista utiliza-se do desenvolvimento tecnológico e das transformações das relações de trabalho, para produzir o desemprego estrutural, com diferentes formas de trabalho a que submete a classe trabalhadora.

Conforme Pinassi (2008, p. 1), desde o fim da década de 1960, “o crescimento requerido pelo capital se mantém mediante níveis altíssimos de concentração da riqueza material socialmente produzida, de políticas de incentivo ao desemprego crônico.” Com isso, ocorreu a “perda progressiva de direitos trabalhistas, à degradação inigualável das condições de trabalho, entre as quais cresce a ocorrência das relações de escravidão”, fenômeno esse visto pela autor em uma escala “planetária, mas seus efeitos mais devastadores continuam a ser sentidos nos países de extração colonial.” Para ela, o “elo débil do desenvolvimento desigual e combinado do sistema sócio-metabólico do capital”, ao longo do seu processo histórico “impôs uma estrutural miserabilidade à classe trabalhadora servindo-se principalmente disso para absorver o permanente desequilíbrio causado por suas contradições”. Em consequência desse processo, surge a subproletarização do trabalho e os

novos postos de trabalho, parcial, terceirizado, subcontratado, os quais tomam forma de relações informais de emprego:

Essas diferentes categorias de trabalhadores têm em comum a submissão a um conjunto de constrangimentos: instabilidade de emprego e, portanto, de renda; desregulamentação mais ou menos forçada de suas condições jurídicas de emprego e de trabalho (em relação às normas legais ou convencionais); conquistas e direitos sociais em regressão; com frequência, ausência de qualquer benefício convencional; a maior parte do tempo, ausência de qualquer proteção e expressão sindicais; enfim, tendência à individualização extrema da relação salarial. (BIHR, 1998, p. 86).

Novas formas de trabalho, incorporadas à categoria trabalho, incluem todos aqueles que estão na informalidade como trabalhadores. Significa afirmar que trabalhadores desempregados, ainda que sem emprego ou instáveis no emprego, são trabalhadores e a sua condição é um dos resultados da mudança global do capitalismo, em que a reestruturação produtiva exclui um enorme número de trabalhadores, que dificilmente vai retomar do mercado formal de trabalho.

Vasapollo (2005, p. 89-90), quando descreve “o processo demográfico, a globalização neoliberal, a comunicação, o nível de educação, o progresso tecnológico e o desenvolvimento organizativo”, considera que esses são os fatores que influenciam a relação entre a oferta e a demanda de trabalho:

Enquanto no mundo denominado “desenvolvido”, onde estão concentradas todas as atividades científicas, o índice de desemprego varia entre 4% e 14%, no mundo dos países de médio desenvolvimento (onde estão implantadas as empresas deslocalizadas), o mesmo índice varia entre 10% e 20%. No denominado Terceiro Mundo, ao contrário, não é possível medir o desemprego porque não existem regras ou instrumentos capazes de calcular o número daqueles que têm um trabalho real. Nesse contexto, inserem-se novas figuras características da flexibilização, seja das funções, seja dos horários. (VASAPOLLO, 2005, p.16).

Conforme Thomaz Júnior (2003, p. 83), “é fato que a reestruturação do capital também chegou ao campo e junto com ela o aguçamento das contradições que redefinem amplamente a dinâmica da gestão societária do capital sobre o trabalho e da sociedade em geral.” Para ele, a reestruturação do capital, ao chegar ao campo, faz surgir novas territorialidades, atribuindo diferentes sentidos para o trabalho, tais como, a pluriatividade; as movimentações por melhores salários e condições de trabalho. Nesse sentido, Martin (1997) destaca a:

Importante tarefa dos geógrafos na busca da compreensão desse aparente paradoxo. Ao contrário de outros pesquisadores, os geógrafos não se dedicaram muito ao estudo dos movimentos sociais, mesmo quando esses movimentos têm uma nítida dimensão espacial. (MARTIN, 1997. p. 26).

Para a Geografia, a questão territorial ultrapassa a simples busca do lugar e do trabalho, para atingir todas as dimensões do espaço. No Brasil, a classe trabalhadora inseriu-se no processo de urbanização via industrialização que ocorreu na metade do século XX. Nesse processo, a reestruturação do modo de produção capitalista intensificou a mobilidade dos trabalhadores no país. Thomaz Júnior (2003, p. 84) descreve a mobilidade dos trabalhadores como “parte do processo expropriatório e de dominação do capital que até hoje (re) definem os fluxos migratórios cidade-campo.” Nesse sentido, a luta pela terra, as elevadas taxas de desemprego e de precarização das condições sociais do trabalho e demais consequências são advindas dos rearranjos provocados pelo metabolismo do capital.

Mészáros (2002) analisa a reestruturação do capital e o seu rebatimento na classe trabalhadora e observa que os trabalhadores estão sendo reduzidos à condição de “força de trabalho supérflua.” Para o autor, essa é “uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341). Nesse sentido, a flexibilização dos direitos trabalhistas serve como disfarce para mascarar a realidade. Ou seja:

Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como “práticas trabalhistas flexíveis” – um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações de tempo integral. (MÉSZÁROS, 2002, p 342).

A reestruturação do capital leva a classe trabalhadora a perder direitos fundamentais nas leis trabalhistas, porque é obrigada a aceitar acordos estabelecidos sob os princípios do capital, que desregulizam ou fragilizam as leis trabalhistas e impactam sobre a produção da existência dos trabalhadores. Nesse contexto:

O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar e inventar novas formas de atuação, autônomas, capazes de articular intimamente as lutas sociais,

eliminando a separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, num lado (realizada pelos sindicatos), e ação político-parlamentar, no outro pólo (realizada pelos partidos). Essa divisão favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores. (MÉSZÁROS, 2002, p.19).

Cabe aos movimentos sociais traçarem estratégias para superar as questões que levam os trabalhadores à miséria, à pobreza, ao desemprego. Ao se associarem a outros trabalhadores, nas mesmas condições, esses sujeitos sociais constituem uma identidade e consciência de classe. No caso do MTD, a atuação dos diferentes sujeitos sociais que formam o conjunto dos seus militantes revela as contradições oriundas dos impactos causados pela reestruturação do capital sobre a classe trabalhadora, especificamente sobre os trabalhadores desempregados, que vivem nas periferias urbanas em situação de trabalho precarizado, muitas vezes, invisíveis socialmente. Segundo Thomaz Júnior (2012, p. 4-5), “a invisibilidade social [...] tem na exploração da terra indicações imprescindíveis para que possamos identificar a amplitude e a dimensão dos processos de dominação, controle social, no contexto da luta de classes.”

De todas as formas, a mundialização do capital e a reestruturação produtiva dela decorrente intensificam as lutas dos movimentos sociais que têm o território como objetivo de suas práxis. Thomaz Júnior (2012, p. 4) compreende que “é por dentro do processo social, reconstruído à luz da destrutividade imposta pelo capital, que se materializam os conflitos territoriais e, por via de consequência, os desafios para os trabalhadores diante da irreformabilidade do capital.” Os impactos resultantes do processo de reestruturação do capital sobre a classe trabalhadora fazem com que aconteça um constante movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho. Esse movimento gera uma dinâmica geográfica que permite compreender a realidade social e territorial, em que estão inseridos os sujeitos sociais e a sua relação com o mundo do trabalho. São partícipes desse movimento grandes frações de trabalhadoras e trabalhadores que hoje se agrupam no MTD, muitos deles expulsos do campo vagueiam pelas periferias de grandes centros urbanos. Como outros trabalhadores, os militantes do MTD espacializam o conflito de classes, criam e constroem, por dentro de um mesmo conflito, “territórios da resistência” (THOMAZ JÚNIOR, 2012).

Da mesma maneira como aponta Thomaz Júnior (2013, p. 5), quando se refere à luta camponesa, a luta do MTD também carrega em si o sentido de que a ação que realizam “não é um a priori, tampouco uma essência identificada por características próprias, mas se constituem através e por meio da ação histórica dos sujeitos-atores como expressões vivas das

contradições da luta de classes”, pois as ações do MTD nos territórios trazem consigo a história de vida dos sujeitos sociais, o seu processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; representa a mobilidade geográfica da classe trabalhadora no território e a forma como essa se movimenta sob os impactos das “crises cíclicas” do capital. Em todo percurso histórico e geográfico desses sujeitos sociais estão impressas as suas formas de produção e reprodução da vida.

4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO OBJETO DE ANÁLISE

Na crítica marxista, os movimentos sociais são vistos como sujeitos imersos em “processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural.” (GOHN, 1997, p. 171-172). A concepção de movimento social empregada pelos pesquisadores das ciências sociais, porém, apresenta duas categorias básicas do pensamento marxista.

Conforme Gohn (1997), primeira estaria ligada ao jovem Marx e concentraria os “seus estudos na consciência, na alienação e na ideologia”, assim, estaria vinculada a “uma tradição histórica humana”, que teve influência nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e da Escola de Frankfurt, após a Segunda Guerra Mundial. Na outra corrente, estariam os trabalhos do Marx “maduro”, depois de 1850, e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, nos quais conceitos básicos são formulados, tais como: formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação e mais-valia.

Na primeira compreensão, importa, principalmente, a análise da emergência histórica das lutas sociais e dos sujeitos que as constituem, das relações que estabelecem entre si e em relação ao Estado. Caberia ao movimento operário, partido político, sindicato e aos intelectuais orgânicos a missão, na história, de mudar a sociedade marcada pela desigualdade social, para uma sociedade mais igualitária. Na segunda perspectiva, têm relevância principal as lutas de classes, sendo a classe operária/trabalhadora aquela que protagoniza as ações dos sujeitos sociais no mundo capitalista. Por meio dessa análise, o “conflito entre capital e trabalho gera a luta de classes, principal motor da história”. Nesse contexto, Marx entende que a “classe operária industrial tem primazia no processo de luta social e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais.” (GOHN, 1997, p.177). Este trabalho considera, principalmente, a segunda perspectiva de análise, mas, para isso, entende que é necessário ampliar o conceito de classe social, enquanto categoria teórica nos estudos sobre os movimentos sociais.

De acordo com Sader (1988), a primeira perspectiva de análise dos movimentos sociais leva em conta uma análise dos sujeitos dos movimentos, que lutam em torno de uma bandeira comum, sendo originários de diferentes classes sociais, mas, juntos se manifestam em torno de uma essência. Assim sendo, a formação de movimentos sociais, desta perspectiva, implica em uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração

mental, enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática, enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, os movimentos sociais “fazem cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente”. Esse processo acontece porque os movimentos sociais são constituídos por sujeitos oriundos da desigualdade social, portanto, são sujeitos que compõem a estratificação social. O entendimento de combinações de classes sociais que Sader (1988) apresenta, entretanto, apesar de ser importante no sentido da caracterização de diferentes movimentos sociais, não reflete os sentidos desta pesquisa, pois nele está implícita a fragmentação do conceito ontológico de classe trabalhadora, quando subdivide as classes sociais em frações de classe. Classe social, assim, “designa uma condição comum a um conjunto de indivíduos”, categoria que é “alterada pelo modo mesmo como é vivida” (SADER, 1988, p. 48).

Nesta pesquisa, no entanto, optou-se por compreender classe social como um conjunto de sujeitos sociais que está nas mesmas condições no processo de produção e reprodução de suas existências; sujeitos trabalhadores, portanto. Esta posição dialoga, mais proximamente, com a segunda perspectiva apontada por Gonh (1997), visto que, nela está ressaltado o protagonismo dos trabalhadores no campo de luta em uma sociedade capitalista.

Isto posto, compartilham os mesmos objetivos de luta social os sujeitos sociais que possuem consciência de classe e se reconhecem como trabalhadores. Para Marx (1999), uma classe social só tem consciência de si mesma quando ela sabe que está lutando contra outra classe. Ou seja, para os trabalhadores, a luta de classe se revela contra aquela classe que oprime a classe trabalhadora. Na análise marxista “sobre as condições sociais que permitem esta superação”, a luta de classe se dá a partir da consciência; da superação da alienação entre os homens. Os sujeitos sociais vão se identificando no processo contraditório do capitalismo, ao mesmo tempo em que sofrem com a alienação idealizada nas formas de produção. Quando isso ocorre, eles buscam, nos movimentos sociais, uma consciência de classe de interesse do coletivo, na qual se manifestam os interesses comuns:

E a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração social cria a possibilidade de formação de uma consciência de classe. Porém, apenas quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvendo, portanto, uma ideologia própria de classe, é que se pode falar da existência de uma práxis política de classe. (SCHERER-WARREN, 1989, p. 34).

Porém, a práxis política de classe só vai se materializar e ter êxito contra exploração capitalista se os sujeitos sociais envolvidos conseguirem se organizar e explorar as

contradições existentes no capitalismo. Assim sendo, a superação daquilo que divide a classe trabalhadora entre os que possuem e os que não possuem consciência de classe se concretiza. Scherer-Warren (1989) critica, entretanto, o distanciamento entre a teoria e a prática, quando uma e outra se distanciam. De acordo com a autora:

Segundo Marx, a teoria como tal é inoperante, tendo sua razão de ser enquanto teoria crítica e quando sua eficácia se comprova na prática. A passagem de uma teoria crítica a uma práxis revolucionária pode se dar através do movimento de libertação da classe social oprimida – no caso, o proletariado. Porém, “nem a teoria por si mesma pode emancipá-lo, nem sua existência social por si só garante sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação”. A teoria crítica atua, assim, como um elemento de formação desta consciência. (SCHERER-WARREN, 1989, p. 25).

O termo práxis, na obra de Marx, constitui-se como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens. De acordo com Gohn (1997), a práxis expressa uma ação:

[...] transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito de práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo do trabalho. A práxis política surge como articulador entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, mediada pelas condições de desenvolvimento do processo social. (GOHN, 1997, p. 176).

Os movimentos sociais carregam na sua bandeira a luta social materializada na práxis. Para os movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, a práxis vai se constituir no território e na construção de uma identidade coletiva de sujeitos sociais que saem da sua condição de submissão e alienação para se constituírem enquanto sujeitos sociais críticos, no coletivo. Ao formular a ideia de práxis revolucionária, Marx fez a crítica ao socialismo utópico e propôs o socialismo científico, como expressão do movimento proletário concreto, libertado de toda a opressão sofrida pela classe trabalhadora.

4.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E O NEOLIBERALISMO

O contexto de ação e formação dos movimentos sociais, a partir da década de 1980, perpassa pelo projeto neoliberal idealizado, pela “classe capitalista corporativa” e no processo de reorganização do capital e das hostes capitalistas. Para Harvey (2016), este projeto foi uma resposta da classe capitalista que se sentia “intensamente ameaçada política e economicamente no fim dos anos 1960 e durante os anos 1970.” Conforme Alves (2018, p. 35), a partir da metade da década de 1970 e durante a década 1980, “as corporações capitalistas, sob o comando do capital financeiro, promoveram um profundo processo de reestruturação do capital”, com vistas a “retomar o aumento da taxa de lucratividade”. A reestruturação do capital, ocorrida nesse período histórico, e a emergência do capitalismo global promoveram profundas reestruturações no modo de produção capitalista, tais quais destaca o autor:

1. reestruturação produtiva (de base tecnológica-organizacional, incluído a nova divisão organização do trabalho e o modelo de organização da grande empresa); de base salarial-contratual (“flexibilização” da legislação trabalhista); e de base sociometabólica (espírito do Toyotismo e valores-fetiches do capital);

2. reestruturação política e geopolítica (políticas neoliberais, fortalecimento das tecnocracias globais tais como FMI e Banco Mundial, novas estratégias geopolíticas do bloco hegemônico do capital (EUA, Japão e Europa Ocidental)). (ALVES, 2018, p. 35).

Desde o início dos anos 1970, diferentes movimentos sociais dos países centrais pressionaram por reformas, que estavam em desacordo com os interesses dos capitalistas e de grandes grupos empresariais. As lutas protagonizadas pelos movimentos despertavam à consciência parcelas importantes da classe trabalhadora, desenhando-se como “uma ameaça global ao poder da classe capitalista corporativa”. Os anos de 1970 foram marcados pelo aprofundamento da luta de classes-sindical e política, nos países do capitalismo central (representados pelos Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental), pelo avanço das políticas sociais, rechaçado pela classe capitalista corporativa. Os conflitos gerados no período levaram à ruína a social-democracia nos países centrais e ao avanço da “nova direita”, marcado pela ascensão de Thatcher (em 1979), no Reino Unido, e de Reagan (1980), nos EUA. (ALVES, 2018).

As mudanças ocorridas na esfera produtiva, com a reação do mundo capitalista em relação à luta dos trabalhadores, conforme Harvey (2016), barraram o avanço de movimentos revolucionários em Moçambique, Angola, China etc.; a possibilidade crescente de influências

comunistas em países como Itália e França; e o avanço de forças progressistas na Espanha e nos Estados Unidos, cujos “sindicatos produziram um congresso Democrata que era radical nas suas intenções”. Assim, o neoliberalismo impôs perdas à classe trabalhadora, sustentadas pela ação política “gerada pela alternância de conservadores e sociais-democratas na administração do mesmo modelo”, em países de todo o mundo capitalista.

No plano econômico, em países do capitalismo periférico (demais países capitalistas que não vivenciaram uma trajetória de avanços na proteção social e trabalhista), o projeto neoliberal passou por duas etapas diferenciadas: a partir dos anos de 1980, prevaleceram as “reformas de primeira geração” com prioridade de ajuste anti-inflacionário e, no decênio seguinte, predominou a “Consenso de Washington”, que estabeleceu critérios impositivos aos países de economia periférica para adesão à agenda neoliberal e ingresso no mundo globalizado, a saber: disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários; reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos, a fim de que as empresas pagassem menos tributos; privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais, quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores; abertura comercial e econômica dos países e diminuição do protecionismo, proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro e desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

Com essas duas etapas, houve a deterioração da renda da população, provocando, assim, uma rápida desintegração da chamada velha indústria, em prol da substituição de importações. Com isso, também aumentou a vulnerabilidade da economia frente à descontrolada saída de capitais externos (KATZ, 2016, p 82-84). No caso do Brasil e dos outros países da América Latina, as decisões políticas foram todas tomadas com base na receita do Consenso de Washington, no discurso de “desenvolvimento” e com os Estados-nacionais submetidos às decisões dos países centrais, detentores do poder político e do capital. O sistema do capital, desde sua origem e, mais ainda, com as regras definidas após os anos 80, conforme Mészáros (2007, p. 61), “moveu-se inexoravelmente em direção à “globalização.” Para isto, “procurou demolir todos os obstáculos que se encontravam no caminho de seu pleno desdobramento; e cumpre que continue a fazê-lo enquanto o sistema sobreviver.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 61).

No contexto da mundialização do capital, os capitalistas descentralizam parte do capital dos países centrais e levam para os países periféricos, onde a mão-de-obra é mais barata. Porém, para a descentralização do capital funcionar, criou-se uma série de projetos,

permitindo dessa maneira a viabilização da política neoliberal. Esses projetos tinham como meta “reduzir tarifas e fortalecer o capital financeiro, pois o capital financeiro é a forma mais móvel do capital”. Assim, a classe capitalista, de uma só vez, consegue, por meio do capital financeiro, expandir-se territorialmente e conter o avanço das lutas sindicais (HARVEY, 2016). A descentralização da produção ou a fragmentação sistêmica é “capaz não apenas de propiciar a otimização de custos através de uma reconstituição da hierarquia capitalista, mas, de promover, através da fragmentação da classe, um novo patamar de controle da produção pelo capital”. Com a “dissolução dos coletivos operários atesta a descentralização como uma ofensiva do capital na produção. O enxugamento do centro e a dispersão da periferia incorpora a lógica secular do divide *et impera*.” (ALVES, 2001, p. 204-205).

Assim, o projeto capitalista privatizou e desregulou a economia e gerou o desemprego. Além de gerar desemprego nos países periféricos e transferir empregos para fora do país, um terceiro componente ocorreu, qual seja a mudança tecnológica e a desindustrialização, produzida pela automação e robotização industrial. Ou seja, os capitalistas acreditavam que a robotização era a solução para “esmagar a classe trabalhadora”. Porém, o rebatimento desse projeto nos países periféricos aprofundou as desigualdades sociais e aumentou a dívida externa. Para Antunes (2001), o projeto do neoliberalismo e a:

Reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotada de forte caráter destrutivo, tem acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2001, p 35).

As lutas dos movimentos sociais, em tempo de reestruturação do capital, expõem, portanto, as contradições do capitalismo, escondidas naquilo que Santos (2000, p. 17) denominou como “o mundo como fábula”:

Confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a

história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada. Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos (M. Santos, A natureza do espaço, 1996) para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal. (SANTOS, 2000, p. 17).

O avanço das tecnologias informacionais voltadas para a produção industrial e às atividades de gestão e finanças beneficiaram o projeto neoliberal e os grandes grupos “puderam reorganizar as modalidades de sua internacionalização e, também, modificar profundamente suas relações com a classe operária, particularmente no setor industrial.” (CHESNAIS, 1996, p. 34). Com o uso da tecnologia nas relações entre capital e trabalho, houve um “grande aumento de produção no setor de manufaturas e nas atividades de serviços concentrados na indústria, bem como uma espetacular recuperação de rentabilidade do capital investido nesses setores.” (CHESNAIS, 1996, p. 34). A implementação da tecnologia pelos grupos industriais econômicos contribuiu, a um só tempo, com o avanço do modelo neoliberal e da programação por microcomputadores. Desta forma, os grupos industriais, ao reorganizarem a forma como se daria a sua inserção no mundo globalizado, modificaram, profundamente, as relações capital/trabalho. As desregulamentações e a flexibilização dos contratos de trabalho e a automatização, baseada nos microprocessadores, promoveram a oportunidade para a destruição das “formas anteriores de relações contratuais” e dos “meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho.” (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Alves (2009) observa que, na medida em que se rompem resistências sociais e políticas de trabalho organizado, ampliam-se as bases objetivas (e subjetivas) da precarização do trabalho. A partir de 1990, o Brasil incorpora-se na dinâmica desse processo estrutural de precarização do trabalho, inserindo-se na “nova ordem sociometabólica do capital no plano mundial”. Para o autor, acontecimentos históricos, como: a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, “tornaram-se ícones midiáticos para a proclamação da vitória gloriosa da globalização capitalista.” (ALVES, 2009, p. 190).

Nesse cenário, a hegemonia neoliberal na América Latina, com o Brasil sendo elemento-chave do “Consenso de Washington”, segue seu processo de consolidação. Com a derrota da Frente Brasil Popular, nas eleições diretas, no Brasil, em 1989, e a ascensão de

Collor/Itamar à presidência do país, em 1990, o receituário neoliberal vence politicamente e promove, socialmente, a desagregação social da classe trabalhadora, fazendo emergir “uma alteração qualitativamente nova do cenário da luta de classes no país.” Conforme Gennari (2002), neste contexto de mudanças econômica, políticas e ideológicas:

Acendeu ao poder o Presidente Fernando Collor de Mello numa coligação política que derrotou as esquerdas organizadas nas urnas, após trinta anos de ausência de eleições diretas para o mais importante cargo da República presidencialista (o povo brasileiro não recorria às urnas desde a fatídica dobradinha Jânio/Jango de 1960). Parecia a realização das propostas defendidas pelos militares e principalmente Castello Branco, qual seja: a institucionalização política do “ideário de 1964”, na medida em que, após três décadas, os setores organizados de direita lograram eleger um candidato comprometido com o *status quo*. (GENNARI, 2002, p. 34).

O governo de Fernando Collor de Melo fez emergir um cenário social e político bastante adverso à classe trabalhadora, em função da política autocrática implementada, que visou destruir o sindicalismo e as organizações de classe dos trabalhadores de setores públicos e privados, resistentes ao avanço das políticas neoliberais. Apesar da resistência dos trabalhadores, a reforma neoliberal realizada pelo governo Collor de Melo (1990/1992) promoveu “alterações na dinâmica da economia brasileira e, por conseguinte, na forma de ser do mercado de trabalho”. O modelo neoliberal implementado no Brasil levou o país a se inserir “de forma subalterna no processo de mundialização do capital” (ALVES, 2009, p. 192).

A implementação das políticas neoliberais de abertura da economia do Brasil para o capital externo prosseguiu nos governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), este último governou a partir de alianças com os setores da direita da política brasileira. Com a aliança PSDB/PFL, o processo de liberação e privatização, como aponta Gennari (2002):

Foi intensificado, a política econômica em relação ao setor externo passou a ser um elemento central de toda a política do governo, na medida em que, a política de estabilização, reconhecida pelo Governo como aspecto mais importante no curto prazo, - e na medida em que tem na âncora cambial seu aspecto decisivo, além da âncora salarial (via desindexação) - tornou deliberadamente a política econômica externa e toda a política governamental refém dos ingressos do capital financeiro internacional. (GENNARI, 2002, p. 38).

As reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor, em um cenário macroeconômico marcado pela recessão ou baixo crescimento da economia, juros elevados, abertura comercial, intensificação da concorrência intercapitalista e deterioração dos contratos salariais, em função da expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, contribuíram para a degradação do mercado de trabalho, provocando altos índices de desemprego nas regiões metropolitanas.

O alinhamento do Brasil ao projeto neoliberal, com a implementação das recomendações e diretrizes do “Consenso de Washington”, foi responsável por promover uma ampla política de privatizações de empresas nacionais, como já mencionado. No período, foram transferidas ao capital privado importantes empresas estatais, como: a Usiminas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vale do Rio Doce e a Embraer, além do setor de telecomunicações, privatizado em 1998. A Telebrás foi dividida em companhias menores e o sistema foi fracionado por regiões; a oferta das empresas se constituiu na maior privatização ocorrida, até então, no país. As privatizações das empresas públicas, no Brasil, entretanto, ocorreram em meio a intensos protestos populares contrários à dilapidação do patrimônio do Estado brasileiro. Como denunciavam as organizações dos trabalhadores à época (partidos, movimentos sociais e centrais sindicais), a política neoliberal adotada, cuja lógica baseava-se na crença do “Estado mínimo”, contribuiu para a precarização do trabalho, com a degradação e desregulamentação salarial. Mas não só no Brasil. Toda a América Latina sofreu os impactos causados em decorrência da implantação da política neoliberal. De acordo com Svampa (2007), o continente, naquele momento, atravessava:

Nuevos peligros, que anuncian la profundización del paradigma neoliberal, a través de la generalización de un modelo extractivo-exportador, acompañado éste por la acentuación de la criminalización de la protesta social, la tendencia al cierre del espacio público en nombre de la seguridad ciudadana, así como por la militarización de los territorios, la firma de tratados de liberalización comercial (TLC) y, recientemente, la aprobación de leyes antiterroristas en varios países del continente (Argentina, El Salvador, Paraguay). (SVAMPA, 2007, p.1).

Além disso, a abertura da economia, no Brasil e na América Latina, para a implementação do projeto de modernização capitalista neoliberal, com a venda do capital estatal, destruiu:

O pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. E, claro, tornando ainda mais miseráveis o

enorme contingente de assalariados que vive a brutalização mais aguda da história republicana. (ANTUNES, 2005, p.12).

Entretanto, conforme Corsi (2003, p. 17), o “fracasso das políticas neoliberais, inspiradas no chamado “Consenso de Washington”, revelado pelo crescimento da pobreza, resultante do desemprego e do agravamento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, levou a economia brasileira a um processo de estagnação e vulnerabilidade. Cabe ressaltar, entretanto, que, no contexto de reorganização capitalista, o capital não está preocupado com o trabalhador e, sim, com o trabalho, no sentido de que todo o sistema em “suas formas capitalista ou pós-capitalista é orientado à expansão e dirigido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2007, p. 58). Assim, não se encontra em discussão, para o sucesso das empreitadas capitalistas, ações voltadas à satisfação das necessidades humanas, senão de valorização do valor e da reprodução do capital. O capital tão somente está voltado para a sua própria expansão “com o fim em si mesmo, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 58).

O aprofundamento das desigualdades, entretanto, contradiz o discurso de desenvolvimento do projeto neoliberal capitalista, pois intensifica as desigualdades no território, desterritorializando populações, em virtude dos limites impostos à reprodução de suas existências. Para Haesbaert, num sentido mais amplo, a:

Desterritorialização é vista praticamente como sinônimo de globalização econômica ou, pelo menos, como um de seus vetores ou características fundamentais, na medida em que ocorre a formação de um mercado mundial com fluxos comerciais, financeiros e de informações cada vez mais independentes de bases territoriais bem definidas, como as dos Estados nações. (HAESBAERT, 2004, p. 26).

Sobre uma interpretação mais restrita, Haesbaert (2004) acredita que a desterritorialização significa um dos períodos do processo capitalista de acumulação flexível, “responsável pelo enfraquecimento das bases territoriais ou, mais amplamente, espaciais” . A desterritorialização está presente nas formas com que o modo de produção capitalista “desterritorializa” as formas de produção preexistentes para reterritorializá-las, segundo sua própria dinâmica (HAESBAERT, 2004). O neoliberalismo, enquanto um projeto econômico, segundo Harvey (2008, p. 2), envolveu muita “destruição criativa”,

[...] não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado). Mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (HARVEY, 2008, s/p.).

O capitalismo tem como propósito ampliar-se territorialmente, por meio de estratégias que lhe garante a sua reprodução. O desenvolvimento capitalista, entretanto, não está regulado por simples movimento de capitais (KATZ, 2016, p. 95) excedentes para os países empobrecidos. É ilusão pensar que as empresas transferem espontaneamente recursos da Suíça para o Brasil, ou da Alemanha para Uruguai em um cenário de capitais que sobram em país e faltam no outro. O sistema capitalista se reproduz, conforme Katz (2016), seguindo outros padrões de rentabilidade, determinados por múltiplos fatores. A localização do capital está definida pelos custos, pelos mercados e pelas expectativas no comportamento das moedas, das tarifas e dos salários. Diante disto, lembra o autor, a “fantasia globalista supõe que essa complexa estrutura histórica do capitalismo foi abruptamente dissolvida pela garantia de ideários neoclássico.” Nesse sentido, Harvey (2008, p. 2) apresenta uma crítica à concepção de neoliberalismo e ao Estado que tudo permite:

É em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, s/p).

Ou seja, a função do Estado no neoliberalismo é criar as condições para a reprodução ampliada do capital e conservar uma:

Estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. (HARVEY, 2008, s/p).

Por tanto, o neoliberalismo, além de desconstruir economicamente toda uma estrutura de mercado, promove uma institucionalização mercantil em bens sociais da

população como a terra e a água, ao privar as populações que vivem nos territórios de fazer uso desses bens, promovendo a desterritorialização principalmente das populações rurais, indígenas e quilombolas. O projeto capitalista neoliberal transforma todas as formas de relações entre homens e natureza em mercadoria. Santos (2006, p. 208-209) compreende que, quando os planos de ajustes econômicos correspondem a uma demanda de racionalidade da classe capitalista e o “imperativo da competitividade leva à aceleração da modernização” dos espaços, o “uso dos recursos sociais, a começar pelos bens coletivos, torna-se irracional”, na perspectiva dos trabalhadores. Nesse sentido, o processo de globalização do capital se apropria de bens e do espaço de forma irracional, transformando-o em um território marcado pelo antagonismo de classes. O discurso idealizado pela globalização faz entender que esse processo é uma reificação:

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. (SANTOS, 2000, p. 18).

A globalização enquanto perversidade gera o aprofundamento da desigualdade social, principalmente nos países periféricos. Segundo Ortiz (1994, p. 179), esse processo de “globalização provoca um desenraizamento dos segmentos econômicos e culturais das sociedades nacionais, integrando-os a uma totalidade que os distancia dos grupos mais pobres, marginais ao mercado de trabalho e de consumo”. Para Santos (2000), o discurso que constitui sobre a relação entre capital e Estado faz

[...] crer que deve haver menos Estado, vale-se dessa mencionada porosidade, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. (SANTOS, 2000, p. 34).

Convém ressaltar a metáfora da fábrica global para descrever de processo globalização, de acordo Ianni:

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos. (IANNI, 2002, p.19).

A globalização, para o autor, é decorrente do avanço do capitalismo “não só como de produção, mas também como um processo civilizatório de uma complexa e contraditória sociedade global.” (IANNI, 1996, p. 11). Assim, a globalização, ao se materializar, desterritorializa culturas e altera o modo de vida das populações. Nesse contexto, a “máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” capitalista. Nesse sentido, se destaca a ideia de aldeia global, para Santos (2000), onde:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2000, p.18-19).

Em análise aproximada, Harvey (2008, s/p) considera que uma “desigualdade social crescente tem sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo”. O discurso ideológico neoliberal tem como base diminuir ao mínimo a função do Estado na economia, ou seja, o Estado deve intervir o mínimo possível no funcionamento do mercado. Com isso, o neoliberalismo traz consigo o ideal de “morte do Estado” em prol de um discurso que “melhoraria a vida dos homens e da saúde das empresas, na medida em que [a liberdade do

mercado] permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver.” (SANTOS, 2000).

Conforme Harvey (2008), o projeto neoliberal dos “últimos trinta anos, está fundado no utopismo liberal”, em que todos são iguais perante o mercado (HARVEY, 2008). Entretanto, adverte o autor, “não há nada mais desigual do que tratar desiguais como iguais”, evidenciando, dessa maneira, que a “ideologia da liberdade de troca e da liberdade de contratos nos ludibria a todos” (HARVEY, 2008). Ao reduzir a importância do Estado a um Estado mínimo de amparo social, o capital desestruturou as suas empresas e o arranjo produtivo territorial. Todo esse processo levou a desigualdade a ser uma “desigualdade estrutural”, que “logo se tornou disparidade de renda entre diferentes classes, estratos sociais e regiões, levando rapidamente à polarização social.” (HARVEY, 2008).

A “desigualdade estrutural”, apontada por Harvey (2008), leva à precarização do trabalho, na visão de Alves (2009, p.189), e “decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe”, ou seja, insegurança de emprego, de representação de contrato que “emerge numa textura histórica específica, a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal”. O Estado neoliberal constitui-se, assim, como base objetiva da intensificação, da espoliação e da exploração da força de trabalho e o “desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego.” (ALVES, 2009, p.189).

Para se compreender a atual fase de competição global, de acordo com Vasapollo (2005, p. 17), é “necessário vinculá-las à análise da organização do ciclo produtivo, às características do tecido produtivo e social, ao papel do Estado, às relações entre as regiões internacionais e suas estruturas econômicas, aos interesses de domínio” da expansão global que permeiam o conflito entre empresas como “polos geoeconômicos”. Esses problemas estão todos interligados “frequentemente dependentes, desde a passagem do fordismo para o pós-fordismo”. Vasapollo (2005, p. 17-18) entende que se encontra aí o período de transição da produção, do “consumo maciço de sistemas de produção ao da distribuição flexível”. Conforme Vasapollo (2005, p. 20), o atual processo de mundialização capitalista apresenta-se na forma de domínio das bolsas de valores e da financeirização da economia, em conflito direto com qualquer forma de melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Katz (2016, p. 96-97), ao analisar o processo da mundialização do capital, acrescenta que a “liquidez global flui com mais rapidez e intensidade do que no passado, mas o faz a partir da mão de empresas transnacionais que realocam a sua produção em certas regiões já

ligadas ao capital global.” O neoliberalismo promove a competitividade e a mercantilização da ação humana, pelo consumismo e incentivando o empreendedorismo competitivo.

Para superar essa realidade, Katz (2016, p. 81) aponta que “a reversão desta etapa exigirá grandes vitórias populares impostas de baixo para cima”, por meio do protagonismo dos movimentos sociais, organizados e unidos da cidade e campo.

4.2 PARA ALÉM DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: OS MOVIMENTOS SOCIAIS CLASSISTAS

Sobre a gênese e identidade dos denominados novos movimentos sociais (NMS), Kärner (1987, p.24) entende que a “composição social de um movimento é, por certo, sempre especificamente de classe ainda que não represente uma única classe homogênea.” Para o autor (KÄRNER, 1987, p. 33), os movimentos sociais são “como processos coletivos de comunicação realizados por indivíduos, em protesto contra as situações sociais existentes.”

Segundo Scherer-Warren (1987, p. 36/41), os denominados “movimentos sociais tradicionais” surgem enquanto “expressão de uma sociedade industrial dividida em classes sociais, nas quais está inserido o proletariado submetido ao mundo da produção e exploração de sua força de trabalho.” As lutas sociais são resultado dos processos históricos, pelos quais a classe trabalhadora, denominada, no conceito marxista, de proletariado, apenas possui a força de trabalho. Para Scherer-Warren:

Os movimentos sociais propriamente ditos são o momento de integração da práxis com o projeto através de uma ação grupal para transformação e práxis voltada para a realização dos mesmos objetivos o projetos sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (ideologia) e sob uma organização diretiva definindo a sua direção. (SCHERER-WARREN, 1987.p. 37).

As identidades destes NMS, segundo Scherer-Warren (1987, p. 39), se constroem a partir de dois planos², um deles se dá com o reconhecimento do povo “(sentido mais abrangente do que de classe proletária) das condições materiais do capitalismo contemporâneo e de suas variadas e sobrepostas formas de opressão”; identidades bem mais amplas do que os antagonismos que ocorrem no mundo das relações de produção entre proletariado e burgueses.

² O segundo plano diz respeito à internacionalização de uma cultura crítica que vem penetrando os movimentos populares (SCHERER-WARREN, 1987.p. 40).

Para Gohn (1997), o movimento social, enquanto um sujeito social coletivo:

Não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. Compartilhamos a idéia de Hobsbawm quando afirma que as identidades são múltiplas, combinadas e intercambiáveis. Ao contrário da política de identidades construídas pelo alto, usualmente de forma homogênea (nos termos criticados por Fraser, 2001), a identidade política dos movimentos sociais não é única, ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural- relativa não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral. (GONH, 1997, p. 10).

Dessa forma, os interesses das organizações políticas tradicionais confrontam com os novos ideais dos movimentos sociais que não querem “adiar para um futuro distante aquilo que ela pode exigir no presente, como o sonho de uma sociedade livre e humana a se realizar na prática da luta no cotidiano.” É necessário compreender a dimensão da vida social que esse sujeito está inserido, como essas relações são construídas no seu lugar de vivência, na rua, bairro, no trabalho, enfim no seu mundo social. Os novos movimentos sociais são vistos por Telles:

Como condição de possibilidade de luta contra as condições impostas, na institucionalidade vigente percebiam-se os fundamentos da exclusão e controle sobre os trabalhadores. Em segundo lugar, tendo sido percebidos como expressão da capacidade de auto-organização dos trabalhadores, através de sua descrição e caracterização, construíram-se as evidências de sua importância enquanto alternativas aos sindicatos e partidos tradicionais, vistos como lugares que “desde sempre” garantiram e instrumentalizaram a subordinação e heteronímia das classes subalternas. Em terceiro lugar e como desdobramento do anterior, as novas formas de participação foram vistas como elementos portadores de futuro. Foi nelas que muitos autores se apoiaram para pensar os movimentos populares como agentes de uma transformação sentida como necessária. (TELLES, 1987, p. 59).

Nesse sentido, é necessário analisar os movimentos sociais o significado por eles assumidos na gênese da sua formação. Conforme Telles (1987, p.65), “esses significados são construídos no interior de uma nova percepção do lugar onde se articulam as práticas coletivas dos trabalhadores.” Isso significa dizer que os movimentos sociais constroem na práxis a sua própria forma de atuação junto a classe trabalhadora que não é representada pelas instituições formais, como sindicato e partido político, que veem a classe social como

heteronímia. Os movimentos sociais criticam o entendimento de sociedade pelo conceito de heteronímia, pois compreendem que esse conceito constitui uma consciência a discernir um valor moral de sociedade que mantem o *status quo* de submissão dos trabalhadores.

Para Gohn (1997, p. 119), “quando se fala em movimentos sociais a partir de 1970, a teoria que vem à mente é a dos “novos” movimentos sociais, porque foi construída a partir da crítica à abordagem clássica marxista”. A expressão “novos” movimentos sociais foi:

Cunhada na Europa, nas análises de Clauss Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho. (GOHN, 1995, p.44).

Ao se referir à terminologia de “novos” movimentos sociais, Gohn procura situar os “novos” em relação aos movimentos classistas. Compreende-se os movimentos sociais como resultado das contradições sociais geradas no modo de produção e apropriação do capital, que leva a classe trabalhadora para uma precarização, não apenas nas condições de trabalho, mas na sua vida social. Corrobora sobre movimentos sociais classistas Pinheiro (2010), quando descreve que os movimentos sociais:

Se apresentam e, mais importante do ponto de vista metodológico, ao fazerem a crítica da sociedade capitalista a partir do lugar que sua base social ocupa nas relações sociais de produção, esses movimentos fornecem à pesquisa empírica o material necessário à observação da determinação recíproca entre práticas sociais e concepção social. (PINHEIRO, 2010, p.148).

Do ponto de vista classista, o autor acrescenta que os movimentos sociais:

Impõem também uma distinção sobre outros movimentos sociais, O adjetivo classista é atribuído àqueles movimentos que adotam a perspectiva de classe do lugar que sua base social ocupa nas estruturas sociais, ou seja, não se aplica a outros movimentos que não adotam essa perspectiva, embora apresentem elevado senso crítico (incluindo retórica classista, mas não perspectiva) em relação ao *status quo* e suas demandas e/ou objetivos possam ser identificados como de classe. (PINHEIRO, 2010, p. 149).

Montaño e Durigetto (2011, p. 310-311) contribuem para o aprofundamento do debate sobre os “novos” movimentos sociais, quando considera que o “universo teórico e político dos chamados ‘Novos Movimentos Sociais’ (NMS) é relativamente amplo.” Os autores analisam os NMS, situando-os em três grupos. No primeiro, a abordagem é feita por

autores da teoria conhecida como “acionalista”. Fundada por pensadores europeus, não pertencentes à corrente teórica marxista, esse grupo tem os seus princípios “inspirados pelos acontecimentos do “maio francês³”. Nessa vertente, o “novo” dos NMS é visto por sua “constituição heterogênea, composto por identidades diversas, seu caráter não classista e sua luta que não visa à transformação social, mas a mudança pontual”. Eles compreendem a sociedade desarticulando o econômico do político e do social. Os NMS (movimentos de luta e pressão fora da esfera da produção, mais vinculados ao mercado de consumo) tornaram-se hegemônicos nos 1970 e 1980. Nos anos 1990, é inegável a incidência dessa teoria na perspectiva pós-moderna, sob a influência de Alain Touraine e Tilman Evers.

No segundo grupo, a abordagem dos NMS é feita pela chamada “esquerda pós-moderna”, formada dos segmentos inspirados nas “teorias acionistas.” Esse grupo “negava a herança tanto das bases teóricas do marxismo – divisão da sociedade em classe; luta política revolucionária – quanto a vitalidade das organizações clássicas (partido e sindicato)”, considerando-os ultrapassados para as “demandas dos novos movimentos sociais, agora fundamentalmente circunscrita ao universo da cultura e da reprodução social”.

Por fim, o terceiro grupo, formado por “segmentos marxistas e comunistas que se descolavam da dogmática stalinista preocupavam em incorporar as demandas dos NMS nas lutas de classe e nas formas de organização clássicas herdadas de Marx e Lenin”, assim como os partidos políticos e sindicatos. Tratava-se então de “incorporar as lutas dos NMS – lutas que se desenvolviam fora do mundo da produção”, da relação capital e trabalho, “à luta política revolucionária”. Neste contexto, o “desafio para esses segmentos era adequar as organizações clássicas dos trabalhadores e a estratégia revolucionária à essa nova conjuntura das lutas sociais” (MONTAÑ; DURIGUETTO, 2011, p. 310-311).

Merece destaque a visão de Bihl (1998) sobre os NMS. O autor analisa o surgimento desses movimentos, baseado em duas características: a primeira está relacionada aos movimentos sociais que atuam fora da esfera imediata do trabalho e da reprodução da força de

³ A imaginação no poder! Tomemos o céu por assalto! Sejamos realistas, exijamos o impossível! Com estas consignas recorda-se comumente o maio francês de 1968. O imperialismo e seus servos, ocultam que foi um movimento onde os estudantes e trabalhadores tendiam a confluír na luta contra um sistema capitalista que chegava ao fim de sua recuperação, depois do boom econômico que se produziu logo depois da Segunda Guerra Mundial. Este fim levou o presidente De Gaulle, em 1967, a decretar a reforma da Segurança social dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, um plano que dificultava a grandes setores o acesso à universidade. Também regulamentos internos nos colégios secundaristas que impediam a atividade política. Ou seja, uma ofensiva em toda linha contra os trabalhadores e o povo. Apenas anunciada, começou a resistência em setores de trabalhadores, estudantes universitários e secundaristas. Tudo isso combinado à repressão feroz do imperialismo francês contra a guerra de independência da Argélia e a perda de posições na Indochina/Vietnam, onde teve que se submeter ao imperialismo yanke para derrotar a guerra de liberação. Acessado em 21/07/18, disponível <http://www.esquerdadiario.com.br/O-maio-frances-quando-estudantes-e-trabalhadores-desafiaram-o-poder>.

trabalho, dos sindicatos, sendo que seus protagonistas não estão envolvidos diretamente nas formas organizacionais e ideológicas do movimento operário. A segunda refere-se aos NMS que possuem, em sua maioria, uma postura anti-Estado e anti-partidos políticos revolucionários. Ou seja, são movimentos sociais denominados (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) como não classistas, constituídos por identidades diversas, em suas lutas, as quais consideram que não estão na esfera da relação capital e trabalho, na luta de classe, e sim no âmbito de mudanças pontuais. Na contramão desta compreensão, entendendo que a crise estrutural do capital, das décadas de 1970 e 1980, conduz uma parcela dos trabalhadores para o desemprego estrutural, os movimentos sociais classistas lutam contra as precárias condições imposta aos trabalhadores no mundo no trabalho.

Para Bihl (1998, p. 143), a década de 1970 presenciou, de forma muito rápida, principalmente nos países ocidentais, o que então se denominou como NMS, conhecidos como movimentos ecológicos e antinucleares e pacifistas; movimentos regionalistas e de âmbito nacional; movimento urbanos; movimentos feministas e, de modo mais amplo, antissexista. O surgimento desses movimentos fez nascer também, conforme o autor, novas “práticas alternativas, que se dizem mais ou menos em ruptura com a ordem existente”, as quais apresentaram-se com um duplo caráter: Por um lado, em razão de o seu “terreno de mobilização e as questões em jogo de suas lutas” situarem-se, quase sempre, “fora da esfera imediata do trabalho e da produção, para concernir a aspectos da vida social que não parecem diretamente determinados pelas relações capitalistas de produção”, ou por “seus protagonistas manterem, em geral, em uma relação de indiferença, ou mesmo de hostilidade, em relação às formas organizacionais e às referências políticas e ideológicas do movimento operário.” A crítica de Bihl (1998) está no esvaziamento desses movimentos de elementos referentes à relação capital/trabalho.

Compreender a significação e a importância dos NMS e das suas “práticas alternativas” impõe, ao pesquisador, a análise do processo de apropriação capitalista da práxis social, do “processo pelo qual a prática social, em seu conjunto, submete-se aos imperativos da reprodução do capital, sendo, em consequência, remodelada tanto em suas formas como em seus conteúdos”. Logo, a “reprodução dessa relação social central, que é o capital, depende de elementos e de condições que sua dinâmica econômica (seu processo cíclico de acumulação) sozinha não tem possibilidade de garantir.” (BIHL, 1998, p. 144).

Ainda de acordo com Bihl (1998), as relações sociais estão submetidas à lógica do processo de reprodução mercantil e às condições sociais de circulação do capital e a reprodução dessa relação social exige que todas as relações sociais (e não apenas somente as

relações de produção) sejam submetidas à lógica da equivalência de trocas nas relações mercantis. Assim, a grandeza e a miséria dos NMS estão inseridas no conjunto dos processos que se desenvolveram a partir de 1970, requerendo uma nova leitura das formas de produção impostas pela política econômica que descentralizou o capital naquele período. (BIHR, 1998, p. 152).

Mesmo com toda a diversidade de objetivos e de terrenos de atuação, os NMS, de acordo com Bihl (1998), “apresentaram alguns traços comuns”: ou por terem os seus terrenos e objetivos fora da esfera do trabalho e da produção, ou por que foram caracterizados por uma desconfiança comum para o Estado e partidos políticos, devido à forma como se implicavam com a apropriação capitalista da práxis social, ou pela sua “incapacidade de dominar as crises sociais que dela resultam”. Os NMS “desenvolveram uma crítica contestatória”, quando problematizaram, de maneira mais ou menos radical, um aspecto particular das condições gerais de existência resultantes da apropriação capitalista da práxis-social, atacando os poderes públicos como responsáveis por essas condições. Com isso, imprimiram, entre as décadas de 1970 e 1980, uma nova cultura política que fazia grande sucesso nas mídias (BIHR, 1998). Somente a partir da década de 1990 tornou-se possível fazer uma crítica mais profunda acerca da atuação desses NMS, suas práticas e o que deram origem, além de possíveis interesses que poderiam despertar na construção da luta de classe dos trabalhadores.

As diferentes análises realizadas em relação às crises sociais crônicas demonstraram, de maneira mais ou menos clara, que as condições da reprodução do capital ultrapassaram amplamente o movimento econômico; o seu ciclo de valorização do valor e reprodução do capital, para se estender à totalidade das condições sociais de existência. Essas análises colocaram em evidência que a luta contra a exploração e a dominação capitalista deve passar por terrenos e disputas aparentemente sem relação imediata com elas. O surgimento dos NMS colocou em evidência o fato de que tudo é ou se tornou político, desde as relações de gênero entre homens e mulheres, até a organização do espaço-tempo social e, conseqüentemente, a luta anti-capitalista.

Na perspectiva de Bihl (1998), os NMS colocaram a exigência do aprofundamento da luta política, diante da “dominação sempre maior do capital sobre a práxis social ou de qualquer luta contra o capitalismo [que] não pode mais visar senão à construção de uma sociedade autônoma, sendo essa em sua totalidade assim como em cada um de seus elementos.” Ao mesmo tempo, os NMS ressaltaram as insuficiências das bandeiras do movimento operário sob a hegemonia socialdemocrata. Enquanto as organizações sindicais estavam preocupadas com os problemas relativos à valorização da força de trabalho, dentro

dos limites da relação salarial e as organizações políticas se preocupavam com a tomada ou com o exercício do poder de Estado, os NMS e o movimento operário, reciprocamente, eram indiferentes entre si, ou mesmo hostis. (BIHR, 1998, 153-154).

Se os NMS não colocaram como questões centrais a luta de classe dos trabalhadores e seus objetivos mais imediatos, tais como: o aumento de salários ou a melhora das condições de trabalho, também as organizações sindicais limitaram a sua ação à esfera da produção, pois só raramente foram além e colocaram em questão a organização da sociedade capitalista. Nesse aspecto, Telles (1987, p. 62) considera que os movimentos sociais trazem uma nova ênfase para a sociedade, que parece “ter permitido a construção de novos critérios para reconhecimento dos trabalhadores”, para além “dos sindicatos e partidos onde tradicionalmente se procurou identificar e avaliar sua presença na sociedade.” A sociedade coloca em questão a reprodução das relações sociais num âmbito fora da fábrica, em outros momentos da vida social”. O cotidiano passa a ser o lugar da sociabilidade, onde:

Seus dramas cotidianos montados em torno das condições imediatas de vida e em torno das chamadas carências urbanas ganhavam uma nova visibilidade, armando um cenário reconhecível que fazia aparecer os trabalhadores como sujeitos de prática, cujo sentido estava na possibilidade que estas surgiram de uma revitalização da sociedade contra a institucionalidade vigente. (TELLES, 1987, p.62).

Quando os sujeitos sociais descobriram que é possível fazer política no cotidiano dos lugares onde os trabalhadores estão inseridos, ocorreu então “um deslocamento da clássica questão da constituição dos sujeitos políticos”, que “tradicionalmente ficava subsumida na relação classe-partido-Estado” e, enquanto relação, “pré-definia o espaço privilegiado e exclusivo de uma ação dotada de legitimidade, de reconhecimento e eficácia política.”

Para Montañó e Duriguetto (2011, p. 342), o debate dos movimentos sociais classistas, quando situado no âmbito da terminologia de “novos” movimentos sociais, pode permitir a compreensão de que “os sujeitos coletivos que lutam na contemporaneidade contra a dominação e a exploração capitalista ou contra seu sistema cultural sejam ‘novos sujeitos’ ou ‘novos atores sociais’”. Entretanto, eles são os mesmos movimentos sociais clássicos, sujeitos sociais de antes, se organizando de diferentes maneiras na sociedade capitalista atual.

Scherer-Warren (1987, p.35), ao analisar o caráter dos NMS, também indaga sobre a utilização da palavra “novos”. Segundo a autora, “novos”, em relação a quê? E continua, “este caráter novo dos movimentos sociais estabelece-se a partir de uma delimitação temporal-histórica ou territorial?” Ao fazerem a crítica aos NMS, destaca-se a clara tentativa dos NMS

de “secundarizar ou descartar a noção de classe social pela noção das identidades culturais, étnicas, raciais etc.”

De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), também na América Latina emergem “organizações, movimentos, sujeitos sociais, que pautam suas ações, demandas e lutas a partir de uma diversidade de temas e questões.” Mas, para eles, esse é um:

Universo multifacetado – tanto no campo organizativo quanto no campo interventivo – que constitui o denominador comum na utilização da expressão “Novos Movimentos Sociais” nas análises são diferentes apostas teóricas, perspectiva ideológicas e o significado desses novos movimentos sociais no processo de manutenção/legitimação ou transformação da ordem burguesa. (DURIGUETO; MONTAÑO, 2011, p. 342).

De acordo com Duriguetto e Montaño (2011), o surgimento ou a “eclosão dos novos movimentos foi impulsionada pela impossibilidade de gestão de um projeto societário, que abrangesse, não apenas a classe trabalhadora, mas também, toda a sociedade, que se encontrava em situação de opressão.” Para os autores, as abordagens teóricas utilizadas na análise dos NMS valorizam “os processos sociais relacionados à dinâmica interna das manifestações coletivas – as novas formas de sociabilidade e valores gerados.” (DURIGUETO e MONTAÑO, 2011, p. 331). Os “novos” movimentos que têm essas características são movimentos sociais que lutam a partir de uma perspectiva própria de identidade ou bandeira, estão mais para reformistas do que para romper ordem, ou serem anti-capitalista.

Sendo assim, tanto Bihr (1998), como Montaño e Duriguetto (2011), ao realizarem suas críticas aos NMS, surgidos a partir da crise do capital da década de 1970, reconhecem como extrema a importância da existência desse NMS e de suas lutas, ainda que desenvolvam fora da esfera do trabalho. Entretanto, destacam a necessidade de a luta do movimento operário e a luta dos NMS possuírem uma relação estreita entre si, superando os limites que inicialmente as constituíram. Montaño e Duriguetto (2011) acreditam que a denominação “novos” secundariza a luta desses sujeitos, desconectando-a da relação capital/trabalho.

No prefácio do livro “Quando novos personagens entram em cena”, Chauí descreve o contexto histórico dos novos sujeitos sociais, por meio da seguinte pergunta: Por que sujeito novo? A autora, ao situar o debate sobre esse “novo” sujeito social, anuncia que ele surge para além dos espaços tradicionais, nos quais esse sujeito social estava inserido. Agora, como destaca Chauí, eles “passam-se a definir, a reconhecer-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas.” Ou seja, é o indivíduo social em ação, junto com outro sujeito social

que também busca a mesma ação e, assim, constituem uma ação coletiva a partir das mesmas necessidades:

Antes de mais nada, porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem construídos ou designado. Em segundo lugar, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto, despojado das duas marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam ideias e representações, postas como objetos domináveis pelo intelecto. O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. Em terceiro lugar, porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operária como centro, vetor e telos das ações sociopolíticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetivos ou engrenagens da máquina organizadora. Referido à igreja, ao sindicato e às esquerdas, o novo sujeito neles não encontra o velho centro, pois já não são centros organizadores no sentido clássico e sim “instituições em crise” que experimentam “a crise sob a forma de um deslocamento com seus públicos respectivos”, precisando encontrar vias para reatar relações com eles. (CHAUI, 1988, p. 10-11).

Houtart (2007, p. 421) parte praticamente da mesma pergunta feita por Chauí (1988), porém ele acrescenta o histórico na sua análise. Dessa forma, inicia a sua análise com a seguinte questão: “Por que um novo sujeito histórico?”. Para ele, a história:

caracteriza-se por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores de valores de justiça, de igualdade, de direitos e protagonistas de protestos e lutas. Recordemos, por exemplo, a revolta dos escravos, as resistências contra as invasões na África e Ásia, as lutas camponesas da Idade Média na Europa, as numerosas resistências dos povos nativos da América, os movimentos religiosos de protesto social no Brasil, Sudão e China. (HOUTART, 2007, p. 421).

As concepções abordadas a partir de 1970, pelos pesquisadores dos movimentos sociais, procuraram entender o papel desse sujeito social e a sua ação no coletivo, ou seja, no movimento. E procuraram também analisar a atuação e estratégias de lutas que estão em torno das reivindicações presentes nos movimentos sociais. Para Rodrigues (1993, p. 10), a “organização dos Movimentos Sociais tem propiciado o início de um processo de desfetichização e de desalienação.” Dessa forma, o estudo dos movimentos sociais “tem propiciado a elaboração de novas matrizes discursivas”, isto porque trata da formação de

“novos sujeitos coletivos que não estão em processo de refluxo, como se fossem separados da sociedade que os gesta, mas até pelo contrário, explicam o movimento histórico da sociedade, da dessacralização da política e do redimensionamento das suas formas de expressão.”

Os NMS surgem de forma autônoma e rompem com as tradicionais formas de representação da classe trabalhadora, no contexto de redemocratização, assegurada por uma distensão. Para Galvão (2011, p. 107-108), as “perspectivas teóricas que se constituíram” nas análises dos NMS e “que se tornaram dominantes no campo”, sobretudo nos anos 1980, “foram forjadas em oposição ao marxismo.” Buscava-se, com isso, “negar a relevância da dimensão de classe e a centralidade da luta de classes: quer seja a teoria dos novos movimentos sociais, da mobilização de recursos, da mobilização política e do reconhecimento.”

Ao contextualizar a abordagem sobre os NMS, a partir dos anos de 1970, Gohn (1997, p.119-121) descreve que “a teoria que vem à mente foi construída a partir da crítica à abordagem clássica marxista e graças a ela desenvolveu-se um intenso debate com o paradigma nacionalista norte-americano.” Assim, “os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado.” Na concepção marxista, a cultura é vista como ideologia. Conforme Gohn, “no paradigma marxista o conceito de ideologia está intimamente associado ao de consciência de classe”. Portanto a crítica estabelecida por Gohn aponta que categorias de análises marxistas foram “apropriadas e transformadas no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS.” Para ela, “a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, por isso, apenas a categoria da cultura foi apropriada”, na análise. Esse paradigma “será influenciado pela interpretação pós-estruturalista e pós-modernista de cultura, centrando suas atenções nos discursos como expressões de práticas culturais.”

Dois aspectos vão se destacar no entendimento de Scherer-Waren e Krischke (1987, p.7), quando discutem sobre a existência de uma nova realidade e o crescimento de novas organizações e forças sociais de base. Para eles, essas novas organizações preocupavam-se mais com os problemas que afligiam o cotidiano de seus participantes, e menos em interagir com o Estado na sua política de forma ampla. De maneira similar, conforme Jacobi (1987, p. 246), os estudos sobre os movimentos sociais urbanos geram um cenário contraditório de interpretação. Por causa de dois aspectos: primeiro, a dinâmica da ação estatal e por outro as bases e os fatores propulsores da ação coletiva numa determinada conjuntura. Ou seja, os problemas interpretativos concentram-se na heterogênea e complexa base social dos movimentos sociais, que têm como característica ter todos os sujeitos sociais que compõem a

classe trabalhadora, tais como os trabalhadores formais, informais, precarizados e desempregados, assumido, assim, o caráter que os movimentos têm de organizar e mobilizar os sujeitos sociais das periferias urbanas que não se veem representados nos chamados espaços tradicionais de representação política.

A partir da segunda metade da década de 1970 e início de 1980, entretanto, segundo Scherer-Warren e Luchmann (2004), começavam as tentativas:

Para desenvolver um novo quadro paradigmático que pudesse interpretar com maior especificidade os movimentos sociais urbanos emergentes na sociedade brasileira e que permitissem um entendimento ampliado do “novo sindicalismo” nascente. Até então, as ações coletivas civis eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe, privilegiando os estudos sobre os movimentos sindicais, operários, ou nacional-populares, na interface da temática nação x classe. Diante do projeto de redemocratização do Estado e da sociedade, a questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos ainda autoritários, por um lado, e a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, morador, mulher, etc.) de organizações emergentes, por outro, tornaram-se focos de atenção privilegiada desses atores e de seus analistas. (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p. 13-14).

Assim, as novas pesquisas sobre os movimentos sociais procuram interpretar a razão de ser e os significado dessas formas microrrevolucionárias de fazer política na vida cotidiana. Kärner (1987, p.19), se referindo aos NMS na década de 1980, os considerou como “uma força ascendente e decisiva no cenário social contemporâneo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.” Entretanto, o distanciamento dos NMS dos partidos e sindicatos, organizando “as populações de base em comitês de defesa dos cidadãos e associações de vizinhos que funcionam conjuntamente ao modo totalmente independente” dos partidos tradicionais das esquerdas, implicasse em processos contínuos de alienação política e esvaziamento do sujeito social como trabalhador inserido em uma sociedade capitalista. Para Kärner (1987):

Fenômenos sociais têm sido responsáveis pelas causas comuns dos novos movimentos sociais tanto na América Latina como na Europa Ocidental, como o processo crescente de alienação, acompanhado de uma perda real de confiança nas organizações políticas tradicionais e o crescimento da importância na ideia de não querer adiar para um futuro distante o sonho de uma sociedade livre e humana. (KÄRNER, 1987, p. 19-20).

Scherer-Warren (1987, p.35) acredita que é na relação capital/trabalho que os NMS “ganham força e significado contra formas de alienação e despersonalização crescente, sob as

condições sociais do mundo contemporâneo”. A autora entende que esses NMS têm um “caráter de modernidade, não, porém de nacionalidade”. Esses atores “sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.”

Para Göhn (1997, p. 121-123), em síntese, as principais características dos NMS são: em primeiro lugar os NMS possuem um modelo teórico baseado na cultura, negando a visão de cultura como um conjunto de normas e valores herdados do passado. Na perspectiva da análise marxista, a cultura é vista como ideologia, cujo conceito está ligado ao de consciência de classe. Em segundo lugar, a negação do marxismo, como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea. Em terceiro lugar, o novo paradigma rompe com o sujeito histórico, suprime a centralidade de um sujeito específico e vê os participantes das ações coletivas não mais como sujeitos sociais e, sim, como atores sociais. Surge, aqui, um sujeito alienado em “um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários.” (GÖNH, 1997, p. 123). Os movimentos sociais classistas têm nos sujeitos sociais a sua base e buscam na luta social autonomia e emancipação política. Em quarto lugar, a política, mesmo tendo centralidade na análise, é redefinida e passa a ser uma dimensão da vida social, englobando todas as práticas sociais. E, em quinto e último lugar, os atores sociais são analisados por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. A teoria marxista aborda a ação coletiva, a partir das estruturas, a ação das classes sociais, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. (GÖNH, 1997).

Os movimentos sociais expressam a dialética nas contradições inerentes à relação capital/trabalho. Isto é explicado por Rodrigues. De acordo com a autora:

Os movimentos sociais expressam unidades na própria diversidade. Unidade pela emergência de atuação de novos sujeitos sociais, nova forma de fazer política. Unidade pela dessacralização da política, pelas estratégias – usualmente de esquerda e de diversidade pelas formas de organização e expressão e pela que buscam obter o que se convencionou chamar de finalidade do “movimento”. (RODRIGUES, 1993, p. 4).

Fica expressada assim a diversidade dos movimentos sociais, tanto na sua forma de organização quanto das reivindicações. Por isso, Rodrigues (2011, p. 11) caracteriza os “movimentos sociais como manifestações de conflitos de classes ou de camadas de classes”.

Ela não conceitua os movimentos “porque considera que conceituar não dá conta de toda a realidade das formas de organização. Há movimentos que reafirmam o ‘*status quo*’ e os que contestam a ordem estabelecida.” Assevera, assim, que existem movimentos sociais:

Que contestam a ordem estabelecida, politizam o espaço na cidade e no campo, tentam provocar modificações na concentração de poder e de riqueza, de terras, etc. Contestam desse modo, a pós-política e as ideias de gestão. Realizam um processo de dessacralização do espaço político (parlamentos, partidos), enfraquecem o papel da “intelligentsia” (conjunto de pessoas instruídas que são mediadoras entre as categorias excluídas do sistema político e o sistema político). [...]. Os movimentos sociais, tanto os que defendem como os que criticam o status quo, dirigem-se ao Estado, pois é ele quem define as normas capitalistas, apesar de que na aparência, a “natureza” do Estado capitalista desapareça com a gestão administrativa. Embora possa haver diferenças no atendimento de reivindicações e necessidades, trata-se de um Estado capitalista. (RODRIGUES, 2011, p. 12).

Gutiérrez (1987, p. 198-199) acredita que a “generalização excessiva acerca” dos movimentos sociais “ou o historicismo genérico de ação são tão perigosos como a simples descrição local pormenorizada.” Para o autor, fica, portanto, explícito que é preciso construir um corpo teórico fundamentado pelos processos “históricos concretos das práticas sociais” alusivos “aos processos e conflitos” de caráter “nacional e ao sistema de relações sociais e sua articulação nos diferentes espaços nacionais.” Esta análise da atuação dos movimentos consiste em compreender as especificidades de cada movimento e visa “captar a dinâmica” deles nos espaços em que atuam. Para Gutiérrez, não podemos confundir relações sociais com movimentos sociais: “nem tudo o que se move na sociedade é um movimento social; ainda que estes sejam os reflexos da sociedade”, esse processo só ocorre quando os sujeitos sociais “atuam e se orientam para recriar e transformar as relações em questão.” Isto posto, os movimentos sociais são constituídos “dos próprios significados da ação coletiva.” Analisar a dinâmica dos movimentos sociais, conforme Gutiérrez (1987, p. 201), pode ter como referências três diferentes campos de compreensão:

Em primeiro lugar, todo movimento social possui uma estrutura participativa, como decorrência de sua própria finalidade e experiência de organização e de luta. As formas, níveis e tipos de participação no movimento definem em grande parte o vigor de suas metas. Um aspecto central suposto nesse campo é o caráter piramidal e restrito da participação, ou suas formas demográficas ou expansivas. Aqui toma relevância especial a questão da “micropolítica” ou a vivência cotidiana do movimento. Em segundo lugar, todo movimento social tem sua própria temporalidade, definida em grande parte por sua ação frente ao sistema de relações históricas. Portanto, embora todo movimento possua sua própria

continuidade histórica e sua vivência cotidiana existencial, os momentos de crise e conflito agudo são aqueles que definem a sua finalidade. Desse modo, a combinação entre os “tempos” diacrônico e sincrônico do movimento é fundamental para a sua compreensão. Em terceiro lugar os movimentos sociais se desenvolvem de modo unilateral e heterogêneo no espaço, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região determinada. Por fim o último elemento global que deve ser levado em conta no estudo das práticas coletivas se relaciona aos efeitos sociais específicos desses movimentos sobre as relações sociais e sobre a sociedade. Mas, não apenas como produto de ação do sujeito, e sim, especialmente, como produto de um campo de conflitos, onde os atores envolvidos na ação modificam a si próprio na interação reciprocamente partilhada, para obter um objetivo ao alcançar uma meta. (GUTIERREZ, 1987, p. 202-203).

As práticas desenvolvidas pelos movimentos estão além dos espaços tradicionais dos “sindicatos, das fábricas ou dos partidos, que viria apenas a somar ao já conhecido, ao conhecimento acumulado”, configurando, assim, os vários processos históricos em que este sujeito social está inserido. Como aponta Rodrigues:

São vários os recortes com que os movimentos sociais ganham visibilidade ou são analisados, na maioria das vezes, relacionados aos “objetos” ou a composição dos integrantes. São assim denominados reivindicatórios, quando buscam a obtenção de um proveito territorial direto e específico: casa ou terreno para morar, formas de estabelecimento de luz, água, construção de creches, escolas, hospitais, etc., e de movimentos libertários, que buscam a transformação das ideias (os gêneros, de etnias, ecológicos, etc.). Evidentemente os movimentos ditos reivindicativos e a distribuição da pobreza também contestam as ideias dominantes. Da mesma forma, os movimentos ditos libertários contestam não só as ideias como a concentração da riqueza e do poder expresso também territorialmente. (RODRIGUES, 1993, p. 5).

Os movimentos sociais decorrem das experiências dos sujeitos sociais que estão inseridos na luta de classe e visam à transformação da sociedade pela ação política constituída na consciência de classe social. Para Gohn (1995), as ações coletivas têm um:

Caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GONH, 1995, p. 44).

Os movimentos sociais estão dentro de um contexto e suas ações se realizam em um determinado momento histórico. Usam diferentes caminhos com o objetivo de intensificar a comunicação entre os sujeitos sociais. Atualmente, “os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais nacionais e internacionais ou transnacionais” e se utilizam “dos novos meios de comunicação e informação” (GONH, 2011, 335-336), como a internet, para organizar a luta e mobilizar apoios e simpatizantes. As estratégias que adotam podem variar “da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas” (GONH, 2011, p. 335). De acordo com a autora:

Os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazeres propositivos.” (GONH, 2011, p. 336).

Sempre em movimento, os movimentos sociais expressam criatividade na sua forma de atuar e se relacionar com a sociedade e seguem sendo inventados e reinventados, a partir de diferentes lugares de fala dos sujeitos sociais na luta por bandeiras mais restritas e alijadas da relação capital/trabalho ou, noutra perspectiva, inseridas no âmbito desta relação. Nesta tese, optou-se pela análise da categoria analítica movimentos sociais, a partir da perspectiva da análise marxista, ou seja, entende-se o movimento social de classe ou classista, no qual o sujeito histórico expressa na luta social as contradições do modo de produção capitalista.

4.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Os países latino-americanos, nas décadas de 1960 a 1980, na sua maioria, tiveram a sua história marcada por governos militares que projetaram fortes repressões sobre as lutas sociais dos trabalhadores. Enquanto na Europa e em outros países centrais, o enfrentamento à crise de acumulação capitalista promovia a emergência de diferentes movimentos sociais, no Brasil, assim como nos outros países da América Latina, a política militar ditatorial reprimiu violentamente os movimentos sociais urbanos e rurais. Com as políticas neoliberais, a partir da reestruturação do capital, em final dos anos de 1980, a desigualdade social aprofundou-se nos estados nacionais dos países capitalistas periféricos e a riqueza se tornou cada vez mais concentrada nas mãos de uma elite urbana e rural. A globalização do capital, representada pelo projeto neoliberal, promoveu profundas reformas estruturais e impactou diretamente sobre os trabalhadores urbanos e rurais, promovendo transformações de ordem política, econômica e social no processo de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Conforme Svampa (2006), tais transformações ocorreram desde 1970. Entretanto, a autora considera que:

Las transformaciones operadas en la estructura social comenzaron a tornarse visibles en los 80, durante la llamada década perdida, que culminó en fuertes episodios hiperinflacionarios y abrió la puerta a la implementación de las reformas neoliberales de los 90. Dicho proceso, registrado a lo largo de los últimos 30 años, desemboca entonces en una modificación de las relaciones de clase, lo cual repercutió enormemente en el modo en cómo cada grupo social se auto representa, se piensa y figura su destino social dentro de la sociedad. (SVAMPA, 2006, p. 142).

Segundo Scherer-Warren (2007), no Brasil, a partir de 1970, entraram em cena novos sujeitos sociais que resistiam às durezas dos “anos de chumbo”, por meio das lutas identitárias, mas também pela democratização política do país. Em paralelo ao surgimento desses novos sujeitos sociais agrupados nos movimentos urbanos, surgiram outros movimentos, cujos sujeitos sociais estavam vinculados ao campo:

Como os movimentos dos atingidos pelas barragens, dos sem-terra, dos boias-frias, mediados especialmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) bem como os “novos movimentos sociais”, organizados a partir das lutas identitárias feministas, ecologistas, pacifistas, étnicas etc. Simultaneamente às lutas identitárias agregaram-se reivindicações pela democratização na política e na sociedade. Destacam-se o feminismo, com suas lutas contra o patriarcalismo e o autoritarismo de Estado; o movimento de direitos humanos, com atuações contra a violação dos direitos humanos e civis,

contra a tortura e pela anistia; o nascente movimento negro contemporâneo, desenvolvendo uma consciência ou identidade negra e buscando evidenciar a existência de racismo na sociedade brasileira pela denúncia ao mito da democracia racial. (SCHERER-WARREN, 2007, p. 11).

Assim, além dos movimentos comprometidos com pautas identitárias específicas, emergentes no pós-ditadura militar, e/ou que se opunham ao autoritarismo estatal, na década de 1980, surgiram novos movimentos sociais de caráter classista no campo e na cidade, cujas bandeiras e princípios se vinculavam à luta do trabalhador no âmbito da relação capital/trabalho, organizadas para além dos sindicatos e dos partidos políticos. Scherer-Warren compreende que, para os movimentos sociais, nesse período, as:

Diretrizes mais importantes eram a autonomia política e organizacional em relação às estruturas estatais e governamentais. Algumas análises concluíam que os movimentos de base “davam as costas ao Estado”, mas, muito mais do que a busca de uma separação nítida em relação ao governo, rejeitava-se o regime opressor e restritivo à participação popular em sua totalidade. Os movimentos sociais no Brasil e na América Latina, em geral, sempre tiveram o Estado como uma referência importante, seja para contestar, seja para negociar. Nessa direção, Touraine, numa análise histórica sobre tendências predominantes de movimentos na América Latina, conclui que “existe uma interdependência entre o social, o político e o estatal, que significa, ao mesmo tempo, uma autonomia relativa de cada setor de ação coletiva e a impossibilidade de definir um desses setores independentemente de suas relações com os demais.” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 11).

De maneira similar, ao caracterizar os NMS que eclodiram a partir dos anos 1970, Bihr (1998) compreende que eles fizeram emergir referenciais políticos e éticos, com elementos anticapitalistas em potencial. São movimentos que se articulam-se em torno da autonomia-igualdade-solidariedade e que continuam radicalizando a tríade democrática clássica, herdada da Revolução Francesa: liberdade-igualdade-fraternidade. Na América Latina, Svampa acredita que:

Los movimientos sociales han revelado ser algo más que una respuesta meramente defensiva, frente los cambios en la correlación de fuerzas sociales y las fuertes transformaciones de sus condiciones de vida y reproducción. En realidad, con todas sus complejidades y matices nacionales, los movimientos sociales latinoamericanos han venido desarrollando una dimensión proactiva, que abre la posibilidad de pensar nuevas alternativas emancipatorias a partir de la defensa y promoción de la vida y la diversidad. (SVAMPA, 2006, p. 143).

Outra característica apontada pelos autores é que essa conjuntura político-social na América Latina, entre os anos de 1980 e 1990, aprofundou o ciclo de protestos sociais em razão dos planos de ajustes da economia e das políticas de privatizações implementadas pelos governos neoliberais na região. Para Seone e Taddei (2003):

Este incremento del conflicto social ha significado una maduración de ciertos movimientos sociales, así como el surgimiento y consolidación de experiencias de convergencia social en la confrontación contra las políticas neoliberales, evidenciando un crecimiento cualitativo en la politización de las luchas. (SEONE; TADDEI, 2003, p.67).

As políticas neoliberais adotadas, a partir de 1990, fizeram com que houvesse grandes mobilizações sociais. No Brasil, com os Sem Terra, no Equador e na Bolívia, com a luta de camponeses e indígenas, na Argentina, com os trabalhadores desempregados. De acordo com Sader (2004):

Precisamos, antes de tudo reiterar que a luta contra o neoliberalismo é assim uma luta por um outro modelo hegemônico e não apenas contra uma política econômica. Que esse novo modelo tem que ter como um dos seus objetivos centrais, especialmente do ponto de vista dos movimentos sociais, a universalização dos direitos sociais, dado que o neoliberalismo tem como um dos seus efeitos mais importantes, a expropriação de direitos. A luta contra o neoliberalismo precisa ser medida, em seus efeitos, pela capacidade de romper com o modelo econômico – que se constitui no seu fundamento último– e de impor modelos alternativos, que fortaleçam a esfera pública e a afirmação universal de direitos sociais, políticos e culturais. (SADER, 2004, 58).

Sader (2004), ao analisar o conjunto da sociedade latino-americana dos anos de 1980 e 1990, adverte que, ainda que tenha passado mais de duas décadas, nenhum governo conseguiu romper com a hegemonia das políticas neoliberais. Mesmo com a intensificação dos movimentos, não “podemos registrar vitórias claras que tenham inaugurado uma fase pós-neoliberal na América Latina.” As lutas dos movimentos, a despeito dos avanços alcançados com a chegada ao poder de governos populares, em contextos pós-ditadura militar, não conseguiram “levar o país a romper com a hegemonia neoliberal” (SADER, 2004). Para o autor, isso acontece porque os governos se organizaram como de centro-esquerda e não promoveram ou implementaram um projeto de enfrentamento, em relação ao capital, e uma ruptura com o modo de produção capitalista, o que gerou um ciclo político que fragilizou a esquerda, permitindo que governos de direita retornassem ao poder com pautas políticas mais agressivas. No Brasil e na América Latina, os novos movimentos sociais atuaram “ora como

complemento, ora como alternativa aos movimentos sindicais e aos partidos políticos de esquerda”. O rebatimento das políticas neoliberais no território tem feito que os movimentos sociais busquem novas estratégias de luta. Para Ziberchi (2003), os

movimientos sociales de nuestro continente están transitando por nuevos caminos, que los separan tanto del viejo movimiento sindical como de los nuevos movimientos de los países centrales. A la vez, comienzan a construir un mundo nuevo en las brechas que han abierto en el modelo de dominación. Son las respuestas al terremoto social que provocó la oleada neoliberal de los ochenta, que trastocó las formas de vida de los sectores populares al disolver y descomponer las formas de producción y reproducción, territoriales y simbólicas, que configuraban su entorno y su vida cotidiana. (ZIBERCHI, 2003, p. 185).

A política neoliberal implementada na América Latina, nas últimas décadas, tem intensificando os conflitos sociais no rural e urbano. Conforme Pinassi (2008, p. 7), “diante dos duros golpes recentemente sofridos pela classe trabalhadora e do afunilamento do seu espaço de atuação no campo da luta de classes, esses movimentos sociais”, de gênese classista, “surgem muitas vezes como única alternativa possível para as necessidades imediatas dos indivíduos que congrega. Formadas à margem da tutela do Estado e fincadas no plano das mediações de segunda ordem do capital”, a espacialidade da atuação desses movimentos e o seu potencial de alternativa de luta contra o capital “vai depender da processualidade histórica constituída e das suas possibilidades de ampliar o leque das decisões necessárias.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 116).

Os processos decorrentes da globalização econômica, impulsionados pelas políticas neoliberais, conforme Almeida e Cordero (2017, p. 14), trouxeram novas ameaças aos movimentos sociais na América Latina. As principais ameaças, citadas pelos autores, estão relacionadas à intensificação da globalização econômica que avança sobre os territórios.

Actualmente, varios grupos participan en las campañas contra la globalización, *nestes territórios*. Estos grupos se pueden dividir en tres categorías: 1) movimientos de trabajadores, de estudiantes y del sector informal; 2) nuevos movimientos sociales; y 3) grupos rurales e indígenas. Estas tres categorías forman la base de la resistencia a la globalización *a través do território*. En esta sección, podemos vincular los reclamos y la capacidad de movilización de cada uno de estos sectores sociales a los procesos más amplios de la globalización. (ALMEIDA; CORDERO, 2017, p. 17-18).

Na América Latina, desde a década de 1980, foram registrados avanços significativos na acumulação de forças no plano social, com o surgimento do Exército Zapatista de

Libertação Nacional (EZLN), a consolidação do MST, a extensão e o fortalecimento do movimento camponês e indígena no Equador e na Bolívia, o aparecimento do movimento piquetero na Argentina (SADER, 2004, p.58), o que fez emergir, nos anos 1990, um novo ciclo de conflito social. Com o Consenso de Washington, ficou estabelecido que a América Latina passaria por um processo de “desenvolvimento”, ampliando o seu mercado. Para Schneider (2008), a meta era “acelerar o crescimento sem piorar a distribuição de renda”:

O plano de 10 pontos girava em torno de três grandes ideias: disciplina macroeconômica, economia de mercado e uma política de abertura tanto para o comércio internacional quanto para investimentos estrangeiros diretos, sendo todas as três apoiadas pelo Tesouro Americano, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, no começo da década. (SCHNEIDER, 2008, p. 22-23).

Sobre os impactos das ações praticadas pelos governantes no período, sob a égide do Consenso de Washington, Seoane (2006) observa que:

Los años ‘90 abrieron paso a una renovada mundialización capitalista en su forma neoliberal cuyo impacto en América Latina ha sido por demás notorio y profundo. Prolongando un proceso iniciado en las décadas anteriores, auspiciado por el llamado “Consenso de Washington”, la adopción de las políticas neoliberales hubo de generalizarse en toda la región para asumir una nueva radicalidad. La aplicación de estas políticas enfrentó ciertamente numerosas resistencias y protestas, aunque las mismas resultaron en la mayoría de los casos incapaces de obstaculizar su implementación. Sin embargo, desde mediados de dicha década la realidad social latinoamericana apareció nuevamente y de manera creciente signada por el incremento sostenido de la conflictividad social. (SEOANE, 2006, p. 87).

As ações dos movimentos sociais no mundo capitalista se materializam no território, muitas vezes, em enfrentamento às políticas neoliberais. Conforme Sader (2004, p.59), as experiências da luta antineoliberal demonstram diferentes resultados em vários países do continente. Assim sendo, são emblemáticas as lutas:

Dos zapatistas, no sul do México, que avançaram no sentido da consolidação do seu poder local, com as Caracolas e as Juntas de Bom Governo. Fortaleceu-se sua capacidade de ação local, consolidou-se seu apoio em Chiapas, mas o EZLN diminuiu suas tentativas de apresentar-se – de forma direta ou indireta – como uma alternativa nacional para o México. A vida política mexicana voltou a girar em torno dos partidos tradicionais, a aproximação das novas eleições presidenciais, com o esgotamento do governo Fox, projeta as expectativas políticas para as novas possibilidades de vitória do PRD, com a candidatura do governador da capital federal,

López Obrador e nesse panorama os zapatistas não buscam intervir. (SADER, 2004, p.59).

Mas, além das lutas que se desenrolam no México, contra a lógica do capital, uma nova geração de movimentos sociais desponta a partir dos anos 2000 e revela as contradições que permeiam a relação entre movimentos sociais e Estado. De acordo com Pinassi (2008), essa nova geração

de movimentos sociais de massa com centralidade no trabalho emerge na América Latina em função das complexas adversidades enfrentadas [...] zapatistas, no México, piqueteros, na Argentina, indígenas coccaleros, na Bolívia, Equador, Farc, na Colômbia, MIR, no Peru, nas fábricas recuperadas, desde a Venezuela, Argentina, Brasil. Dentre todos, se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil. (PINASSI, 2008, p. 7).

Como apontaram Sader (2004) e Pinassi (2008), não só no México surgiram movimentos sociais importantes contra o modelo neoliberal. Eles surgiram em toda a América Latina. Como exemplo, outra importante experiência de luta foi aquela conduzida pelo movimento camponês e indígena do Equador:

Os protagonistas das maiores lutas que o país havia conhecido na sua história recente, as organizações camponesas e indígenas conseguiram se erigir como força social determinante nos rumos do país, tendo participado ativamente na luta com sucesso pela derrubada de três governos equatorianos sucessivamente. Numa delas, literalmente, o movimento chegou às portas do palácio presidencial e delegou o governo a um militar, que os traiu. Depois, foram determinantes para eleger o atual presidente da república, Lúcio Gutiérrez, que imediatamente abandonou todos os compromissos assumidos e faz um governo de direita, pro-estadunidense e com as forças tradicionais do Equador. (SADER, 2004, p. 60).

Tão somente em 2007, o Equador logrou eleger o Presidente Rafael Correa (2007/2017), que, ainda que de maneira contraditória (BECKER, 2013), dialogava com demandas de interesse dos movimentos camponeses e indígenas.

Na Bolívia, a organização social dos camponeses e indígenas se assemelha à do Equador:

Nas suas conseqüências, embora com algumas diferenças significativas. A Bolívia poderia parecer o país com melhores condições de superar positivamente a crise hegemônica, pois conta com movimentos sociais – camponeses e indígenas, além da Confederação Operária Boliviana (COB)– e com um partido – Movimento ao Socialismo (MAS), surgido este

diretamente do movimento dos cocaleros. O protagonismo dessas forças tinha permitido, em 2000, impedir a privatização da água e em 2003, derrubar o presidente Sanchez de Losada. (SADER, 2004, p. 60).

De acordo com Bittencourt e Pérez (2018), na Bolívia, o impacto do Consenso de Washington foi emblemático, no que se refere à imposição de condições e da realização de reformas, em frontal desrespeito à diversidade étnica e cultural do país. De acordo com as autoras:

Lá foram aplicadas todas as recomendações sugeridas no modelo do Consenso na década de 1990, ignorando o povo boliviano, sua história e suas profundas diferenças étnico-sociais. Lá os governos foram sucessivamente escoraçados, até que em 2006 toma posse o presidente Evo Morales, primeiro indígena democraticamente eleito com uma maioria significativa, que tenta descontinuar as políticas onde o capital era hegemônico. (BITTENCOURT; PÉREZ, 2018, p.80).

Na Argentina, os movimentos sociais urbanos lutam contra a crise econômica em que o país entrou nos anos de 1980 e desde lá. Com o crescimento da dívida externa e a hiperinflação, que se instalou no território, a população Argentina começou a sentir as causas e as consequências de um governo que abriu o país para a expansão de projeto neoliberal. Entre 1989 e 1999, o governo Carlos Menen alinhou a política econômica do país ao projeto neoliberal, asseverado no Consenso de Washington (1989). Neste período, mais precisamente no ano de 2006, entre os movimentos de resistência ao neoliberalismo destaca-se a formação dos movimentos de desempregados argentinos, também identificados como piqueteros. Ao fim do governo Menen, elege-se Néstor Kirchner:

Um governo *sui generis*, nascido de uma profunda crise política e social, entre o esgotamento do peronismo e um vazio de alternativas políticas. As eleições demonstraram como a crise hegemônica tem horror ao vazio e, ao contrário do que alguns poderiam esperar, Néstor Kirchner catalisou o descontentamento popular e ganhou legitimidade inesperada para governar, enquanto o próprio movimento piquetero se divide na atitude diante do governo e de suas iniciativas. (SADER, 2004, p. 62).

Segundo compreendem Da Silva e Costa (2018, p. 5), na Argentina, a eleição de Maurício Macri, no ano de 2015, “expressou o desgaste da perspectiva kirchnerista” e revelou, como em outros países que elegeu governos populares a partir dos anos 2000, “a ausência de uma sólida direção política que apontasse alternativas anti-sistêmicas e por fora da ordem institucional liberal, a desilusão dos setores populares passaram a ser direcionadas

para oposição de direita, cujo programa é o liberalismo ortodoxo.” (DA SILVA; COSTA, 2018, p. 34).

Nesse sentido, em toda América Latina, a partir dos anos 2000, asseveram-se as lutas dos movimentos sociais contra os governos neoliberais e as suas políticas antipopulares, como a flexibilização de leis trabalhistas, as privatizações dos serviços públicos, ou até mesmo a luta pelo acesso água, gerando dessa forma a mercantilização de um bem comum. Nesse contexto, a Venezuela, no governo Hugo Chávez, eleito Presidente em 1999,

Representa um caso especial atualmente no continente, pela função que o Estado e os governos voltaram a ter na mobilização e na organização dos movimentos sociais. Com as particularidades de contar com as FFAA e com recursos petrolíferos, o movimento bolivariano dirigido por Hugo Chávez passou a dar um impulso muito grande ao surgimento de um novo movimento social na Venezuela, dominada até ali por uma burocracia sindical vinculada a Ação Democrática – em que o caso da empresa petrolífera PDVSA era paradigmático. Na contramão dos outros países, o Estado aparece como impulsor da mobilização e da organização social. (SADER, 2004, p. 62-63).

Entretanto, a ascensão de Chávez ao governo central do país tornou-se conflituosa, desde a primeira tentativa de golpe em 2002, até a sua morte em 2013 e dali em diante com seu sucessor Nicolás Maduro, uma série de pressões e ataques de várias formas no intuito de desestabilizar a economia, a sociedade e as instituições e, assim, proporcionar uma mudança de governo para um mais favorável aos interesses de elites locais e estadunidenses. (DA COSTA, 2019, p. 894).

Com o avanço das políticas neoliberais, em outros países da América Latina, e em resposta ou como forma de enfrentamento às reformas governamentais, alguns movimentos e grupos de pressão foram criados no Brasil. Em rápida síntese, Göhn (2011, p.342-343) identificou movimentos contra as reformas estatais, contra a fome, movimentos de desempregados, aposentados, lutas de algumas categorias profissionais (perueiros e caminhoneiros) e manifestações pela paz e contra a violência urbana. No mesmo período, movimentos feministas, em favor da igualdade de gênero, racial e da juventude também se fizeram notar:

Grupos de mulheres foram organizados nos anos 1990 em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. O movimento dos homossexuais também ganhou impulso e as ruas, organizando passeatas, atos de protestos e grandes marchas anuais. Numa sociedade marcada pelo machismo, isso

também é uma novidade histórica. O mesmo ocorreu com o movimento negro ou afrodescendente, que deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial. Os jovens também criaram inúmeros movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protesto, pelo rap, hip hop etc. (GOHN, 2011, p.343).

Ainda segundo a autora, dentre todos os movimentos organizados no Brasil, a partir dos anos 1990, destacam-se três importantes movimentos sociais:

Os indígenas, dos funcionários públicos – especialmente das áreas da educação e da saúde – e dos ecologistas. Os primeiros cresceram em número e em organização nessa década, passando a lutar pela demarcação de suas terras e pela venda de seus produtos a preços justos e em mercados competitivos. Os segundos organizaram-se em associações e sindicatos contra as reformas governamentais que progressivamente retiram direitos sociais, reestruturaram as profissões e arrocharam os salários em nome da necessidade dos ajustes fiscais. Os terceiros, dos ecologistas, proliferaram após a conferência Eco-92, dando origem a diversas organizações não governamentais. Aliás, as ONGs passaram a ter muito mais importância nos anos 1990 do que os próprios movimentos sociais. Trata-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 1980 junto a movimentos populares. (GÖHN, 2011, p.343).

Além desses, dentre os movimentos sociais organizados em luta pela moradia, contra a violência urbana, pelos direitos à cidade, em favor dos desempregados e pelo direito à terra, alguns se destacaram, a saber:

1 | Movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade. Exemplos:

a | Movimentos pela moradia, expresso em duas frentes de luta: articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais de centro- esquerda e movimentos populares que militam ao redor do tema urbano (o hábitat, a cidade propriamente dita). Eles participaram do processo de construção e obtenção do Estatuto da Cidade; redes de movimentos sociais populares dos Sem-Teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados), apoiados por pastorais da Igreja Católica e outras;

b | movimentos e ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demandas pela paz (no trânsito, nas ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio etc.);

c | mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); ou ainda mobilizações de segmentos atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços.

[...]

7 | Mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulação com as cidades por meio da participação de desempregados e

moradores de ruas, nos acampamentos do MST, movimentos dos pequenos produtores agrários, Quebradeiras de Coco do Nordeste etc. (GOHN, 2011, p.345; 346).

A capacidade de organização e consolidação dos princípios que norteiam as suas ações fizeram do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um movimento social classista de grande importância no Brasil e no mundo, na luta pela Reforma Agrária e contra o capital.

O MST surge nos estertores finais do Regime Militar em um contexto histórico em que as várias organizações sociais, como as ligas camponesas, vinculadas a partidos políticos de esquerda, e à Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), sofriam forte repressão política. Muitos trabalhadores, expulsos das suas terras ou vítimas da violência no campo, migravam para as cidades e regiões industriais em busca de prover os meios necessários à sobrevivência de suas famílias.

Além do MST, no contexto dos anos 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas. No período, foram vários os arranjos de diálogo criados pelos movimentos, sejam de caráter interno (para articulação entre as células regionais dos movimentos), seja de caráter externo (de articulação entre os diferentes movimentos sociais existentes, em torno de bandeiras de lutas comuns). Trabalhadores rurais sem-terra, trabalhadores urbanos em luta por moradia e trabalho, além de outros movimentos sociais se expandiram e fincaram suas ações em vários estados do país. Nesse processo de expansão e consolidação das suas bandeiras de lutas, os movimentos sociais também reconheceram seus iguais (especialmente os movimentos de caráter classista) e passaram a interagir entre eles, em processos contínuos de troca de experiências, táticas e estratégias de luta. Segundo Göhn, foram organizadas diferentes instâncias:

Como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. A criação de uma Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante nos anos 1990, no plano organizativo; estruturou vários movimentos populares em nível nacional, tal como a luta pela moradia, assim como buscou uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares. (GÖHN, 2011, p. 342).

Nesse sentido, houve um enorme esforço dos movimentos sociais em se tornarem movimentos de âmbito nacional, ampliando as suas bases de luta e as suas ações. Assim, a partir, do ano de 2001, deu-se a criação do Fórum Social Mundial (FSM), cuja primeira edição de realizou em Porto Alegre-RS. Nele, ativistas, ONGs, sindicatos e movimentos sociais se articularam, mobilizaram e organizaram pautas comuns de luta contra a exploração dos trabalhadores advinda a partir da globalização do capital. Desde então, as edições do FSM têm sido anuais e se realizam em paralelo ao Fórum Econômico de Davos (Suíça).

Durante a reabertura política, ao longo dos governos Sarney (1985/1990), Collor/Itamar (1990/1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995/2003), houve, no Brasil, um processo permanente de criminalização de movimentos sociais, especialmente, de movimentos em disputas mais radicais com a ordem estabelecida, como o MST. De acordo com Gilmar Mauro, Dirigente do MST:

Nós nascemos no período da ditadura militar. Tivemos que sobreviver a todo um conjunto de operações de repressão. Pós-ditadura, nós enfrentamos o governo Collor, que tentou nos isolar, nos criminalizar, e nós sobrevivemos. Passamos pelos governos Fernando Henrique Cardoso que tentou primeiro cooptar, quando viu que não conseguia, tentou dividir o MST. Ou seja, cada tempo histórico exigiu do nosso movimento forças para além do que os governos diziam e nós fizemos o enfrentamento. (FERNANDES, 2018).

Entretanto, se, nos anos de 1990, os movimentos sociais mantiveram relações conflituosas com os diferentes governos, durante os governos Lula (2003/2011) e Dilma (2011/2016), houve uma maior aproximação entre os movimentos sociais e o Estado brasileiro, estreitamento este denominado por Santos (2018) como “pacto de classes *lulista*”. Santos (2018, p. 106) entende que esse pacto apontou para “uma perspectiva de abertura das instituições democráticas à participação popular em ações político-propositivas.” (SANTOS, 2018, p. 106).

No entanto, a partir das conhecidas “Jornadas de Junho de 2013”, movimentos sociais amorfos e de difícil identificação (muitos de matiz conservadora) tomaram conta das ruas das principais cidades do país, enfraquecendo as bases sociais do governo Dilma, processo aprofundado com o início da Operação Lava Jato⁴, em março de 2014. Mesmo

⁴ A Operação Lava Jato é uma operação da Polícia Federal (PF) que investiga esquemas bilionários de corrupção envolvendo a Petrobrás, diversas empreiteiras e políticos de diferentes partidos. Iniciada em 2014, é considerada a maior operação contra a corrupção da história do País e já prendeu grandes figuras da política nacional, além de empresários e empreiteiros. A Lava Jato é responsável pela prisão de políticos como o ex-presidente Luiz

reeleito para o segundo mandato (2015/2018), o governo Dilma enfrentou uma grave crise político-institucional, sendo interrompido em 2016, quando Michel Temer, seu vice, assume o poder. O afastamento de Dilma Rousseff da presidência do Brasil, leva ao descenso o modelo até então adotado e rompe o pacto de classes, antes estabelecido com os movimentos sociais. De acordo com Santos (2018):

O golpe parlamentar de 2016, resultado de um processo de redefinição no bloco de poder no Estado brasileiro, desintegrou o pacto de classes *lulista*, esvaziando os vínculos institucionais com os movimentos sociais, impondo uma agenda política antipopular, não aprovada nas urnas, e voltada para os interesses dos setores neoliberais hegemonzados pelo capital financeiro. O corte de recursos direcionados às políticas públicas de caráter social, o avanço nas tentativas de aprovação de reformas neoliberais (trabalhista e da previdência), o esvaziamento ou fechamento de ministérios e secretarias que abrigavam segmentos dos movimentos sociais (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Inclusão Social, etc.) são alguns dos indícios de que estamos diante de uma ofensiva política avessa à participação popular na definição dos rumos do fundo público. Neste contexto, o fosso aberto entre Estado e sociedade civil, alargando os limites da crise de representatividade no Brasil contemporâneo, impõe aos movimentos sociais a difícil, mas necessária, tarefa de reconstruir os horizontes sociais de transformação política, desenhando novos referenciais de luta e recorrendo a ensinamentos recentes, fruto da contraditória imbricação na esfera institucional. Em meio às referências a serem buscadas para a construção dos novos horizontes, mostra-se necessário, mais do que nunca, retomar e fortalecer a (antiga e urgente) utopia movimentalista de *outro mundo possível*. (SANTOS, 2018, p. 115).

Em se tratando da relação entre movimentos sociais e Estado, no âmbito do Estado capitalista, entretanto, tal relação é sempre conflituosa. Assim, governos mais populares governam com uma participação maior dos movimentos sociais, que apostam em ações de caráter social e econômico que vêm ao encontro dos interesses da classe trabalhadora. Entretanto, ao mesmo tempo, as contradições se afloram quando os movimentos denunciam a existência de uma política neoliberal que exclui os trabalhadores da cidade-campo dos seus postos de trabalhos.

Diante da estrutura com que o capital se realiza, entretanto, resta aos movimentos sociais classistas o papel de chamar a classe trabalhadora para lutar contra o capital e construir

Inácio Lula da Silva, o ex-ministro José Dirceu, o ex-governador Sérgio Cabral, o ex-deputado Eduardo Cunha, entre outros. Empresários como Marcelo Odebrecht, da empreiteira homônima, e Léo Pinheiro, da OAS, e o doleiro Alberto Youssef também foram presos pela operação. Uma das principais figuras da Lava Jato é o ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, que era o juiz responsável pelos casos em primeira instância da Justiça do Paraná, berço da operação. ESTADÃO. Fundado em 1875, online desde 1995. Disponível em <<https://tudo-sobre.estadao.com.br/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 22/07/19

estratégias de enfrentamento à dinâmica sociometabólica por ele capitaneada. As resistências dos movimentos sociais passam a ser o contraponto do debate estabelecido entre governos populares em contextos neoliberais e a autonomia dos movimentos sociais.

Ressalta-se, entretanto, conforme Mészáros (2010, p. 187), o capital tende a controlar todas as relações que mediam o seu desenvolvimento, incluído o Estado: “Direta ou indiretamente, o capital controla tudo” e é preciso desafiar “em todos os âmbitos, radicalmente o próprio capital como controlador geral da reprodução sociometabólica”. Assim, o “capital afirma-se não apenas como de *facto*, mas também como poder de *jure* da sociedade, na qualidade de condição objetivamente necessária à reprodução societária, no fundamento constitucional de sua ordem política” (MÉSZÁROS, 2010, p. 187). Para Schneider (2008, p. 27), as elites “políticas e econômicas têm controle suficiente sobre o poder de proteger seus interesses.”

Conforme compreende Pinassi (2008): “Paradoxalmente às condições sociais que ora vigem na América Latina, o fenômeno acontece sob o predomínio da ideia de que não há alternativa para o mundo do capital”, portanto “algo que cresceu de modo acentuado principalmente após o fracasso das principais experiências do chamado socialismo realmente existente” (PINASSI, 2008, p. 5-6). Ainda de acordo com Pinassi (2008):

Os posicionamentos possíveis daí resultantes podem pender para uma resignação reformista, característica de governos ora compostos por figuras com histórico ligado à luta contra os regimes militares, à formação de um sindicalismo propositivo etc. Bachelet no Chile, Lula no Brasil, Kirchner’s na Argentina, Tabaré Vasquez no Uruguai logram êxito ao dar sentido socialassistencialista ao seu modo de realizar o neoliberalismo. Mas, o populismo que praticam parece aquém do caudilhismo getulista ou peronista, que ao seu tempo usaram a mão-de-ferro para refletir por aqui o lustro (ainda que embaçado) das políticas do pleno emprego, do Estado de bem estar social. A função social dos atuais dirigentes consegue, no máximo, aliviar, em alguns casos, a imediatidade dos efeitos mais cruéis das políticas neoliberais, reproduzindo a miserabilidade prevalecente. (PINASSI, 2008, p.6).

Ou seja, a ideia que não há uma alternativa faz parte de um discurso ideológico construído segundo as ideias capitalistas no neoliberalismo. O neoliberalismo, na perspectiva de Harvey (2008), tornou-se “hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo.” Sendo o Estado neoliberal “parte integrante da ordem burguesa e não externa a ela”, ele é uma instituição desenvolvida e comandada pela ordem que o funda. Um Estado inserido e produzido pela sociedade

capitalista, no contexto das lutas de classes, não é independente do sistema socioeconômico e político que o criou. De acordo com Pinassi (2011):

Na medida em que tal processo se desenvolve historicamente, essa perspectiva de reprodução social pela política vai se aprimorando através da burocratização institucional que se avoluma na mesma proporção do crescimento da pobreza (preocupante) da classe trabalhadora, criada no âmbito das relações sócio-econômicas. (PINASSI, 2011, p. 107).

Segundo Montañó e Duriguetto (2011, p. 195), o sistema, então, deve “exercer o mais estrito controle” sobre a classe trabalhadora, seja “através de políticas públicas, seja através de sofisticado aparato repressivo, seja através da fusão desses dois instrumentos, o que parece ser o caso da atualidade.” Uma das principais medidas adotadas pelo capital, na ofensiva neoliberal, contra os trabalhadores caracteriza-se pelo rompimento com o chamado “pacto keynesiano”, que prima pelo enfraquecimento das organizações e movimentos sociais e sindicais. Capital e Estados, dirigidos por governos neoliberais, se negam a negociar, reprimem qualquer medida de luta (manifestações, paralisações e greves).” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 195). Outra medida direcionada contra a classe trabalhadora se materializa quando o Estado se articula no sentido de desprestigiar as lutas das organizações dos trabalhadores “perante a opinião pública.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 195). No caso dos movimentos sociais, tal posição se evidencia por meio da criminalização e desqualificação das ações dos movimentos, como ações que atentam contra a ordem instituída e à segurança da sociedade civil.

Cabe ao Estado, em parceria com o capital, o papel de ser submisso. O Estado, torna-se, assim, “o verdadeiro mestre-de-obras do processo do capital.” (BIHR, 1998, p. 47). E, portanto, deve “criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro”. Com isso, deve “estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.” (HARVEY, 2008).

O Estado é resultado de uma forma burguesa de ser, expressa, assim, uma concepção ideológica. Nele, a “classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo-a submeter-se às regras políticas” (CHAUÍ, 2004, p. 82-83). Nesse processo, utiliza-se do Direito para estabelecer “as leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes”. Portanto, através do “Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de direito.” O papel do Direito ou das leis é

o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal”, disfarçando, assim, a violência estabelecida pelo Estado e a burguesia. O Estado, assim, se caracteriza pelos antagonismos de classes sociais, mas sempre se posiciona em defesa dos interesses da classe burguesa, de acordo com os seus interesses econômicos. Por isso, o Estado burguês e a burguesia, no Brasil e a América Latina, “não podem desempenhar um papel revolucionário”, destaca Harnecker (2003, p.37), por seus interesses estarem estreitamente ligados aos interesses capitalistas. A classe operária, trabalhadores e movimentos sociais, ao unificar as lutas sociais das massas pauperizadas e precarizadas em muitos países, configura um movimento popular que põe em estado de alerta e inquieta a classe burguesa e os “setores mais representativos” da dominação, que querem manter os interesses capitalistas.

Para Pleyers (2018, p. 147), a América Latina é um continente muito dinâmico no que se refere à ação dos movimentos sociais, mas, ao mesmo tempo, é um continente que se encontra profundamente integrado à globalização econômica e cultural. Por isto, identifica que as lutas dos movimentos sociais da América Latina são específicas do continente, mas também são parte das lutas globais.

4.4 MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE TERRITORIZAÇÃO CIDADE E CAMPO

Os movimentos sociais se constituem como grupos de sujeitos políticos protagonistas de diferentes ações coletivas. Em geral, fazem o contraponto a ações governamentais e colocam em xeque políticas públicas que não respondem adequadamente a questões sociais que provocam impactos importantes na vida das pessoas. Em sua forma de organização, os movimentos sociais geram solidariedade e coesão social e impulsionam as pessoas em torno de interesses comuns. Nesse sentido, “mobilizam ideias e valores e geram saberes e aprendizado coletivos”. As várias ações dos diversos movimentos sociais, na cidade e no campo, mostram “o repertório de lutas construídas”, demarcando, dessa maneira, “interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais.” (GOHN, 2010, p. 40-41).

Dessa maneira, as questões sociais no espaço urbano e rural, nas lutas dos movimentos ganharam maior visibilidade como também as suas ações no território. Os movimentos sociais urbanos historicamente lutavam principalmente contra as causas e consequências dos problemas urbanos, como o uso e distribuição e a apropriação do espaço urbano. Conforme Jacobi (1993), “esta problemática urbana é a manifestação da crise da

cidade capitalista, decorrente da ação contraditória do Estado, que gera um processo de politização do cotidiano.” O espaço urbano, então, é a expressão da crise do modo de produção capitalista, externalizado pelos movimentos sociais.

Na análise sobre as contradições da relação produção/reprodução que se materializou no espaço urbano, Castells (1983) descreve a importância dos movimentos sociais e o seu caráter transformador, contra um “sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida.” Nesse sentido, as contradições presentes no espaço urbano demonstram o papel do sujeito social enquanto sujeito histórico que está sendo precarizado e marginalizado nas periferias urbanas.

O caráter da organização popular é político, conforme Gohn (1991), e está presente na mobilização e enfrentamento ao *status-quo*, diferentemente de outros movimentos reivindicatórios que envolvem outras classes ou as camadas mais abastadas da população. Movimentos por moradia, pela implantação ou melhoria dos serviços públicos, como transporte público da qualidade, saúde ou educação, são exemplos de movimentos reivindicatórios urbanos de caráter popular, relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania.

Martin (1997, p. 26-27) chama atenção dos estudiosos para compreensão das contradições demonstradas nos lugares vividos pelos movimentos sociais, porque “é no lugar vivenciado onde todos os confrontos se explicitam e se individualizam; onde o poder se exercita”. É no território que a luta dos movimentos sociais se cristaliza. Penetrar nesse distanciamento é participar e expor “às consequências das lutas no/pelo poder; é o encontro cara a cara com os antagonicos.” (MARTIN, 1997, p. 26-27).

Ainda que os movimentos sociais tenham o espaço como trunfo, Martin (1997) acredita que o objeto da Geografia não é o espaço abstrato, desencarnado e coisificado, mas o território, mediado pelos conflitos conduzidos pelos movimentos em ruptura com a ordem e o consenso territoriais vigentes, que são ao mesmo tempo sociais, espaciais e territoriais. Martin (1997), assim como Fernandes (2000 e 2008), busca compreender os movimentos sociais e formular categorias de estudo que permitam analisar os movimentos sociais em uma perspectiva do olhar geográfico.

É importante destacar a compreensão de Thomaz Junior (2007) quanto aos movimentos sociais. Segundo o autor (THOMAZ JUNIOR, 2007), “o alvo da luta, para os movimentos sociais, [...] é o modelo (todo um empreendimento metabólico que assegura os mecanismos de dominação e de controle da sociedade pelo capital).” Em diferentes contextos,

a luta contra o metabolismo do capital, no âmbito dos movimentos sociais, precisa ter sentidos amplos e de consequências estruturais, alcançando a dimensão de luta de classes.

Sob a ação de um modelo econômico, político e ideológico da globalização neoliberal do capital, a classe trabalhadora da cidade-campo sofre agressões relacionadas ao mundo do trabalho, que, “além de produzirem consequências nefastas também têm provocado reações desencadeadas de vários flancos”; seja pelos “confrontos que eclodem diretamente das formas de expressão capital x trabalho”, seja “na luta pela posse da terra.” Assim sendo, Thomaz Junior (2007) pensa a centralidade do trabalho na própria “malha territorial da classe trabalhadora”. Ou seja, assim, como Antunes (2005) e Alves (2009), Thomaz Junior (2007) concebe trabalho à luz na “nova morfologia do trabalho”, ampliando o conceito de trabalho e a ele agregando o “conteúdo social da (des)sociabilidade contemporânea e o novo caráter multifacetado” e “a noção, [...] de plasticidade e capilaridade.” Com isso é possível apreender as “diferentes formas de sua existência”, que “se explicitam em conteúdos territoriais diversos”, o que possibilita “compreender a geografia da luta de classes.”

A constante migração de atividades laborativas, condições de trabalho e vínculos territoriais no seu exercício cotidiano nos põe frente a frente à necessidade de apreendermos os elementos compostos essenciais tanto em nível material quanto subjetivo do ser trabalhador. Está em questão captarmos as formas geográficas de externalização do trabalho, por meio de um movimento duplo, a um só tempo: a plasticidade existente entre as diferentes existências do trabalho (assalariados, camponeses, sem-terras, seringueiros, informais, desempregados, etc.), e as capilaridades entre as esferas da convivência em sociedade (social, política, econômica, cultural, etc). (THOMAZ JUNIOR, 2007).

Thomaz Junior (2007) também acredita que pode ocorrer um questionamento sobre as “limitações para apreendermos as capilaridades existentes entre a cidade e o campo” e entre “as formas de expressão do trabalho nessas duas manifestações do tecido social”, bem como sobre os “mecanismos que redimensionam as reflexões sobre o universo do trabalho, os movimentos operário e camponês, e os movimentos sociais como um todo, que fazem emergir em cena” a presença do sujeito social, do trabalhador.

Nesse sentido, ao se analisar a relação dos movimentos, em especial do movimento operário nas últimas décadas, é possível destacar que o movimento operário passou por uma das suas mais duras crises, no período, encontrando-se encurralado pelas próprias transformações do capitalismo, das quais suas organizações foram co-participantes.

Ao se integrar às estruturas do capital, pela via do compromisso fordista, tornou-se mediador da relação capital-trabalho. Conforme interpreta Bihr (1998), o esgotamento deste papel, com a ruptura do compromisso fordista, levou essas organizações à mais completa desadaptação, seja em suas práticas como em suas estruturas ou representatividade. Ou seja, “diante da crise do fordismo, as organizações atuais do movimento operário”, os sindicatos, erraram ao reproduzirem as “mesmas estratégias e entraram nos mesmo becos-sem-saída que as burguesias ocidentais”, procurando então manter a “qualquer preço, os terrenos de um compromisso que a asfixia do regime de acumulação”, que condena “inexoravelmente, as outras pensando que o novo equilíbrio social só pode nascer dos escombros do antigo compromisso” Ou seja, tentar resolver a relação capital trabalho entre trabalhadores ou operariados, com o modo de produção atual, com base em uma estrutura capitalista de produção anterior, levou à crise e ao “desmantelamento do qual conseqüentemente prestam ativamente assistência”. Diante disso, o “movimento operário encontra-se nu e desarmado, privado de qualquer estratégia própria, reduzido à impotência e condenando ao mesmo tempo o proletariado a escolher entre uma revolta estéril e uma resignação aviltante.” (BIHR, 1998. p. 82).

Os movimentos sindicais entraram em crise ao não conseguirem fazer a leitura correta da conjuntura política e econômica, advinda das novas relações de trabalho, impostas à classe trabalhadora. Assim, não conseguiram responder às novas demandas da classe e à nova morfologia do trabalho, com seu “caráter multifacetado.” Dessa forma, o sindicato passou a lutar para manter direitos trabalhistas, frente aos dismantelamentos das perdas de direito, causados pela flexibilização trabalhista.

A partir da década de 1970, o mundo do trabalho passa por uma “fragmentação crescente do proletariado, que tende a paralisá-lo enquanto força social” (BIHR, 1998, p.83), o que fez surgir três grandes grupos no universo da classe trabalhadora, a saber: Os proletários estáveis e com garantias, o segundo os proletários excluídos do trabalho e por fim, as massas flutuantes de trabalhadores instáveis, no seio da qual convém distinguir diferentes categorias:

Os proletários estáveis e com garantias. Seja por razões jurídicas (caso da maioria dos que são assalariados no seio do aparelho de Estado), seja por razões econômicas (caso dos assalariados de empresas ou de setores que puderam escapar da crise ou que superam), eles não têm sido, ou têm sido pouco, ameaçados pela rediscussão da relação salarial fordista. São proletários que têm mais ou menos garantido um emprego, o aumento ou, menos, a manutenção de nível do salário real, negociação coletiva das condições de trabalho, proteção e expressão sindicais, possibilidades mais ou menos extensas de “carreira” e de promoção social na empresa, etc. (BIHR, 1998. p 83-84).

Porém, com o aprofundamento da crise do capital que se estende, esse “núcleo de trabalhadores estáveis tende a se estreitar e suas garantias tendem a se restringir.” Com o avanço da flexibilidade do contrato de trabalho, altera-se a relação salarial e o tempo de trabalho.

O segundo grupo, identificado por Bihr, são os proletários excluídos do trabalho, ou até mesmo do mercado trabalho especificamente. No caso desses, a reestruturação das formas de produção e reprodução do capital:

Joga-os por muito tempo, ou mesmo definitivamente, no olho da rua (é o caso especialmente dos trabalhadores idosos ou dos trabalhadores pouco qualificados de setores em declínio) ou simplesmente lhes proíbe o acesso à vida ativa (é o caso especialmente dos jovens). Tanto uns como outros são, então, condenados ao desemprego de longa duração e, portanto, à dependência da seguridade social, percorrendo um caminho entrecortado por diversos estágios que, no final, para um número crescente deles, significa o mergulho na pobreza e na miséria. (BIHR, 1998. p.84).

Tendo tais elementos como plano de fundo, Svampa (2007) faz uma crítica contundente aos partidos políticos e sindicatos, quanto ao esgotamento da possibilidade de mediadores entre os movimentos sociais e o Estado. Uma das dimensões analisadas por Svampa (2007) remete às formas de democracia, por meio das quais a população pode participar, de forma direta, nas tomadas decisões políticas; os chamados “governos participativos.” Isto aconteceria:

En la medida en que la política institucional devino cada vez más autorreferencial, más ligada a una democracia de tipo delegativa y decisionista, la acción colectiva no institucional se ha encaminado al desarrollo de formas de democracia directa. La democracia directa y la emergencia de nuevas estructuras de participación que tienen un fuerte carácter asambleario se refleja en la tendencia a crear estructuras flexibles, no jerárquicas, proclives al horizontalismo y la profundización de la democracia. En este marco, cobra centralidad la forma asamblea, en sus diferentes niveles y expresiones, que recrea y potencia antiguas y nuevas formas de sociabilidad y resistencia, al tiempo que va diseñando un nuevo paradigma de la política concebido desde abajo. (SVAMPA, 2007, p. 4).

Uma outra dimensão de ação dos movimentos sociais está implícita na demanda da autonomia:

La cual atraviesa desde los pequeños colectivos culturales hasta las grandes estructuras territoriales u organizaciones de masas. La autonomía, en

términos generales, aparece no sólo como un eje organizativo, sino también como un planteo estratégico, que remite tanto a la “autodeterminación” (dotarse de su propia ley), como a un horizonte más utópico, a saber, la creación de mundos alternativos. En sus versiones extrema, este planteo desafía el pensamiento de izquierda más anclado en las visiones clásicas acerca del poder y de los modos de construcción contrahegemónica. (SVAMPA, 2007, p. 4).

Na atualidade, a ação dos movimentos sociais perpassa pelas diversas interfaces como o lugar, o território e o espaço, sendo esse último a categoria macro de análise. Neste estudo, entretanto, o território passa a ter um sentido amplo, que engloba tanto as lutas dos movimentos sociais urbanos, tanto dos rurais. De acordo com Svampa (2003, p. 3), o território aparece como espaço de resistência e como um lugar de ressignificação e criação de novas relações sociais.

Segundo Seone e Taddei (2003, p. 67), a América Latina tem sido constantemente abalada por profundas crises, cujo impacto social, político e econômico marcam o futuro do território e acentua a instabilidade econômica. Entretanto, essas crises geradas foram “um duro golpe à legitimidade política e ideológica que goza o neoliberalismo na última década.” Na Argentina, por exemplo:

La debacle de dichas políticas aparece, en este contexto, como el ejemplo más paradigmático del derrumbe de la utopía de mercado como principio regulador del orden social. El quiebre de la legitimidad neoliberal y la dificultad creciente de los regímenes políticos del continente por reconstituirla aparecen como una de las marcas distintivas del año 2002. (SEONE; TADDEI, 2003, p.67).

A luta social tem refletido, assim, a dinâmica das políticas econômicas liberais, ou seja, reflete a crise de um modelo econômico neoliberal. Dessa forma:

La reconfiguración de la territorialidad del conflicto y la agudización de ciertas modalidades confrontativas en desmedro de las protestas demostrativas aparecen como signos distintivos del año analizado. El vertiginoso agotamiento de las promesas democráticas de la gobernabilidad neoliberal se ha visto reflejado en algunos países por el desarrollo de profundas crisis políticas que han socavado la legitimidad de los regímenes democrático-liberales y de las estructuras partidarias tradicionales. (SEONE; TADDEI, 2003, p.67-68).

As políticas neoliberais intensificam a ação do capital no território e aprofundam a desigualdade social. Nesse contexto, as lutas dos movimentos sociais no Brasil se inserem na relação cidade e campo, em virtude da concentração de riquezas em mãos dos latifundiários, o

não enfrentamento de problemas relacionados à Reforma Agrária, dos povos indígenas, quilombolas e do campo, em geral, o que intensifica os efeitos das políticas neoliberais sobre a classe trabalhadora. Cabe reconhecer que, em assim sendo, a luta de cada movimento social tem uma característica que reflete o próprio território em que o movimento se insere, mas, ao mesmo tempo, as aprendizagens políticas e sociais vividas por um determinado movimento social, em um território específico, pode possuir um alcance e significado muito além do próprio espaço em que ocorrem.

Seone e Taddei (2003), Zibechi (2003), Sader (2004) e Svampa (2007), ao analisarem as lutas dos movimentos sociais na América Latina, situam o debate a partir das contradições entre capital e trabalho ocorridas no território de luta dos sujeitos sociais estudados. Auxilia, na compreensão desse processo, a importância do território para os movimentos sociais. Conforme Svampa (2007):

Un sentido amplio, tanto en los movimientos urbanos como rurales, el territorio aparece como un espacio de resistencia y también, progresivamente, como un lugar de resignificación y creación de nuevas relaciones sociales. Esta dimensión material, muchas veces comprendida como autoorganización comunitaria, aparece como uno de los rasgos constitutivos de los movimientos sociales en América Latina, tanto de los movimientos campesinos, muchos de ellos de corte étnico, como de los movimientos socioambientales, y de los nuevos movimientos urbanos, que asocian su lucha a la satisfacción de las necesidades más elementales. En este sentido, el territorio aparece como el lugar privilegiado de disputa, no sólo a partir de la implementación de las nuevas políticas sociales diseñadas desde el poder con vistas al control y la contención de la pobreza, sino también a partir de las nuevas modalidades que adopta la lógica del capital en los espacios considerados estratégicos, en términos de recursos naturales. En fin, por encima de sus diferencias, los movimientos sociales latinoamericanos se constituyen como movimientos territoriales, a partir de una clara defensa y promoción de la vida y la diversidad, reuniendo en un solo haz comunidad, territorio y cultura. (SVAMPA, 2007, p. 3).

Svampa (2007) e demais autores citados procuram dimensionar os movimentos sociais na América Latina quanto a sua forma de organização e participação política nos territórios. O autor acredita que:

Éstos adoptan la acción directa no convencional y disruptiva, como herramienta de lucha generalizada. En este sentido, la centralidad que ha adquirido la acción directa este directamente ligada al contexto de las luchas, marcado por la gran asimetría de fuerzas. La primacía de la acción no-institucional pone de manifiesto la crisis y en de las mediaciones institucionales (partidos, sindicatos), en el marco de la nueva relación de fuerzas. En otras palabras, la acción directa no institucional aparece como la

única herramienta eficaz de aquellos que no tienen poder, frente a los que tienen poder, en el actual contexto de la gran simetría. Por último, necesario es decir que, si la acción directa posee una gran fuerza interpelante, lo cual se revela en su poderosa capacidad destituyente, esta no desemboca necesariamente en una acción instituyente. (SVAMPA, 2007, p. 3).

No que concerne à relação cidade-campo e a ação dos movimentos sociais no território, essa passa pelo entendimento da divisão técnica, territorial e social do trabalho. Nesse sentido, pode-se apreender, no pensamento de Marx, que a divisão do trabalho se desenvolveu “no seio destes diferentes ramos, diferentes grupos entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos.” De acordo com Marx (1984), cada novo contexto da “força produtiva [...] tem como consequência uma nova constituição da divisão do trabalho”. Dessa maneira, a “divisão do trabalho material e intelectual e a separação da cidade e do campo” é compreendida por Marx (1984, p. 64), com base na “oposição entre a cidade e o campo”, a qual “começa com a transição da barbárie para a civilização, do sistema tribal para o Estado.”

A cidade, então, passa a ser a “realidade da concentração da população, dos interesses da produção do capital.” Para Marx, o “antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada”, pois o capital, ao privar o acesso dos trabalhadores àquilo que pode lhes dar autonomia (os meios de produção), cria os mecanismos para “a expressão mais crassa da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada que lhe é imposta” (a venda da força de trabalho); uma subordinação que limita o trabalhador da cidade e do campo no seu dia a dia e “de novo produz o antagonismo dos interesses de ambos.” O trabalho, então, torna-se a principal forma de poder do capitalista sobre os trabalhadores e “enquanto este existir tem de existir também a propriedade privada.” (MARX, 1984, p. 64).

Williams (1989, p. 391) observou que o desenvolvimento capitalista, ao longo do seu processo histórico, transformou as relações entre campo e cidade e se constituiu na “força motriz de um modo de produção que efetivamente transformou o mundo”. Para o autor, a cidade é a “representação do capitalismo” e o desenvolvimento do capitalismo que mudou as cidades, também produziu outros efeitos, como: o aumento da produção, a “reorganização física de um mundo totalmente disponível”, a mobilidade ou “deslocamento de comunidades tradicionais” e a “formação de um resíduo humano que veio a se transformar numa força, o proletariado”, trabalhadores “posteriormente encontrados, em diversas formas”, nas cidades e no campo, “em todo um sistema internacional” (WILLIAMS, 1989, p. 391). Para Williams

(1989, p. 388-389), as transformações por que passava a Inglaterra estavam associadas a “uma estrutura mais geral, [...] de um sistema comercial e político.”

Engels (2008, p. 45), ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, assim como Williams (1989), identificou as condições ideais para compreender as transformações que o mundo estava passando. O proletariado, então, passa a “ser estudado em todos os seus aspectos e relações.” O autor lembra que, anteriormente à “introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador”. A família, a “mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades”. Assim, a economia estava organizada por um mercado interno e o que o trabalhador recebia pelo seu trabalho “assegurava perfeitamente sua existência.” Com o avanço do modo de produção capitalista e a necessidade cada vez maior de expansão dos mercados, surgem outras formas de relações, mediadas pelo processo de industrialização, que impactam diretamente no *modus vivendi* da classe trabalhadora.

Ao analisar o resultado do processo de industrialização para a classe trabalhadora, na Inglaterra, no século XIX, Engels o faz com destaque para as cidades Londres, Manchester e Leeds. Conforme Engels (2008), as cidades passaram a se organizar com o objetivo de ser o espaço propício do modo de produção capitalista. Por isso, era nas cidades que se travava uma “guerra social” de luta pela sobrevivência por parte da classe trabalhadora. A busca por trabalho, nas cidades, levava os trabalhadores a competirem entre si e, ainda assim, como apontou Engels (2008, p. 69), quando um trabalhador “tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo.”

Conforme Williams (1989, p.12), as transformações ocorridas nas relações entre campo e cidade foram acentuadas com a Revolução Industrial, levando ao desaparecimento do campesinato. Assim, o alicerce das transformações estaria nas relações de propriedades durante todo o período de dissolução do feudalismo e as causas socioeconômicas do crescimento das cidades estariam ligadas a algumas questões controversas, como a extensão comercial e a produção artesanal independente, com tendência própria à concentração na forma urbana. (WILLIAMS, 1989, p.72).

Na compreensão de Luxemburgo (1985, p. 394), a produção capitalista reprimiu constantemente a pequena produção camponesa e artesanal. Luxemburgo abrange esse processo visto por Williams como “mola propulsora da produção capitalista.” Assim, não é a mais-valia em qualquer quantidade, em uma única apropriação, “mas a obtenção ilimitada de

mais-valia, em um crescimento incessante em quantidades sempre maiores.” Complementa que “é a produção de mais-valia na sociedade capitalista que faz da reprodução das necessidades vitais desse [modo de produção] um moto contínuo”. Esse processo foi caracterizado por uma forte “violência mediada pelo Estado capitalista”, nas condições históricas da acumulação do capital.

Luxemburgo aponta a perversidade, ou seja, a “barbárie da expansão capitalista e a destruição de formas comunais de reprodução da vida de indígenas e de camponeses” nos territórios de expansão do capitalismo, demonstrando, assim, que:

A acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtivos da mais valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação do capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não capitalistas. (LUXEMBURGO, 1985, p. 308).

No contexto da expansão capitalista, e por meio dela, ocorre também o processo de desterritorialização daqueles que vivem no campo, transformando-os em sujeitos desprovidos de qualquer bem que possam dar autonomia à sua reprodução social, enquanto “classe que vive do trabalho.” Prieto (2017, p. 816) entende que o processo “destruição da organização interna das sociedades não capitalistas é uma característica recorrente e avassaladora”, do capitalismo.

A expansão do capital no século XIX e a revolução científico-tecnológica experimentada na segunda metade do século XX contribuíram, assim, para o processo de urbanização e industrialização e promoveram o desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade.

Na compreensão de Lefebvre (1991), o processo de industrialização foi o motor das transformações da sociedade, no campo e cidade, caracterizou a sociedade moderna e definiu a sociedade urbana, bem como compôs a realidade social, nascida em sua volta, fornecendo o ponto de partida para a reflexão sobre a nossa época. Entretanto, é necessário compreender

que a cidade é preexistente à industrialização; pensar as relações campo-cidade, em uma perspectiva urbana, tendo como ponto de partida a industrialização, pode levar à fragmentação do entendimento das relações campo-cidade. Por isso, devem-se analisar essas relações como processo histórico, construídos em espaço e tempo diferentes.

Os debates apresentados permitem compreender como a relação cidade e campo se insere na escala global da “divisão social e internacional do trabalho” e conceber como os processos de desenvolvimento resultam no aprofundamento das disparidades sociais, processos esses intensificados com o avanço do modo de produção capitalista. A relação cidade e campo faz parte de uma unidade dialética e a compreensão dessa unidade converge para a análise da totalidade da sociedade.

No Brasil, a relação campo-cidade vai se dar pela apropriação e privatização da terra, regulada pelo interesse do mercado. Segundo Martins (1983, p.17), foi o próprio capital que, com a crise do modo de produção escravocrata, instituiu a apropriação da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava da força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Como aponta Martins:

No Brasil, a propriedade fundiária é uma das bases essenciais do sistema econômico e, sobretudo, do sistema político. Nenhum pacto político foi feito neste País, desde a Independência, em 1822, até a recente Constituição, de 1988, que não fosse ampla concessão aos interesses dos grandes proprietários de terra. A estrutura do Estado brasileiro está em parte constituída com base nesses interesses. (MARTINS, 1983, p. 96).

A relação terra-produção, no Brasil (ainda que voltada, em grande parte do tempo, à monocultura), pode ser referência para compreender como ocorreram às relações econômicas, políticas e sociais no país. Nesse sentido, a terra é usada como um potencial da economia e é a base para acumulação de capital, que vai servir de suporte financeiro no processo de industrialização. Todavia, para que a industrialização ocorresse foram necessárias duas coisas: mercado consumidor e trabalhadores, mão-de-obra, disponíveis. Essas questões foram resolvidas muito antes dessas necessidades. Para Martins (1983), com o fim do trabalho escravo nas lavouras brasileiras, a terra passou a ser propriedade privada, dificultando, assim, o acesso por parte dos trabalhadores rurais que nelas trabalhavam e viviam com as suas famílias, diferente do que ocorreu na Europa, onde os camponeses foram expropriados da terra, devido ao modo de produção capitalista e os altos impostos cobrados.

Na Inglaterra, conforme Moreira (2013, p.20), as “alianças e a forma de intervenção da relação cidade-campo” vão ocorrer a partir de uma “transição sob a aliança da nobreza com a burguesia urbana mercantil.” Assim, a “mercantilização da produção rural, isto é, a rápida conversão da produção do valor de uso em valor de troca no campo”, levando à “desterritorialização do campesinato na forma das *enclosures* e na acelerada proletarização que daí decorre, alimentando o farto mercado de força de trabalho.”

Assim sendo, as consequências desse modo de produção, baseado na grande propriedade e no trabalho escravo, foram muitas, dentre elas se destacam a exclusão do homem pela terra, o surgimento de um trabalhador assalariado de baixo custo e a migração do campo para cidade. No caso do Brasil, essa migração campo-cidade começou a ocorrer entre as décadas de 1960 e 1970, configurando-se o surgimento de novos espaços periféricos marcados por sérios problemas sociais, como a falta de trabalho, escolas, hospitais e uma infraestrutura que venha atender as carências dessa população. Essas questões sociais fazem parte do debate, na atualidade, que tem sua origem na concentração fundiária brasileira. Para Caio Prado Júnior (1987), grande parte da população do país necessita da terra para o seu sustento, mas a terra nas atuais condições não é possível porque:

A concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 15).

A concentração de terra para Prado Júnior condena milhares de seres humanos a uma existência miserável e sem perspectiva, além de constituir um obstáculo implantado no organismo social brasileiro, ao desenvolvimento econômico e cultural. A concentração de terra se faz, predominantemente, em benefício de uma reduzida minoria. Isso significou, historicamente, a mobilidade de trabalhadores e o surgimento de uma mão-de-obra barata e disponível, tanto no campo como na cidade. Prado Junior (1987, p. 17-18) alerta que a estrutura e distribuição das propriedades fundiárias – aliadas à circunstância de que, em geral, é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis – fazem com que uma considerável parcela da população rural se encontre insuficientemente aquinhoadada e não disponha de terra para a sua manutenção. Em função disso, uma grande massa de trabalhadores sai em busca de trabalho para poder sobreviver, aceitando as mais diversas relações de trabalho, ou seja, submetendo-se à precarização do trabalho. Os baixos salários e as precárias condições de trabalho na indústria e outras atividades urbanas se dariam ao

potencial de mão-de-obra de baixo custo que o campo oferecia e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano.

As consequências desse processo resultaram na concentração das grandes e médias cidades brasileiras, advindas não só do processo de industrialização, mas, também, da apropriação da terra no campo, levando, assim, os trabalhadores rurais a busca de novos espaços. Esse processo histórico e econômico é interpretado por Fernandes (1976, p. 105-106) apoiado em três questões centrais: a “natureza do capitalismo agrário brasileiro; o papel do capitalismo agrário na formação da sociedade de classes; as causas e os efeitos da resistência sociopática à mudança social.” Ou seja, é preciso contextualizar a relação campo e cidade à luz do capitalismo e como ele se desenvolveu.

De acordo com Fernandes (1976, p. 106), a “economia colonial e a produção escravista exprimem o “capitalismo moderno” sem se procurar saber em que sentido o antigo sistema colonial e o trabalho escravo se relacionam com o desenvolvimento do capitalismo na Europa e no Brasil”. Para ele, as relações entre o campo e cidade devem ser estudadas por meio dos processos sob os quais se “organizam e se transformam as formações sociais e urbanas” e do campo, pois esses processos “são derivados e secundários, [...] [e] devem ser interpretados, verificando um universo de uma estrutura macrossociológica (que estuda a sociedade globalmente, em suas principais estruturas: econômicas, ideológicas etc.)” No que diz respeito à cidade, na perspectiva de Fernandes (1976, p. 112-113), essa

se transformou em um contexto da economia agrária, impondo ao campo seus interesses econômicos, juntamente com os seus ritmos históricos-sociais e seu estilo de vida [...] à medida que a cidade se consolida como um contexto econômico mais consistente para o desenvolvimento capitalista, mudam as funções econômicas, socioculturais e políticas da economia agrária. (FERNANDES, 1976, p. 112-113).

O capitalismo desenvolvido, para Fernandes, é visto como modo e sistema de produção que se constitui como uma “manifestação tardia da evolução econômica e histórica-social do Brasil”. Para o autor, o capitalismo estava presente no antigo “sistema colonial, apenas ao nível da mercantilização dos produtos coloniais” e para o capitalismo avançar, foi necessária a “desintegração do sistema de produção escravista”. O capitalismo como um sistema econômico, político e ideológico de produção se territorializou no campo e cidade.

A economia originária do capital, no Brasil, e a “expansão de um pólo econômico moderno, urbano comercial, já foi exagerada, para em seguida ser subestimada. O ‘campo’, como núcleo da vida social ‘civilizada’, também já foi superestimado, para depois ser

esquecido”. Assim, compreender a natureza do capital e como ele influencia e modifica as relações econômicas no território, ou na relação campo e cidade, permite o avanço em direção a “questões interpretativas de alcance mais geral, que podem lançar luz sobre a natureza do capitalismo agrário no Brasil e suas influências mais profundas sobre a formação do capitalismo urbano-industrial e da sociedade de classes.” (FERNANDES, 1976).

O capitalismo, no seu processo constante de desterritorialização e territorialização, espoliou a classe trabalhadora do campo e cidade. Porém, esse processo capitalista, ao se confrontar com as “classes que detêm os meios de produção bens ou capital”, não se ressentem dessa situação de “espoliação”, provocado pelo modo de produção capitalista, “porque eles extraem de ambos os processos o privilegiamento relativo de sua própria condição econômica, sociocultural e política.” (FERNANDES, 1976, p.107).

Porém, o mesmo não acontece com os trabalhadores despossuídos, pauperizados e precarizados, porque esses foram transformados em trabalhadores livres ao serem espoliados, restando apenas a sua força de trabalho para vender. Entretanto, conforme Ianni (1976, p.188), a transformação do lavrador em proletário não ocorre de forma rápida na sociedade: esse processo, às vezes, é lento e repleto de contradições. Deve-se levar em consideração as questões “econômico-sociais” e as questões “políticas” desenvolvidas no “processo de transição do lavrador, em proletário.”

Na primeira, o lavrador está totalmente inserido no universo prático e ideológico da unidade econômica. Pode ser compreendido como camponês, pequeno proprietário rural, que trabalha em sua terra, com mão-de-obra familiar. A produção gerada na propriedade é destinada ao abastecimento da própria família e o excedente é comercializado no mercado local. A segunda configuração, resultante da mesma ação “econômico-social e política”, promove a “ruptura das relações de produção, em decorrência das novas formas de desenvolvimento das forças produtivas em âmbito nacional e internacional.” Nesse caso, a passagem do trabalhador agrícola para assalariado faz surgir também o proletariado rural e o da cidade, na forma de operário, por fim em um trabalhador livre.

Entretanto, o trabalhador livre do campo não pode ser analisado de maneira homogênea em relação às formas de produção, pois existem diversas formas de relação de trabalho e exploração do trabalho no campo. Dentre elas, classificam-se: a) os trabalhadores arrendatários: agricultores que não possuem terras, mas que dispõem de equipamentos agrícolas. Para produzir, alugam ou arrendam a terra de terceiros. O pagamento do aluguel é realizado em moeda corrente ou com parte da produção; b) os trabalhadores assalariados permanentes: trabalho rurais com certa estabilidade, quando o serviço para o qual são

contratados não tem um prazo determinado para terminar, ou seja, é fixo; c) trabalhadores assalariados temporários: trabalhadores rurais que desempenham atividades por um período determinado. Essa relação de trabalho pode acontecer por dia, empreitadas, períodos de colheitas. Isso é comum no corte de cana, quando os boias-frias trabalham por alguns meses do ano. Por fim, d) trabalhadores não-remunerados: Corresponde ao trabalho realizado muitas vezes pelo grupo familiar (filhos, esposas etc.), sem que haja o pagamento de salários.

Como observou Ianni (1976), o sistema capitalista de produção se ampliou e aprofundou ao mesmo tempo em que se apuravam as relações capitalistas de trabalho. Em consequência desse aprofundamento das relações capitalista, os trabalhadores passam a sofrer com a intensa exploração do capital.

Para Antunes (2015, p. 106), na sociedade capitalista, “o proletariado é a classe que sofre a exploração mais intensa”. Assim como Fernandes (1976), identificou a exploração da classe trabalhadora na espoliação provocada pelo capitalismo. Adverte Antunes (2015) que a classe trabalhadora, no capitalismo, “é a única capaz de gerar a riqueza de que o capital se apropria.” Por isso o capitalismo é uma contradição constante, ou seja, o capitalismo é constituído por uma e relação social contraditória, marcada pela desigualdade social vivente, na precariedade e na barbárie social em que estão os trabalhadores.

De acordo com Alves (2009, p. 12), para compreender essa realidade social, temos “que pensar o homem que trabalha e o mundo social do trabalho na perspectiva da totalidade concreta do sistema mundial do capital.” Assim, o caráter do “controle do metabolismo social” do capital “desde sua origem histórica” configura-se em uma “relação social que se tornou sistema de controle fetichizado expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável através da contingência da política.” Historicamente, o modo de produção capitalista foi aperfeiçoando as “características estruturais da relação-capital, explicitaram-se, com vigor, na medida em que se compôs o sistema mundial produtor de mercadorias.” (ALVES, 2009, p. 13).

Dessa forma, o capitalismo, a burguesia, o operariado e o Estado “seriam sujeitos portadores de estratégias de ação coletiva em disputa num jogo político, espaço no qual se definiriam os interesses imediatos das classes.” (BALTAR, 1996, p.19). Assim, a relação entre o Estado e a burguesia configura-se em interesses políticos e econômicos, privilegiando, assim, conforme Baltar (1996, p.19), o “movimento global do capital ou as estruturas de dominação formadas a partir da expansão do capitalismo periférico.” Ou seja, “onde os interesses da burguesia pareciam reduzir-se a sua forma de produção; os interesses dominantes seriam apenas o lucro e a exploração do trabalho.” Dessa forma, a burguesia, o

Estado e o capitalismo “foram muitas vezes reificados, ao admitir-se que a lógica do sistema lhes atribuíra uma vontade política e uma racionalidade estratégica, esquecendo-se dos agentes que o reproduzem cotidianamente.” (BALTAR, 1996, p.19).

No Brasil, conforme aponta Moreira (2013, p.19), “a revolução burguesa encerra suas contradições antagônicas e não antagônicas em uma estrutura de organização de espaço definido como ordenação voltada para duplo e simultâneo objetivo.” Com essa revolução a burguesia “forja e regula a unidade cidade-campo dos dominantes”, dessa forma “evita a ocorrência dessa unidade cidade-campo dos dominados.” Assim, a relação cidade e campo, no Brasil, aponta o processo histórico e geográfico da formação econômica brasileira, da aliança entre a burguesia da cidade e a elite agrária brasileira: “substanciada nesse conteúdo sociopolítico, a relação cidade-campo constitui, assim, o eixo geográfico à base do qual se ergue o conjunto e se movimenta as contradições da formação social brasileira.” (MOREIRA, 2013, p.19).

Nesse contexto, a relação campo e cidade é compreendida não de forma dicotômica, mas sim de caráter dialético, demonstrando “a dorsal da oposição da universalidade e da singularidade que se resolve em síntese na particularidade, essa particularidade sendo a formação social brasileira.” Assim, como Williams (1989), Moreira (2013, p. 19) compreende que “historicamente, é pela forma da relação cidade-campo que, definindo a relação dos aspectos dos eixos economia-política e produção-circulação, se orienta a linha de desenvolvimento do capitalismo em todas as formações sociais do mundo.”

Conforme Moreira (2013, p.42), nesse contexto, o capitalismo mundial avança internamente, “ao mesmo tempo mais nacional e mais mundial” e, dialeticamente, esse processo vai se dar em dois eixos: “de uma autonomização interna do eixo economia-política e do eixo produção-circulação em relação à economia externa, mas para organizar a formação social brasileira como forma de ser de uma sociedade capitalista moderna.” Como lembra o autor, dialeticamente, isso responde “por integrar internamente o país, a formação brasileira, nas etapas de sua evolução sucessiva” na economia capitalista global. Mas para isso o país tem que resolver dois problemas internos: o primeiro da “produção operária, segundo as necessidades dos países fabris do capitalismo adiantado” e o segundo reside na “solução do movimento geral do capital-dinheiro que também nesse momento tem lugar.”

Entretanto, ainda de acordo com Moreira (2013, p. 19), no Brasil, a singularidade da relação cidade-campo “está na natureza das suas classes sociais e na forma da aliança histórica que estas fazem para, através do formato do eixo cidade-campo, determinar o modo

de estruturação para dentro e para fora da formação” econômica e social “em seu quadro interno-externo de relações com a universalidade do capitalismo.”

Fernandes (1976, p. 113) quando aborda a natureza do capitalismo brasileiro e formação das classes sociais de uma economia agrária, compreende que “as parcelas do excedente econômico, que se transferem do campo para a cidade e nela são retidas, servem de base material para a reprodução de sociedades urbanas em mudança” e do mercado capitalista “com suas tendências à intensificação da divisão social do trabalho”, na cidade e no campo.

Para Oliveira (2003, p. 475), também o “processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente.” A indústria, que antes estava tão somente na cidade, chega ao campo e, assim, “campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica” já não se faz de forma muito clara. Por outro lado, “pode-se constatar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades.” Para o autor (OLIVEIRA, 2003, p. 475), o modo de produção capitalista, ao se desenvolver, “está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, do campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão”, como constatou Rosa Luxemburgo (1985), ao analisar as formas anteriores do modo de produção capitalista.

Dois aspectos são considerados por Moreira (2013), em relação à instituição da sociedade capitalista brasileira: primeiro, “a dissociação e entrosagem entre agricultura e a indústria que forjam a divisão territorial do trabalho de que a separação cidade-campo é a base por excelência”, e o segundo, “a diferenciação vertical mediante a qual parte dos camponeses se emburguesa e parte se proletariza.”

Quando analisa o “processo de articulação entre a indústria e a agricultura, muitos autores têm interpretado as transformações ocorridas no campo como ditadas exclusivamente pela indústria” (OLIVEIRA, 2003, p.470). Oliveira compreende, ainda, que, dessa maneira, a “produção na agricultura estaria entregue à vontade da indústria” e a “expansão do trabalho assalariado no campo seria total e absoluta.” Oliveira (2003, p. 478) compreende que esse processo, “especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em plenitude”. O “capitalista/proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola e a renda da terra gerada por essa atividade.” Nesse contexto, o campo e a cidade fazem parte da lógica de produção do movimento do capital, encontrando na burguesia urbana e na elite agrária os atores sociais propícios para o desenvolvimento capitalista.

Na visão de Moreira (2013, p.23), a aliança cidade-campo no Brasil deve ser vista na própria evolução brasileira em um contexto de situações mistas. Para Moreira (2013, p.23), deve-se considerar “o peso dos grandes proprietários rurais, e sua natureza de classe agromercantil”; esse ator social do capitalismo, a elite agrária brasileira, “mostra-se historicamente central nessa marcha da evolução do capitalismo no Brasil”. A elite agrária junto com seus pares vai conduzir e ditar como deve ser o “modo de ocorrência dos eventos que marcam seu nascimento. A independência, a abolição da escravatura e a proclamação da república”, ou seja, “são revoluções para que não haja revolução” (MOREIRA, 2013, p.23). A economia fundamentada na agroexportação é “a base material desses três movimentos consecutivos e combinados, a elite dela se vale para fundar uma aliança cidade-campo com a burguesia industrial no formato da via prussiana” (MOREIRA, 2013, p.23). Com isso, a economia brasileira alinha-se a “divisão internacional do trabalho, a elite incorpora também a internacionalização das relações internacionais nessa relação aliancista” (MOREIRA, 2013, p.23). Portanto, essa “interface que amalgama” fundamenta a “relação cidade-campo arruma a totalidade da estrutura da formação social brasileira em suas relações para fora e para dentro em um arranjo global de espaço que é o seu espelho.” (MOREIRA, 2013, p.23).

Como destacou Moreira (2013), a relação cidade-campo foi se instituindo a partir de alianças, por meio das quais a burguesia pratica suas estratégias territoriais, com o intuito de ordenar sua hegemonia de conjunto. Nesse caso, a burguesia serve-se das estruturas territoriais para concretizar a relação entre dominantes e dominados. Nessa direção, verifica-se que a burguesia brasileira, formada no final do século XVIII na economia agrária e junto com outros ramos da economia, modificou a estrutura territorial do espaço geográfico.

De acordo com Moreira (1982, p.38), o território é a “categoria por intermédio da qual se busca apreender os movimentos do todo: a formação econômico-social.” Logo assim, entender as transformações territoriais e as territorialidades construídas no campo e cidade é um dos caminhos para compreender a atuação dos movimentos sociais, neste caso, o MTD. De acordo com Carlos, há, no mundo moderno, uma profunda:

Transformação nas relações cidade/campo, apontando a necessidade de desvendamento do conteúdo e sentido destas transformações, centrando a análise no momento e movimento da reprodução da sociedade hoje, saído da história da industrialização, tornando imperativo a necessidade de atualizar a relação cidade-campo, no mundo moderno. (CARLOS, 2004, p. 8).

Carlos (2004) busca compreender as relações cidade-campo, como processo histórico, ao analisar a industrialização e o desenvolvimento do mundo da mercadoria e a

generalização do valor da troca. Conforme a autora (2004), “o desenvolvimento das comunicações e a expansão da informação aprofundaram e redefiniram as relações entre os lugares, enquanto hierarquização espacial entre espaços dominados/dominantes, sob o comando da metrópole nacional.” A expansão do modo de produção capitalista para ela:

Estendendo-se ao mundo inteiro, também permitiu a generalização da propriedade privada e a submissão da vida cotidiana a sua lógica capturando os momentos, cultura e tradição da vida tanto da cidade quanto no campo, aproximando-os cada vez mais. Sua extensão no espaço, ele próprio tornado mercadoria, faz da produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução social; elemento definidor dos conteúdos da prática sócio-espacial, posto que a extensão do capitalismo se realiza realizando a lei do valor. (CARLOS, 2004. p.8).

O modo de produção capitalista, para a autora, redefine as relações sociais da cidade-campo no mundo moderno. Por isso a necessidade de atualizar a relação cidade-campo na contemporaneidade, porque a reprodução das relações sociais saiu dos espaços das fábricas para se realizar “além do tempo e espaço do trabalho, o tempo/espaço de todos os momentos da vida cotidiana capturando o tempo cíclico agora sob o tempo linear, na medida em que tempo se realiza enquanto uso do espaço para a vida” (CARLOS, 2004). O capital, então, submete tudo aquilo que está em sua volta ao seu modo de produção, submetendo, assim, “a vida cotidiana às exigências da realização da produção capitalista, no plano da prática sócio-espacial a propriedade privada e o cerne do processo de apropriação.”

Ao analisar o avanço do modo de produção capitalista no campo e os seus rebatimentos na vida dos camponeses, a autora destaca que no campo:

[...] o desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalista implantando o trabalho assalariado sem que as relações camponesas desaparecessem e sem que a totalidade do trabalho no campo e a vida fosse submetida integralmente a sujeição real do capital apesar do desenvolvimento da industrialização da agricultura e da expansão das culturas para exportação no seio da economia global. (CARLOS, 2004. p. 9).

Ao tratar do processo de apropriação e reprodução do território do campo e da cidade pelo Capital, Carlos entende que:

A cidade e o campo vão refletindo o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, onde a metrópole aprofunda sua centralidade em relação a um território mais amplo, é por exemplo, o mercado interno que permite a expansão-contração das áreas de cultura de exportação apoiada na estrutura moderna. (CARLOS, 2004, p. 9).

Considera-se que nesse caminho a cidade vai ganhando cada vez mais importância como centro de acumulação e do poder político, mas também permite a reunião dos poderes que entram em confronto com a lógica da acumulação, revelando os conflitos de uma sociedade que vive nos limites da sobrevivência; produzindo o espaço da segregação. Nesse sentido, a autora (CARLOS, 2004) critica o modo como o capitalismo se realiza em detrimento da realização da vida.

Em consequência desses processos contraditórios, Oliveira (2003) evidencia que devemos entender como “eles têm se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética”. Como foi dito anteriormente pelo autor, que “essa unidade dialética vai ser soldada pela presença, na cidade, do trabalhador boia-fria do campo”. Esse trabalhador está presente nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras, eles “têm em sua volta atividades agrícolas como plantações de café, canaviais etc. (que, na época na colheita, precisam de mão-de-obra em grande quantidade)”. Carlos (2004) acrescenta que esse processo “revela não só a contradição entre a produção e distribuição da riqueza, mas também aquela entre os que estão na esfera da produção na condição de trabalhadores e os que estão fora dela, os desempregados.”

A urbanização no Brasil, na segunda metade do século XX, foi consolidada em decorrência do avanço do capitalismo no campo e cidade, aliado à reestruturação produtiva. Nela se revelaram as contradições sociais derivadas do aumento da concentração de terras no campo brasileiro. Sem opção de trabalho, trabalhadores rurais migraram em massa para as médias e grandes cidades.

Porém, quando os trabalhadores chegam às cidades, eles encontram a mesma estrutura capitalista de apropriação e concentração (agora dos espaços de moradia e trabalho). Esse movimento acontece, para Carlos (2004, p.11), na cidade e no campo, porque “o processo de reprodução se realiza pelo conflito violento entre valor de uso/valor de troca; um conflito que é prático-social”. Nesse sentido, a cidade e o campo, no capitalismo, são, indiferentemente, lugares das realizações econômicas e políticas do capitalista, ou seja, o valor de troca, realizado a partir da exploração da força de trabalho, possibilita a expropriação dos trabalhadores e a realização do ciclo de acumulação do capital. Dessa forma, o modo de produção capitalista consegue produzir, tendencialmente, o território enquanto uma mercadoria como valor de troca: “nessa direção, as condições de vida do homem se deterioram e o mundo produzido torna-se exterior ao homem.” (CARLOS, 2004, p.11).

Nesse contexto, percebe-se que os movimentos sociais do campo e cidade estão lutando contra o capitalismo que leva os trabalhadores da cidade e do campo à precarização, ao desemprego estrutural e à exploração exacerbada, segundo Harvey (1998), “combinando a mais-valia absoluta e relativa para os que estão empregados.” Dessa forma, quanto mais o capitalismo se desenvolve e avança sobre as formas produtivas mais contradições sociais evidenciam no território. Essas relações mostram, de modo intrínseco, a forma como o território é produzido nas relações capitalistas.

Sobre a concentração de terras no Brasil, Castro argumenta que isso ocorre:

Porque no sistema capitalista as terras só se encontram efetivamente disponíveis para o capital, aos agricultores descapitalizados cabem parcelas de terra cada vez menores. Os grandes proprietários, ao contrário, possuem a alternativa de preservar suas terras como reserva de valor, e mesmo de status, ou de transformar-se em capitalismo agrários, o que lhes permite ampliar ainda mais suas propriedades. (CASTRO, 1992, p.93).

Com a modernização da agricultura ou a chamada “revolução verde” acelerou-se o processo de concentração de terras nas mãos dos latifundiários e das grandes empresas que financiam o agronegócio. Nesse sentido, a terra é concebida como um entesouramento para os capitalistas; por isso a lógica da apropriação privada da terra. Quanto mais a terra é valorizada, mais difícil é o acesso para os trabalhadores pauperizados na exploração do capital:

Então com a modernização da agricultura [...], independente da sua dimensão, ocorreu uma estrutura fundiária profundamente marcada pelo contraste entre propriedades muito grandes e muito pequenas. A manutenção, e mesmo a ampliação, dessa diferença faz parte do processo de valorização da terra decorrente da expansão do capitalismo na agricultura. (CASTRO, 1992, p.93).

O resultado da concentração do capital são “trabalhadores empobrecidos do campo e da cidade”. Conforme Marques (2006, p. 182), esses trabalhadores correspondem às “categorias sociais que ocupam diferentes posições em relação ao processo de produção material”. Dessa forma, a interface cidade-campo revela o caráter contraditório das relações sociais capitalistas que engendram no seu modo de produção.

O MTD expõe as contradições sociais opacas pelo capitalismo dentro do seu metabolismo, ao organizar os trabalhadores desempregados nas periferias urbanas para lutar pelos direitos negados os sujeitos sociais. Um dos motivos dos trabalhadores urbanos se

identificarem com os movimentos sociais rurais que lutam pelo acesso a terra e a reforma agrária está na origem rural desses trabalhadores:

A origem rural de grande parte dos trabalhadores da cidade é um dos fatores que explica as identificações que estes possuem com os trabalhadores rurais. Por um lado, muitos deles se mantêm ligados à área de procedência por meio de vínculos familiares, sendo possível o seu retorno em momentos de crise, sobretudo quando a família possui um pedaço de terra. Por outro, observa-se que valores e tradições do modo de vida anterior são reinterpretados e recriados no contexto urbano, refletindo-se, de diferentes formas, nas práticas e estratégias por eles adotadas em seu dia-a-dia. (MARQUES, 2006, p. 182).

Para esses trabalhadores que saíram do campo para cidade só restam as áreas periféricas, periurbanas ou rururbanas, são áreas que estão na interface da cidade com o campo, portanto, correspondem muitas vezes a um território caracterizados por atividades da indústria coexistindo com atividades agrícolas, se misturando na relação cidade-campo. Nessa interface, o MTD desenvolve a sua luta, junto com os trabalhadores que estão no universo da precariedade, da exploração e do desemprego estrutural.

Bogo (2008, p. 166) compreende que “toda teoria que não reflete a realidade em que estamos inseridos, nos afasta dela.” Assim, as contradições sociais vivenciadas no campo e cidade são resultantes do processo da apropriação e transformação desses territórios pelo modo de produção capitalista, que avançou com a reestruturação produtiva. Ao se instalar, desterritorializa a classe trabalhadora do campo e territorializa o capital e as suas faces. É nessa interface que acontece a mobilidade da classe trabalhadora do campo para cidade em busca de trabalho, tendo em vista que o trabalho no campo foi negado em prol de uma política que desterritorializa e condena a classe trabalhadora. Por outro lado, a cidade também vai negar os direitos para esses trabalhadores e trabalhadoras que buscam melhores condições de vida.

5 PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MTD NO BRASIL

O Movimento de Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD), fundado como Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), surgiu no município de Gravataí, no Rio Grande do Sul (RS) e nasceu da necessidade de se criar um movimento social que atuasse nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras, em torno da luta contra as altas taxas de desemprego e contra as causas e consequências desse fenômeno. Conforme, Raul, um dos fundadores do movimento:

O MTD nasce a partir de uma junção de alguns militantes do movimento da moradia, do movimento da igreja, de uma raiz da igreja, de uma raiz também de algum sindicalista também que estavam mais preocupados com o desemprego, o povo da igreja, o povo do sindicato, e o povo do movimento da moradia. Eu era do movimento da moradia, na época, eu era do movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). Mesmo com a luta pela moradia, as pessoas terminavam a luta ali, conseguiam o seu terreninho saíam da luta. Então, a ideia do movimento, o MTD, nasce dessa necessidade de ter um movimento mais permanente de luta por trabalho, não só pela questão da moradia, ou da carestia, que o sindical discutia as coisas caras, nasce desse momento assim. (RAUL, 2018).

Esse contexto de surgimento é compartilhado pela Célia Sanchez, da Coordenação Nacional do MTD e uma das fundadoras do movimento: “Ele nasce originalmente por uma necessidade de trabalho, porque ele nasce em um contexto do início dos anos 2000, por um processo de muito desemprego no Brasil.” De acordo com a entrevistada, o MTD vinha desde o final dos anos 1990, em um processo de organização dos trabalhadores desempregados. O MTD nasce, portanto, no contexto da crise política e econômica por que passava o país:

Na prática, aqui no Rio Grande do Sul, já havia começado a experiência com os desempregados desde 1996, com os metalúrgicos. Especialmente um grupo de militantes da esquerda. Enfim, que vinha fazendo alguma experiência de solidariedade de trabalho, de tentar buscar um jeito, um caminho de tentar enfrentar o dilema do desemprego. Naquela ocasião, tinha um trabalho junto com a pastoral operária aqui no Estado, a Federação dos Metalúrgicos já vinha fazendo experiências. Tinha vigília contra o desemprego, campanha de solidariedade, enfim, mais vinha, só era o que fazer, como transformar isso em uma luta, em uma capacidade de pautar politicamente o Estado brasileiro. Então a gente não conseguia muito achar essa química, e passou então essas experiências, um capítulo todo de reflexão, de leitura, de análise e, basicamente, esse espaço para fazer o

debate foi na Consulta Popular⁵, aqui no Estado, mas também em nível nacional, e o debate da Consulta trazia pra nós a reflexão de um projeto popular para o Brasil, um país, enfim que olhasse pra si mesmo, como um povo que se enxerga como povo, que enxerga destino, ou a luta por um destino comum, com direito, dignidade, enfim todo esse debate de um projeto de nação. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Então, a partir do debate sobre um projeto de nação, surge a necessidade de criar um movimento social de luta urbana, porque, ainda de acordo com a entrevistada:

A gente vai olhar e, bom, aonde estão as grandes massas brasileiras? Elas estão nos grandes centros urbanos e, naquele período ali, a força do movimento popular de massa estava muito no campo. Era a década do movimento sem-terra, os anos 90, e, ao mesmo tempo, a década da crise do movimento sindical, e a crise da onda do projeto neoliberal no Brasil, que vai produzir, enfim a reestruturação produtiva, o início da flexibilização das leis trabalhistas, a abertura do mercado internacional... Então nós vamos ter uma mudança no padrão tecnológico, uma mudança no padrão legislativo, as privatizações, enfim, várias estatais vão desaparecer. E, então, tem toda uma conjuntura, que vai botar o movimento sindical todo em uma defensiva, tentando proteger os seus direitos, seus espaços e no campo mais geral da sociedade, a gente ver então o movimento rural ascendendo nas lutas. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Os movimentos organizados perceberam, então, que existia uma dicotomia entre o campo/cidade. Enquanto no campo as lutas sociais se avolumavam pela ação do MST, nas cidades, onde se concentram as massas, os trabalhadores estavam enfraquecidos. Para os militantes das organizações ligadas à Consulta Popular, esse fenômeno revelava uma contradição nas lutas sociais no campo e nas cidades. De acordo com a Coordenador Nacional do MTD:

A gente verificava que tinha uma contradição nisso, porque a grande concentração de gente está na cidade, e justamente na cidade era onde nós estávamos enfraquecidos. Então a gente vai em 1998 ou 1999, a gente vai fazer uma pesquisa aqui no Rio Grande do Sul, a gente ouve 600 pessoas, foi até um pouco mais, 660 pessoas, mais ou menos. A gente organizou um instrumento com várias questões, entre elas, se elas aceitariam um processo de organização de luta, em torno desse eixo do desemprego e trabalho, e a maioria disse que sim. Aquilo nos animou e fomos nos preparando para a organização de um acampamento de desempregados. Óbvio que nós todos estávamos muito inspirados com a forma rural, com o método rural do

⁵ Movimento social surgido em 1997, que reúne setores populares e movimentos sociais em defesa de uma alternativa popular para o Brasil em contraposição ao Neoliberalismo (<http://www.consultapopular.org.br/>)

acampamento: lona preta, tudo aquilo, núcleos, e assim fizemos, então esse trabalho vem de 1998 e 1999. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Em função dessa contradição, o MTD buscou organizar um movimento urbano de massas que estivesse francamente articulado com tais problemas. Nesse sentido, as lideranças mobilizaram trabalhadores desempregados na busca por moradia, trabalho e acesso a terra, ampliando a sua luta nas questões sociais, direcionando o seu olhar sobre as trabalhadoras e trabalhadores precarizados ou pauperizados nos espaços das periferias. Para a Coordenação Nacional do movimento:

Estamos falando de um MTD que se abre para olhar os trabalhadores no mundo urbano, no mundo das periferias das grandes e médias cidades. Ali estão todas as suas necessidades e as suas potencialidades de luta e de desenvolvimento, e ao mesmo tempo as suas carências. (BRASIL DE FATO, 2015).

Ao fazer uma leitura crítica do mundo do trabalho, analisando dialeticamente como se construiu ou foi sendo forjado esse sujeito social que vai atender às necessidades do trabalho no capitalismo, uma coordenadora do movimento assim se expressa:

Se a gente olhar no mundo do trabalho, nós vamos ver esse homem, esse sujeito social, como diz ali o Ruy Braga, na sua reflexão sobre a classe trabalhadora brasileira, ele vai dizer que o fordismo quando se instalou aqui no Brasil, o fordismo periférico, instaurou um emprego tipo para o homem branco, adulto, e ficou do lado de fora uma juventude, os mais velhos, as mulheres, os negros, as negras... enfim, a chave, a grande força de trabalho proletarizada da década de 1970 e 1980. Assim, foi esse sujeito, mas também é esse sujeito que vai ser descartado, na década 1990, no desemprego em massa, e ele que vai cair fora, e esse sujeito é educado, forjado socialmente para ele sustentar uma família, sustentar a família através e a partir do seu emprego, da sua carteira assinada, do seu salário. Então a sua autoridade moral dentro da sua família, ela é sustentada nesse parâmetro, no parâmetro da sociedade salarial, a sua autoridade moral está porque ele paga as contas. Nesse sentido, é esse sujeito social desempregado degradingola em grande medida, não todos evidentemente, mas uma parte é uma parte que é assediada pelo tráfico de drogas, que vai lhe oferecer um emprego ilegal, informal, enfim que vai ter dinheiro. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Nos primórdios da sua fundação, a atuação do MTD, enquanto um movimento social e territorial, formado por sujeitos sociais classistas, estabeleceu o trabalho como um dos eixos centrais da sua luta. Além de terra e moradia, o MTD concebe, desde a sua origem, na luta por trabalho, a possibilidade de entender “os sujeitos capazes de mudar o mundo.” Thomaz Junior

(2007) entende que o sujeito capaz de “mudar o mundo” é um sujeito social, político, ideológico e crítico e que tem consciência de classe. Para ele, a categoria trabalho é a intercessão que “ganha sentido na medida da amplitude das suas formas de realização e não referenciado no recorte territorial ideado (se no campo ou na cidade) ou presumido teoricamente (material ou imaterial)”. Essa discussão remete algumas teses sobre o fim do trabalho, teses essas fortemente refutadas por autores que veem, na centralidade do trabalho, a categoria chave para a compreensão ontológica do ser social (ALVES (1999; 2011); ANTUNES (2000; 2001); THOMAZ JUNIOR (2004; 2012), para citar alguns). Para Thomaz Júnior (2007), “se não há mais sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação também perde o sentido.” A “imprescindibilidade do primado do sujeito na teoria social também deve referenciar o fato de que não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito” (THOMAZ JUNIOR, 2007). O desafio, então, caracteriza-se pelo resgate de “todo um conjunto de valores que foram ficando para trás, como o trabalho enquanto categoria chave para a compreensão da história”. O trabalho, então, conforme Castel (1998), “permanece como referência central, não só em sua dimensão econômica, mas também quando se concebe o trabalho em seu universo psicológico, cultural e simbólico”, realidade essa “perceptível quando se analisam as relações daqueles que vivenciam cotidianamente o flagelo do desemprego, do não-trabalho, do não-labor.”

De acordo com Antunes (2005, p. 48-49), é trabalhador aquele “que compreende a totalidade dos assalariados”; são “homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção, não tendo outra alternativa de sobreviver senão a de vender sua força de trabalho” a quem pode pagar por ela, “sob a forma de assalariamento”. Desse modo, a classe trabalhadora inclui “o proletário rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais”, muitos deles trabalhadores constituintes da relação cidade-campo, que vivem nas periferias urbanas. Conforme alerta Antunes (2005, p. 52), nesse sentido, o conceito classe trabalhadora deve incorporar a “totalidade dos trabalhadores que se constituem nesse monumental exército de reserva”, composto por uma massa de trabalhadores desempregados, aprofundando a desigualdade social e a contradição resultante do metabolismo do capital. Ao analisar tais contradições expressas nas relações de trabalho capitalistas, Mészáros (2000) entende que o trabalho na esteira do capital:

[...] tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua “cultura jovem” e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de

guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. (MÉSZÁROS, 2000, p.84).

Como os seres humanos, os trabalhadores são ao mesmo tempo “absolutamente necessário e totalmente supérfluos” no modo de produção capitalista. Assim, no desemprego conjuntural ou estrutural, os processos que envolvem a vida dos trabalhadores desempregados são resultado das contradições do capital.

Os diferentes movimentos sociais e as suas “explosões sociais, bem como a variedade de greves e rebeliões” (ANTUNES, 2005, p. 47), presente no atual modelo da mundialização do capital, “indicam que adentramos também numa nova fase de mundialização das lutas sociais e das ações coletivas”. Para Antunes (2005), essa nova fase enseja movimentos que são “desencadeados, ora a partir dos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho – como as greves que ocorrem cotidianamente em tantas partes do mundo –, ora por meio das ações dos movimentos sociais dos desempregados”, como é o caso do MTD, formado por trabalhadores que compreendem, ainda conforme Antunes (2005, p. 47), a “crescente e enormes parcelas dos que integram no mundo do trabalho pelo desemprego, pela desintegração.”

Entretanto, mesmo que a sua formação tenha ocorrido no conjunto dos debates realizados pela Consulta Popular e que tenha se organizado, a partir de então, como um movimento independente, o MTD buscou dialogar, desde o princípio, com outros movimentos de trabalhadores da cidade e do campo, tais como: Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), Levante Popular da Juventude, Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também de setores sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT Nacional). Nesse caso, de acordo com um membro da Executiva Nacional da CUT:

A parceria da CUT com o MTD deve se dar em um campo político mais elevado, não simplesmente na solidariedade que é necessária entre os trabalhadores na luta de classes, mas inclusive pra elaborar propostas políticas, de reivindicações no plano mais geral. Devemos pautar uma saída que interessa à classe trabalhadora e aos setores mais populares, de construção de uma nação livre e soberana da dominação imperialista. (BRASIL DE FATO, 2015).

A primeira ação organizada do MTD se deu em maio de 2000, quando da ocupação de uma área próxima a General Motors, em Gravataí e esse, então, passou a ser considerado como o marco fundador do movimento. De acordo com o Coordenador Estadual do MTD,

desde a sua origem, a maior de todas as conquistas do movimento foi a sua consolidação enquanto movimento social de luta do povo que se encontra nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras e que estava em situação precária em função do desemprego, marginalizados e vivendo em condições subumanas.

Durante os governos Lula (2003/2010) e Dilma (2011/2016), quando os trabalhadores desempregados puderam acessar um conjunto de políticas sociais e tiveram maior alcance a possibilidades de emprego, com direito a salário mínimo e carteira assinada, houve uma diminuição da pressão nas periferias da cidade em relação ao desemprego (SICSÚ, 2017, p. 14) e, de acordo com a entrevistada:

Os nossos grupos desapareceram, uma que a nossa militância também se transformou, mas essa base ela foi ocupada, ela melhorou de vida, ela melhorou a casa, comprou eletrodoméstico, comprou um carro, enfim, então, ela, é esse perfil desses trabalhadores de baixa renda, então ele é aquele figura, tem uma parte ali, que é uma parte que dá o suporte pra força de trabalho, o mais jovem, digamos assim, mais ativa do mercado de trabalho precário, o grande guarda-chuva do nosso público é a precariedade de modo geral, nós não temos aqui pessoas de mão de obra qualificada, o bom pedreiro, o bom carpinteiro, esse cara se vira sozinho, não precisa de um movimento de uma coisa assim desse gênero. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Ainda de acordo com a entrevistada, o sujeito social que compõe o MTD, na sua “grande maioria, é o servente da construção civil, e o cara do serviço geral, é a figura que tem um trabalho precário no comércio, na construção civil, na limpeza, na faxina, na segurança, esse tipo de trabalho.”

Com o passar do tempo, o trabalho de base nas periferias levou o movimento a identificar a luta das mulheres nesses territórios e a questão de gênero, que até então não era uma das questões centrais do discurso do movimento, passa a ser incorporada na bandeira de luta, a partir de 2015. Isto porque:

Nos grupos de base, nas periferias, nós conseguimos acessar muito as mulheres, não são mais velhas, na periferia a mulher pode ser avô aos 35 anos, aquela coisa filha aos 14 e 13 anos, então a filha dela que tem 15 anos já lhe deu neto né. Essa mulher ela dá suporte, essa figura matriarcal, avó acima dos 40 anos, que no caso acima dos 50 e 60 anos já tem a sua aposentadoria. Então é um suporte ao quadrado. Ela dá o suporte estrutural, a base pra que filhas, filhos, netos enfim, possam sair e fazer a sua busca, seu bico, enfim, ou mesmo seu trabalho precário no centro urbano. Ela dá o suporte pros netos, sustenta, aquela situação de levar os pequenos na escola. Ela cuida de algum doente, alguma criança que tenha algum problema. Então ela é a retaguarda... Isso é uns dos motivos que faz com que a gente faça, e preste mais atenção na questão do gênero, que em 2015 vai olhar e ter que

enfrentar isso, como uma coisa não menor, não secundária, mas essa periferia tem ainda nas mulheres uma espécie de reserva moral. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

O peso das mulheres no conjunto dos militantes que seguem no movimento torna-se significativo para o MTD, pois são as mulheres que passam a assumir a responsabilidade de colocar comida dentro de casa, ainda que não ocupem postos de destaque. Célia Sanchez, assim entende: “esse emprego que as mulheres encontram não é esse emprego com *status*, esse emprego que as mulheres encontram para levar dinheiro para dentro de casa é a faxina, presta um serviço para a classe média.” Nesse caso, o emprego não é algo:

[...] valorizado, não tem reconhecimento, não tem direito, então é um drama você traz dinheiro para casa com o seu trabalho, mas nem você, como gênero, nem o seu trabalho tem valor. Então é uma crise, social e política, na qual nós do MTD temos um dilema que é encarar essa questão de gênero. Então, a partir de 2015, assumem com mais força, reconhecendo esse aspecto do caráter da reserva moral das mulheres na periferia brasileira. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

É nessa conjuntura de transformações que o movimento vai rever a sua pauta de luta e opta por modificar o nome do movimento, de forma que a nova denominação represente de forma mais autêntica as mudanças experimentadas pelo MTD, após 15 anos e história, várias conquistas e lutas:

Abandonamos o termo desemprego, porque na cultura, na nossa formação, o desempregado, o desemprego é uma responsabilização pessoal e individual e negativa. O sistema cria uma narrativa ideológica que está desempregado a culpa é sua, [...], que diz, se você é empenhado, se você estudasse, fizesse curso, se qualificasse, [...] você não ia ser descartado pelo sistema, o sistema iria ter absorver. Mas, é claro que a gente sabe que isso não é verdade, isso as pessoas acabam introjetando, como parte, elas se culpam, não estudei, não me profissionalizei, não fiz curso [...]. O termo desemprego é visto pelo trabalhador como uma chave negativa, e as pessoas vão busca resolver, um caminhão de problemas, fruto da questão financeira, não ter salário, não ter dinheiro, por outros caminhos, mas a luta pela moradia deve ser uma luta de quem tem baixos salários, baixa renda, sua renda não comporta o custo do morar, a luta pela moradia, no fundo, é uma luta pelo baixo salário, dessa massa que é subproletarizada e que, na prática, o que ganha é incompatível para pagar as despesas. Ganham tão pouco, que o que ganha não suporta pagar a subsistência, ainda o custo do aluguel, pagar o financiamento da sua casa, não só a casa porque essa casa regular tem que pagar a luz, pagar a água, pagar o IPTU, dessa forma o salário é diluído é todo onerado. Não suporta, não tem como pagar, então o trabalhador vai cada vez mais para as zonas de regiões onde isso esteja diluído. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

No começo de 2015, surge essa questão e o dilema de o movimento não conseguir transformar a pauta do trabalho e do salário, que esse trabalho requer em uma pauta mais ampla, transformando em uma pauta de todos, dos que estão empregados e dos que estão desempregados. Assim, levantou-se a discussão sobre a mudança de nome do movimento, passou a chama-se de Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos.

Estrutura-se, assim, a partir de 2015, um texto base produzido pela ação coletiva do movimento em que aponta as mudanças, caminhos e reivindicações do MTD. O texto foi estruturado em nove pontos, aqui, brevemente sintetizados.

No primeiro ponto o MTD trata de como se tornar um movimento que incida na luta de classe/sujeito e contribua na organização e formação da classe trabalhadora:

Afirmamos que somos um movimento que quer intervir na luta de classes, ou seja, queremos contribuir com a organização da classe trabalhadora para acabar com a exploração e opressão, não nos omitindo nunca de denunciar as raízes da exploração e da opressão, é que só podem ser superadas pela derrubada da burguesia como classe dominante. Em síntese, contribuir com a consciência de classe das/os trabalhadoras/as e seu reconhecimento como classe para si. (MTD, 2015).

Para o movimento, incidir na luta de classe significa fazer a análise da situação “sempre olhando para as classes sociais e seus interesses”. Isto significa entender a “contradição entre capital e o trabalho como motor da história na sociedade capitalista.” (MTD, 2015).

O segundo ponto da diretriz do movimento é o sujeito. O MTD dá sentido a esta formulação tendo como sujeito de sua estratégia no “campo da luta de classes, com horizontes estratégicos na transformação social, aqueles trabalhadores pertencentes à cadeia produtiva.” (MTD, 2015), ou seja:

Os trabalhadores que participam de alguma forma do processo de produção, na produção direta ou na circulação das mercadorias, como os trabalhadores/as dos setores de serviço, comércio, entre outros. A definição fundamental é que o sujeito do MTD é aquele que trabalha ou quer trabalhar e se qualificar, independentemente do vínculo jurídico do seu trabalho (formal, informal ou em autogestão). O que define o sujeito é sua posição na cadeia produtiva ou buscando inserir-se, no caso da população desempregada que busca trabalho. (MTD, 2015).

Vale ressaltar que a organização e intervenção do MTD, mesmo estando vinculadas ao mundo do trabalho, não se inserem no campo dos sindicatos, mas se vinculam aos

trabalhadores nos territórios onde estão os sujeitos sociais definidos na sua estratégia. Significa dizer que o foco da construção do trabalho do movimento está nas periferias urbanas, sobretudo em cidades médias e grandes. Nelas, nesse território, o movimento se insere e busca criar raízes “junto aos trabalhadores/as em seu local de moradia, nos territórios”, nos lugares onde estão as contradições sociais que guiam as diretrizes do movimento.

Conforme essa segunda diretriz, o MTD se “diferencia dos sindicatos por olhar o trabalhador/a para além da fábrica ou do seu local de trabalho”. Assim sendo, a reivindicação do movimento abrange todas as “demandas da classe trabalhadora, desde moradia, creche, educação, transporte, trabalho, qualificação profissional, cultura e lazer, etc.”. Enquanto o sindicato centra as suas pautas no “enfrentamento com o patrão”, o MTD centra “o embate das pautas no Estado, através da reivindicação por políticas públicas”. Ao identificar o sujeito que o movimento vai organizar, a “tarefa” agora passa a ser como “executar”, ou seja, “materializar/concretizá-las em uma estratégia nacional comum”. Para que esta estratégia se realize, “há que se ter critérios de inserção nos territórios” identificados, porque cada território vai expressar o seu “aprofundado em cada realidade concreta.” Aponta-se, assim, três critérios de análise para a inserção: o primeiro onde estão os trabalhadores, onde moram; o segundo quais populações têm experiência/histórica de lutas já realizadas; e, por fim, quais são as contradições dessa realidade e em que medida podem se tornar bandeiras de luta. Esses critérios permitem identificar o perfil de quem irá se inserir no movimento e que pautas serão trabalhadas. (MTD, 2015).

O terceiro ponto refere-se a como ser um movimento de massas. Para isso, o “movimento não pode ser apenas um movimento de militantes.” O desafio é organizar os trabalhadores/as com o objetivo de transformar a realidade social. A “massa é a força social que o movimento possui. A força de um movimento não se mede pela quantidade de pessoas que reúne, mas pelo número de grupos de base organizada” que se têm. Por isso, o “trabalho de base é um elemento fundamental e indispensável e deve ser o centro da prática de toda” a militância que está envolvida no movimento. Dessa forma, são:

Os trabalhadores/as que aderem ao projeto de organização, se mobilizam em torno de tal projeto, participam junto da organização. No nosso caso, esse projeto é o Projeto Popular para o Brasil, que abarca as reformas estruturais (urbana, agrária, tributária e a comunicação etc.) que a nossa sociedade tanto necessita. (MTD, 2015).

No entendimento do MTD, ser um movimento de massa constitui-se em ter no centro de sua ação “a luta de massas.” Isto porque o MTD acredita que só na luta social é que se conquista, e ao mesmo tempo coloca “o povo em movimento”, realizando, assim, a luta política. (MTD, 2015).

O quarto ponto destacado pelo movimento traz a questão de esse ser um movimento de caráter sindical, popular e político. Neste sentido, o movimento compreende a necessidade e a “importância da luta por direitos [...], ao mobilizar e organizar as massas, [...]. No caso do MTD, o trabalho de organização se dá nos bairros, tentando aglutinar trabalhadores de diversos setores que vivem nas periferias das cidades”. A ação do movimento se constituiu em “explicitar” as contradições sociais nas quais os trabalhadores/as estão inseridos, e “organizar o povo para arrancar essas conquistas do Estado.” (MTD, 2015). O movimento, assim, busca

dar importância às lutas ligadas às condições de trabalho – embora essa não seja nossa centralidade – organizando não só, mas também, a parcela de trabalhadores/as que os sindicatos têm encontrado dificuldades em organizarem, como informais e terceirizados. Nesse sentido, nosso papel inclui incentivar/impulsionar que os trabalhadores se organizem também nos sindicatos e articular politicamente com os mesmos. Vale ressaltar que as lutas do MTD e dos sindicatos se complementam e estão interligadas. (MTD, 2015):

Definindo-se como um movimento de caráter popular, classista e de organização da classe trabalhadora na busca de direitos mínimos à vida humana, o MTD toma para si a tarefa de organizar essa parcela da população, de forma a fortalecê-la na luta por melhores condições de sobrevivência:

Articular a luta econômica com pautas que dizem respeito a amplos setores da sociedade [e] lutar para garantir direitos como educação em todos os níveis, saúde, cultura, lazer, participação política e etc. Em resumo são as lutas relacionadas à qualidade de vida da classe trabalhadora fora de suas relações de trabalho. (MTD, 2015).

Ao caracterizar-se como um movimento de caráter político, o MTD se compromete com ações estratégicas organizadas com a finalidade de intervir na realidade social dos trabalhadores em condições de desemprego e à margem do mundo do trabalho, no sentido de organizá-los em defesa de trabalho e moradia. Assim, um dos entrevistados explica a ação política do movimento:

Quer dizer que temos objetivos estratégicos que nos comprometem junto a toda a classe, na transformação radical da sociedade. Queremos fazer florescer relações sociais que comunguem da socialização dos meios de produção, da riqueza produzida de forma justa e igualitária, com valores solidários e humanos, onde não exista mais a divisão entre explorados e exploradores, e o fim da propriedade privada. (MTD, 2015).

Essas características do movimento demonstra o seu caráter classista e popular, autônomo ao Estado e governos. Além disso, o MTD adota, como princípio, a necessidade de sempre de articular a luta popular com a luta sindical, incidindo, assim, uma ação comprometida com a compreensão e enfrentamento da complexidade das relações capitalistas de produção.

O quinto ponto apresenta a discursão de o MTD ser um movimento de caráter feminista e contra as opressões. De acordo com o MTD, o caráter feminista do movimento se sustenta:

Na compreensão de que vivemos em uma sociedade capitalista e patriarcal. Ou seja, o patriarcado é um pilar fundamental de sustentação da sociedade capitalista, e combatê-lo é acumular forças para romper com as bases que sustentam a exploração e opressão de gênero e de classe. A cultura patriarcal casada com a estrutura do capitalismo mantém as mulheres em condições econômicas desiguais e de opressão. Por isso a luta do movimento combate os princípios da divisão sexual do trabalho, que sustenta que há um “trabalho de homem” e outro “trabalho de mulher”, de forma hierárquica na qual o trabalho do homem vale mais que o da mulher. (MTD, 2015).

A divisão social do trabalho pelo gênero insere-se em uma estrutura do patriarcalismo e do capital. Portanto, a ação do movimento visa romper com essa relação, ao questionar essas estruturas de opressão, exclusão e preconceito. Essas lutas estão “ligadas à libertação das mulheres”, o que o MTD assume, em sua concepção e toma como diretriz para a “prática política de seus militantes.”

O sexto ponto do documento da Direção Nacional do MTD aponta para as intenções de o MTD se tornar um movimento nacional. Para que essa diretriz seja cumprida, de acordo com o Documento, cabe ao movimento:

Construir uma estratégia única [...] em todo o país, unidade política e de ação, elaborada e coordenada por uma direção nacional. Isso porque nosso inimigo atua em âmbito nacional e internacional e executa, junto ao Estado, políticas nacionais que afetam cotidianamente a vida da classe trabalhadora. (MTD, 2015).

Ainda de acordo com o documento, existe a necessidade de se construir uma estratégia comum, de luta social para a luta nacional, ainda que ela “não se materialize em táticas idênticas” para todo o território brasileiro; “ao contrário, as táticas podem e devem variar, de acordo com a realidade concreta de cada região e território.” Dessa maneira, é preciso que o MTD leve em consideração as especificidades de cada território, realçando assim, as contradições sobre as quais o movimento vai atuar, ou seja, “eleger as prioridades que nos possibilitam adentrar” em “um determinado bairro” procurando dessa forma, “organizar os/as trabalhadores/as que ali vivem” e juntos construir as formas lutas (MTD, 2015).

Ser um movimento social nacional requer que o movimento tenha a “capacidade de incidir na luta de classes” e de estar em “lugares estratégicos do território brasileiro, junto às massas de trabalhadores urbanos e, assim, conseguirmos ter uma base social e força política nos centros de poder e econômico do país”. Por outro lado, esses grandes centros de concentração do capital são os “lugares onde é mais difícil de se organizar o movimento, porque é onde a classe dominante também está mais bem organizada e possui mais força”. Assim, é preciso ter unidade política em cada núcleo de organização, perpassando dessa maneira por todo o corpo orgânico do movimento, e saber estabelecer a “ligação entre a ação específica” e a estratégia nacional, ou seja, é o fazer pedagógico, no cotidiano, no lugar onde a ação do movimento vai se materializar. (MTD, 2015).

O sétimo ponto é a mensagem política do movimento, “dirigida à base social do movimento e à sociedade”. A mensagem tem como significado a “capacidade de convocar e incorporar as massas em nosso projeto.” O esforço então de “reinventar o MTD, sem perder os acúmulos” constituídos ao longo do seu processo social e territorial, fez surgir “uma nova reflexão.” Esse processo se deu no Seminário de Planejamento do movimento, realizado em 02 de abril de 2015, na cidade de Guararema, São Paulo (MTD, 2015). Naquela oportunidade, o MTD, no âmbito da redefinição das estratégias de luta, deliberou-se pela mudança do nome do movimento, antes era denominado de Movimentos dos Trabalhadores Desempregados (MTD) (2000 a 2015), desde então Movimento de Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (mantendo-se, entretanto, a sigla MTD). Da perspectiva do movimento, essa mudança “mantém e amplia o raio de atuação”; se antes se lutava pelo direito ao trabalho, desde esta mudança, as bandeiras de luta acrescentam à luta pelo direito ao trabalho, também, a luta por “condições de trabalho e outros direitos do trabalhador, como: morar, estudar, educação e etc.” Com isso, o movimento reconhece e referencia:

O caráter feminista que deve ter o novo MTD, pois grande parte das integrantes do movimento são mulheres. [E elas entendem] que a violência doméstica é a principal pauta de luta, a violência moral e psicológica é também muito presente. Buscamos a afirmação da mulher, sua autonomia. É importante irmos construindo a identidade de mulheres trabalhadoras organizadas para fazer de fato o enfrentamento ao capital. O movimento tem grupos de mulheres organizados em todo o país, que buscam debater os problemas vividos pelas mulheres, mas também apresenta experiências de sustentação financeira em busca de sua autonomia. (MTD, 2015).

Caracterizam-se, portanto, como lutas sociais que os trabalhadores enfrentam no seu cotidiano. Dessa forma, a mensagem que se expressa nessa nova concepção do MTD é o “Direito de Trabalhar! Trabalhar com Direitos!”

O oitavo ponto trata do modelo orgânico do movimento: a organicidade, a “capacidade que tem um movimento de fazer com que as ideias, discussões e orientações comuns percorram e se articulem, em todo o copo da organização.” Conforme Peloso (2009, p.50), a “estratégia é uma estrada que canaliza, dá sentido e coordena as diversas batalhas que fazem uma guerra em prol de uma causa”. Assim, uma “estratégia precisa ter um objetivo específico e um objetivo geral”, dessa forma, a “organicidade é o instrumento para realizar essa estratégia.” Na compreensão de Bogo (2009, p. 93), a “organicidade é o elemento fundamental para que as bases possam participar [do movimento], dando suas opiniões para que as instâncias tenham mais elementos para decidirem questões menores”, fazendo, assim, com que as bases do movimento “possam contribuir na implementação das decisões encaminhadas pelas instâncias.” Organicidade, portanto, é a “relação que deve ter uma parte com a outra da mesma organização.” Dessa forma, as diferentes instâncias devem possibilitar que um “fluxo constante garanta a unidade de pensamento e de ação, com autonomia relativa das partes, para aplicar, de maneira criativa, suas decisões gerais, além de cuidar de sua reprodução.”

Ser um movimento social popular requer dos diferentes sujeitos sociais a capacidade de implementar uma concepção de luta e “organização que dê consistência política e ideológica” às reivindicações e ações implementadas. Na prática o “movimento social é uma ferramenta de luta que deve estar adequada à realidade em que atua e aos seus objetivos”. O MTD se caracteriza por ser um movimento social classista, popular e político, “voltado para o enfrentamento ao capital”. Nesse sentido, tem clareza de que o que define o modelo orgânico de um movimento são seus objetivos estratégicos e a tomada e construção do poder popular. Por isso, acredita que “o modelo de organização deve ser adequado a essa missão.” (MTD, 2015).

O modelo orgânico e a estrutura do movimento, como acreditam os militantes do MTD, está nos quadros que “direcionam politicamente o movimento”, garantido a execução da política. Para organizar os sujeitos sociais do movimento, por meio das estratégias organizativas adotadas pelo MTD, é necessário que se tenha “núcleos de base acompanhados pelos quadros orgânicos” (MTD, 2015). Para o movimento, os núcleos de base “são o alicerce de sustentação” do movimento. A estrutura dos quadros é formada por direções municipais, estaduais e nacionais. Essa estrutura organizativa, com relação aos debates centrais, se sustenta por meio da defesa de que eles sejam “feitos de acordo com o princípio do centralismo democrático, ou seja, todo/as tem direito a voz e diferentes pensamentos e opiniões”, sabendo, contudo de que as decisões “serão tomadas sempre em benefício do todo, do coletivo, da organização, não permitido que a vontade de um indivíduo seja superior à do coletivo.” (MTD, 2015).

No que concerne à sustentação financeira do movimento, a organização trabalha para “garantir a auto sustentação financeira” e autonomia com relação ao Estado e à cooperação como possibilidade de o movimento estar preparado para “resistir a qualquer conjuntura”. A autonomia financeira é um desafio “permanente para os movimentos sociais” e é o que determina a capacidade organizativa e a manutenção orgânica da vida do movimento. A sustentação financeira, pelas bases, via contribuição, “é uma possibilidade”, embora o movimento reconheça que seja muito “estreita, porém pedagógica e importante de se implementar, pois pode gerar sentimento de pertença e responsabilidade coletiva”. Porém, ela é limitada, devido à situação financeira dos trabalhadores que participam do movimento. Em geral, entretanto, a situação financeira de movimentos que questionam o *establishment* “é de carência e escassez de recursos.” Outra possibilidade de autossustentação financeira do movimento é a criação de empreendimentos rentáveis: “esta possibilidade é inspirada em algumas experiências históricas de autossustentação de organização revolucionárias, como na revolução chinesa, do ETA no país Basco”, de alguns movimentos de libertação nacional na África e também da OLP na Palestina”. Consiste na criação de uma ou mais empresas “que ofereçam produtos ou serviços, e cuja única finalidade seja reverter o lucro para sustentação do movimento”. Por fim, uma outra possibilidade é o “caminho dos projetos governamentais e de entidades, viabilizados por meio de associações. Ainda que estes tenham o limite de restrição do recurso de acordo com a conjuntura de governo.” Nessa possibilidade, toda vez que mudar o governo o movimento corre o risco de ficar sem o recurso, além de engessar o movimento na institucionalidade, podendo assim a perder a sua autonomia no embate ao governo.

A construção de um movimento social classista de base social popular, tem em seus ideais uma ação que se reflete na práxis. Uma ação consistente com o movimento, fazendo, assim, funcionar, na prática, o ideal teórico e construir um corpo vivo e orgânico, que resulte em um movimento de massa e tenha condição de construir uma estratégia única para o movimento em todos os territórios de atuação. Nas palavras de Peloso:

A luta popular não é um evento que nasce grande. Ao contrário: uma luta que nasce mostra tende a morrer, assim como a luta que não cresce, tende a desaparecer. A luta como uma fonte de água, no processo, precisa virar riacho, tornar-se rio e chegar ao mar. A experiência local deve irradiar-se e alcançar a dimensão nacional e até internacional. Por isso, a luta popular que tem como horizonte a transformação prioriza a parte, como ponto de partida, porque seu objetivo é a inclusão do todo, como ponto de chegada. Uma luta popular torna-se referência por sua exemplaridade, quer dizer, quando é capaz de universalizar-se. É nessa irradiação que a luta popular articula os resultados quantitativos e qualitativos, a eficiência e a eficácia, a dimensão econômica e a dimensão política. Nesse aprendizado ela se multiplica e se reproduz, em recriação constante, conforme os tempos e culturas. Esse processo produz impacto na realidade, influência o contexto e cria a força própria de um Movimento. (PELOSO, 2012, p. 1).

Surge, então, a necessidade da construção de uma organicidade na formação política que vai ao encontro da demanda social, ou seja, de como transformar essas reivindicações da classe trabalhadora em uma ação política do movimento frente ao Estado. Dessa forma, o que está em jogo é “a capacidade que tem um movimento de fazer com que as ideias, discussões e orientações comuns percorram e se articulem em todo o corpo da organização, de forma permanente” (PELOSO, 2012, p.1). Porém, “esse tipo de organicidade só alcança sua finalidade quando favorece espaços de debate e cria instâncias horizontais de decisão coletiva combinadas com mecanismos de comando.” Para o MTD,

Este é o momento de fazemos o esforço coletivo de pensar como expressar nosso novo MTD, considerando que esse texto base é resultado do acúmulo coletivo que chegamos até aqui. Portanto, fica a convocação a toda a militância, todos os coletivos estaduais e ao coletivo nacional de seguir elaborando nossa “tradução” para dentro e para fora do movimento. A dedicação individual e coletiva de elaboração deve nos ajudar a responder perguntas e desafios que nosso momento histórico coloca para o MTD e para toda a classe trabalhadora. (MTD, 2015).

Quando estabelece as estratégias de ação, organicidade e sustentação financeira, o que o movimento busca é estabelecer uma “autossustentação (organização interna, finanças,

estruturas) que garanta a vida, as atividades e a reprodução do movimento, com a participação direta da base e sem depender de projetos centralizados.” (PELOSO, 2009, p. 51).

1.1 ORIGEM DO MTD NO RIO GRANDE DO SUL

Em 22 de maio 2000, inicia-se a luta do MTD, ao fazer a sua primeira ocupação no Estado do Rio Grande do Sul, em uma área do município de Gravataí, próximo à fábrica da General Motors (GM). Sobre o episódio, uma das líderes do movimento, que participara da ocupação, entrevistada para esta pesquisa, assim narra: “a gente entra em uma área de terra aqui na região metropolitana, no município de Gravataí-RS, que era uma sobra de área de desapropriação que o Estado fez para a montadora da GM.” Entretanto, imediatamente, o poder público municipal ingressou junto à justiça, em Gravataí, requerendo a desocupação do terreno e sitiou os ocupantes na área, impedindo a circulação das pessoas em busca de víveres.

Conforme noticiou o jornal Correio do Povo, ainda no dia 22 de maio, a justiça determinou a desocupação da área em 48 horas, prazo que se esgotava em 24 de maio. Dessa forma, o periódico, na edição de 24 de maio de 2000, destacou, em manchete jornalística: “Dia de tensão na área invadida em Gravataí”:

Prazo para desocupação termina hoje. Patrula impedia saída de invasores que buscariam suprimentos. Termina hoje, às 8h, o prazo concedido pela juíza Laura Flech, da 2ª Vara da Comarca de Gravataí, para que as cerca de 300 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados que ocuparam o terreno de 11,5 hectares pertencente à prefeitura do município, na madrugada de segunda-feira, deixem o local. A área fica na RS 030, ao lado da fábrica da General Motors. Na manhã de ontem, o clima era tenso no segundo dia do acampamento. Os invasores exigiam a retirada da patrula colocada na entrada do terreno pela Guarda Municipal de Gravataí, para que dois veículos pudessem sair para buscar água e alimentos. Após várias discussões, o chefe da Guarda Municipal, Sebastião Medeiros, liberou a saída dos automóveis. “Não podemos permitir que mais pessoas não-integrantes do movimento invadam a área”, explicou Medeiros. Conforme informações do Departamento Municipal de Habitação de Gravataí (DEMHAB), o local será destinado à construção de moradias populares. A prefeitura está negociando um convênio com o governo do Estado para possibilitar a legalização e a criação de infraestrutura básica para os ocupantes do loteamento Nova Esperança, também localizado em Gravataí. Atualmente, vivem no local mais de 700 famílias. “Eles (DEMHAB) ganharam a reintegração de posse, mas vamos recorrer”, afirmou o coordenador do movimento, Raul. (CORREIO DO POVO, 2000a).

Tal como indicado por um dos líderes do movimento, os ocupantes da área também recorreram à justiça e conseguiram negociar uma dilatação de prazo para que as 300 famílias

pudessem desocupar a área, sem a necessidade de uso da força policial, evitando, assim, maiores conflitos. Na manchete do dia 26 de maio de 2000, o Correio do Povo publicou a seguinte matéria, informando os detalhes do processo relativo à desocupação pretendida pelo poder público municipal: “Invasores ganham prazo até o dia 31”:

O desembargador-relator do Tribunal de Justiça do Estado, Alexandre Mussoi, concedeu liminar suspendendo o prazo de 48 horas para desocupação dado às cerca de 300 famílias que invadiram, na madrugada de segunda-feira, um terreno de 11,5 hectares, na RS 030, ao lado da General Motors, em Gravataí. Os invasores, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, têm agora até as 18h do dia 31 para deixar o local. Segundo a advogada dos ocupantes, Soraia Mendes, a liminar foi concedida na quarta-feira à noite. Ontem à noite, a prefeitura fechou um acordo com os invasores dilatando o prazo para a evacuação da área até o dia 1º de junho. (CORREIO DO POVO, 2000b).

Cumprindo a determinação judicial e o acordo firmado com os representantes da Prefeitura Municipal de Gravataí, o movimento informou a sua aquiescência com o que fora negociado e anunciou a sua pretensão de deixar a área ocupada. A desocupação da área, entretanto, não significou, necessariamente, um recuo do movimento em relação à luta iniciada na semana anterior. Conforme apurado pelo jornal Correio do Povo e informações publicadas em matéria do jornal em 30 de maio 2000:

O grupo já alertou que as barracas de lona serão instaladas em outra propriedade. O endereço, porém, não foi revelado. A única certeza é que todos irão deixar o terreno existente nas proximidades da parada 102 da RS 030. 'Vamos acatar a decisão judicial', assinalou Claudio Vieira, da coordenação estadual do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. (MTD) (CORREIO DO POVO, 2000c).

As informações dadas pelos ocupantes do MTD, conforme avisado por um dos coordenadores estaduais, quanto à saída de uma área, não indicava o abandono da ação de luta pela terra realizada pelo movimento, mas uma mudança de estratégia. Essa mudança apontava para uma nova ação de ocupação, planejada pelo movimento.

Cumprindo o prazo acordado, ainda conforme publicado pelo jornal Correio do Povo, agora denominado pelo periódico como “Sem-teto”, numa alusão à demanda do movimento por moradia, mas também em uma clara intenção de não reforçar a identidade política pretendida pela organização MTD e reduzir a luta social, publicou a seguinte matéria, em manchete jornalística: “Sem-teto concretizam a invasão anunciada”. No dia 2 de junho de

2000, o texto descrito trouxe a seguinte matéria, em um misto de frustração e constrangimento, pelo dever de informar:

Em Gravataí, o movimento deixou área junto à GM, caminhou cerca de 100 metros e ocupou um sítio que está sendo desapropriado. Obedecendo à ordem judicial, os invasores saíram da área e foram pela RS 030 [...] Os desempregados e sem-teto, que no último dia 22 (maio 2000), haviam invadido um terreno de 11,5 hectares de propriedade da prefeitura de Gravataí, localizado ao lado do complexo da General Motors, deixaram a área por determinação judicial, ontem pela manhã, e invadiram outro local. O novo acampamento é em um sítio de 20 hectares, na altura do quilômetro 10 da RS 030, distante aproximadamente 100 metros do anterior. Os invasores já haviam avisado que fariam nova ocupação, mas a Brigada Militar não chegou a tempo de contê-los. Segundo o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Raul, a área atual foi desapropriada pelo governo estadual e oferecida à direção da GM. “Eles não quiseram comprá-la, mas nós queremos formar uma cooperativa neste local”, disse. Ele explicou que, na última quarta-feira, foi entregue ao governo do Estado um documento contendo as reivindicações do movimento. A criação de frentes emergenciais de trabalho, a formação de uma cooperativa com os mesmos benefícios concedidos à GM e o assentamento dos trabalhadores em áreas rurais da região Metropolitana são algumas das exigências do grupo. O filho do proprietário do sítio invadido, o comerciante Ricardo Biesdorf, explicou que a área está sendo desapropriada pelo governo do Estado, mas que a família ainda detém o título de posse e, por isso, ingressará judicialmente hoje com pedido de reintegração. Biesdorf esteve reunido ontem com Cruz, que garantiu a integridade da propriedade e dos cerca de 50 animais nela existentes, entre cavalos e gado de corte. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) divulgou que a invasão não interferirá nos trabalhos do complexo GM. (CORREIO DO POVO, 2000d).

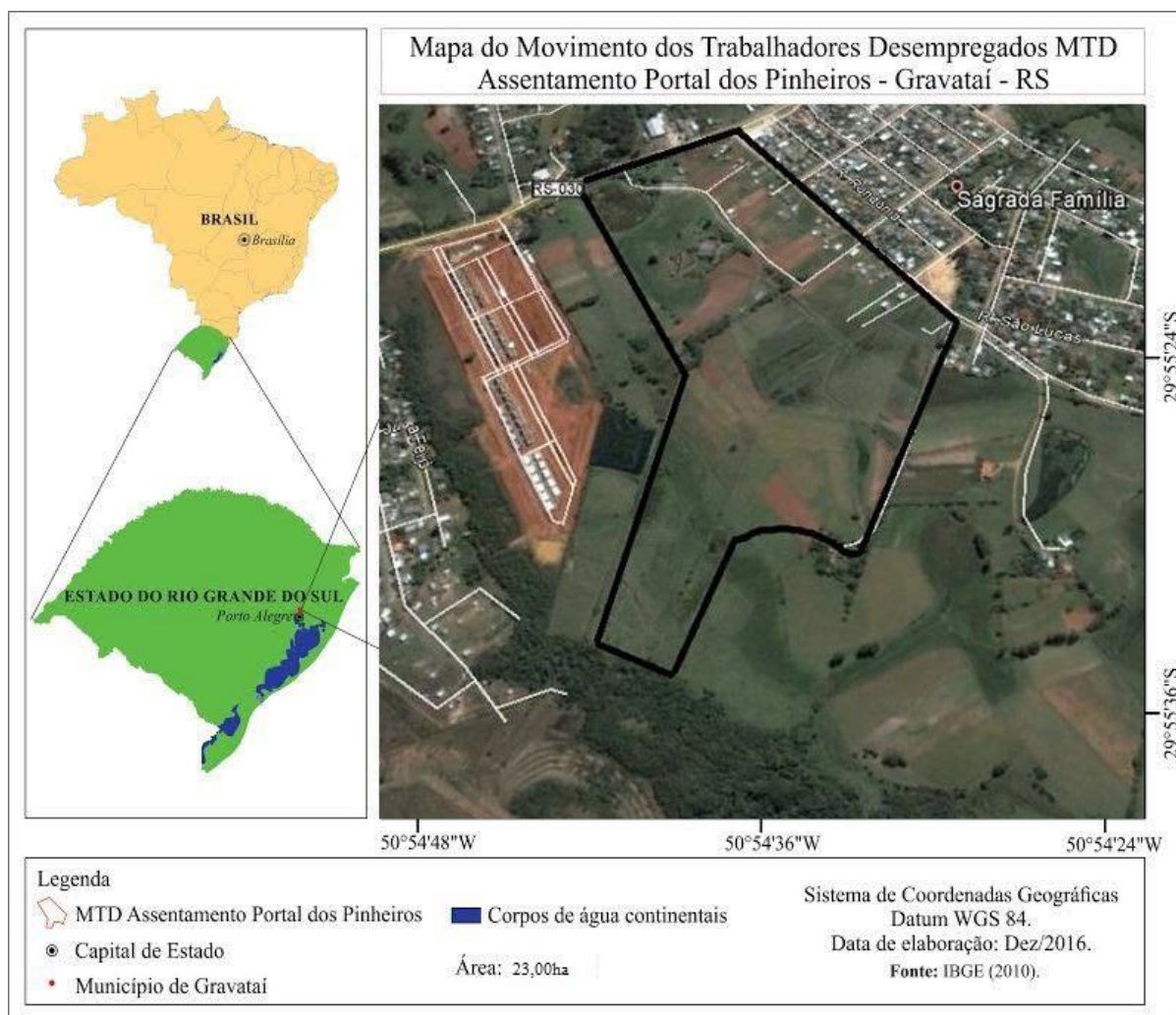
De forma subliminar, o texto do jornal traz elementos velados que apontam para uma certa leniência do poder público estadual em relação à ação política do movimento, quando se refere à ausência de ação repressiva por parte da Brigada Militar, em: “Os invasores já haviam avisado que fariam nova ocupação, mas a Brigada Militar não chegou a tempo de contê-los” e quando informa a posição do representante da Sedai: “A Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) divulgou que a invasão não interferirá nos trabalhos do complexo GM.” Por outro lado, aponta para uma imprecisão nas informações de que a área teria sido desapropriada, conforme dito pelos representantes do movimento, quando inclui a posição dos antigos proprietários sobre a ocupação. (CORREIO DO POVO, 2000d). Por este motivo, quando do ingresso das famílias na área, de acordo com o jornal Correio do Povo, em edição do dia 3 de junho de 2000: “o proprietário do sítio colocou um trator na entrada da propriedade para impedir que novos carros ou ônibus tenham acesso à

área”, o que ao mesmo tempo tensionava, mas não impedia a ação do movimento, porque já havia, conforme apurado pelo jornal naqueles dias: “dezenas de barracas de lona erguidas no terreno para abrigar às famílias que esperam uma audiência com o governo do Estado.” (CORREIO DO POVO, 2000e).

Em uma reunião realizada entre o proprietário da área e as lideranças do movimento, naquela oportunidade, o jornal registrou, ainda na edição de 3 de junho de 2000, que: “foi acertado que eles [integrantes do movimento] podem utilizar uma casa que fica nos fundos do terreno”. Assim, o “local está funcionando como depósito para as doações de alimentos, agasalhos e medicamentos. Também ficou acordada a integridade da propriedade e dos cerca de 50 animais existentes, entre gado de corte e cavalos.” (CORREIO DO POVO, 2000e).

Segundo o coordenador do movimento, em registro feito pelo jornal, também em 3 de junho de 2000, o grupo esperava se reunir com o governo do Estado para negociar. De acordo com ele: “Queremos ficar nesta área e formar uma cooperativa com os mesmos benefícios concedidos à GM”, pois esperavam que as reivindicações fossem atendidas para decidirem se permaneceriam ou não no local, conforme registrou o periódico. (CORREIO DO POVO, 2000e). O Mapa 4, a seguir, ilustra a localização da área ocupada, cuja extensão territorial possui 22 hectares e está localizada em terreno vizinho à General Motors (GM), na RS 030, onde se pode ver algumas construções, pré-existentes e erguidas no curso da ocupação, naquele ano.

MAPA 4 – ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS – GRAVATAÍ-RS (ANO 2000)



Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS (2016); IBGE (2010). Elaborado por Hilário Menezes (2016).

Conforme relato do coordenador do MTD, até o dia 14 de junho de 2000, nenhuma ação de reintegração de posse tinha sido informada ao movimento. Enquanto isso, os militantes do movimento buscavam se familiarizar com a área e com os moradores da região. Assim sendo, conforme registrado pelo jornal Correio do Povo, no dia 14 de junho de 2000:

Vários ocupantes estão realizando trabalhos temporários na região para comprar alimentos. Os invasores continuam aguardando uma reunião com o governo do Estado para negociar a construção de uma cooperativa com os mesmos benefícios concedidos à GM e a abertura de frentes de trabalho. O filho do proprietário do sítio invadido, Ricardo Biesdorf, disse que está sendo estudada uma situação jurídica. 'Governo e proprietário necessitam entrar com uma ação de reintegração de posse conjunta', observou. (CORREIO DO POVO, 2000f).

Porém, no dia 24 de junho de 2000, ainda conforme o Correio do Povo, a justiça concedeu a reintegração de posse ao Estado, pois a solicitação fora protocolada pela Procuradoria Geral do Estado. De acordo com o coordenador do MTD, que acompanhava o processo à época, em registro feito pelo Correio do Povo: “o movimento reconhece a decisão da Justiça, mas continuará na sua luta.” (CORREIO DO POVO, 2000g). De forma a pressionar o Estado, o movimento passou a fazer uma série de atos e protestos em Porto Alegre e Região metropolitana:

Inicia essa pauta, então o que fazer? Basicamente nós conseguimos identificar duas pautas: uma que era a Frente Emergencial de Trabalho, reivindicando que o Estado pagasse um salário mínimo e uma cesta básica, e que a gente então prestaria alguns serviços, na linha do público, do coletivo, embora muito sem saber claramente que tipo de serviço. A gente não queria muito essa coisa da extrema precariedade, ou fazer pôr fazer, varrer uma rua, essas coisas assim, a gente não tinha muito assim o claro. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Mesmo com o mandato de reintegração de posse concedido, os ocupantes não deixaram a área, mas iniciaram um processo de negociação com o governo do estado, na busca de frentes de trabalho e soluções para que ficassem na área ocupada. Em matéria do dia 28 de junho de 2000, o jornal Correio do Povo registra:

As cerca de 300 famílias do Movimento dos Trabalhadores Desempregados que ocuparam no dia 1º de junho a área de 22 hectares próxima à fábrica da General Motors, em Gravataí, permanecem no local aguardando uma nova negociação com representantes do governo estadual. A pedido da Procuradoria-Geral do Estado, a Justiça concedeu no dia 23 de maio [leia-se 23 de junho] a reintegração de posse ao Estado. A solicitação foi

homologada na 2ª Vara de Gravataí, mas os invasores tentam um acordo para cumprir a exigência judicial. Conforme o coordenador do movimento, Mauro Cruz, as famílias somente invadiram a área devido à falta de condições de moradia. 'Reconhecemos a decisão judicial, mas estamos tentando negociar um outro local', destacou. A criação emergencial de frentes de trabalho, a formação de uma cooperativa e o assentamento dos trabalhadores em áreas rurais da região Metropolitana são algumas exigências do grupo. O diretor do Departamento de Relações Comunitárias da Secretaria de Habitação do Estado, Nasson Sant'Anna, disse que as reivindicações das famílias estão sendo analisadas. Segundo ele, existe a vontade das partes em dar continuidade às negociações e estão sendo estudadas formas de avaliar o pedido dos integrantes do movimento. (CORREIO DO POVO, 2000h).

As negociações não avançaram ou avançaram muito pouco, com a criação de um Grupo de Trabalho pelo governo estadual para formatar a proposta das frentes de trabalho. Para Célia Sanchez, o “nascimento dessa pauta de trabalho no movimento vem dessa origem”, mas ela acredita que “essa situação vai se transformando, ao longo do tempo, em cada região.” Assim sintetiza a experiência de negociação com o governo do estado, em relação às reivindicações apresentadas pelo movimento:

Eu vou falar da nossa experiência, mas a nossa experiência se transforma, primeiro que em 2000, a gente tá com o governo do Estado progressista, o governador Olívio Dutra Ele, então. acolhe a nossa pauta, cria um grupo de trabalho pra gente, então. A questão agora é como desenvolver e iniciar essa política, nós vamos então para dentro da Secretaria de Trabalho, com esse GT. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Entretanto, a relação como as instâncias de governo, ainda que consoante no mesmo campo político e partidário de algumas das lideranças do MTD e do Governo, não fluíram sem conflitos e contradições. De acordo com a entrevistada, as divergências partidárias apontavam diferentes concepções sobre a condução das ações do movimento:

Vem para dentro disso aí todos os dilemas do PT [Partido dos Trabalhadores]. A tendência que coordenava essa Secretaria do Trabalho era ligada mais à DS [Democracia Socialista] tinha uma linha política para trabalhar mais a economia solidária, e olhava para a nossa experiência como muito movimentista sem-terra, uma coisa assim que era nossa. A DS compreendia que a economia solidária era mais ampla, mais aberta, e tentava o tempo todo nos enquadrar. Então, a gente teve uma pequena luta interna pra evitar esse enquadramento de nos carregar para dentro de uma coisa que nós não estávamos querendo ser. A gente não queria ser economia solidária, não queria ter um grupinho, queria ser uma organização, movimento popular, então ali teve um embate [...], bem demorado. Teve que construir um consenso, achar um ponto de equilíbrio, que foi então como transformar a proposta de Frente de Trabalho em uma mediação. A mediação que saiu

foi um programa de governo chamado Coletivo de Trabalho. Esse coletivo, então tinha como proposta um salário mínimo para cada trabalhador que participasse do coletivo de trabalho, uma cesta básica, além dos equipamentos de proteção individual. O movimento então foi negociando. A primeira experiência foi de prestação de serviço, na comunidade, teve as mais diversas formas de experiências. Os grupos de pessoas, ou seja, um membro por família, das famílias que a gente tinha articulado organizado, e nessa altura fazemos duas medidas, a medida do pessoal que está acampado, que é digamos que é a nossa base mais assim dinâmica [...], mas, logo a gente abriu uma nova frente, a gente viu que acampamento urbano que em seis meses, nós já estávamos esgotados, porque a gente viu que o acampamento urbano é muito pesado, é tensão pura 24 horas por dia.” (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Em virtude da demora para a concretização dos projetos acordados, no início do mês de dezembro, o movimento iniciou uma série de ações para pressionar o governo a concretizar elementos já negociados no período. No dia 10 de dezembro de 2000, “mais de 300 militantes participaram do protesto no Canoas Shopping, no outro dia, junto com o Sindicato dos Metalúrgicos, em Canoas, fizeram uma caminhada pela avenida Guilherme Schell até a igreja Santíssima Trindade, no bairro Humaitá, em Porto Alegre.” (CORREIO DO POVO, 2000i). No mesmo dia, o MTD também realizou visitas às famílias moradoras das vilas situadas junto à *Freeway*, no bairro Navegantes. De acordo com o Correio do Povo:

Os desempregados reivindicam a construção de oito mil moradias populares, a abertura de 10 mil frentes emergenciais de trabalho, isenção de taxas de luz, água e IPTU e passe livre no transporte coletivo. 'É uma forma de denunciar a condição subumana que vivemos. Viemos a Porto Alegre para cobrar isto do governo estadual e dos órgãos que representam o governo federal no Estado'. A partir de amanhã, o movimento inicia visitas aos prefeitos e espera ser recebido pelo governador Olívio Dutra. Os trabalhadores do MTD são de Cachoeirinha, Gravataí, Eldorado do Sul, Charqueadas, Pântano Grande, Viamão, Canoas, Alvorada, São Leopoldo e Porto Alegre. (CORREIO DO POVO, 2000i).

Ainda no dia 10, o MTD após marchar por 67 quilômetros desde Gravataí, acampou no Parque Harmonia, de onde partiu, no dia 11, em manifestação pelo Centro de Porto Alegre: “O rumo da caminhada dos 400 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) será em direção à Delegacia Regional do Trabalho e Emprego e à Caixa Econômica Federal”, informou o Correio do Povo (2000j). Uma das líderes do movimento, Rosimar Vieira, assim indicou: “Será um dia pesado, de cobranças. Nos últimos 30 anos, a Caixa financiou casa própria para apenas 10% da população de classe baixa.” (CORREIO DO POVO, 2000j). Ainda de acordo com o jornal (CORREIO DO POVO, 2000k), com as manifestações, as lideranças do MTD, reivindicando moradia, trabalho e direito de continuar

na terra ocupada, foram recebidas pelas autoridades representantes da Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e pelo governador Olívio Dutra. Os encontros com os diferentes representantes estaduais não implicaram em resultados imediatos. A representante da Caixa Econômica declarou que não havia linhas de créditos habitacionais para pessoas no perfil ou conforme as reivindicações dos militantes do MTD:

Para a superintendente regional da CEF, Vera Lúcia Martins Vianna, o pedido fica inviável, já que o maior problema do grupo é o reassentamento. 'Eles buscam uma área para aplicar uma atividade agrícola e a Caixa disponibiliza apenas programas urbanos. Temos financiamentos específicos para todos os níveis, porém nenhum é a fundo perdido.' Vera Lúcia sugeriu que a questão seja levada ao governo do Estado. (CORREIO DO POVO, 2000k).

Com o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, as conversas também não avançaram, mas promessas foram feitas e o movimento ganhou o respeito do agente público, que atendeu as lideranças, pela forma como apresentou suas reivindicações:

À tarde, representantes do movimento dos desempregados foram recebidos pelo delegado regional do Trabalho, Darci de Ávila Ferreira, que encaminhará hoje ao ministro do Trabalho, Francisco Dorneles, um pedido de audiência. 'Mostramos a eles tudo o que fazemos em favor dos menos favorecidos como eles. O MTD trabalha como todo o movimento reivindicatório deveria agir, com educação, consistência e respeito às leis', disse Ferreira. (CORREIO DO POVO, 2000k).

Como última pauta da série de atos e mobilizações iniciados pelo MTD, desde o dia 04 de dezembro de 2000, quando um grupo de 400 militantes se deslocou em marcha, de Gravataí até a capital do Estado, restava a reunião com o Governador Olívio Dutra, no Palácio Piratini. Ainda conforme registrado pelo jornal Correio do Povo (2000l):

O governo do Estado garantiu que está encaminhando a documentação para a desapropriação de uma área de 450 hectares próxima à região Metropolitana de Porto Alegre, a ser destinada às 140 famílias acampadas perto do Complexo Automotivo da GM, que fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Recebido ontem pelo governador Olívio Dutra, o grupo reivindicou a criação de 10 mil frentes de trabalho, construção de 8 mil moradias populares e isenção de taxas de água, luz e IPTU. Conforme o secretário estadual da Habitação, Ary Vanazzi, para viabilizar o assentamento, o grupo de trabalho discutirá diretamente com os trabalhadores os detalhes para a instalação das famílias. (CORREIO DO POVO, 2000l).

Depois de cumprir a agenda com o Governador, o MTD se dirigiu à Assembleia Legislativa do Estado, a fim de cobrar do Legislativo a aprovação de projetos de lei com suas reivindicações em tramitação naquela casa. Como registrou o Correio do Povo, em 13 de dezembro de 2000: “Antes do retorno para Gravataí, o grupo foi à Assembleia pedir ao presidente Otomar Vivian o apoio para a votação, ainda neste ano, do projeto do deputado Roque Grazziotin (PT) que propõe um programa para a criação de 30 mil frentes de trabalho emergenciais” (CORREIO DO POVO, 2000l). Entretanto, o Projeto apresentado não prosperou. Conforme um dos líderes do movimento, em entrevista ao Correio do Povo (2001m):

Ele criticou a posição do governo estadual de vetar o projeto do deputado Roque Grazziotin, que pretendia implantar frentes emergenciais de trabalho. 'Faltou sensibilidade do governo. Não podemos continuar à margem da sociedade e dependendo de doações da comunidade para sobreviver', avaliou. Para ele, apenas os cursos de qualificação não resolvem o problema. 'Faltam vagas e oportunidades', apontou. (CORREIO DO POVO, 2001m).

Em decorrência de outras negociações, em 14 de maio de 2001, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul aprovou a Lei nº 11.628, que instituiu o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho, no qual constaram alguns acordos negociados com o MTD, a saber:

Art. 1º - Fica criado o Programa Frentes Emergenciais de Trabalho destinado ao resgate dos vínculos social e produtivo de trabalhadores desempregados do Estado e à promoção de melhorias das condições de vida em comunidades em situação de vulnerabilidade, por meio de ações articuladas entre o Poder Público e as entidades comunitárias e sociais.

Art. 2º - Para a consecução dos seus objetivos, o Programa priorizará o atendimento de situações de emergência de interesse das comunidades locais, mediante os órgãos públicos que as atendam.

Art. 3º - A participação do beneficiário no Programa, limitada a uma pessoa por família, será definida em regulamento, observadas as seguintes prioridades:

I- estar em situação de desemprego;

II- residir na comunidade onde o Programa será executado;

III- ter a idade mínima de dezesseis anos. (RIO GRANDE DO SUL, 2001).

Com a bandeira do trabalho e a conquista das Frentes Emergenciais de Trabalho, a promessa da área de 450 hectares na Região Metropolitana de Porto Alegre (atual Assentamento Belo Monte), o movimento ganhou fôlego e voltou a mobilizar a população nos bairros na formação de militância para novas lutas:

Uma nova frente de massa nos bairros, e lutando por essa bandeira da Frente de Trabalho, mais que ela fosse acessível e chegasse lá no bairro, e aí na negociação com o Estado a gente arrancou essa pauta, no coletivo de trabalho, aí a gente teve de sete a oito renovação de convênio. Na sequência saiu o governo do PT entrou o PMDB a gente seguiu conquistando coisa nessa linha. Mas da primeira experiência do coletivo a gente limpou escola, arrumou posto de saúde, [...] aquele trabalho de arruma, limpa, pegamos muito essa pegada meio ambiental, arroios cheios de entulhos de lixo, revitaliza, limpa, tira recupera esse tipo de coisa fez bastante nesse formato. (CÉLIA SANCHEZ,2018).

Por outro lado, o movimento debatia se precisava seguir ou não com os coletivos, ou seja, o movimento vivia o dilema de precisar seguir com os coletivos de trabalho, mas esses coletivos deveriam compor um Programa do próprio movimento:

Transformá-lo, não mudar o serviço, não que a gente achava interessante esse tipo de coisa também, mas a ideia era assim, como criar um coletivo de trabalho nosso, de nós nos apropriamos de ferramentas de instrumentos de qualificação de mecanismos em que a gente consiga produzir coisas, e claro aí veio o debate: que ramo e o que, como? No governo de Estado limitado, no governo federal que está começando, que é o governo Lula, mas que a gente não conseguiu chegar lá, com uma pauta estadual. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Durante os governos de Lula (2003 a 2011) e Dilma (2011 a 2016) (PT), o Estado do Rio Grande do Sul passou a ser governado por partidos conservadores (PMDB e PSDB), que negaram qualquer possibilidade de diálogo pautado pelos movimentos sociais. Esta forma de se relacionar com os movimentos interrompeu o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho e levou ao fim das frentes de trabalho no Rio Grande do Sul e o movimento foi levado a procurar alternativas de luta, em opções apresentadas por programas federais de apoio à população de baixa renda. Conforme Célia Sanchez:

Esse público da periferia vai se empregar na era Lula e Dilma. Eles vão acessar um conjunto de políticas, políticas sociais, vão acessar o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), vão acessar o emprego, aquele emprego que apareceu, medido por todos os institutos ali, pagou na faixa de um salário mínimo e meio. Esse nosso sujeito, esse nosso perfil entrou nesse lugar da carteira assinada, experimentou a carteira assinada, isso foi muito visível em todas as cidades que a gente tinha grupos fortes, como Caxias do Sul. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Para Rosimar Vieira, componente da direção estadual do MTD (CORREIO DO POVO, 2001m), a “proposta do MTD é o assentamento urbano, queremos constituir uma

agrovila, na qual as famílias possam morar e produzir”. Porque “não somos absorvidos pelo mercado de trabalho formal”. A organização pretende transformar esse assentamento “em um mecanismo de pressão contra o desemprego nas esferas federal, estadual e municipal.” (CORREIO DO POVO, 2001m).

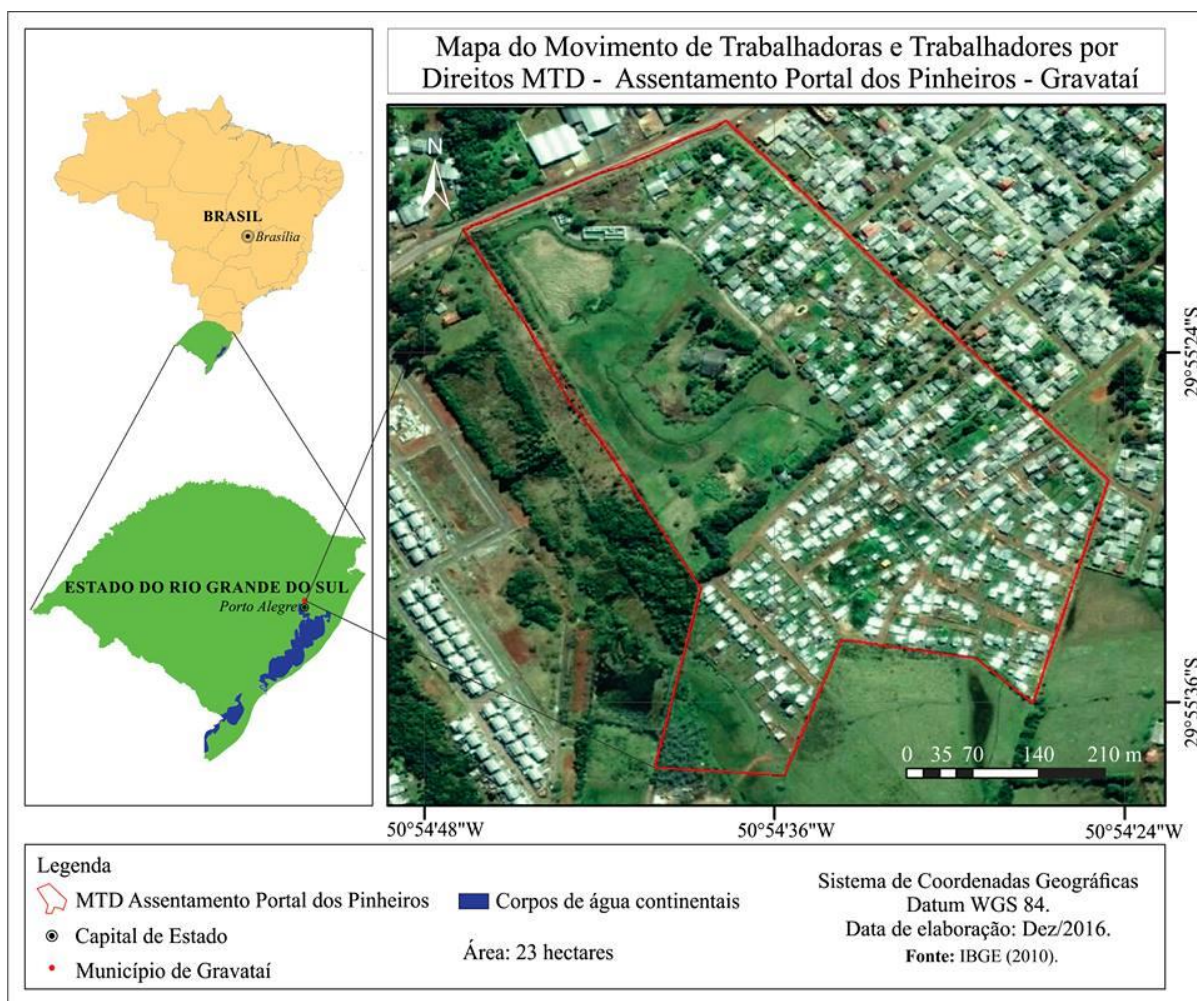
O secretário estadual da Habitação, Ari Vanazzi, ao tratar de uma nova área a ser desapropriada pelo governo do Estado para a transferência dos trabalhadores, assim a ela se referia: “será um projeto-piloto feito no RS em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento [...] não adianta só construir moradias, mas sim oferecer meios de produção para evitar o comércio de lotes, pois eles têm que se manter”. Tais afirmações indicavam que as 120 famílias acampadas perto da GM deveriam ser transferidas pelo governo estadual para uma área de 450 hectares, perto da região Metropolitana de Porto Alegre.

No seu primeiro ano de existência, o MTD realizou várias marchas por trabalho e teto. Conforme o integrante da direção estadual do MTD, Rosimar Vieira (CORREIO DO POVO, 2000l), essas manifestações tinham o objetivo de chamar a atenção da população e das autoridades governamentais para a luta social e, por meio delas, o movimento vai garantido a sua espacialização e visibilidade enquanto movimento social que luta pelo território.

5.1.1 Assentamento Portal dos Pinheiros

O Assentamento Portal Pinheiros foi o primeiro território constituído pela luta do MTD, no Brasil. Situado na cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul, inicialmente, era destinado para 21 famílias de trabalhadores desempregados, mas, com o passar do tempo, outras famílias de trabalhadores precarizados foram se instalando no território ocupado pelo movimento, chegando, ao ano 2016, com mais de 340 famílias. Com a ação do movimento e de outros ocupantes ao longo dos anos, o território ocupado se transformou e, hoje, se desenha conforme pode ser visto na Mapa 5.

MAPA 5 – ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS – GRAVATAÍ –RS (ANO 2016)



Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS (2016); IBGE (2010). Elaborado por Hilário Menezes (2018).

No final do governo Olívio Dutra – PT – (1999 a 2003), foi concedido o termo de uso da área para 21 famílias de agricultores, sendo que a proposta inicial era para que cada família recebesse um lote de 20x50 metros e o restante da área seria destinada para a produção coletiva. Após dois anos de ocupação, por reivindicação das famílias, esses terrenos foram aumentados para 20x100 metros. Segundo o coordenador estadual do MTD, esse fato é importante:

Porque posteriormente as pessoas entenderam que era uma propriedade delas e que poderiam colocar seus filhos e parentes a morar nestes 20 m por 100 m ou mesmo vender parte dos terrenos. Desta forma chegamos aos 114 moradores em 2013. Pelos cálculos esta área compreende em torno de 8 hectares por isso o MTD construiu junto ao governo Tarso a proposta de assentar dos 15 hectares restantes 3 agricultores garantindo então 5 hectares para cada família de agricultores de 20 m x 100m. (MURILO, 2017).

De uma área de 23 hectares, o Estado apenas fez o termo de concessão de uso de 6,678 hectares, em um prazo de 10 anos, ou seja, de 2002 a 2011, para apenas 21 famílias. A cláusula segunda assegura que “a área deste assentamento se destina à exploração agropecuária e outras modalidades agroeconômicas, visando assegurar o uso e gozo dos lotes, bem como o acesso ao crédito e demais serviços indispensáveis ao progresso social e econômico dos Concessionários” (RIO GRANDE DO SUL, 2002, p. 01). A Fotografia ilustra a entrada da área do Assentamento, em Gravataí.

FOTOGRAFIA 1 – ENTRADA DA ÁREA DO ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS (2017)



Fonte: Pesquisa empírica – Hilário Menezes (2017).

No discurso, o Estado assumiu a responsabilidade de o assentamento ter acesso ao crédito para desenvolver suas atividades, tais como: moradia, agricultura e reciclagem. Responsabilizou-se, também, por criar frentes emergenciais de trabalho para atender os desempregados. Para o uso da área, o MTD tem o seguinte projeto:

MORADIA: Garantir moradia para todos os ocupantes (“ASSENTADOS”). São 114 cadastrados em junho de 2013 num cadastro feito entre MTD, governo do estado e prefeitura de Gravataí; Com as novas ocupações de 2014 este número dobrou e hoje devem morar em torno de 350 famílias. Em parceria com a Coopsul, a estratégia é a seguinte: Estado passa para prefeitura de Gravataí e está passa para Coopsul desenvolver o projeto habitacional.

AGRICULTURA: Trabalhar para viabilizar o trabalho na agricultura num todo de 6 hectares. As 3 famílias (Bete/Celso, Brasilina/Pedro e Antônio) plantam e moram em 1,5 hectares e o entorno do Casarão mais 1 hectare. No entorno do Casarão as pessoas estão plantando hortas para autoconsumo, plantio de ervas medicinais, compostagem, biofertilizante e cuidado com pomar.

ENTRE POSTO DA RECICLAGEM E ECO PONTO: O galpão de entrada ser o espaço para grupo da reciclagem em parceria com os catadores. O Galpão de reciclagem ficaria aberto para trabalhadoras/es organizados nos núcleos do MTD do Assentamento e das Vilas trabalhar. Fica sob responsabilidade da Cootracar (MNCMR) que também farão os investimentos necessários.

PONTO POPULAR DE TRABALHO/SEDE DO MTD: Centro de Formação do MTD – usado como espaço de cursos, encontros de formação, para festas de aniversário e igreja. Pensar um maior uso para que seja sustentável através da implementação de grupos de trabalho como: medicina alternativa, padaria, cozinha, produção de sabão e produtos de higiene. (MTD, 2016).

Em termos gerais, esses seriam os projetos a serem implementados no assentamento, porém, com o não cumprimento das promessas feitas pelo Estado, conforme estabelecido no Termo de Concessão e Uso, o movimento foi obrigado a abandonar o projeto. Conforme o Coordenador do movimento: “Com o abandono do projeto, na área passa a ter uma série de ocupações, gradativamente. A gente passa a ter uma [nova] situação há três anos, quando 75% do território já tava ocupado por moradia”. (COORDENADOR ESTADUAL DO MTD, 2017). Essa nova situação dificultou o reconhecimento da área pelo Incra, em função da pequena área de cultivo que restou, não concernente com os parâmetros estabelecidos pelo Instituto. A Fotografia 2 ilustra a entrada da área, que, apesar de possuir uma extensão significativa de área verde, hoje já possui 2/3 do seu território ocupado por moradias.

FOTOGRAFIA 2 – ENTRADA DO ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS



Fonte: Pesquisa empírica – Hilário Menezes (2017).

Com a extinção do Termo de Concessão e Uso da área, em 2011, o movimento passa a pressionar ainda mais o Estado. Assim, em abril de 2011, o MTD ocupou o saguão do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), em Porto Alegre, com cerca de 70 militantes, exigindo uma audiência com o secretário do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Depois de muita insistência, os militantes foram atendidos. Conforme um dos membros da coordenação estadual do MTD destacou: "Queremos a regularização fundiária do Assentamento Portal dos Pinheiros". Nesse sentido, o secretário disse não existir "outra possibilidade de regularizar, a não ser por meio da renovação da cessão de uso". Como resultado dessa negociação, o Governo concedeu a renovação por meio um Termo de Cooperação, com vigência por 20 vinte anos. Um dos membros da coordenação estadual ressalta: "Atualmente a gente tem uma segurança jurídica [...], uma questão regularizada, sobre uma área pequena de 6 hectares. O termo de cooperação é sobre esta área. Todo o restante da área que é de 23 hectares [não está regular]." (MURILO, 2017).

Observa-se que o Estado reconheceu parcialmente a área, porém, na hora de implementar os projetos acordados, passou a fazer uso da burocracia estatal, assumindo, assim, um duplo papel. Para Engels (2015, p. 17), o "Estado nada mais é que a totalidade do

poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas”, ou seja, neste caso, os trabalhadores desempregados.

Em contrapartida, o movimento começou a intensificar as suas manifestações, no sentido de pressionar o Governo do Estado e do Município de Gravataí, para que as suas reivindicações sejam atendidas, viabilizando assim os projetos previstos.

Nesse sentido, o Estado opta por criar as condições necessárias para a reprodução do capital, quando garante toda a infraestrutura para o funcionamento da fábrica da GM, promovendo a expansão territorial e a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que dificulta o acesso aos direitos necessários à sobrevivência de trabalhadores precarizados, gerando o que se convencionou chamar de desenvolvimento desigual e contraditório. Para Santos (1985, p. 42): “O uso do espaço se tornou mais capitalístico”, isto porque o espaço, no capitalismo, se torna “um inventário das possibilidades capitalistas de sua utilização” e isto é “cada vez mais possível e mais necessário como pré-requisito a instalação de atividades produtivas tanto na cidade quanto no campo”. Assim sendo, o capital segue a sua reprodução, por meio do processo de industrialização, capitaneado pelo Estado. Nesses termos, o capital pressiona, cada vez mais, o Estado para que ele normatize as condições de trabalho que ele considera necessárias ao processo de acumulação e que atendam “as exigências científicas e técnicas da produção”, por meio da preparação da força de trabalho. Esse processo acarreta a ampliação do “terciário banal [...] o aumento dos terciários primitivos ou em outras palavras, dos subempregos, já que a tendência à a cientifização do trabalho, à sua organização sistemática e à sua tecnicização se fazem em todos os setores produtivos.” (SANTOS, 1985, p. 42).

Porém, a apropriação do espaço e, conseqüentemente, o surgimento de novas territorialidades, advindas das estratégias utilizadas entre o capital e o Estado, gera, nesse mesmo território, as contradições sociais e econômicas. Para Houtart (2007, p. 424), “os movimentos sociais são os frutos de contradições que se globalizaram”. A atuação dos movimentos sociais desvenda o lado perverso da globalização.

No seu processo de espacialização, o MTD procura territorializar as suas ações, enquanto movimento social. Essa territorialidade vai se constituindo no cotidiano das ações desenvolvidas pelos sujeitos sociais: nas discussões realizadas no assentamento, ao experienciarem problemas e dificuldades próprios da vida de assentados, por morarem e trabalharem em cooperação mútua. Nos assentamentos, grupos de trabalhadores são constituídos de acordo com as suas habilidades. Nesse sentido, o MTD utiliza o conceito de cooperação entre os assentados; o trabalho coletivo. Para Marx e Engels:

O modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos próprios meios de vida já encontrados e que têm de produzir. Não se deve considerar tal modo da produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. (MARX; ENGELS, 1999, p.27).

Nesse contexto, o Assentamento Portal dos Pinheiros é constituído por sujeitos sociais, militantes do MTD e, também, por aqueles que não participam do movimento, mas são ocupantes da mesma área. Essa situação configura uma realidade social que revela a identidade territorial do Assentamento Portal dos Pinheiros. Conforme observado nos trabalhos realizados junto aos assentados, naquele momento, o desafio do movimento era elaborar um projeto de Assentamento que pudesse garantir a moradia de todos os ocupantes e oportunidades de trabalho para quem optassem em trabalhar em grupos de produção ou na agricultura, de modo individual. Ao realizar as entrevistas com os sujeitos da pesquisa no Assentamento Portal dos Pinheiros, foi possível observar a vida dos trabalhadores e suas famílias no Assentamento e as principais dificuldades encontradas pelos moradores militantes e não militantes do MTD. Na Fotografia 3, posaram para o registro desta pesquisa militantes do MTD que defendem a bandeira do movimento no Assentamento Portal dos Pinheiros.

FOTOGRAFIA 3 – MILITANTES DO MTD NO ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário José Menezes (2017).

De tudo quanto relatado pelos assentados, para Adão, as maiores dificuldades em relação ao Assentamento estão na relação com representantes do poder público municipal e estadual, especialmente no que concerne à prestação de serviços públicos às famílias assentadas. Nesses termos, se expressa:

Aqui é a questão dos poderes públicos. Nós, como movimento ... essa área aqui tem um impasse entre Governo do Estado (Rio Grande do Sul e a Prefeitura (Gravataí), porque, na realidade, a prefeitura não consegue fazer as aplicações de verba aqui dentro, porque alega que é do Estado. Isso pra nós, tá sendo uma dificuldade muito grande, no momento que a gente conseguir regularizar no Estado, a área, ia conseguir elaborar projetos. Enfim, a gente ia conseguir fazer o que a gente está pensando. Mas, enquanto isso não acontece, a gente vai se virando; a gente perdeu alguns projetos, tipo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que seria importante para a nossa base. Na perda desse projeto, a gente sentiu uma quebra dentro do nosso movimento, não só aqui em Gravataí, mas nas cidades onde se encontram o movimento. (ADÃO, 2017).

O impasse existente entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Gravataí tem tido efeitos importantes nas ações do Assentamento, conforme relatou o assentado. A Prefeitura argumenta que, para poder atender aos projetos reivindicados pela a coordenação do movimento no Assentamento, o Estado primeiro tem que reconhecer a área. Na visão da assentada Zuzu Angel, o “Movimento andou bastante, só que, daí, não tendo recurso do Estado, Município, o MTD enfraqueceu um pouco”. Nas entrevistas realizadas com Adão e Zuzu Angel foi possível verificar que o Estado está ausente nas propostas idealizadas pelo movimento. Tais preocupações também aparecem nos relatos de outras famílias do Assentamento, para as quais os principais problemas estão relacionados à falta de infraestrutura da área. Apesar de cobranças e pressões do movimento junto aos poderes públicos, nas várias esferas de governo, até os dias atuais os financiamentos dos projetos não foram aprovados. Para a Coordenação Estadual do movimento, o “nosso maior objetivo é a regularização, pois com ela vem a condição de ter água, luz, esgoto, estradas e mesmo acesso a recursos para construção ou reforma das casas”. Porém, ao mesmo tempo em que as pessoas falam, com o tom reivindicatório dos problemas existentes no Assentamento, elas ressaltam a importância da terra para o desenvolvimento familiar do assentado e o impacto que a posse dessa terra provocou em suas histórias de vida.

Nos processos de luta do movimento, os problemas passam pelas questões sociais, que não terminam no assentamento. A cada nova etapa, surgem novos problemas. Em todo

processo de luta, observa-se que desafios vão acompanhando o movimento, sejam no trabalho de base nos bairros periféricos, sejam nas ações relacionadas aos acampamentos, ocupações e assentamentos. No processo de luta e enfrentamento dos limites impostos pelo Estado capitalista, as ações dos trabalhadores avançam e recuam, mas, de toda forma, são ações que se realizam na composição do território.

5.1.2 Assentamento Belo Monte

Em de maio de 2001, noventa e cinco famílias foram assentadas em área desapropriada e adquirida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, ainda durante a gestão do Governador Olívio Dutra (1999 – 2002), que passou a ser denominada como Assentamento Belo Monte. O Assentamento situa-se município de Eldorado do Sul, Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), vizinho à capital. Esta ação do Estado ocorreu em decorrência de negociações realizadas entre o Estado e o MTD durante o processo de ocupação da área da GM em Gravataí-RS, que se convencionou chamar neste trabalho de Assentamento Portal dos Pinheiros. Com essa ação, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul pretendia fazer a desocupação da área de Gravataí e regularizar a situação das famílias organizadas pelo MTD.

O Assentamento Belo Monte foi a primeira experiência em área conquistada pelo movimento, no formato de assentamento rururbano. As famílias que vieram para o Assentamento Belo Monte estavam no Acampamento Portal dos Pinheiros, em Gravataí. Entretanto, nem todos os militantes do movimento que ocupavam a área de Gravataí aceitaram deixar o acampamento e, por esse motivo, enquanto uns lá permaneceram outros militantes vieram a ocupar a área adquirida pelo Estado, que se tornou o Assentamento Belo Monte. A Fotografia 4 registra a entrada do Assentamento Belo Monte.

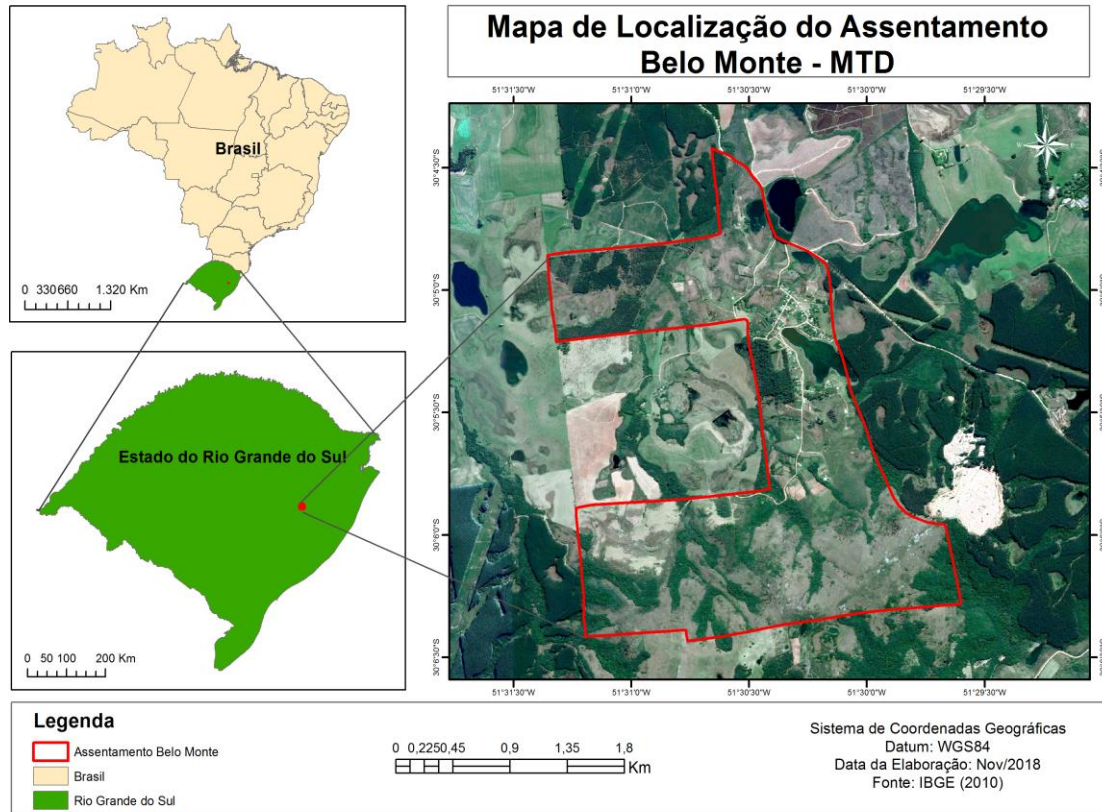
FOTOGRAFIA 4 – ENTRADA DO ASSENTAMENTO BELO MONTE



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

Atualmente, no Assentamento Belo Monte, em Eldorado do Sul, vivem quarenta e oito famílias, que ocupam uma área de, aproximadamente, 452 hectares. Conforme depoimento de um dos coordenadores do Assentamento, a área foi organizada em diferentes espaços, que cumprem diversas funções, a saber: o espaço da proteção ambiental, na qual não pode haver produção, mas preservação de fauna e flora local, o espaço coletivo dedicado à instalação de equipamentos de uso coletivo dos assentados, área de produção, área de cultivo e criação e área de moradia, dedicada à construção de moradias para as famílias assentadas. O Mapa 6 apresenta o Assentamento Belo Monte, localizado em Eldorado do Sul, RS.

MAPA 6 – ASSENTAMENTO BELO MONTE – ELDORADO DO SUL - RS



Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS (2016); IBGE (2010). Elaborado por Hilário Menezes (2018).

Sobre a forma de produção no assentamento, a militante Maria da Penha descreveu que os assentados trabalham “muito com os projetos da merenda escolar, que é PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar] e o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos]. O PAA nós entregamos a cada quinze dias, o PNAE é uma vez por semana que é a merenda escolar.”

De acordo com ela, o repasse dos alimentos produzidos é feito da seguinte forma: o “governo repassa para a prefeitura e ela faz o recolhimento, eu, a Fátima Paumari e a Ana Mozer, nós temos uma parceria com o MST, porque o PAA eles que organizam; é a cooperativa que recolhe, e nós nessa parceria com eles”. A entrevistada ainda relembra que essa parceria para o fornecimento de víveres para a Merenda Escolar foi firmada depois de muita luta para conseguir o certificado de produção orgânica, saudável para o consumo dos alunos das escolas da rede pública:

Uma luta árdua, naquela estrada ali, chegou a fazer buraco, por isso recebemos o nome, o nosso grupo hoje é três Marias, porque foram os próprios companheiros que nos apelidaram: ‘lá vêm as três Marias’. Eram sempre as três mulheres, Ana Mozer, Fátima Paumari e eu [...] aí nós conseguimos receber um certificado como nós somos produtoras orgânicas. (MARIA DA PENHA, 2018).

A Fotografia 5 mostra a Horta de Maria da Penha na área de produção do Assentamento Belo Monte, em Eldorado do Sul. Nessa área, a assentada realiza o plantio de vários itens para a merenda escolar, por meio de técnicas de agricultura orgânica.

FOTOGRAFIA 5 – ÁREA DE PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO BELO MONTE – HORTA DE MARIA DA PENHA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

De acordo com o relato de um dos coordenadores do Assentamento Belo Monte (Lico), logo no início dos trabalhos na área, alguns grupos foram formados no aguardo de recursos de financiamento por parte do governo do Estado. Entretanto, os grupos não se consolidaram porque os recursos não chegaram:

Foram constituídos vários grupos de trabalho: mel, padaria, fraldas etc, mas as políticas de investimento, que deveriam ser implementadas no outro governo (do PMDB e depois PSDB), não foram implementadas. A única coisa que veio para cá, foi auditoria, toda hora vinha auditoria, queria saber disso, daquilo... Então não houve mais um aporte de recursos para os grupos. (LICO, 2018).

Com a falta de recursos financeiros e apoio governamental, os “grupos foram se desmanchando. Não aguentaram a pressão de ter que sobreviver... E a renda da agricultura não é em uma semana, que tu plantas e sai colhendo. São seis meses. Mas, nesses seis meses, tu faz o quê?”. Com isso, os assentados passaram para a “individualização dos trabalhos nos lotes. Foram re-dividindo as terras: “um grupo de dez pessoas tinham trinta hectares, então os trinta hectares foram divididos para os dez, ficando três hectares para cada família. Que é a média da área que a gente tem aqui.” Ao ser perguntado, o que o território significa para o MTD, Lico respondeu:

A conquista desse território ele é um enclave, por essa localização [o Assentamento], ele está cercado, literalmente, por eucalipto. Nós estamos em uma área de agricultura, cercados por eucalipto. Então é uma conquista que se reveste de um simbolismo político do território, dentro do modelo de desenvolvimento que está ao redor de nós. E a importância, do ponto de vista das famílias que estão aqui... É muito interessante observar que a grande parte das famílias que estão morando aqui, elas vieram das periferias altamente violenta de Porto Alegre e essas famílias hoje, se elas trazem outros parentes para cá e que elas querem viver em paz. Então, esse território, do ponto de vista da qualidade de vida, acaba sendo incomparável das condições de vida mais tranquila, com mais liberdade, menos tensão, da violência de onde muito dessas famílias vieram. Estão cansados de enterrar seus parentes por causa do tráfico. Então o simbolismo dessa qualidade de vida e nessa contradição do modelo que está aí. Estamos mostrando que esse sujeito que está aqui produz e [que a terra é] altamente produtiva, desconstruído, assim, a ideia que só dá eucalipto. (LICO, 2018).

E ele continua descrevendo como é a vida e o trabalho no Assentamento: “nós produzimos uma infinidade de alimentos para a comida, fornecemos para a merenda escolar, o PAA. Daqui, sai muito alimentação para as famílias que moram aqui e para outras que são beneficiadas com as políticas públicas.” Na perspectiva de Raul, o território é algo: “muito forte [...], nós estamos aqui há dezoito anos e as pessoas, por mais dificuldades que tenham de sair daqui, [pois precisam sair] duas horas antes de iniciar o trabalho lá fora, mais elas permanecem vivendo aqui, criam os filhos aqui, a vida boa. A terra pra nós é a garantia do futuro da gente”. Sobre a relação que os assentados têm com a cidade e as idas e vindas da cidade para o campo e vice-versa, Lico acredita que esse processo se estabelece por meio da produção e da busca do trabalho.

A produção, que se destina a essas políticas públicas que beneficiam a cidade, as escolas, creches, as vilas e presídios, vai para a cidade. Outro aspecto: uma parte do nosso público aqui, ele vai diariamente trabalhar na cidade. O nosso assentamento aqui é chamado de rururbano, em que parte das rendas das famílias vem da agricultura e parte de alguma atividade remunerada da cidade. Então, nós temos uma relação com a cidade pelo trabalho. Tem muitas pessoas que, diariamente, eles vão para a cidade: Porto Alegre e Eldorado do Sul. (LICO, 2018).

Alguns dos assentados exercem diferentes trabalhos nas cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre ou mesmo na Capital. São trabalhadores que prestam serviços de diversas naturezas:

Construção civil, ou na área de serviços com em empresa de serviços de limpeza, que pegam esses espaços privados edifícios para fazer o serviço.

Tem uns quanto que trabalham no mercado público de Porto Alegre, são donos de banca, vendedores... tem também quem trabalha em confeitaria. Então são essas as profissões, serviços, construção civil e confeitaria. (LICO, 2018).

Para o assentado Raul, a relação cidade-campo é expressa por meio do tipo de vida que os trabalhadores têm quando estão nas cidades e aquela que podem ter se possuem as condições mínimas de viver no campo:

A gente viver na periferia das grandes cidades é um desastre completo para qualquer mente, para qualquer ser humano. De todos aspectos. Não tem liberdade nenhuma. Controle total da periferia... e essa liberdade que as pessoas sente, assim, essa vontade, esse desejo, essa necessidade de ter liberdade, de conseguir erguer os braços... Então, me parece que o que o MTD oferece que é uma ideia de rururbano, de ter uma terra pra tí morar e plantar [...] Eu quero uma terrinha pra eu ter minhas galinhas, meu pouquinho ali. Isso aí encanta as pessoas. Então, a relação é de uma vida melhor. As pessoas procuram isso, tu ter onde morar, onde tu ter mais de que 4 metros pra morar. (RAUL, 2018).

Mas ele reconhece, “mesmo com todas as políticas, continua difícil viver exclusivamente da terra. Acho que isso é um dado sim [...] tu ter uma renda do urbano, mas tu conseguir uma parte da tua alimentação vim da terra... todos aqui têm, de uma forma ou de outra têm”. A relação cidade-campo, nesse sentido, é constituída como possibilidade de o assentado conseguir viver no campo e realizar serviços na cidade que o possibilite uma renda extra, por meio das atividades que lá desenvolve.

Quando perguntado sobre a importância do trabalho e o que o trabalho significa para ele, a compreensão de trabalho, para Raul, se formaliza na própria atividade desenvolvida por ele no assentamento: “Olha, aqui principalmente, na agricultura, representa a produção para o atual sustento, para você ter uma qualidade de alimentos, no sentido da produção. Olhando para o Assentamento, eu vejo, com essa dimensão, eu como educador ele educativo”. Sobre os sujeitos sociais que compõem o MTD, para ele uma das características do movimento é a participação:

[...] e a presença ativa das mulheres, as mulheres das periferias e por conta da sua situação social, trazem junto várias marcas do que significa viver nas periferias. Então é uma característica forte, comparando com outros movimentos, a presença feminina. Em outros movimentos sociais, que participei, proporcionalmente, podia ter duas mulheres em cada grupo de dez pessoas. (RAUL, 2018).

Para Raul, um dos fundadores do MTD e assentado do Belo Monte, quando perguntado sobre os sujeitos sociais que participam do MTD, especialmente sobre de que sujeitos o MTD é formado, ele responde com uma certeza de quem convive diariamente com os sujeitos que formam o movimento e suas histórias e luta:

De fato, pelo excluído. Ele [o MTD] tem essa marca, assim, de conseguir organizar, juntar, quem tá mais excluídos nas cidades: o sem teto, o sem trabalho, sem alimento. A gente teve um processo muito grande no movimento, a partir de programa do governo, PAA – Programa de aquisição de Alimento, que nos deu condição de chegar nessa base bem precarizada da sociedade. (RAUL, 2018).

Sobre a conjuntura política, a questão neoliberal, o assentado Lico analisou essas duas questões com base nos “últimos movimentos, das mudanças das leis trabalhistas”. Ele vê esse processo enquanto “uma imposição desse modelo neoliberal”. Dessa forma, “há uma perda de direitos dos trabalhadores significativa e uma precarização do trabalho. As pessoas estão trabalhando mais, em condições mais precárias. Sem garantia, então o neoliberalismo ele vai se alimentando, sugando cada vez mais dos trabalhadores” (LICO). A consequência disso, de acordo com o entrevistado, é que:

Os direitos, a riqueza que se produz com o trabalho, ela é subtraída, através de leis, das reformas que visa apenas garantir o lucro dos capitalistas. O momento histórico que vivemos no Brasil, essa conjuntura, as perdas para a classe trabalhadora têm sido muito pesadas, grave, inclusive pensando para frente, o que haverá de se fazer? muita luta para reaver alguma coisa que já havíamos conquistado. Existe uma enorme preocupação com as perdas dos direitos. Conquistas são direitos trabalhistas que foram, conquistas e, agora, foram retiradas, nessa reforma trabalhista. É preciso trabalhar com direito, por direito. (LICO, 2018).

Segundo a assentada Ana Mozer, a conjuntura política e o tratamento do Estado com os trabalhadores, no Brasil: “[...] está muito complicado. Eu acho que essa perseguição toda, eu não entendo muito de política e tal, mas eu acho que essa perseguição toda que está acontecendo é por medo. É medo que os ricos têm de conviver nos seus espaços, direitos, né, com os pobres”. Ana Mozer, que afirma não entender de política, demonstra ter consciência de estar ocorrendo uma luta de classes entre trabalhadores (desprovidos do capital) e os “ricos” (detentores do capital). Para ela, os “ricos”

[...] têm medo de ter que conviver com a classe inferior, eu acho que o medo que eles têm de ter que dividir o espaço com a gente. Aí, como num governo

com o Lula, por exemplo, e a Dilma, um governo que veio para fazer uma revolução, revolucionou para os menos favorecidos, e mostra pra eles que eles têm direitos, e esse governo que tava aí o Lula e a Dilma, eles vieram pra dar direitos, dar oportunidades aos desempregados, para que possam conhecer os seus direitos. O medo está na possibilidade do pobre se libertar e, aí, com isso, os mais grandes se mexe na cadeira, né? Eu acho que é o medo, assim, que eles têm. (ANA MOZER, 2018).

Orgulhosos de morarem no Assentamento Belo Monte, de produzirem e comercializarem a sua produção em programas vinculados aos alimentos, em alguns casos, completando suas rendas com remuneração advinda de serviços prestados em diferentes áreas nas cidades do entorno do Assentamento, os trabalhadores assentados do MTD possuem, também, uma clareza em torno da conjuntura política que vive o país e reconhecem que a relação capital e trabalho em uma sociedade de classes é um espaço de disputas e os impactos derivados dessas disputas no dia a dia da classe trabalhadora.

5.2 ORIGEM DO MTD NA BAHIA

Fundado no Estado do Rio Grande do Sul, o MTD estendeu a sua ação a outros estados do país. Neste trabalho, além da ação do MTD nos municípios gaúchos de Gravataí e Eldorado do Sul, cidades que consolidaram, desde o início dos anos 2000, a ação do movimento, será discutida, também, no município de Vitória da Conquista-BA. Nesse município da Bahia, o MTD se organizou com base do avanço da luta no Estado do Rio Grande do Sul. Vitória da Conquista é o terceiro maior município da Bahia, em população. Situado na Mesorregião Centro Sul Baiano, atualmente, possui uma população estimada de 338.885 pessoas (IBGE, 2019). Em 2010, o Censo Demográfico do IBGE apontou uma população de 306.866 pessoas vivendo no município (IBGE, 2010). A ação do MTD na periferia da cidade, vem promovendo a organização de trabalhadores desempregados que viviam em situação de desemprego, falta de moradia e extrema pobreza, promovem alterações territoriais importantes no município nas duas últimas décadas.

A fim de configurar a trajetória do MTD em Vitória da Conquista, a partir da final década de 1990 e início de 2000, tornou-se relevante direcionar um olhar para a luta dos trabalhadores organizados em Vitória da Conquista, a precariedade em que viviam e a forma como lutavam e reivindicavam direitos nesse período. Esse contexto permitiu compreender a pressão social exercida por essas populações, na tentativa de denunciar à sociedade e aos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal as consequências da falta de trabalho,

habitação e condições de vida, reivindicando ações de políticas públicas voltadas para o enfrentamento desses problemas.

Em Vitória da Conquista, segundo Lima (1997), ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os movimentos sociais urbanos agrupava-se em torno das igrejas, sindicatos e associações de bairros. Essas organizações locais, reivindicavam dos poderes públicos a oferta de serviços essenciais, como educação e saúde, mas, principalmente, buscavam alternativas de trabalho e melhores condições de moradia, com a construção de habitações e regularização de áreas ocupadas durante a década de 1980, muitas delas sem infraestrutura de acesso, água, luz, lazer ou saneamento básico.

Em 1991, foi estabelecida, em Vitória da Conquista, dentro da demanda do Plano Diretor Municipal, uma política habitacional resultante de pressões populares e dos movimentos sociais por moradia digna. A política, entretanto, concentrou-se, principalmente, na aquisição, pelo município, de terras mais baratas da periferia da cidade, formação de novos bairros, cadastramento de famílias e distribuição de lotes para famílias com renda de até dois salários mínimos. Dados do início dos anos 1990 destacam a existência de 19.783 domicílios urbanos com infraestrutura inadequada na cidade de Vitória da Conquista, naquele ano, com carência de serviços e alta densidade populacional, representando 39,3% do total dos domicílios da Cidade. (LIMA, 1997).

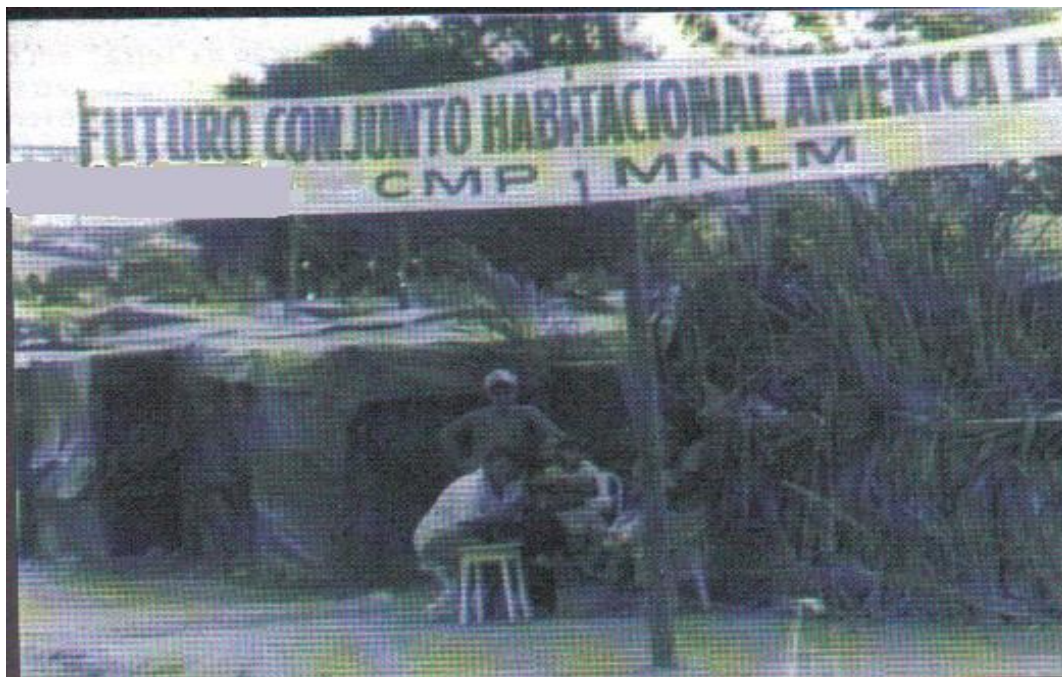
Segundo um dos militantes do MTD, no início dos anos 2000 (GABRIEL), no final da década de 1990, os movimentos sociais urbanos, que lutavam por moradia em Vitória da Conquista, se organizaram em torno de movimentos sociais de âmbito nacional, como a Central de Movimentos Populares (CMP) e ao movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). No início dos anos 2000, além desses movimentos, outros começaram a se incorporar na organização dos trabalhadores urbanos, com destaque para a Consulta Popular (CP). Como princípio geral, esses movimentos reivindicavam serviços essenciais, como educação e saúde, moradia e alternativas de trabalho.

Nesse contexto, de acordo com Gabriel, desses movimentos se originam as lideranças que decidiram pela criação do MTD. Em função das reuniões nos bairros periféricos da cidade, onde os problemas de desemprego e moradia eram mais graves, militantes e lideranças ligadas a esses movimentos em Vitória da Conquista, com o apoio do MST, organizaram uma grande ocupação de uma área pública central da cidade. Foram convocados para esta ocupação trabalhadores sem teto e desempregados que moravam de aluguel ou como agregados de parentes ou conhecidos.

Essa ocupação, que teve início no dia 15 de junho de 2002, iniciou-se com as famílias cadastradas pelos movimentos nos bairros (cerca de 500 famílias), mas recebeu apoio de outras famílias que se encontravam em situação similar, muitas delas morando de aluguel. A ocupação, que foi denominada de Acampamento América Latina, chegou a contar com a presença de 1.700 famílias, divididas em 700 barracos de lona, plástico e papelão, num total estimado pelos líderes da ocupação de 5.000 pessoas (CASTRO; MIDIAN, 2002, p. 06).

Segundo Veras (CASTRO; MIDIAN, 2002, p. 06), a escolha da área foi parte de uma estratégia adotada para atrair as autoridades e a sociedade sobre a situação em que viviam esses trabalhadores. O Acampamento América Latina originou-se, assim, da primeira ocupação organizada, planejada e massiva, desse caráter, ocorrida na Bahia, na sua história recente, conforme acreditavam os líderes dos movimentos. O objetivo inicial era construir, na área localizada entre o Ginásio de Esportes Raul Ferraz e o Hospital Samur, entre a Avenida Fernando Spínola e a Rua Equador, no Bairro São Vicente, o “Conjunto Habitacional América Latina”, conforme consta na faixa de entrada da ocupação (Fotografia 6).

FOTOGRAFIA 6 – OCUPAÇÃO AMÉRICA LATINA



Fonte: Castro e Midian (2002, p. 06).

Essa ocupação revelou enormes contradições entre as pautas apresentadas pelos acampados e o poder público municipal que, especialmente, versava sobre a adequada destinação da área ocupada: o poder público afirmava ser destinada à construção de

equipamentos públicos de uso coletivo da comunidade (praças, área de lazer, etc.) e os militantes entendiam que era uma área adequada para moradias, pois possuía no seu entorno os serviços públicos necessários àquela população. Mas tratava-se, também, em uma segunda fase, sobre os critérios para a destinação de lotes aos ocupantes, caso fossem incluídos pela política habitacional do município e deslocados para outras áreas da cidade. O processo de negociação entre representantes dos movimentos e o poder público municipal se estendeu desde o mês de junho até o mês novembro do ano de 2002, quando ocorreu a desocupação pacífica e total da área.

Nesse período, houve uma série de conflitos, entre as lideranças dos movimentos e representantes da prefeitura (que nem sempre legitimava as lideranças dos movimentos, considerando alguns sujeitos como representantes de opositoristas ou especuladores imobiliários) e entre acampados e setores mais conservadores da cidade (alguns acampados registravam ameaças de represálias à noite, por estarem vulneráveis em barracos de lonas em uma área aberta em área central da cidade).

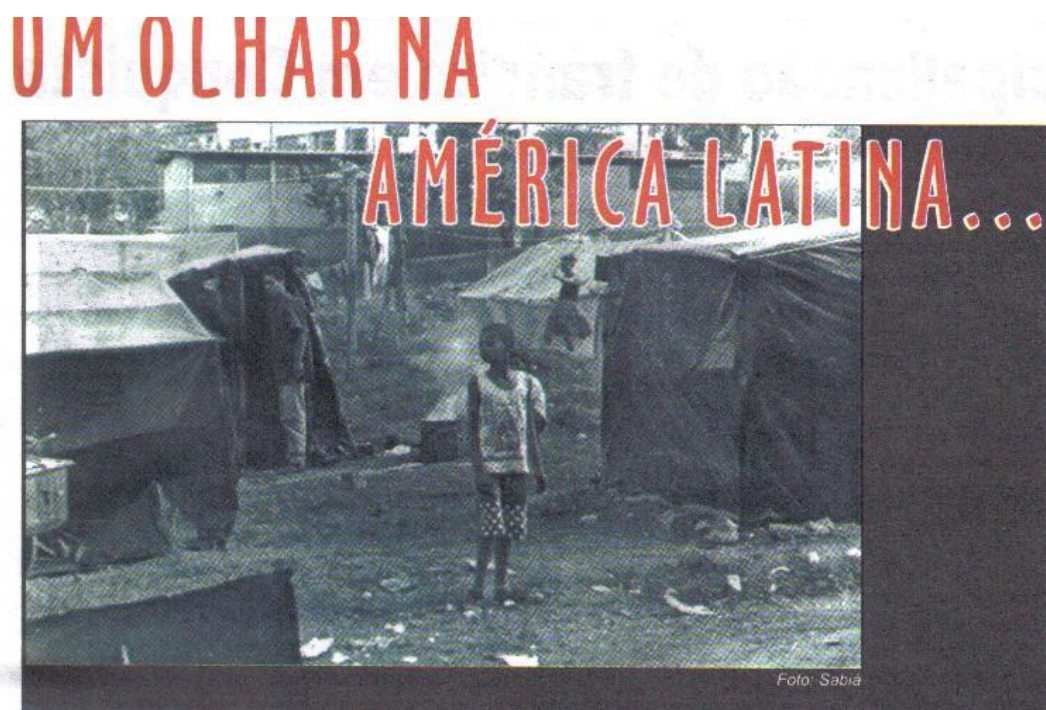
Durante as negociações, várias reuniões foram realizadas com os acampados, lideranças dos movimentos e representantes do governo municipal na busca de atendimento das pautas apresentadas, mas, sem solução, com os desgastes e cansaço de ambas as partes, as tensões se tornaram cada vez maiores. Acompanhando a situação e apoiando os acampados politicamente e com a arrecadação e doação de suprimentos básicos (no Acampamento América Latina havia muitas crianças e muitas famílias em situação de miséria absoluta, em uma área sem saneamento básico, água ou energia), partidos e entidades de esquerda, representantes da Igreja Católica, do Sindicato Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista (SINSERV), da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ADUSB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) formaram uma Comissão Negociadora para mediar o processo de negociação. Uma das reuniões dessa Comissão foi registrada em relatório formal, no qual foi descrito o esforço feito pelas entidades, no momento mais crítico, para fazer prosseguir as negociações. A Comissão foi formada no mês de agosto 2002, após o agravamento da situação de conflito, que culminou com agressões físicas entre acampados e seguranças da Prefeitura, durante protesto ocorrido em frente ao prédio da Prefeitura, onde os assentados e lideranças queriam ingressar em mais um ato contra a falta de atendimento às suas reivindicações. (MENEZES, 2011).

Os representantes das entidades se ofereceram para intermediar o conflito, porque avaliaram que o confronto repercutiu de forma negativa para os movimentos sociais em toda a cidade com a criminalização dos movimentos e suas lideranças, e que, com a situação se

aprofundando, os movimentos poderiam perder o apoio social entre trabalhadores, colocando em risco a vida de centenas de pessoas que estavam ocupando a área.

O principal embate, naquele momento, dizia respeito à área apresentada pela Prefeitura para abrigar as famílias que já aceitavam sair da área e os critérios de prioridade estabelecidos pelo Programa de Habitação Popular durante o cadastramento dos acampados. A Prefeitura aceitava deslocar os acampados para o Assentamento Vila América, área periférica da cidade, adquirida pela Prefeitura para a construção de moradias populares. Pelos assentados, a área foi considerada muito distante do Centro da cidade, região com alto índice de violência e sem infraestrutura. Quanto aos critérios estabelecidos para o cadastramento das famílias, o mais questionados estavam as exigências de prioridade estabelecidas pelo Programa Habitacional do Município para cadastramento dos assentados casados e com filhos. A reivindicação dos assentados, entretanto, alegava da necessidade de que houvesse a inclusão de todos, inclusive de outras famílias não-presentes no Acampamento. Acreditavam que o critério de ser casado e com filhos demonstrava a falta de compromisso do governo municipal com a juventude. Os acampados, à época, ainda debatiam com o poder público local algumas reivindicações muito pontuais como a necessidade de serem reconhecidos e tratados como lideranças dos movimentos sociais. (MENEZES, 2011).

Na medida em que a situação se agravava, a força do acampamento diminuía e muitos acampados saíam da área e em busca de alternativas para a produção da sua sobrevivência. O abandono da luta por parte dos acampados gerou uma situação muito séria, que causou enorme preocupação à comissão de negociação. Tornando-se cada dia mais vazio, o acampamento passou a sofrer com vários problemas, dentre eles principalmente os riscos e a insegurança a que estavam expostos os acampados que ficaram. Os desgastes enfrentados pelas lideranças e a desmobilização que se estabelecera tornaram visíveis as precárias condições em que estavam vivendo os acampados, conforme fora registrado pelo periódico “Oficina de Notícias”, publicado pelo Curso de Comunicação Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em fotografia constante na Fotografia 7.



Fonte: Castro e Midian (2002, p. 06).

Os problemas relacionados ao Acampamento América Latina repercutiram em nível nacional, especialmente, entre movimentos sociais que tinham como bandeira de luta a conquista de moradias para populações periféricas e em vulnerabilidade social e pessoal. Ao tomar conhecimento dessa situação, de acordo com militantes, o MTD do Rio Grande do Sul enviou um militante para Vitória da Conquista para ajudar na formação do MTD na cidade. Entretanto, os desgastes ocorridos durante as negociações do Acampamento América Latina e os acampados resultaram em um desgaste das lideranças dos movimentos sociais originários junto aos assentados, muitos deles realocados pela Prefeitura em moradias provisórias e outros recém-assentados, atendidos pelo Programa de Habitação Popular, além de divergências internas entre militantes dos movimentos e lideranças. Por esse motivo, de acordo com Gabriel, “ocorreu uma frustração dos militantes da América Latina e o movimento estagnou por um tempo.” (MENEZES, 2011).

Somente no ano de 2003, algumas lideranças oriundas do América Latina se organizariam novamente para começar a atuar como MTD, realizando reuniões nos bairros da periferia, com líderes das comunidades e igrejas. E assim o fizeram pelo período de dois a três meses, naquele ano. Em 8 de agosto de 2003, o MTD realizou, então, a primeira ocupação em Vitória da Conquista, em uma área situada à margem da BA-263, Rodovia Vitória da

Conquista/Itambé; um imóvel rural conhecido como Fazenda Felícia. O MTD ficou 28 dias nesse local, até a efetivação da ordem de desocupação, em ação judicial ajuizada contra o movimento pelos proprietários da área. De acordo com um dos entrevistados, a desocupação da área constituiu-se um momento de grande tensão, mas a desocupação foi acompanhada de perto por representantes apoio da Igreja Católica (Comissão Pastoral Terra (CPT)), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento Pequenos Agricultores (MPA). (MENEZES, 2011).

Com a desocupação da Fazenda Felícia, o movimento deslocou-se para a área da Associação que ficava ao lado. Depois de oito meses no local, a Associação pediu que o movimento deixasse a área. Nesse período, acontecera um incêndio em uma área próxima de onde o movimento estava. Esse era um terreno público e pertencia ao governo do Estado. A área havia sido destinada à construção de moradias populares pela estatal Habitação e Urbanização da Bahia S.A (Urbis). Nesse terreno, a Urbis pretendia erguer a Urbis VII, mas o projeto não avançou por falta de recursos. Sabendo disso, o movimento procurou dialogar com os coordenadores da URBIS, os quais passaram a área para a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA). O movimento passou então a dialogar com a CDA sobre a possibilidade de se doar a área para se fazer um assentamento. De acordo com Paulinho, depois de muitas reuniões entre idas e vindas da militância, junto ao CDA, os representantes do Estado, para não reconhecer a luta do movimento, concedeu a posse coletiva da terra aos assentados, mas impôs como condição que fosse criada uma associação. Assim foi concedida a posse coletiva da terra, cuja área passou a ser denominada com Assentamento Zumbi dos Palmares, primeira área conquistada pelo MTD no município. (MENEZES, 2011).

5.2.1 Assentamento Zumbi dos Palmares

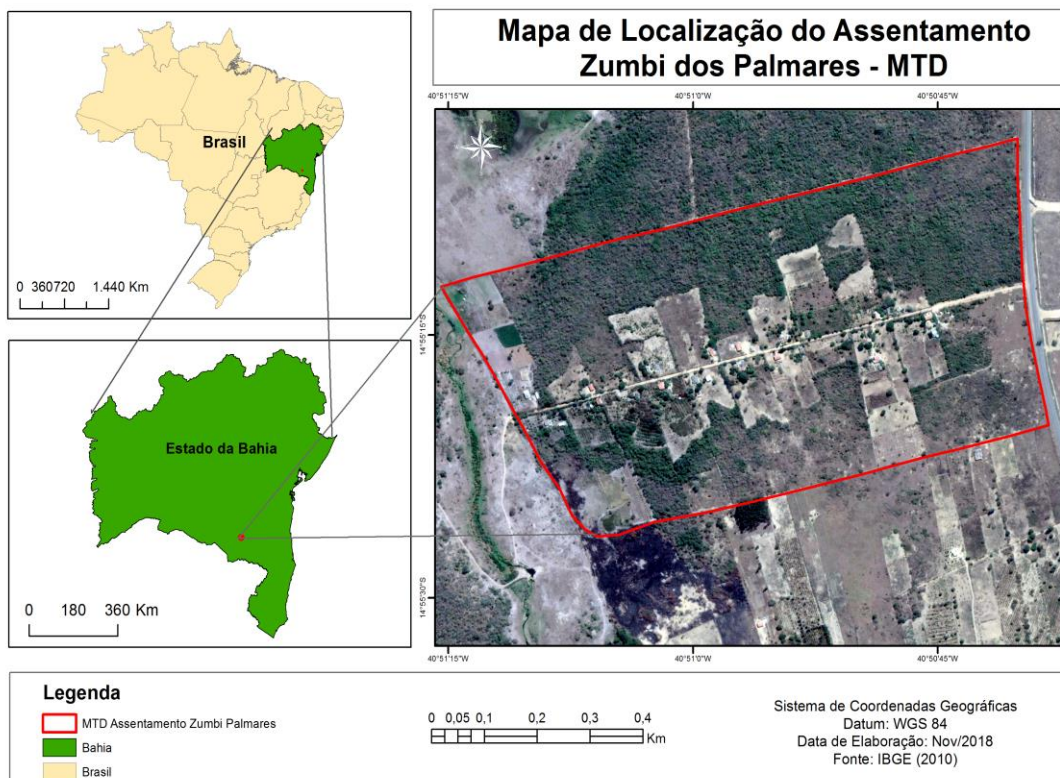
Inicialmente, o projeto de assentamento era previsto para abrigar 40 famílias, mas a proposta foi redimensionada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de acordo com os critérios da CDA, passando a abrigar apenas 20 famílias. A área foi dividida em lotes de um hectare para cada família. A organização e distribuição da terra se deu da seguinte forma: Dos quarenta hectares da área, 20%, ou seja, 8 hectares foram destinados à reserva legal, nos locais de maior degradação ambiental, onde deveria ser realizado o reflorestamento com espécies arbóreas nativas. A área destinada à agrovila possui 10 hectares e a área de cultivo comunitário 22 hectares.

De acordo com as entrevistas realizadas no Assentamento Zumbi dos Palmares, com alguns dos seus assentados, percebe-se, na história de vida dos trabalhadores do MTD, a sua origem rural. São trabalhadores que saíram do espaço rural entre as décadas de 1970 a 1990. Assim, os assentados têm a sua origem do próprio município e nos municípios vizinhos ou de municípios mais distantes, como Itapetinga, Poções, Caraíbas, Itambé e Jequié.

O depoimento de Frida Kahlo elucida essas relações no campo e na cidade, quando diz: “a vida no campo é muito difícil para quem não tem terra para plantar, [...] o fazendeiro só quer saber de explorar o trabalhador”. Mas, ao se mudar para a cidade, na tentativa de encontrar novas oportunidades de trabalho, o trabalhador do campo se deparou com uma nova realidade: as despesas com o aluguel da casa, água, luz, transporte, alimentação, enfim o custo de vida alto para se manter na cidade. Frida Kahlo acrescenta: “a vida na cidade é boa para quem tem dinheiro [...] para quem não tem, é um sofrimento só”. Tanto o campo como a cidade negaram o direito de neles Frida Kahlo permanecer. Com o passar do tempo, a cidade torna-se o lugar do desencanto, decorrente da falta de oportunidade para trabalhar, somada à baixa qualificação profissional. Quando isso acontece, os trabalhadores não conseguem mais se inserir no mercado formal do trabalho e começam a entrar em trajetória decrescente na sua relação com o mundo do trabalho: da condição de operário tornam-se precarizados, autônomos (prestam serviços aqui e ali e, ocasionalmente, fazem pequenos trabalhos) até ficarem desempregados. Esse processo demonstra a precariedade a que os trabalhadores são submetidos, o processo histórico de formação da classe trabalhadora brasileira, ao mesmo tempo que ajuda a compreender o caminho por ela percorrido.

A divisão do trabalho, conforme apontou Marx (1984, p. 16), no “seio de uma nação começa por provocar a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e com ela, a separação de cidade e campo e a oposição dos interesses de ambos”. Para Marx (1984, p. 278), a base de toda a “divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo”. Pode-se “dizer que toda a história econômica da sociedade se resume no movimento dessa antítese”. Nesse sentido, os sujeitos em luta que conquistaram acesso ao território que se constituiu no Assentamento Zumbi dos Palmares, em essência, revelam essa contradição. O Mapa 7 ilustra a localização do Assentamento Zumbi dos Palmares.

MAPA 7 – ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES ANO 2018



Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS (2016); IBGE (2010). Elaborado por Hilário Menezes (2018).

Mesmo sem ter apoio ou contar com o acesso a recursos governamentais, as famílias, que desde 2004 ocupam a área, organizaram a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Zumbi dos Palmares (Atrazpa) e, conforme um dos assentados, “vem produzindo alimentos para subsistência e venda dos excedentes nas feiras livres da cidade”, onde comercializam “mandioca, feijão guandu, feijão catador e hortaliças” (RUBENS). Próximo à área, o MTD construiu, com mutirões, “um ponto de comercialização da produção na área coletiva que está às margens da Rodovia BA-415”. Rubens destacou que as “famílias conseguiram pautar o Governo do Estado e possuem água encanada e energia elétrica que foi viabilizada pelo programa Luz Para Todos.”

O movimento também logrou conquistar, junto à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, a construção de um prédio escolar que oferta ensino fundamental (anos iniciais 1º ao 5º ano), após vários anos de negociação. Inicialmente, os assentados se reuniram e construíram uma escola para as crianças e a escola passou a funcionar um local precário, sem condições, em um quarto de uma das casas. Por estar em tais condições, a Prefeitura demorou para reconhecer o espaço oficialmente e, de acordo com um dos assentados, “foi uma briga com a Prefeitura para mandar um professor” (INDIO, 2018). Após enviar o professor, a Prefeitura passou a enviar, também, a merenda escolar, mas em quantidade insuficiente para todas as crianças, de acordo com uma das assentadas.

Entretanto, com as fortes chuvas que ocorreram no município, a escola, construída de forma precária e improvisada, foi arruinada, e os assentados tiveram que transferir as aulas para uma outra casa do Assentamento, segundo descreveu Joel:

Aí mudamos a escola, só que tem um problema, o telhado é muito baixo e as telhas são de Eternit. Quando o sol bate, ninguém consegue ficar lá dentro, esquenta muito. Fizemos uma proposta para a Prefeitura construir uma escola, em contrapartida daríamos o lugar para a construção. (JOEL, 2018).

Mas, como tudo no movimento, também a escola foi uma conquista, como relata um dos Assentados. Após o acordo com a Prefeitura, a escola foi construída, mas somente foi concluída em agosto de 2010, sendo oficialmente denominada Escola Municipal Zumbi dos Palmares. (Fotografia 8).

FOTOGRAFIA 8 – FACHADA DA ESCOLA MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

As dificuldades para a regularização da terra em que foi instalado o Assentamento foram inúmeras, ao longo dos anos. Em entrevista realizada com os militantes e coordenadores do movimento no Assentamento Zumbi dos Palmares, em 2018, eles relataram que, mesmo tendo ocupado a área em negociação com os governos do Estado e Município, no Incra o processo de regularização da terra não andava, por problemas burocráticos. De acordo com os entrevistados (Rubens, Sandra, Paulinho e Fleijas Solich), eles perceberam que estava acontecendo “meio que um jogo político”. Mas, “depois de muitas manifestações e ocupações na sede no Incra, em Salvador”, o “Incra reconheceu a área”, que foi concedida à Atrapza, em forma de posse coletiva, cuja terra dividida em lotes de um hectare, com usufruto⁶ de cada família, enquanto nela estiver.

As lideranças do MTD acreditam que a pressão exercida sobre o órgão, com a manifestação grandiosa realizada na sede do Incra, em Salvador, em outubro de 2009, fez a diferença e permitiu que o processo avançasse. Ressalta-se que até o reconhecimento da área pelo Incra (por aquela ser considerada rural, ainda que muito próxima da área urbana), o único apoio que os pré-assentamentos e os acampamentos recebiam do governo federal eram cestas

⁶ Usufruto é o direito real sobre coisas alheias, conferindo ao usufrutuário a capacidade de usar as utilidades e os frutos de uma coisa, ainda que não seja o proprietário. No Usufruto, o proprietário (denominado nu-proprietário) perde a posse sobre a coisa. O titular do usufruto é determinado individualmente e, por isso, o direito se extingue, o mais tardar, com a morte do usufrutuário (usufruto vitalício). Pode ser constituído por certo prazo também (usufruto temporário), mas a morte do titular extingue-o mesmo antes do vencimento do prazo estabelecido. No caso dos assentados, o usufruto pertence a cada uma das famílias assentadas.

básicas, enviadas pelo Incra, ação que era comumente dirigida a todos os pré-assentamentos do país. Entretanto, Paulinho acredita que, ainda que fatores políticos devam ser considerados, em geral, a demora em reconhecer as áreas de pré-assentamentos e assentamentos no país está diretamente ligada à morosidade institucional por parte do Incra. A lentidão com que tramitam os processos no órgão possibilita que ocorram constantes manifestações por parte dos movimentos por ele atendidos, como a realizada em Salvador. Assim, um dos militantes relata:

Em outubro de 2009, nós tínhamos um ponto de pauta, no Incra, e um dos pontos era o reconhecimento do Assentamento Zumbi dos Palmares. Foi uma luta muito pesada para gente. A gente foi recebido a pontapé pelos servidores do Incra. Nesse processo aí, teve um senhor que machucou a sua coluna e teve que fazer uma operação. Precisou um trabalhador ser machucado, ter problemas de saúde, para o Incra resolver o problema. Hoje nós já temos a Portaria do Assentamento. (PAULINHO, 2018).

A lentidão do andamento do processo no Incra pode ser caracterizada como burocracia, revestida de interesse em resolver ou não as questões referentes à regularização fundiária, de acordo com os militantes do MTD. Para eles, os órgãos de Estado, em especial o Incra, se utilizam das amarras da burocracia para mostrar aos movimentos sociais que eles podem lograr êxito nas suas reivindicações, mas o caminho é longo e cheio de obstáculos.

Entretanto, tais condições, impostas pelos órgãos de Estado, implicam quase sempre em acirramento dos conflitos e em ações mais radicais por parte dos movimentos sociais. Nesse caso, para o reconhecimento da área de Zumbi dos Palmares, em resposta à morosidade imposta pelo Incra, o MTD decidiu fazer uma ação rápida, um protesto e a apresentação de uma pauta, para não atrapalhar o II Encontro Estadual do movimento (2009), que seria realizado em Candeias-BA, logo em seguida. Entretanto, o protesto, que deveria ocorrer de forma breve e pontual, acabou se transformando em uma ocupação de todo o prédio do Incra, como resultado da forma como o movimento foi recebido pelos servidores do órgão, naquele dia 19 de outubro de 2009. De acordo com as lideranças do movimento, ao chegarem ao prédio do Instituto, os militantes do MTD foram agredidos fisicamente por servidores e, durante o tumulto, o senhor Pablo Marí, um dos assentados, de 78 anos, foi seriamente machucado. Hospitalizado, teve que submeter-se a uma cirurgia na coluna, muito arriscada para a sua idade. Essa ação desastrada dos servidores do órgão, pelo caráter violento que se deu e a repercussão política que alcançou, acelerou a abertura das negociações entre o movimento e os gestores estaduais do Incra. (MENEZES, 2011).

O Encontro Estadual do MTD, que estava programado para acontecer em Candeias (cidade localizada na Região Metropolitana de Salvador), transformou-se em forte e participativo ato em frente à sede do Incra, localizada no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador, que desencadeou uma série de apoios e articulações que promovem maior organicidade ao movimento e coesão dos interesses de seus membros. (MENEZES, 2011).

Nessa esteira, de acordo com os entrevistados, outros direitos também não estavam sendo cumpridos e garantidos pelo Incra. O ato somente pretendia reabrir o diálogo e pressionar, pacificamente, para que as solicitações do movimento fossem rapidamente atendidas. Entretanto, apesar de não ter sido a intenção inicial do protesto, o MTD decidiu ocupar o prédio do Incra e realizar o II Encontro Estadual ali mesmo, e permanecer no local até que o Incra garantisse ao movimento o atendimento dos seus direitos. Na manhã seguinte, entretanto, após as primeiras negociações, as 300 pessoas do MTD que permanecem no local decidiram sair da área administrativa, permitindo que os servidores voltassem ao trabalho, e a ocupação foi deslocada para o estacionamento e áreas externas do prédio. (MENEZES, 2011).

No entanto, apesar do deslocamento do local de ocupação ter sido negociado entre líderes do movimento e dirigentes do Incra, havia um clima de tensão, com os ocupantes assediados por intensa vigilância dos seguranças, conforme conta Florbela Espanca, uma das militantes do movimento. Uma das lideranças do movimento que atua na Coordenação Estadual e Regional do MTD e é Coordenadora de Educação do movimento, descreve que: “Além da vigilância constante, o movimento se isolou, pois foi proibida a entrada de qualquer veículo de comunicação no Incra”, sendo assim, não foi possível à imprensa registrar o processo de ocupação e a natureza da reivindicação. Essa estratégia foi utilizada para a não propagação dos fatos.

Em nota divulgada, o Incra afirmou que só aceitaria negociar com o movimento se os “invasores” deixassem o prédio da entidade, ocupado no momento por cerca de 150 integrantes do MTD. Ainda segundo a entidade federal, o movimento não teria apresentado nenhuma pauta de reivindicações que justificasse a invasão e ninguém teria se apresentado oficialmente como líder do movimento. (MENEZES, 2011).

Por outro lado, para um dos coordenadores do MTD, Paulinho, o Incra tinha conhecimento da pauta das reivindicações do movimento; sabia que a prioridade para o MTD era a regularização da área, porque, sem esse procedimento administrativo, os recursos financeiros destinados aos projetos do Assentamento Zumbi dos Palmares não poderiam ser executados. Para Paulinho, “A burocracia é vista como arranjo, como manobra, pois, mesmo ciente da reivindicação do movimento, o Incra afirma que não foi apresentada nenhuma pauta

de reivindicações que justificasse a ocupação”. Para o movimento, a ocupação do Incra foi importante para garantir as conquistas do movimento, reafirmando-o como movimento social de luta.

As dificuldades encontradas pelo movimento para se legitimar e se consolidar politicamente, como sujeitos sociais que precisam ser visibilizados pelo conjunto da sociedade, são de diferentes matizes e têm origens também diversas. As dificuldades presentes no processo de consolidação do Assentamento Zumbi dos Palmares serviram para mostrar que a luta pelo acesso a terra perpassa por um longo caminho, que tem o seu início no trabalho nas periferias das cidades, onde se encontram os trabalhadores desempregados.

Para o MTD, no trabalho urbano estão os desafios de se construir um projeto popular e encontrar formas de articular e estimular as lutas de massas e organizar os trabalhadores nas grandes e médias cidades. O MTD busca se organizar em equipes de trabalho que se dediquem a conviver e desenvolver formas de trabalho e de lutas nas periferias com os trabalhadores. Na frente de trabalho de massa é que se articulam os contatos dos movimentos sociais urbanos e rurais, no sentido de evitar o isolamento e trabalhar em parceria, fortalecendo o trabalho político na luta contra a injustiça social. Essa articulação facilita a troca de experiências e a realização de ações conjuntas. Dessa forma, os trabalhadores desempregados passam por todo o processo de formação política, chamado pelo movimento de “massificação”. As famílias desempregadas, organizadas no MTD, são a base da estrutura do movimento; a participação ativa dos desempregados garante a espacialização social do MTD. (MENEZES, 2011).

Como parte significativa dos militantes do MTD está sempre na condição de desemprego, muitos não mais procuram trabalho, passando a sobreviver de atividades informais de caráter temporário. A permanência no acampamento foi solidificada no convívio e na socialização dos problemas interindividuais que afligiam a todos; o companheirismo entre eles é realçado nas ajudas mútuas. Nesse sentido, os que militam no movimento entendem que “a luta conjunta pela terra é uma saída, mais cedo ou mais tarde a terra sai”. Pelas entrevistas em campo com os assentados do Zumbi dos Palmares, todos relataram as dificuldades que passaram por viverem no Acampamento, com o calor da lona preta, a falta água e de luz, alimentação precária etc. Todo esse cenário demonstrava as dificuldades encontradas na fase de acampados, somadas às incertezas sobre uma futura posse da terra: essas situações não definidas e instáveis levaram muitas famílias a abandonarem o acampamento.

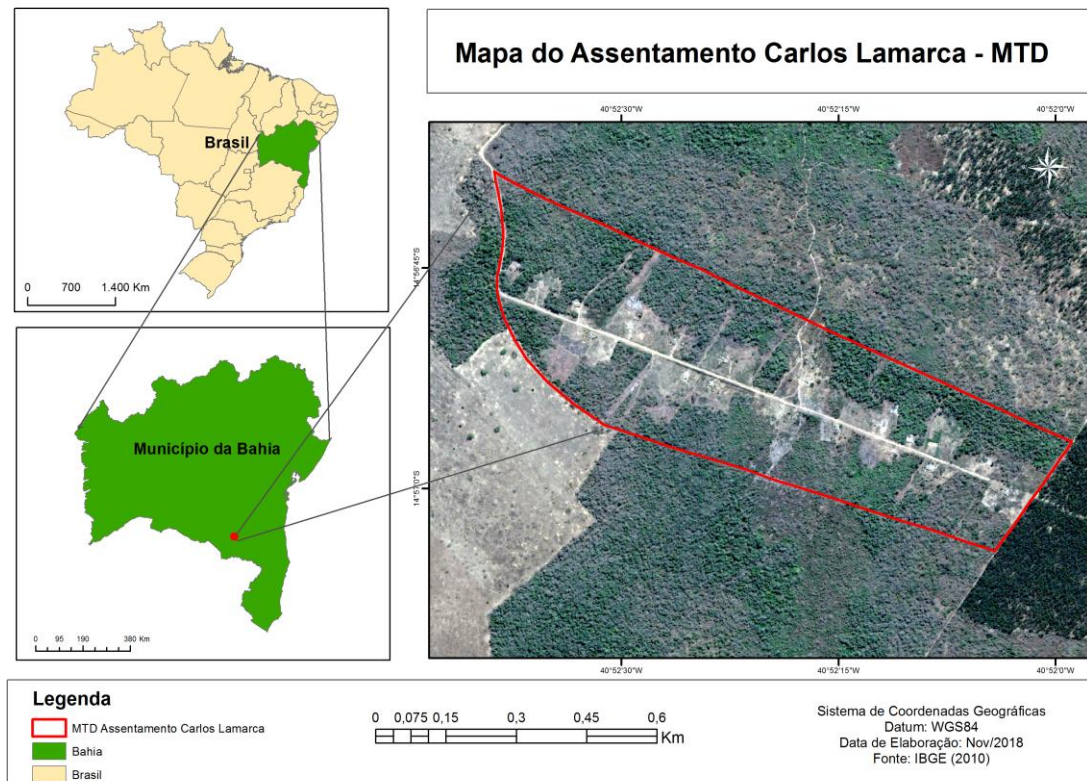
Diante de todo esse processo de luta para adquirir a posse da terra, o Assentamento vai se materializando e se constituindo enquanto um território que expressa identidade política e social, no qual são planejadas ações coletivas para o embate externo e o desenvolvimento no próprio assentamento.

Ao ser perguntado sobre o que tem implantado hoje no Assentamento, Fleitas Solich, um dos militantes e líder, descreve que toda infraestrutura da área foi construída pelas próprias pessoas, principalmente as casas. Segundo ele, ainda que algumas ações fossem realizadas por órgãos e empresas públicas como a energia e a água, nenhuma melhoria chegaria ao Assentamento sem luta. Mesmo o governo ter constituído projetos, nunca foram materializados sem que o movimento tivesse lutado para esse fim.

5.2.2 Assentamento Carlos Lamarca

O Assentamento Carlos Lamarca, em Vitória da Conquista-BA, foi formado como resultado das lutas do MTD no município, em 2004, em uma área localizada entre as rodovias BA 263 e BR 116. Situado a 10 quilômetros a leste do Assentamento Zumbi dos Palmares, a área não possui qualquer infraestrutura: não há acesso à água, energia elétrica ou estradas. As pessoas se locomovem até as vias principais a pé ou de bicicleta. Um morador possui uma carroça e outro possui uma motocicleta. Além de pequenas hortas, no Assentamento, há plantações de feijão de corda e mandioca para subsistência. Mapa 8 apresenta um Mapa da área do Assentamento Carlos Lamarca.

MAPA 8 – ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA



Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS (2016); IBGE (2010). Elaborado por Hilário Menezes (2018).

Inicialmente, nessa área havia a pretensão de se abrigar 19 familiares. Entretanto, em 2018, somente 11 famílias residiam no Assentamento, muitas delas em condições de extrema pobreza. Sem apoio governamental e desempregados, os trabalhadores do Assentamento ergueram as suas moradias da forma como conseguiram. Conforme Jayme de Almeida, um dos assentados entrevistados para esta pesquisa, o “acesso à estrada, a falta de água e energia tornam difícil a permanência de outras famílias no local.” Algumas foram embora, por não suportar viver em condições tão inóspitas e conviver com a falta de alimentos para o sustento cotidiano. Algumas famílias muito numerosas (algumas com até oito crianças) continuam no Assentamento e sobrevivem tão somente do que plantam ou de doações de líderes religiosos que visitam a área. As Fotografias 9 e 10 ilustram a situação encontrada em 2018.

FOTOGRAFIA 9 – MORADIA DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

FOTOGRAFIA 10 – MORADIA DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

De acordo com Jayme de Almeida, além do difícil acesso, os assentados têm que andar em média 10 km até a BA 263 para poder pegar o ônibus. De acordo com o assentado: “os principais problemas enfrentados no Assentamento Carlos Lamarca é falta de recursos para a construção de residência, porque algumas delas foram construídas de forma muito

precária, pela absoluta falta de condição financeira”. Como pode ser visto nas Fotografias 11 e 12:

FOTOGRAFIA 11 – MORADIA DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

FOTOGRAFIA 12 – MORADIA DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

Jayme de Almeida relata que veio para o assentamento porque gosta de “mexer com a terra, gosta de trabalhar” na terra, e “também a dificuldade da cidade, eu mesmo cheguei a trabalhar de frentista, mais estou desempregado, trabalhei 7 anos, em um posto e 10 anos em outro posto. E agora estou desempregado. Faz 10 meses, o trabalho está muito difícil.” (JAYME ALMEIDA, 2018).

Essa mesma situação é vivenciada pelo assentado Valter Miraglia, natural do município de Itambé-BA. Valter Miraglia trabalhava de pedreiro. Em seu depoimento disse que trabalhou por “vinte e cinco anos de pedreiro. Fiquei desempregado, aí entrei no movimento. Faz 10 anos que estou no movimento”. Ele também disse que tinha casa própria, mas separou da família e a casa ficou com a ex-mulher. Planta aipim e feijão de corda no Assentamento para garantir a sobrevivência.

Júnior, outro assentado, natural da cidade de Itambé, mora em Vitória da Conquista há mais de 20 anos, mas, antes, morou em São Paulo. Lá, trabalhou em serviços gerais, na construção civil e em empresa de calçados. A este pesquisador, assim, falou: “entrei para o movimento porque estava pagando aluguel. Estava muito caro, difícil de pagar. Corri para o movimento” (JÚNIOR, 2018). Após mais de um ano desempregado, Júnior estava no Assentamento Carlos Lamarca, com a mulher e 8 filhos, passando enormes dificuldades para garantir o sustento da sua família e o fazia com o que plantava, a ajuda dos demais moradores do movimento e de pessoas que visitavam a área. Durante a entrevista, ele falou que uma das crianças falara com ele que não aguentava mais se alimentar de “aipim” (mandioca) todos os dias em todas as suas refeições.

A assentada Chica da Silva também relatou a situação difícil em que se encontrava quando estava na cidade. Morava em um bairro periférico, vivia da renda de pequenos serviços que realizava em casas de família. Na cidade, morava de aluguel, mas a renda que conseguia com os pequenos trabalhos que realizava não era suficiente para pagar o aluguel e alimentar a sua família e assim ela nos falou durante a entrevista:

Morava em Conquista, no bairro Nossa Senhora Aparecida. Aí não pude mais pagar o aluguel e fui para o Sem-terra [como ela se refere ao MTD, ao entrar no movimento]. Trabalhava de lavar roupa, fazia uma faxina, quando achava... Aí a faxina acabou, as roupas acabou... Aí, cai em uma situação precária... Aí o povo tomou a casa e eu fiquei na rua com 8 filhos. Hoje, o pouco que tenho não preciso mais pagar aluguel. (CHICA DA SILVA, 2018).

O Assentamento Carlos Lamarca está localizado em área pertencente ao Estado da Bahia. Nele, os assentados aguardam a regularização de uso da área pelo Incra e, enquanto isso não acontece, padecem pela falta de assistência do Estado, como água, luz e acesso às condições mínimas de vida. Em virtude da distância, da falta de transporte escolar e das condições precárias em que vivem, as crianças do Assentamento não podem frequentar a escola.

Da Prefeitura de Vitória da Conquista, reivindicam toda a assistência possível, mas querem, principalmente, que haja manutenção da estrada de acesso à área. Em 2017, foram recebidos pelo Secretário de Agricultura e reivindicaram “o patrolamento e cascalhamento das estradas do Assentamento⁷” Entretanto, a despeito da reivindicação apresentada, a estrada de acesso ao Assentamento, ainda é bastante precária, de acordo com o que se pode ver nas Fotografias 13 e 14:

FOTOGRAFIA 13 – ESTRADA DE ACESSO AO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

⁷ <http://www.pmvc.ba.gov.br/secretaria-de-agricultura-recebe-representantes-do-mtd/>

FOTOGRAFIA 14 – ESTRADA DE ACESSO AO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA – VITÓRIA DA CONQUISTA- BA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

As entrevistas e conversas com os assentados, durante a visitas ao Assentamento Carlos Lamarca, revelaram um sentimento por parte deles de que a vida no assentamento é bem melhor, se comparada à que levavam na cidade. Por não estarem sobre a pressão de pagar aluguel, da eminência constante de serem despejados ou da insegurança diária e das incertezas em relação aos perigos da cidade, a vida no Assentamento se revela mais tranquila, mesmo com toda as dificuldades que enfrentam na área, relativas à alimentação, moradia e acesso a bens e serviços públicos.

Fleitas Solich, um dos coordenadores do MTD de Vitória da Conquista, quando perguntado sobre os avanços conquistados em relação ao Assentamento Carlos Lamarca, foi enfático: “do ponto de vista de regularização não existem”. De acordo com ele, o processo continua parado e, por esse motivo, o Assentamento fica impossibilitado de desenvolver os seus projetos ou receber o crédito de implantação (um crédito concedido pelo INCRA, quando a área do assentamento é regularizada). Em cartilha denominada “O Incra e o Assentamento”, o órgão estabelece que:

Este crédito permite aos assentados, logo no primeiro ano, iniciarem as atividades de produção assegurando-lhes as condições mínimas necessárias para sua permanência na terra. Pode [por] ser também um instrumento educativo, este crédito tem sua aplicação baseada no planejamento

ascendente, de forma coletiva, permitindo a efetiva participação dos assentados no desenvolvimento de seus projetos. (INCRA/PNUD, s/d, p. 3).

Quando os avanços são lentos, muitas vezes, se extrapola a capacidade das famílias conseguirem sobreviver na terra onde estão assentadas, especialmente quando as condições são muito duras e colocam em risco a vida de pessoas com doenças crônicas, idosos e crianças. Entretanto, conforme Fleitas Solich:

Existe avanços de consciência do pessoal [...] apesar de ter uma grande dificuldade de construir essa consciência no coletivo, mas, certamente, essa identidade de hoje, ela é muito mais forte dentro do assentamento do que era fora da cidade. Do ponto de vista da solidariedade, essa coisa das pessoas se apoiarem, se verem enquanto comunidade, ver que o problema do outro é um problema de cada um. (FLEITAS SOLICH, 2018).

A consciência de classe construída no assentamento leva esse sujeito social militante do movimento a compreender a luta social no qual ele está inserido. Quando ele fala que a vida dele está bem melhor no Assentamento e após o seu envolvimento como as lutas do movimento, em relação a sua existência antes dessa militância e de ser um assentado, ele demonstra a consciência de que estaria em uma situação bem pior se não tivesse entrado na luta e que, portanto, o desafio de lutar por direito à moradia e a uma vida mais tranquila foi importante para a sua família e para as demais que são parte da mesma comunidade e que viviam na mesma situação que ele. Por outro lado, os processos de reivindicação coletiva realizados durante as atividades coordenadas pelo movimento, frente aos órgãos públicos nas diferentes instâncias do Estado, em busca da garantia de direitos, revelam aos militantes o potencial da luta de classe e a força do coletivo frente aos poderes públicos instituídos, tornando-os mais senhores do seu destino. Esse sentimento faz com que os assentados se reconheçam e reconheçam os seus iguais como sujeito de direitos.

5.3 A EXPANSÃO DO MOVIMENTO

O MTD, desde a sua fundação, nasceu com a perspectiva de tornar-se um movimento de ação nacional, tais quais os movimentos dos quais se espelhou na sua origem, a saber: Consulta Popular e MNLM, mas também com os demais movimentos com os quais, enquanto movimento social de classe, buscou constituir uma aliança estratégica: Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Central Única dos Trabalhadores (CUT

Nacional) e o Levante Popular da Juventude. Segundo informou o Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, ainda em 2000, quando tratava da primeira ocupação realizada, desde então o movimento indicava sua intenção em expandir o seu raio de ação:

A meta dos coordenadores é fazer com que a organização, com representatividade apenas no RS, se expanda. 'Fomos os pioneiros e agora vamos buscar articulações em outros estados', disse Vieira. A coordenação estadual deseja, ainda, que o MTD seja transformado em um mecanismo de pressão contra o desemprego nas esferas federal, estadual e municipal. 'Não podemos continuar assistindo de braços cruzados ao fechamento de postos de trabalho', afirmou Vieira. (CORREIO DO POVO, 2000c).

As ações do movimento iniciadas em Gravataí-RS se expandem e, com base na centralidade das frentes emergenciais de trabalho e dos assentamentos rururbanos e o movimento, avança para outros municípios no Rio Grande do Sul, a partir do segundo semestre de 2001, quando conseguiu:

abrir um acampamento em Caxias, que é uma cidade importante aqui no Estado, industrial, muito forte, e a segunda maior cidade do Estado. Depois abrimos um acampamento em Pelotas, que é uma região Sul, e abrimos um acampamento na região da fronteira, em Bagé, que, na verdade, se desdobrou e conseguimos fazer mais um. E, hoje em dia, é uma região que tem dois assentamentos municipais, que a gente não consegue acompanhar porque é longe demais. E ficou assim muito fora do roteiro, muito longe. Na época tinha militante mais envolvido que vinham mais pra cá, nas reuniões. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Ainda que tenha expandida a sua ação, a coordenação do MTD demonstra certa dificuldade de manter a articulação da Coordenação Nacional com as áreas em que atua, mesmo que dentro de um mesmo Estado, como o Rio Grande do Sul. Além disso, em cada Estado, o movimento adota uma estratégia, o que demonstra possibilidades de configurações diferenciadas para o mesmo movimento social, conforme a área em que atua. Com isso, a Coordenação Nacional do MTD reconhece no movimento este caráter difuso:

Então tem um conflito, é uma contradição a gente aqui no Estado tá em um pique alto, tá com proposta de pauta, nessa linha de trabalho [Produção Agrícola Familiar/Comunitária articulada com as demandas da Cidade], mas não tem o mesmo impacto em outros Estados. Nós, aqui, fomos para dentro da cidade, mas a Bahia ficou mais concentrada ainda em novos acampamentos e conquistas de assentamentos rururbanos. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Entretanto, mesmo com este caráter diferenciado, marcado pelo tempo histórico do movimento e as demandas locais de cada Estado/Município, as ações do movimento se expandiram em diferentes territórios do país.

Desde os anos 2000, ora sozinho, ora com apoio de outros movimentos, o MTD expandiu as suas ações por diversos estados brasileiros e para o Distrito Federal, estando presente, até o fim desta pesquisa, em vinte e uma cidades, nove estados e em quatro Regiões do país, conforme pode ser identificado no Mapa 2, citado na metodologia deste trabalho, que localiza a existência de atividades do MTD e outros movimentos em luta por moradia, em diferentes municípios do Brasil.

Destaca-se a quantidade de municípios que contam com a ação do movimento nos estados do Rio Grande do Sul e da Bahia. Nesses estados, em alguns municípios, o MTD está presente em mais de uma área e, para cada área, propõe ou exerce uma ação diferenciada, conforme as características de cada território ocupado. Ora são assentamentos, ora pré-assentamentos, ora ocupações. Em outros estados, entretanto, o movimento não conseguiu, ainda, se estabilizar, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

O caso de Vitória Conquista, na Bahia, porém, é emblemático. Nesse município, o MTD, hoje, está presente em seis áreas (Assentamentos Zumbi dos Palmares, Carlos Lamarca, Joana D'Arc e Carlos Marighella; Pré-Assentamento Dandara e Acampamento Santos Dias), mas também consta como um dos movimentos que atua como apoio à Ocupação Cidade Bonita. Assim, a fim de ilustrar a expansão do movimento, nesta seção, uma área foi trazida: Pre-assentamento Dandara, que se encontra reconhecido pela prefeitura municipal, mas não pelo Incra.

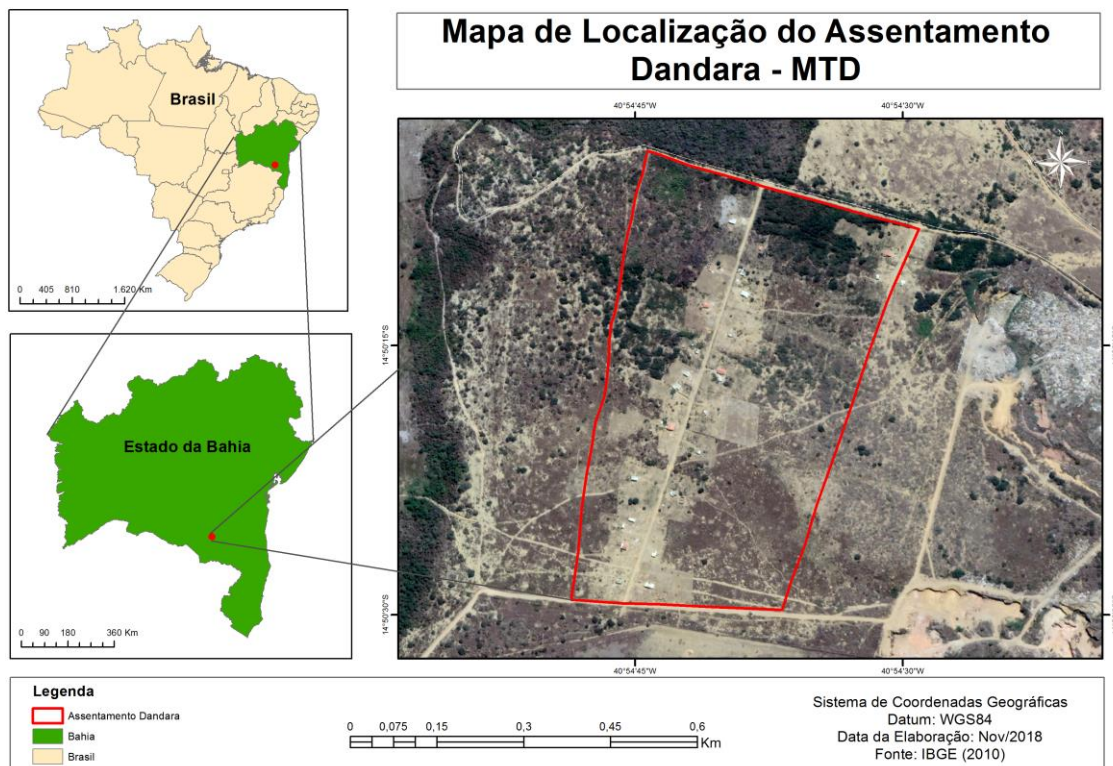
5.3.1 Pré-Assentamento Dandara

De acordo com Galvão (2019, p.83), o Pré-Assentamento Dandara⁸ originou-se de uma ocupação organizada pelo MTD, em 2011, em decorrência da desocupação imposta pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista a várias famílias que ocupavam uma área nas proximidades do anel viário, considerada imprópria para moradia. Após vários embates e processos de negociação, a Prefeitura cedeu, às famílias despejadas, uma outra área localizada entre o Bairro Miro Cairo e o Aterro Sanitário de Vitória da Conquista.

⁸ Este Assentamento é considerado pelo pesquisador como um Pré-Assentamento (GALVÃO, 2019), tendo em vista ter sido a área autorizada pela Prefeitura Municipal como o destino das famílias despejadas de outra área na cidade, mas ainda não reconhecida pelo Incra.

Atualmente, 19 famílias ocupam a área do Pré-Assentamento Dandara, que foi parcelada em lotes de 2,5 ha, para cada família, área de reserva e área coletiva. A área encontra-se em processo de regularização por parte da Prefeitura, para posteriormente ser reconhecida pelo Incra como área de assentamento. Mapa 9 traz um mapa com a localização do Pré-Assentamento Dandara. Nela se pode ver a divisão dos lotes e as poucas moradias que possui.

MAPA 9 – LOCALIZAÇÃO DO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA – VITÓRIA DA CONQUISTA-BA



Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS (2016); IBGE (2010). Elaborado por Hilário Menezes (2018).

O Pré-Assentamento Dandara fica próximo à Rodovia e à área urbana e, nas suas proximidades, há áreas pertencentes a particulares, além de algumas empresas. As fotografias 15 e 16 mostram as orientações para acesso à área, a partir da Rodovia BA 262 (Vitória da Conquista-Anagé).

FOTOGRAFIA 15 – PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE ENTRADA DO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA, A PARTIR DA BA 262, EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA



Fonte: Pesquisa empírica, Hilário Menezes (2018).

FOTOGRAFIA 16– PLACA IDENTIFICANDO A LOCALIZAÇÃO DA ENTRADA DO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

De acordo com Galvão (2019, p. 79), diferentemente das demais áreas que pertencem ao governo do Estado, esta área é pertencente ao município de Vitória da Conquista e se configura com Projeto de Assentamento Municipal. Assim, a responsabilidade pela regularização da área é partilhada. Cabe ao município, “obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários [...] aporte de recursos de crédito e infraestrutura” e titulação da área, enquanto ao Incra cabe reconhecer “os Projetos Municipais como de Reforma Agrária, viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária.”

Entretanto, o processo de regularização da área está bastante atrasado, pois a Prefeitura está em litígio em relação à propriedade da área com proprietário de terreno vizinho que alega ser de seu pertencimento parte da área onde se encontram assentadas as famílias do Pré-Assentamento Dandara. Em fevereiro de 2017, representantes do MTD foram recebidos pelo governo municipal de Vitória da Conquista, que se comprometeu a encaminhar todas as demandas apresentadas “às secretarias responsáveis” e a tomar “as medidas necessárias para a regularização fundiária dos assentamentos”, o que não ocorreu até o momento.

No Pré-Assentamento Dandara, a situação de moradia e sobrevivência dos militantes é de muita pobreza, como a terra é mais árida e não há acesso à água, não há muitas plantações. Há apenas algumas árvores frutíferas e pequenas plantações de hortaliças. As moradias também são bastante precárias. Entretanto, essa área está mais próxima da Rodovia (a BA 262 fica acerca de 1 km) do que a área onde se localiza o Assentamento Carlos Lamarca e, portanto, a população se desloca com maior facilidade para o centro urbano. As fotografias 17, 18 e 19 ilustram as condições de moradia dos moradores do Dandara, em 2018.

FOTOGRAFIA 17 – MORADIA DA FAMÍLIA DE UM DOS ASSENTADOS NO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

FOTOGRAFIA 18 – MORADIA DA FAMÍLIA DE UM DOS ASSENTADOS NO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

FOTOGRAFIA 19 – MORADIA DA FAMÍLIA DE UM DOS ASSENTADOS NO PRÉ-ASSENTAMENTO DANDARA



Fonte: Pesquisa empírica. Fotografia: Hilário Menezes (2018).

Entretanto, apesar das dificuldades em que vivem e com a qual convivem no Assentamento, os que ali permanecem o fazem porque consideram que não têm uma alternativa melhor. Para Lêonidas da Silva, (2018) por exemplo, o que o motivou entrar no movimento e ir morar na área foi a necessidade, pois, antes, trabalhava de ajudante de pedreiro, mas hoje, muito doente, “não trabalha mais... a Diabetes”, como ele mesmo descreve, “me tirou de circulação!” De acordo com ele, depois se separou e deixou a casa para a mulher. No Pré-Assentamento, moram ele “e mais dois filhos.”

O assentado Domingos da Guia conta que também entrou para o movimento por circunstâncias análogas. De acordo com ele, vivia no Bairro Vila América, mas não conseguia mais pagar o aluguel. Mesmo trabalhando “à noite, de auxiliar de produção, na produção de plástico, o salário era insuficiente, a despesa do aluguel consumia boa parte da renda, ficando impossível manter eu, a esposa e o filho.” Então, todos vieram para o movimento.

O caso do assentado Zizinho também não difere dos outros assentados. Desempregado há um ano e meio, viu a sua situação piorar com a mudança de governo “já não era boa, mas, com a mudança de governo ficou brabo a situação!” Hoje, Zizinho vive de bicos e conta com a ajuda da família. Outro Assentado, Gilberto Cardoso, trabalhou como pedreiro, até o dia em que sofreu um acidente; quebrou a perna e, desde então, não conseguiu mais trabalhar.

Apesar de o Pré-Assentamento Dandara estar muito próximo do centro urbano, os assentados que ali estão são invisibilizados pelo absoluto abandono do poder público municipal e das políticas de Estado. Dessa forma, vivem em uma situação de enorme fragilidade, sujeitos às intempéries, à violência e à fome. O processo de legitimação e reconhecimento da área se arrasta há mais de oito anos e as famílias, debaixo dos barracos, vão se mantendo na área, com apoio do MTD, de amigos e familiares.

A despeito de se reconhecerem como parte do movimento, os moradores do Dandara não demonstraram, em essência, vínculos consistentes com o MTD ou com a luta de classes. Foi possível observar, durante a visita realizada para as entrevistas que, hoje, a luta que os assentados do Pré-Assentamento Dandara travam pela produção da sua sobrevivência e das suas famílias é colocada em primeiro plano. Para as lideranças do MTD, a situação do Dandara é de maior fragilidade e a falta de reconhecimento da área pelo Incra o deixa na condição de Pré-Assentamento. (GALVÃO, 2019).

6 O MTD E O TRABALHO

Alguns conceitos-chave sobre a formação dos movimentos sociais na América Latina e no Brasil levam em conta o conceito de classe social que, segundo Gutiérrez (1987), é “analítico e serve para descrever a estrutura social” dentro de um modelo teórico. Porém, ainda segundo o autor é “na realidade empírica que nos cabe analisar os movimentos sociais”.

Entretanto, não existe um método para reunir, politicamente, os vários interesses da classe trabalhadora. Essa também é a compreensão das lideranças do MTD, que, no princípio, lutava contra o desemprego e pela ocupação de espaços rururbanos. Mas, à medida em que as áreas foram conquistadas, a luta se tornou mais complexa, tal como se expressa Raul (2018): “a gente não aprendeu ainda, não tem um método, a gente tem a ideia, mas não tão conseguindo juntar. Se é luta pela fome, qual é que vai colar aqui, as duas, pra gente poder ser massivo?”. E ele continua argumentando e se perguntando sobre os dilemas e contradições que mobilizam as bandeiras do movimento: “a esquerda não tem um instrumento, uma ferramenta que consiga criar e juntar força política, organização, povo em roda!”. Estas dúvidas levaram o movimento a compreender que existe a luta por direitos: “por moradia, trabalho, reforma agrária, [a luta dos] sem-terra, quilombola e indígena etc.”. Ao perceber a complexidade Raul acredita que “meio que pulverizou as lutas, as lutas sociais e não tem uma luta que consiga juntar todos, em uma única bandeira...” Como movimento classista, entretanto, o MTD entende ser preciso que a classe trabalhadora reconquiste os seus direitos e construa uma bandeira que abarque os interesses dos trabalhadores da cidade ou do campo. O MTD compreende que a categoria trabalho apresenta uma:

[...] profunda relação, que existe uma forte relação entre trabalho precarizado e a falta de moradia, porque, de um jeito ou de outro, todos estão trabalhando, seja, no informal ou nos empregos precarizados. Aí a gente percebeu: que bom! De fato, quem hoje está recebendo salário um ou dois salários de renda familiar, ele nunca vai conseguir entrar em um programa habitacional, ou mesmo comprar a sua moradia. Então, na verdade, aí tu percebe a grande ligação que existe entre a situação de exploração de trabalho, com a falta de moradia. (MURILO, 2017).

O movimento, assim, ampliou o conceito de trabalho. Antes, o MTD tinha como sujeitos sociais predominante os trabalhadores desempregados, hoje, nele se inserem todo

aquele que se encontra no universo social do trabalho. Por isso, Murilo compreende que os problemas sociais como:

[...] a falta de regularização das nossas periferias, do território ocupado. Então a gente percebe que não dá para isolar uma coisa da outra. Ao mesmo tempo, a gente percebe que há uma relação com educação, por exemplo, a educação infantil é um problema, um grande direito negado, às crianças, às mulheres, que querem trabalhar... Então ... igualmente, por exemplo, nós tivemos aqui, no RS, uma fase que a gente lutou muito pelo direito ao alimento saudável, que vinha diretamente da agricultura familiar, através do programa de aquisição de alimento. Então, nós percebemos que não é só luta por trabalho cooperado ou por um emprego, tinha uma série de outras questões, se elas não fossem resolvidas, aquele trabalhador permaneceria vivendo mal. Por isso, hoje, nós temos trabalhado a ideia de Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos... Essa é, obviamente, uma concepção ainda nova, em formulação. (MURILO, 2017).

Dessa forma, é possível perceber a visão de totalidade que envolve o MTD, entendendo que os problemas sociais não estão isolados, fazem parte de um processo histórico das relações socioeconômicas que sempre visam atender às políticas neoliberais. Porém, romper a estrutura da relação capitalista ou o metabolismo social do capital, construído historicamente pela ideologia burguesa capitalista. Na perspectiva de Mészáros (2007, p. 62), essa mudança só pode ocorrer para além do capital, “como modo de controle sociometabólico”. O autor acredita que é “impossível ir além do capital sem superar radicalmente a subordinação estrutural hierárquica do trabalho a toda a qualquer força controladora estranha”. Caso o contrário, as mudanças, em uma perspectiva reformista, ocorrem sem romper a “forma histórica específica pela qual se perpetua a extensão e a apropriação do trabalho excedente, como sempre ocorreu no passado.”

Ao estabelecer um diálogo entre o teórico e o empírico, tendo como plano de fundo a ação do MTD, busca-se analisar o conceito de trabalho na sua dimensão social e histórica, mostrando, de forma empírica, que a compreensão do MTD sobre o trabalho mais se aproxima do conceito defendido por Antunes e Thomaz Júnior. Para o MTD, são sujeitos, afeitos às atividades do movimento, os trabalhadores desempregados e precarizados pela maneira desumana como a classe trabalhadora tem acesso aos meios de subsistência no modo capitalista de produção.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E O TRABALHO COM DIREITO

A categoria trabalho permite compreender a sociedade humana e como essa foi se apropriando da natureza e transformando-a em espaço social, marcado pela desigualdade e contradições sociais. Lessa (2007, p. 36) acredita que “sem o trabalho, as inúmeras e variadas formas de atividades humano-social não poderiam sequer existir”. O trabalho então expressa uma dimensão ontológica e histórica, tendo como premissa o pensamento marxista, que vê a categoria trabalho como ontologia do ser social:

A categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda a sociabilidade: a produção dos meios de reprodução e de subsistência, sem os quais nenhuma vida social poderia existir: Em segundo lugar, porque que o fez de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetiva quanto subjetivas. (LESSA, 2007, p. 142).

O trabalho dessa forma “ocupa o lugar central para se entender a complexidade sociais” (ORGANISTA, 2006, p. 127-128). Assim, “o trabalho possuiu o caráter de mediador homem (sociedade) e natureza. Por isso, é o trabalho que permite o salto do ser meramente biológico para o ser social”. O trabalho nessa perspectiva é a categoria “fundadora do ser social e que todas as demais categorias já têm em sua essência um caráter social.” ou seja, tem um sentido ontológico, assim é “preciso historicizar a categoria trabalho”, ao longo da relação tempo-espaço e trabalho, com base nas relações socioeconômicas de cada contexto histórico e geográfico. Na perspectiva de Braverman (2011, p. 53) o “trabalho [...] é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos.” Dessa forma, o trabalho é a “possibilidade de todas as diversas formas sociais que surgiram e que podem ainda surgir depende, em última análise, desta característica distintiva do trabalho humano.”

A sociedade ocidental contemporânea se organiza pelo modo capitalista de produção, que tem, na sua raiz, as contradições da luta de classes entre os proprietários da terra, do capital e dos meios de produção e o proletariado, que possui, apenas, a sua força de trabalho. Nesse contexto, se encontram os trabalhadores que ingressam nos movimentos sociais, que atuam no campo ou nas periferias das grandes e médias cidades, tendo como proposta a luta pelo acesso à terra e ao trabalho, e por todos os direitos deles decorrentes.

O surgimento de “diferentes movimentos sociais e as suas ‘explosões sociais’ e a “variante de greves e rebeliões” demonstram a nova fase da “mundialização do capital” (ANTUNES, 2005, p. 47). Ainda para Antunes, “adentramos numa nova fase de mundialização das lutas sociais e das ações coletivas, desencadeadas, ora a partir dos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho [...] ora por meio das ações dos movimentos sociais dos desempregados” (ANTUNES, 2005, p. 47). Na pesquisa empírica, realizada no Assentamento Portal dos Pinheiros do MTD, em Gravataí RS, ao ser inquirido quanto a sua compreensão sobre a relação dos militantes do MTD com o trabalho, Murilo, coordenador Estadual do MTD, discorreu sobre a forma como o desemprego é um fenômeno presente dentre os militantes do movimento,

compreendendo, inclusive, que a própria situação do desemprego tem uma rotatividade muito grande no trabalho. Isso se dá em todas as categorias, mas especialmente nos trabalhos em que não exigem muita qualificação do trabalhador. (MURILO, 2017).

O desemprego é uma das engrenagens do mundo do trabalho, resultante das contradições do capital, pela ausência de postos de trabalho e pela falta de formação do trabalhador, despossuído e expropriado, situação comum entre os trabalhadores sem muita qualificação, tais quais os trabalhadores militantes do MTD.

Nesse sentido, o trabalho remete a uma classe social identificada como trabalhadores, assalariados, proletariados, precarizados do mercado formal ou informal de trabalho, aqueles que compõem as estatísticas que caracterizam o desemprego estrutural, os trabalhadores desempregados. Essa compreensão permite ampliar o conceito de classe trabalhadora, saindo da clássica morfologia do trabalho que identifica como trabalhadores somente aqueles inseridos no trabalho produtivo.

As mudanças no mundo do trabalho são analisadas por Thomaz Júnior (2011, p. 160), fundamentado nas relações de trabalho estabelecidas entre o capital e a classe trabalhadora, essa entendida, como formada por trabalhadores assalariados ou não. Thomaz Júnior acredita que a compreensão do que seja classe trabalhadora deve ser ampla, abarcando um conjunto de expressões do trabalho que inclui os trabalhadores avulsos, camponeses com pouca terra e que lutam por terra, para além dos trabalhadores proletariados (urbanos e rurais), “subproletarizados, dos desempregados e de todos os que compõem as estatísticas dos trabalhadores hifenizados temporários, domiciliares etc.” (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 80).

Assim como Thomaz Júnior, Antunes (2005) compreende que a classe trabalhadora hoje não é idêntica àquela existente nos séculos XIX, ou da segunda Revolução Industrial. Entretanto, para Antunes, a classe trabalhadora dos nossos dias também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante. De acordo com Antunes (2005, p. 60):

Essa nova morfologia do mundo do trabalho tem como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx,) e não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Como o trabalhador produtivo é aquele que produz diretamente mais-valia e que participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora. Mas, é preciso acrescentar que a moderna classe trabalhadora também inclui os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital. Mas, como há uma crescente *imbricação* entre trabalho *produtivo* e *improdutivo* no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora estas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, esta noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje. (ANTUNES, 2005, p.60).

Essa compreensão enriquece e pluraliza a noção do sujeito social que trabalha. O entendimento de classe trabalhadora apresentado mostra que, no mundo contemporâneo, as novas formas de trabalho devem ser incorporadas à categoria trabalho, advindos da reestruturação do modo capitalista de produção, devem ser vistos como trabalhadores. Da mesma forma que propõe a ampliação do conceito de trabalho, Antunes (2005, p. 60) também sugere uma noção ampliada de classe trabalhadora, ou seja:

Classe trabalhadora deve incluir também todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial e dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorporando o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part-time*, o novo proletário dos McDonald's, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da chamada "economia informal" – que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital –, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2005, p.60).

Também um dos militantes do MTD, quando explicou a necessidade de ampliação do universo de sujeitos incorporados pelo movimento, na sua interpretação do conceito de desemprego e trabalho, descreveu as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores que se inserem no movimento, por meio de trabalhos precarizados. De acordo com ele:

A maioria dos nossos trabalhadores trabalha em serviços gerais, em empresas de limpezas. Então tá trabalhando em uma empresa que vai limpar as máquinas, nas terceirizadas, e esse trabalhador... nós sabemos, mais ou menos, como as terceirizadas operam: elas ficam com o trabalhador por alguns meses. Muitas vezes, a terceirizada acaba perdendo o contrato de uma empresa. Demite todo mundo. Tu tem um trabalhador que ele se emprega por alguns meses, aí ele fica desempregado por outros tantos. Na verdade, por isso a gente foi se dando conta que nós não podemos ficar só com o sujeito, o trabalhador desempregado, mas que o nosso sujeito seria todo aquele trabalhador que se organiza e luta por seus direitos. (MURILO, 2017).

Nesse sentido, as relações entre trabalhador terceirizado e a falta de direitos desses trabalhadores, que são dispensados dos seus postos de trabalho conforme o interesse de cada empresa, levaram o movimento a refletir sobre a compreensão entre trabalho e desemprego e a luta por trabalho como direito. Nesse contexto, analisar a categoria trabalho remete ao que foi discutido anteriormente por Antunes (2005) e Thomaz Júnior (2003; 2004), ou seja, é necessário ampliar o conceito de classe trabalhadora, incorporando todos aqueles que estão de trabalho formal ou não, ou aquele que ora é empregado, ora é desempregado.

Alves (1999, p. 11) interpreta a classe trabalhadora com base na estrutura da economia capitalista mundial na fase da “globalização com o metabolismo social do trabalho. Esta é a perspectiva metodológica do materialismo histórico – explicar o vínculo orgânico entre economia do capital e vida social”. Conforme Thomaz Júnior (2011), os métodos adotados para a organização do trabalho, ao longo do século XX, demonstram as mudanças nas formas de:

[...] organização do processo de trabalho (do taylorismo/fordismo ao toyotismo restrito/sistêmico e/ou outras combinações), que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador e em outras tantas formas precarizadas, bem como a despossessão. No entanto, a cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho e todos os sentidos assumidos pela polissemização – promovem profundos rearranjos territoriais e conseqüentemente, redefinições locais do domínio espacial, e mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, refletindo diretamente na crise porque passa os

movimentos sociais populares em geral e, em particular, o sindical e operário. (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p.160).

Esse conceito de trabalho, portanto, remete a todos aqueles que estão na condição de trabalhador na relação de subordinação no processo metabólico do capital-trabalho. No processo de reestruturação do capitalismo mundial/global, surge uma nova “precariedade salarial que implica uma nova morfologia social do trabalho. Altera-se o modo de ser do trabalho assalariado nas empresas reestruturadas”. O traço principal da nova condição salarial é seu caráter flexível (ALVES, p. 2011, p.3-4); no contexto da mundialização do capital, a partir da revolução informacional e sob a ofensiva neoliberal, a flexibilidade torna-se um conceito de “múltiplas determinações no interior do processo de trabalho capitalista, assumindo, deste modo, novas proporções, intensidade e amplitude”, quando se trata do conceito de trabalho/trabalhador.

Esta compreensão remete-se ao conceito de plasticidade que Thomaz Junior (2014, p. 6) utiliza para analisar a metamorfose do mundo trabalho, no qual os trabalhadores estão inseridos ou não. Para o autor, “na realidade nós temos um conjunto de coisas, que estão acontecendo, que são reais, e muitas vezes não conseguimos explicar, por exemplo, qual é o nível, qual o conteúdo e os desafios da fluidez do trabalho”, ou seja, como se dá “o movimento do trabalho que nos escapa porque não damos conta de explicar o que denominamos de plasticidade do trabalho? Isto porque a gente congela as imagens, ou seja, ou ele é camponês aqui, ou ele é assalariado ali, e muitas vezes ele, o trabalhador”, podendo ser também as “as duas coisas ao mesmo tempo”. Assim, se “perdemos esse movimento e, conseqüentemente, o espaço de relações do trabalho, perdemos o conteúdo e os nexos espaciais do metabolismo social”. Com isso, “evidentemente, deixamos passar ao largo o ordenamento territorial dos conflitos sociais, da luta de classes”, promovida pelos movimentos sociais. (THOMAZ JÚNIOR, 2014, p. 6).

Quando reivindica para si os assentamentos rururbanos, o MTD explora, a seu favor, a “plasticidade do trabalho”. O Projeto Rururbano é uma proposta de assentamentos “localizados em áreas rurais ou urbanas, de ocupação extensiva, e/ou em áreas de extensão rural próximas a grandes centros urbanos” (GUTERRES, 2006, p. 161). Para a Coordenação Nacional do MTD, a ideia do assentamento rururbano,

[...] era uma proposta intermediária; não de reforma agrária, dialogando mais com a perspectiva de reforma urbana, mas uma ideia que a gente tivesse acesso na periferia da cidade, no limite entre o campo e a cidade. Ali, nessa fronteira, que a gente se instalasse, ali, uma média de um ou dois hectares

por família. E, nesse lugar, então, que a gente pudesse ter uma produção de subsistência, resgatando um pouco a dimensão da nossa própria comida e, ao mesmo tempo, nós termos condições de manter o vínculo de trabalho com a cidade, no que cada pessoa, enfim, tem na sua experiência de trabalho profissional o que vai desenvolver. Nesse sentido, então, significaria um lugar de fácil acesso, possibilidade de ir e vir. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

A nova organização capitalista do trabalho, na perspectiva de Vasapollo (2007, p. 92), é caracterizada pela precariedade da classe trabalhadora, tendo a flexibilização como motor desse processo de desregulamentação dos direitos trabalhistas, levando os trabalhadores ao “mal-estar do trabalho, o medo de perder seu próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho.” Para Vasapollo (2007, p. 92), a flexibilização aprofundou o desemprego e se constitui enquanto “uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos trabalhos reais mais baixos e em piores condições”. Assim como Thomaz Junior (2014), Vasapollo (2007, p. 94) compreende que entender o conceito de trabalho enquanto questão central no atual sistema liberal não é algo fácil, pois a flexibilização, a precariedade e desregulamentação dos direitos trabalhistas produziram uma miríade de problemas para os trabalhadores, seja no desafio de produção da sua existência, seja em relação ao reconhecimento da sua identidade de classe. Desempregados e precarizados os sujeitos sociais buscam, nos movimentos sociais, uma identidade corroída pelo modo de produção capitalista. Para Vasapollo (2007, p.94): “Enfrentar um nó social desse nível implica problemas complexos em relação aos quais a dimensão do movimento social não é suficiente”. É, sobretudo, necessário entender “a fundo as características do trabalho precário” no território em que ele está presente, organizando os trabalhadores precarizados, no enfrentamento de uma sociedade e de um modelo econômico “que destrói direitos, a partir dos direitos do trabalho.” (VASAPOLLO, 2007, p.94).

As entrevistas realizadas no Assentamento Portal dos Pinheiros, em Gravataí-RS, com os assentados Adão e a sua companheira Zuzu Angel revelam como homens e mulheres estão submetidos à precarização, ao subemprego ou, então, ao desemprego estrutural. Quando perguntados como entraram no processo de desemprego, ambos buscaram na própria história de vida a relação complexa existente entre o trabalhador assalariado, que vende a sua força de trabalho, e o capitalista que paga pelo seu trabalho. Nascidos no Rio Grande do Sul, Adão e Zuzu Angel, a sua companheira, revelam a mobilidade da classe trabalhadora, quando saem da sua cidade natal, em 1999, junto com o seu filho, na busca de um trabalho, porque em Sobradinho eles não estavam conseguindo nada. Contaram que foram para São Leopoldo-RS

e ela começou a trabalhar em uma olaria. Mas, como ela mesmo descreve: “Lá ganhava muito pouco.”

Alves (2009, p. 61) aprofunda a discussão sobre o conceito de classe trabalhadora ou, como denomina, sobre o conceito de condição de proletariedade, uma condição fundamental da modernidade do capital, “que implica homens e mulheres despossuídos dos meios de produção de sua vida social, na situação de ‘classe social’ do proletariado”. A “classe” do proletariado/trabalhadores, desempregados ou não, é um conjunto social de trabalhadoras e trabalhadores “alienados da propriedade/controla social dos meios de produção da vida, que estão submetidos a uma condição existencial histórico-particular – a condição de proletariedade”. Assim como Thomaz Junior e Vasapollo, Alves (2009) acredita que a “condição de proletariedade abre um campo de possibilidades concretas para a constituição da classe social do proletariado”, entendido como “sujeito histórico-coletivo da civilização do capital”. De acordo com Alves, a análise do proletariado se constitui como uma “base categorial-objetiva” para a construção de uma “teoria da classe social do proletariado” que possibilite as condições para a existência de uma “a práxis emancipatória no século XXI”.

Entretanto, é importante e necessário situar o conceito de classe trabalhadora sob as implicações do capitalismo mundial. Alves (2009, p. 99) compreende o conceito de classe trabalhadora tendo como base os trabalhadores assalariados ou a “classe do proletariado”. Os trabalhadores assalariados são uma categoria ampla, incluindo, por exemplo, dentro de si os trabalhadores “autônomos”. Configura-se assim que a “classe dos trabalhadores assalariados significa a “classe” do proletariado propriamente dita, constituída por “trabalhadores produtivos” e trabalhadores não-produtivos.”

Na fala de Adão, é possível também perceber a relação capital-trabalho e o seu rebatimento na classe trabalhadora, ou seja, nessa relação quem mais sofre as consequências da reestruturação do modo de produção é o trabalhador. Assim como Zuzu Angel, Adão trabalhou dois anos e meio na área de estrutura metálica, como ele mesmo descreve:

Na época, como eu vinha de fora, não tinha uma carteira adequada pra conseguir emprego, emprego bom. A gente não tinha qualificação, a gente ficou um pouco trabalhando, trabalhei em obras (construção civil), depois fui para o curtume. Trabalhei por três meses. Lá eles usam muitos as pessoas para trabalhar só três meses. A gente trabalha três meses, terminou lá a demanda de trabalho da empresa, tu fica desempregado novamente. Aí depois fui para a estrutura metálica. Trabalhei até o final de 2001, logo em seguida fico desempregado. Isso foi ficando ruim para mim. Na época, eu só tinha um filho, hoje tenho três. Isso foi que me fez mais conhecer os movimentos sociais. O MTD foi o que mais... é claro que têm outros movimentos, o movimento pela Moradia. Mas, naquele momento de

apavoro, tendo filho, esposa pra dar boia, pra dar comida... Então a gente optou pelo MTD, que já tinha um projeto que, na época, eles me apresentaram que era a frente emergencial de trabalho. Eu disse: bom, é aí que eu vou. Estamos há catorze anos no movimento. (ADÃO, 2017).

A reestruturação produtiva ocorrida a partir de 2000 fez surgir “novas formas de exclusão social” (ALVES, 2009, p. 46), a exclusão que se deu pelo trabalho temporário, pelo contrato por tempo parcial, tal qual ocorreu com Adão, que trabalhou por três meses e teve que sair. Para Moreira (2003, p.42), a ideia sobre o trabalho na Geografia pode ser concebida em dois planos: o plano da relação própria do metabolismo homem-meio e o plano do que os sociólogos têm chamado de espaços do trabalho. Nesse sentido, a rotatividade do trabalho, promovida pela a flexibilização das leis trabalhistas, tem levado os trabalhadores a diversos níveis de insegurança no mundo do trabalho, causando, no trabalhador, o “apavoro”, como diz Adão, por ter família para sustentar, mas não ter trabalho. Ser um desempregado que se vê “à mercê do acaso, submetido ao poder das coisas (o mercado).”

De outra forma, conforme compreende Ianni (2003, p. 127), as contradições do capitalismo constituem-se como “uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial”, que faz aumentar as desigualdades e as contradições sociais na classe trabalhadora, porque as mudanças ocorridas do modo de produção capitalista foram no sentido de precarizar a classe trabalhadora, em prol de um projeto de reestruturação produtiva que visa acumular capital. Por conseguinte, a reestruturação produtiva enquanto “acumulação flexível” conforme Alves (2009, p. 45) “foi, antes de tudo, um resultado sócio-histórico da luta de classe e da série de derrotas das instituições defensivas do trabalho no campo econômico, político e ideológico”, no transcorrer da década de 1970 a 1980. Ou seja, os trabalhadores perderam direitos trabalhistas conquistados nas lutas anteriores entre classe trabalhadora e os capitalistas.

A reestruturação produtiva, visando a reestruturação do capital, desestabilizou a relação capital e trabalho, relação essa sempre conflituosa. O desemprego, então, na visão de Vasapollo (2007, p. 99-100), não é causado pela “grande quantidade de máquinas no mundo da produção,” ou pelo avanço da técnica/tecnologia empregada na produção capitalista, mas “pela escolha neoliberal em não transformar uma grande quantidade de trabalho a ser feito, em ocupação estável e protegida”. No capitalismo neoliberal, a “flexibilização é considerada como uma das alternativas para combater o desemprego”, entretanto, contraditoriamente, o que se verifica é o aumento do desemprego na cidade e no campo. A flexibilização, como destaca Vasapollo (2007), pode ser concretizada por meio da:

- a) liberdade por parte da empresa para despedir uma parcela de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- b) liberdade para a empresa, quando a produção necessita, reduzir o horário de trabalho ou recorrer a mais horas de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio;
- c) faculdade por parte da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para que ela possa participar de uma concorrência internacional;
- d) possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características do trabalho por turno, escala de trabalho, em tempo parcial, horário flexível;
- e) liberdade para destinar parte de suas atividades a empresas externas; e,
- f) possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontrato, constituindo-se assim, o trabalho atípico. (VASAPOLLO, 2007, p. 99-100).

O conceito de flexibilização do trabalho e o fim do modelo de trabalho perene levaram os trabalhadores a submeterem-se, cada vez mais, a uma rotatividade no mundo do trabalho. A rotatividade no mundo do trabalho está conectada a diferentes fatores dentre eles o desemprego, a flexibilização contratual, a redução das conquistas salariais provenientes das negociações coletivas, a qualificação dos trabalhadores, a qualidade dos postos de trabalho, o tempo de trabalho e aspectos ligados à seguridade social, entre outros fatores. De certa maneira, vale dizer que, quanto mais o trabalhador se enreda em processos que levam à rotatividade de trabalho, mais ele é explorado pelo capital, levando, assim, ao desemprego estrutural.

Nesse sentido, a mundialização do capital e a acumulação flexível do capital, na fase do neoliberalismo, constituíram, nas últimas décadas de capitalismo global, um novo (e precário) mundo do trabalho, mais complexificado, fragmentado e heterogeneizado, processos esses muito presentes no depoimento concedido por Adão, no Assentamento Portal dos Pinheiros, quando ele relata o seu cotidiano no mundo trabalhador e porque entrou no MTD,

Aí entro no movimento, porque na época o movimento trabalha focado ao desempregado e a questão do trabalho. No sistema de associação e de

cooperativa, isto me trouxe ao movimento pela expectativa de uma vida melhor, junto a um trabalho social. Eu gostei muito do trabalho social, eu não tinha conhecido o trabalho social, não tinha visto o trabalho social, sempre trabalhando de empregado. (ADÃO, 2017).

As transformações ocorridas na reestruturação capitalista intensificaram o desemprego, aprofundaram o desemprego estrutural e a crescente precarização das condições de trabalho, devido à flexibilização⁹ das leis trabalhista. Para Santos (2006):

[...] com as flexibilizações das leis do mercado de trabalho, a força de trabalho se torna mais barata, pois se utiliza de trabalhadores contratados temporariamente e precariamente, os quais, num período de crescimento da economia, são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade, para, num momento de recessão, voltarem a condições de desempregados. Assim com o desemprego estrutural, fica mais difícil para tais trabalhadores voltarem a ter empregos estáveis. (SANTOS, 2006, p. 8).

É importante destaca o papel o MTD junto com os trabalhadores que estão no flagelo do desemprego e a construção do conceito de trabalho social pelo movimento. Junto com o sujeito social, este tipo de trabalho demonstra a desconstrução de uma forma de pensar e a incorporação de uma outra visão de sociedade e da relação do homem com o trabalho: o trabalho social, o trabalho coletivo. No caso de Adão (2017), como ele sempre trabalhou de empregado da produção capitalista, o trabalho social desenvolvido no e pelo movimento se configurou como a negação do conceito de trabalho no capitalismo, pois estimula e provocar a participação dos sujeitos sociais no assentamento, na construção coletiva. Desta forma, eles se engajam e aprendem a ajudar o próximo, estimulando o seu senso de grupo, de cooperação, que prevalece sobre o individualismo. Desenvolve-se, então, a visão social dos companheiros, na coletividade.

Dessa maneira, a fala dos assentados Adão e Zuzu Angel contribuem para explica por que os trabalhadores acabam aceitando os contratos de trabalho precários e as formas metamorfoseadas de trabalho que se lhes apresentam. Nelas, ficam as marcas da relação capital-trabalho no processo de compra e venda de força de trabalho. De acordo com Braverman (2011, p. 54-55), para ter a força de trabalho disponível, os capitalistas fazem com que ocorram três condições básicas: separa-se os trabalhadores dos meios de produção da sua

⁹ As denominações usadas quase como sinônimos, para identificar e conceber a flexibilização, a exemplo de: desregulamentação do mercado de trabalho, precarização dos vínculos empregatícios, informalização, acumulação flexível, especialização flexível, revolução tecnológica, reestruturação produtiva, globalização, dentre outros. Os recortes mais recorrentes são: a informalidade, o emprego e o desemprego, a flexibilização da legislação trabalhista, as transformações na ocupação e o papel do estado, as políticas econômicas e as políticas públicas (DRUCK, 2006).

existência; torna-se os trabalhadores livres para que possam vender a sua força de trabalho; e oferece um emprego ao trabalhador, tornando o seu tempo e as suas vontades de pertença do capitalista, que deles dispõem como extensão das demais riquezas que lhe pertence: “o processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador” (BRAVERMAN, 2011, p. 54-55). O trabalhador, sem muitas alternativas para a produção da sua existência, submete-se a diferentes formas de contrato e o capitalista, com isso, remove todas as barreiras impostas para desenvolver as suas forças produtivas.

Leandro tem a sua origem no campo. Filho de colonos catarinenses foi criado na cidade para trabalhar e estudar, para garantir a sua sobrevivência. Hoje, assentado no Assentamento Portal dos Pinheiros em Gravataí-RS, tira algum sustento da pouca criação que tem na área em que mora, mas precisa buscar alternativas de trabalho na construção civil, na cidade, para manter a família:

Mas a cidade não te dá muita oportunidade, também, tudo, enfim. A gente trabalha durante o dia e à noite, pra tu ir pra um colégio, às vezes, o cansaço não te deixa. Vai pegar alguém de produção na fábrica, ele tira o couro. Não é fácil tu ter aquele ânimo para sala de aula. Aí tu vai ficando naquela situação... os anos vão passando, vão passando e você fica, assim, meio analfabeto... parecendo... e as oportunidades vão fechando. O que me resta, hoje, por exemplo, com pouco recurso... me sobrou este pequeno espaço de área aqui, a qual a Ana cuida dos bichinhos aí, a vaca, o porquinho, as galinhas e eu sou obrigado a ir pra obras, pra poder manter as minhas despesas, senão estava lascado. (LEANDRO, 2017).

A trajetória de Leandro e da sua companheira, Ana Pimentel, é permeada pela busca do trabalho. A história de vida do casal é marcada pelo desencanto da cidade, enquanto lugar das possibilidades e sonhos. Aos poucos os direitos à cidade vão sendo negados a eles, como foi negado o campo, de onde Leandro saiu. A baixa escolaridade, por não conseguir conciliar a dura jornada de trabalho na construção civil com a escola noturna, aponta o caminho de uma vida de trabalho com poucas oportunidades para um homem, porque, sem estudo “você fica assim, meio analfabeto”. O trabalho, assim, “peculiariza o ser social”, como característica “fundante da gênese e da constituição do ser social.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 80), podendo ser, assim, uma “atividade teleológica e consciente, em que o ser social escolhe o resultado desejado e, a partir da avaliação das condições, escolhe por um caminho determinado.”

A história de vida de Leandro mostra que os caminhos pelos quais trilhou e ainda trilha não foram caminhos, necessariamente, por ele escolhidos, mas tão somente aqueles

pelos quais as condições objetivas do lugar e tempo histórico em que estava inserido tornaram possíveis de serem caminhados. Em outras palavras, trabalhadoras e trabalhadores fazem a sua história na relação tempo e espaço “em circunstâncias herdadas do passado, que não foram de sua escolha, mas a elas reagiram de acordo com as escolhas, mais ou menos consciente, que foram fazendo cotidianamente.” (LESSA, 2007, p. 163).

Nesse contexto, as ações dos sujeitos sociais do MTD funcionam como uma resposta às necessidades de sobrevivência e nos limites impostos pelo modo de produção capitalista, que explora a sua força de trabalho. Nem sempre, as difíceis situações em que se encontram esses sujeitos são por ele escolhidas *a priori*, mas são situações com as quais se deparam por falta de outras alternativas para a manutenção da sua sobrevivência.

A trajetória de Leandro enriquece esta análise em vários aspectos, mas, principalmente, na relação que ele estabelece com o campo e a cidade na busca de trabalho. Quando ele sai do campo (do seio da família) para cidade, quando ele volta para o campo, enquanto assentado e quando, por questões financeiras e por causa dos filhos, eles vão para Gravataí e estabelecem, como militante do MTD, no Assentamento Portal dos Pinheiros, no qual têm a oportunidade de vivenciar o rural e o urbano, ao mesmo tempo.

Toda essa trajetória de vida se constitui, assim, como uma atividade teleológica e o trabalho, então, representa o fundamento ontológico do ser social, mas ainda não constitui o fundamento da liberdade. Conforme Montaño e Duriguetto (2011, p. 80), no pensamento marxista, o “reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade”, não a liberdade em uma acepção burguesa, liberal do capitalismo, mas “o exercício real da capacidade consciente de optar e escolher por finalidade e caminhos”. No capitalismo, a liberdade se estabelece pela sujeição imposta aos sujeitos sociais à ordem capitalista. Na fala do assentado Leandro, observa-se uma consciência do ser social, que desenvolve duas atividades paralelas, enquanto assentado, que não consegue se manter só pela terra porque o que produz “não dá para pagar as contas”. Além disso, o assentamento “não tem como buscar recurso no Incra, pois o mesmo não reconhece como área de colono, a área em si é muito pequena, o Incra reconhece acima de cinco ou dez hectares”. Em decorrência dessa situação, ele, que poderia viver somente do que produzisse na sua terra, se vê obrigado a trabalhar fora do assentamento, como operário da construção civil para poder sobreviver, ter um salário e ajudar nas despesas da casa. A Fotografia 20 ilustra a área coletiva do Assentamento Portal dos Pinheiros destinada ao plantio, mas que possui pouco ou quase nada cultivado por falta de condições financeiras dos assentados e pela ausência de incentivos do poder público.

FOTOGRAFIA 20 – ÁREA DE PLANTIO DO ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS



Fonte: Pesquisa empírica: Foto: Hilário José Menezes (2017)

Santos (2006) acredita que o desemprego avança na acumulação flexível e resta aos trabalhadores procurarem outras formas de sobrevivência. Uns se enquadram no mercado informal, outros em empregos temporários, parciais e precários. O aumento de trabalhadores desempregados é o resultado de mudanças globais do capitalismo, em que a reestruturação produtiva faz excluir, do mercado de trabalho, um enorme número de trabalhadores, que dificilmente vai retomar ao mercado de trabalho formal. Portanto, “sob as contradições históricas do capitalismo global, a flexibilidade e flexibilização do trabalho possuem um conteúdo essencial: a precarização estrutural do estatuto salarial”. O fenômeno do desemprego e da flexibilização do trabalho levaram os trabalhadores a perdas “históricas de empregos”, bem como de conquistas e vantagens salariais e direitos, constituindo-se uma “nova precariedade salarial adequada às condições de acumulação do capital sob capitalismo global.” (ALVES, 2009, p.37).

Dessa forma, o capitalismo global e as “múltiplas determinações” do capital financeiro e o Estado neoliberal “assumem novas determinações”, tornando-se intenso nas relações socioeconômicas e políticas. Por isso, Alves (2009, p. 41) acredita que a “flexibilidade” não se restringe apenas à “maior versatilidade possível do trabalhador.” Para o autor, a flexibilidade tornou-se “um atributo da própria organização social da produção, uma abstração geral posta pelo ‘sujeito’ capital, em diversos níveis do complexo de produção de

mercadorias, assumindo, deste modo, uma série de particularidades concretas”, na produção capitalista. (ALVES, 2009, p. 41).

Conforme Thomaz Júnior (2003, p. 83), “é fato que a reestruturação do capital também chegou ao campo e junto com ela o aguçamento das contradições que redefinem amplamente a dinâmica da gestão societária do capital sobre a o trabalho e da sociedade em geral”. Esse fenômeno fez surgir novas territorialidades e diferentes sentidos para o trabalho, tais como a pluriatividade; as movimentações por melhores salários e condições de trabalho. Antunes (2005) desenvolve as suas análises em uma perspectiva do proletariado urbano e sobre as consequências das mudanças no mundo do trabalho para essa classe, denominada, pelo autor, como classe-que-vive-do-trabalho.

Em uma análise realizada, tendo como objeto de pesquisa os trabalhadores precários, parciais, temporários e junto a um contingente de trabalhadores desempregados, Antunes (2005, p. 55) revela que, pelo seu maior distanciamento (ou exclusão) do processo de criação de valores, esse trabalhador teoricamente deveria ter, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Entretanto, ele chama a atenção justamente para o contrário: por estar nessa situação de despossuído, a “exclusão social” coloca esse trabalhador precário, potencialmente, em um polo social capaz de assumir ações mais radicais, uma vez que “não tem nada a perder”. Nesse contexto, a pesquisa feita junto ao MTD, no Assentamento Portal dos Pinheiros, aponta para algumas ações e propostas do movimento, na linha das novas formas de organização social do trabalho:

A proposta de projeto de inclusão produtiva apresentada pelo MTD tem o objetivo de sensibilizar e organizar grupos de pessoas desempregadas, em situação de vulnerabilidade social, para que desenvolvam capacidades e conhecimentos, por meio de ações educativas e de mobilização social. (MURILO, 2017).

Nessa perspectiva, o MTD procura organizar os trabalhadores desempregados e precarizados do mercado formal ou informal do trabalho, para juntos buscar alternativas baseadas na solidariedade e na auto-organização do trabalho em coletividade. No entendimento de Thomaz Júnior (2003, p. 91), é nas relações informais de trabalho que se fazem sentir, com mais intensidade e magnitude, as marcas mais profundas da precarização. Mas essas relações não devem ser entendidas como um simples depósito de “força-de-trabalho que atua autonomamente.” Para Célia Sanchez:

O trabalho na sociedade contemporânea ocupa um papel central. Hoje o trabalho orienta nossas vidas, o horário que acordamos e dormimos, quando descansamos e sobretudo o nível de sustento de nossas famílias. Criou-se um valor simbólico, pois quem não trabalhava há algumas décadas atrás em nosso país eram os vadios, gente que não queria nada, isto ficou muito forte, pois na prática havia um crescimento na indústria de base produtiva e apesar de todos os problemas políticos havia crescimento na economia. Portanto hoje mesmo o país mergulhado nesta profunda crise econômica no imaginário dos trabalhadores ainda permanece esta ideia de quem não trabalha é porque não busca serviço, então na rotina de milhões de trabalhadores o dia começa com longas caminhadas, muitas delas inúteis na busca do serviço. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Portanto, a reestruturação do capital leva a classe trabalhadora a perder direitos fundamentais, porque é obrigada a aceitar acordos estabelecidos sob os princípios do capital, que desregularizam e fragilizam as leis trabalhistas. A flexibilização do mercado de trabalho e a consolidação do ideário neoliberal na sociedade possibilitaram a recuperação da lucratividade capitalista à custa da classe trabalhadora, que passou a trabalhar mais tempo, por um salário que não condiz com a sua produtividade. Assim:

Aqueles que não conseguem garantir o serviço, portanto, caem na situação de se identificar como pessoas incompetentes, não estudaram e, portanto, são culpadas pelas suas desgraças. Alguns lançam mão da criatividade e, mesmo na precariedade, desenvolvem seus potenciais com capacidade transformadora, porém isto não dá conta do universo de necessidades que temos, nem de longe resolve o problema de 15 milhões de brasileiros. O desemprego não é um problema individual ele é um problema fruto do modelo econômico dependente, estéril para o povo que hoje temos. (CÉLIA SANCHEZ, 2018).

Para Mészáros (2002), os trabalhadores estão sendo reduzidos à condição de “força de trabalho supérflua”, o que revela “uma tendência devastadora da humanidade” da população trabalhadora. A exclusão do trabalhador deixa de ser transitória e passa a ser permanente, na medida em que a crise do modo de produção capitalista leva, cada vez mais, os trabalhadores para a informalidade, o subemprego e esses passam a viver da marginalidade dos trabalhos temporários, dos bicos, da sujeição do que encontra pela frente. De acordo com Alves (1999, p. 149-150). Na mundialização do capital há, ao mesmo tempo, o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados e a redução e metamorfose da classe operária tradicional, agora composta por trabalhadores assalariados em “serviços” e o aumento do trabalho assalariado “precário”, ou do subproletariado tardio: “A subproletarização tardia é a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital [...] surge não apenas em setores tradicionais (e desprotegidos) da indústria (e dos serviços), mas,

principalmente, em setores modernos da produção capitalista”. O seu processo é “decorrente da cisão da classe no interior de seu polo mais desenvolvido (e organizado)”. O que se denomina “subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital.” (ALVES, 1999, p. 152).

Alves (1999, p. 149-150) também acredita que “o processo de (re)constituição do mundo do trabalho, sob a mundialização do capital, é percebido como uma ‘desordem do trabalho’.”, desordem essa que é tão-somente um reflexo da “nova ordem do capital”. Com o desenvolvimento do capitalismo na escala mundial, Alves (1999, p. 150-151) destaca uma alteração no conceito classe trabalhadora “excedente”, para essa categoria de análise, o desenvolvimento do capital impôs um novo sentido:

[...] uma alteração lógico-epistemológica (e ontológica) [...] o que antes poderia ser considerado “trabalhadores assalariados excedentes”, sob a grande indústria, no período histórico de transição para a pós-grande indústria, sob mundialização do capital, torna-se, por conseguinte, “população trabalhadora excluída.” (ALVES, 1999, p. 151).

Agora, o “excedente” transforma-se em “excluído”, fazendo surgir trabalhadores excluídos da “nova ordem capitalista”; os desempregados da cidade e do campo ou subproletariados. O entendimento de classe trabalhadora, apresentado mostra que, no mundo contemporâneo, as novas formas de trabalho devem ser incorporadas na categoria trabalho, ou seja, todos aqueles que estão na reestruturação do modo capitalista de produção devem ser vistos como trabalhadores.

Nesse contexto, Moreira (2003) defende o trabalho em uma relação entre o homem-sociedade, quando o homem vai interagindo com o mundo, o qual vai sendo modificado por ele, constantemente, o que o faz ascender do reino da necessidade ao reino da liberdade. Porém, a “produção do capital só se realiza na medida em que o capitalista consome o valor de uso da força de trabalho, o que só ocorre sob a condição de a força de trabalho consumir o valor de uso dos meios de produção”, ou seja, “quando se estabelece a articulação orgânica entre a força de trabalho e os meios de produção, entre o capital variável e o capital constante. (TUMOLO, 2005, p. 247). O trabalho então “permanece como referência central, não só em sua dimensão econômica, mas também quando se concebe o trabalho em seu universo psicológico, cultural e simbólico”, fato perceptível quando se analisam as relações daqueles que vivenciam cotidianamente o flagelo do desemprego, do não-trabalho, do não-labor. (CASTEL, 1998).

A análise do impacto da reestruturação capitalista sobre a classe trabalhadora envolve todos aqueles que vivem no mundo do trabalho, seja trabalho produtivo ou improdutivo, como destaca Mészáros (2007, p. 71): “o que há de decisivo não é a relação historicamente mutável entre trabalhadores de ‘macacão’ e de ‘gravata’, não o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho”. A luta contra o capital “não se restringe a esta ou àquela parcela particular do trabalho, mas abarca a totalidade do trabalho como o antagonista do capital”. Configura-se, assim, a relação sociometabólica do capital diante da classe trabalhadora. (MÉSZÁROS, 2007, p. 71).

O metabolismo social do capital, para Antunes (2005, p.27), “necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial – *part-time* -, terceirizado, precarizado, dos trabalhadores hifenizados” da classe que-vive-do-trabalho. O capital, no entendimento de Antunes (2005, p. 27), pode até “reduzir muito” a força de trabalho empregada, mas “não pode eliminar completamente o trabalho vivo do processo de criação de mercadorias.”

A reestruturação produtiva implica no aprofundamento da divisão social, sendo que os trabalhadores são os que mais sofrem “os efeitos mais nefastos das medidas tomadas.” (PINASSI, 2009, p. 91) com a implementação de políticas neoliberais que promovem perdas e retrocesso a direitos trabalhistas antes conquistados. O capital é visto para Mészáros (2007, p. 56) como um “sistema orgânico oniabrangente” que afirma “sua vigência nos últimos três séculos como produção generalizada de mercadorias”. Reduzindo e degradando, assim, os seres “humanos à condição de meros ‘custos de produção’ como ‘força de trabalho necessária’, ao modo de produção capitalista. O capital, então, “pôde tratar até mesmo o trabalho vivo como nada mais que ‘mercadorias comercializável’, igual qualquer outra, sujeitando-o às determinações desumanizadoras da coerção econômica”. Nos últimos anos, os trabalhadores vêm sendo “progressivamente golpeados em seus mais elementares direitos conquistados através de duros enfrentamentos sindicais e políticos.” (PINASSI, 2009, p. 91).

A análise da categoria trabalho e da sua centralidade para a luta dos trabalhadores organizados expressa as contradições sociais existentes na relação capital/trabalho. O MTD, enquanto movimento social de classe, tem como um dos seus pilares o debate sobre o conceito de trabalho, demonstrando, assim, por meio da sua ação contra o capital, que uma outra forma de trabalho é possível, mas que, para isso, é preciso que se construa na luta cotidiana por direitos a emancipação política dos trabalhadores.

6.1 O SUJEITO SOCIAL CRÍTICO DO MTD

Para entender a importância do MTD na construção de um sujeito social crítico deve-se partir do sujeito social que participa do movimento, em todas as suas funções e atividades, enquanto morador da periferia, acampando ou assentado, nos grupos de discussões e de trabalho. Assim, é necessário observar a trajetória de cada sujeito social, “ou melhor, as condições de produção material da sua existência, pois estas condições determinam e desenvolvem os reflexos ideológicos, o nível intelectual e a consciência social de maneira geral.” (PIZETTA, 2009, p. 135). Para isso, é preciso tomar “como ponto, de partida o indivíduo real, de carne e osso”, que traz em si “uma carga individual (como ser único, resultado de uma experiência que somente ele viveu)” e as marcas da sua vivência “como membro de uma comunidade, integrante de um processo produtivo determinado, portanto, fruto de um meio social”. Ele, o sujeito sobre o qual se fala, quando incluído, faz parte de todo um processo de sujeitos despossuídos e pauperizados, entretanto:

O indivíduo é algo não acabado, está em constante realização, num processo permanente de construção sócio-histórica (passado, presente e futuro), pois, se produz a si mesmo por intermédio das relações que estabelece com a natureza e das relações que são estabelecidas em sociedade, tanto aquelas por ele já encontrada, como as produzidas por sua própria ação. Produtos, portanto, de uma determinada ordem social. (PIZETTA, 2009, p. 135).

Portanto, ele é resultado das contradições da ação humana ao longo do processo histórico. É papel do movimento organizar a classe trabalhadora oprimida contra diferentes formas de injustiça social. Porém, a indignação dessa classe oprimida só é realizada na luta consciente, com base em uma formação política que permita a esse sujeito fazer a crítica ao hegemonicamente estabelecido. Historicamente, a “classe oprimida é construída como servidora, em uma relação de dominação, sujeita ao domínio da elite”. Compreender os mecanismos desse funcionamento e como isso se reproduz no capitalismo se constitui como elementos fundantes da luta política dos movimentos sociais. Por isso, a “luta política por uma nova sociedade é maior e mais complexa que a luta econômica da classe trabalhadora contra os patrões e o governo.”

A luta econômica não questiona o jeito como está organizada a sociedade, dividida em classes. Junta, esclarece, denuncia e combate os efeitos, mas não ataca a raiz do problema. A luta reivindicativa chega a ensinar o povo a pescar, mas como busca a conquista dos interesses imediatos, apenas remenda o sistema de exploração. (PELOSO, 2009, p. 75).

A luta política é entendida por parte da sociedade apenas como um processo eleitoral. Porém, a “militância aprende que é preciso um instrumento político que formula um projeto político para construir a nova sociedade” (PELOSO, 2009, p. 75). O movimento social político é constituído por sujeitos sociais “conscientes e dele participam as pessoas que descobrem as raízes da exploração e organizam sua ação para transformar a sociedade capitalista” (PELOSO, 2009, p. 75). Sem essa mudança na sociedade entre explorados e exploradores, a classe trabalhadora continuar oprimida.

Nas entrevistas de campo realizadas nos assentamentos do MTD foi possível verificar, no universo social de militantes e assentados, que a construção desse sujeito social crítico se deu ao longo da sua historicidade. Segundo o depoimento de Lico, assentado do Assentamento Belo Monte, ele começou a militar em movimento social na década de 1980:

Quando o movimento social dos trabalhadores dos sem-terra, o MST, estava organizado na luta, em um grande latifúndio conhecido como fazenda Annoni. Esse movimento veio para Porto Alegre, em uma grande marcha, para reivindicar a desapropriação dessa propriedade, que era em torno de oito mil hectares de terra. Era um latifúndio que estava em litígio, durante 15 ou 20 anos. Estava na justiça, era disputado. (LICO, 2018).

Da forma como se organizou e se manteve na luta, a ocupação da Fazenda Annoni forjou militantes na luta social contra o capital, muitos deles permaneceram na área, outros se inseriram em outros movimentos a partir de então. Essa é, portanto, a origem de Lico, para o qual a relação com o movimento social se confunde com o surgimento de movimentos sociais classistas, mas também das ações vinculadas à organização de parte de uma parcela da Igreja Católica. Assim, Lico relata como começou a participar do movimento social:

Eu morando em Porto Alegre, a marcha, quando chegou em Porto Alegre, foi solicitado dar um apoio, do ponto de vista assim de acolher essa marcha e depois divulgar o MST aqui em Porto Alegre. Então houve uma grande articulação dos sindicatos, igrejas. Então a minha militância foi se dando nisso aí. Participar e acompanhar as lideranças do movimento pra ir para as vilas, sindicatos e igrejas. A partir disso, fui me inteirando do movimento, comecei a participar diretamente na secretaria do movimento, como voluntário do MST, na época. Foi a partir disso que fui inteirando. (LICO, 2018).

Assim, entre as décadas de 1980 e 1990 ele começou a militar, vivenciado como estudante que morava na periferia de Porto Alegre, a ação dos movimentos sociais. De acordo com ele:

Nessa época aí, Porto Alegre viveu um momento de grande participação popular, inclusive chegou a conquistar a Prefeitura de Porto Alegre. Foi em 1988. Foi um período muito intenso de mobilização social nas periferias. Já existia, mas intensificou, na medida que as políticas do governo municipal estavam voltadas para melhorar a vida nas periferias, principalmente com transporte. Foi um período de muita mobilização para os movimentos nos bairros, as associações de bairros, se misturavam à atividade política com o movimento sem-terra, com as vilas, tinha comunidade eclesial de bairros nas vilas. (LICO, 2018).

A entrevista de Lico remonta a sua história de vida e indica que a sua constituição enquanto sujeito social ocorreu a partir do seu envolvimento com a luta social. Quanto mais se envolvia, mais se sentia comprometido com a classe trabalhadora e com a luta pela terra e pela moradia. Nesse processo, de sujeito individual dedicado a uma vida religiosa se torna um sujeito coletivo, um sujeito social, militante de um, de vários movimentos sociais.

Isso significa dizer, como descreve Plekhanow (2006, p. 70-71), que “não são as formas da consciência dos homens que determinam as formas de sua existência social, mas ao contrário, são as formas de sua existência social que determinam as formas de sua consciência”. Portanto, a base da construção social do sujeito está na sua existência social e o processo histórico e geográfico “não pode se limitar à anatomia da sociedade, mas deve apresentar todo o conjunto dos fenômenos, condicionados direta ou indiretamente pela economia social” ou seja, deve se incluir o conceito de trabalho, porque “não existe um só fato histórico que não tenha sua origem na economia da sociedade.” Dessa forma, os “movimentos sociais e as lutas das classes sociais por ela engendrados, preservam os homens da paralisação intelectual”. O antagonismo produzido pelos movimentos sociais mostra as contradições sociais. (PLEKHANOW, 2006, p. 70-71).

A consciência social de que trata Plekhanow (2006) também pode ser vista no depoimento da assentada Ana Mozer. De acordo com a entrevistada, a cidade natal “era uma colônia alemã, por ai você vai vendo as discriminações, preconceitos as perseguições, eu lembro uma das histórias que minha mãe contava, quando nós éramos crianças, que até pouco tempo antes da gente nascer, existia um salão de baile dos pretos e dos brancos”. E relembando as suas memórias, ela relata o contexto histórico e social da sua vida:

Daí então eu saí... uma família de oitos irmãos. Com quatorze anos, fui expulsa de casa, fui embora e me tornei moradora de rua. Aí um dia o meu desespero foi grande e fui em lugar, que hoje se chama assistência social. Fui lá pedir ajuda pra eles e um lugar pra me morar. Aí eles me olharam de cima a baixo e me disseram, olha do jeito que tu tá só a Febem de Porto Alegre, você que ir? Eu pensei, não tenho nada a perder. Eu quero ir. Fiquei onze meses na Febem, passei os meus quinze anos na Febem. Sai de lá por bom comportamento, para trabalhar em uma casa de família. Depois de alguns anos, conheci o meu excelentíssimo esposo, Marinho, aí nós decidimos ficar junto. Estamos junto até hoje. Faz quase trinta anos. (ANA MOZER, 2018).

Quando perguntada por que entrou no movimento, Ana fez um longo depoimento, apontando os motivos: “Eu lembro que um dia eu saí e deixei o meu irmão cuidando das crianças. Fui no centro pagar umas contas. Quando voltei, vi uma movimentação perto da minha casa. Cheguei em casa, meu irmão veio me contar que tinham matado um cara na frente da nossa casa”. Acrescenta ela:

naquele dia eu pensei, assim: eu não fiz filho pra crescer e educar num lugar assim. Eu preciso fazer alguma coisa e, casualmente, naquela mesma semana, apareceram algumas pessoas. Duas pessoas apareceram na minha casa, perguntando se eu não queria fazer parte de um Movimento, que era uma coisa nova, diferente. Me explicaram a ideia do movimento e se eu queria fazer parte, ir com eles fazer parte do movimento. (ANA MOZER, 2018).

Nesse momento, aquela que passou por muitas dificuldades ao longo da vida vislumbra a possibilidade de construir um espaço seu, longe da violência da grande cidade. Curiosa com aquela “coisa nova”, continuou a indagar e os militantes do movimento explicaram para ela que deveriam se engajar em uma luta social e que essa, não era algo fácil, conforme o seu relato:

Mas explicaram também que não ia ser fácil que é uma coisa nova, que eu ia ser uma das pessoas novas, uma pioneira, a fazer parte da história. Que iria ajudar a construir. Aí eu pensei: com três filhos pequenos, morando em um lugar desse, não tem nada a perder. É uma possibilidade. Conversei com Paulo. Ele foi muito contra, logo de cara, logo no começo. Bom, aí eu perguntei pra ele: qual é a outra possibilidade que a gente tem? Ou aceitamos essa proposta deles e vamos, ou vamos perder nossos filhos para a marginalidade, daqui a pouquinho quando tiverem nove, ou dez anos, vamos perde eles. Então não temos muita coisa... Aí o Marinho foi comigo, no dia marcado lá. Era muita mudança, de ônibus, caminhão tinha muita gente de noite com criança pequena, mala, muita coisa. E fomos. (ANA MOZER, 2018).

A chegada no acampamento:

Aí chegamos no tal lugar de madrugada [...] e aí então não tinha nada, no barro vermelho, numa madrugada de inverno, era frio, muito frio, naquela noite, muitas pessoas que foram naquela noite aproveitaram o caminhão que levou as mudanças aproveitam e voltam naquela mesma noite, se assustam assim, com a cena, eu sou uma pessoa assim, muito decidida, se alguém me disse que não vai dar certo tal coisa, aí eu vou e faço pra mostra que vai dar certo, se eu decidi que vai dar certo vai dar certo, aí eu fiquei, eu gosto de desafio. Vizinhos meus que morava na mesma vila, foram e voltaram na mesma noite. (ANA MOZER, 2018).

Além das dificuldades encontradas pelos acampados, a assentada descreve que nesse período houve um grande temporal, no acampamento em Gravataí, muitas pessoas perderam o pouco que tinham, poucos dias depois:

[...] que a gente estava acampado ali. Eram muitas famílias, muitas barracas, pouco tempo depois aconteceu um temporal, muito feio, muito feio, e aí foi interessante que meu Paulo, meu marido ele fez uma barraca de campê, só que ele colocou dentro de uma outra barraca de lona, ele tinha que deixa a gente bem estruturado porque ele tinha que passa a semana toda longe. De noite fomos dormir tudo certo. Aí eu ouvi, durante a noite, muitos gritos, coisas batendo, voando, temporal. muito feio, muito feio. De manhã quando eu acordei, abri a porta da barraca, abri o zíper da barraca. não tinha, duas ou três barracas de pé, as mais resistentes. O resto tinha voado tudo: caixa d'água, tampa de caixa d'água, colchão. Teve pessoas que perderam tudo, o pouco que tinha; perderam documentos, molhou com a chuva, foi horrível. Aquele temporal foi um marco de quem ficou, de quem resistiu e ficou. (ANA MOZER, 2018).

O tempo de espera no acampamento e as negociações como o poder público, nesse caso, com o governo do Estado do Rio Grande do Sul: “nós ficamos um ano acampado e, durante esse um ano, a gente teve várias negociações com o governo e nós participamos de reuniões, onde nós éramos dividido em grupos, em núcleos, lá dentro do acampamento”. Os militantes que estavam no acampamento, em Gravataí, estavam organizados por coordenações, por setores: “eu lembro que nós fizemos também uma marcha que durou muitos dias. Fizemos uma marcha lá de Gravataí até Porto Alegre. Lembro que nós fomos fazer compras no Big. Cara, foi muito legal. Fomos fazer compra no Big com o cheque do valor da dívida externa! Foi interessante”:

Nós encostamos com os ônibus. Tudo muito bem organizado. Aí entramos, de tantas em tantas pessoas: de dez em dez, de vinte em vinte pessoas, com crianças pela mão e tal. Mas todo mundo com a mesma combinação de não mexer em nada. Não abrir nada. Não dar uma bala para as crianças. Era simbólico mesmo. Era pra marcar mesmo. Pra que eles entendessem, que a sociedade entendesse o motivo da gente tá lá. Aí fomos e foi interessante. Quando nós chegamos no caixa, quando chegou a minha vez e todos chegaram no caixa juntos. Tipo muitos caixas, quarenta e poucos caixas tem o Big. E deu problema em um. Parou um, parou outro. Foi parando... até

parou o supermercado. A essa altura a imprensa já tinha sido acionada pelo pessoal do movimento, da coordenação. Aí a moça passou as minhas mercadorias, fizemos uma lista de compras, com o que todo mundo ia botar dentro dos seus carrinhos. Aí passou as minhas compras. Aí ela disse assim: deu tanto senhora. Tirei o cheque da bolsa e dei pra ela. Ela olhou e olhou e olhou, de novo. E olhou pra o gerente e olhou pra o caixa ao lado: “minha senhora, esse cheque aqui não vale!” Como não vale! São milhões é o valor da dívida externa, como é que não vale! Como é que não tem valor! (ANA MOZER, 2018).

Ana Mozer conta que, depois de um ano acampados em Gravataí, o movimento conseguiu uma área em Eldorado do Sul e algumas famílias, como a dela, optaram em ir para o Assentamento Belo Monte. Somente então conseguiram a sua terra, ou lote: “então viemos morar aqui, essa terra quem comprou pra nós foi o governo Olívio Dutra, na época que ele era o governador. Tem uma área de quase 500 hectares, tem área de preservação ambiental ali.” Na época, eram noventa e cinco famílias que foram para Eldorado do Sul, conforme a assentada: “só que as pessoas acabam indo embora, porque a vida de assentamento não é fácil. Não é pra qualquer um que aguenta, né... são muitas dificuldades, porque a gente não está vindo morar em um paraíso. A gente tá vindo morar em um assentamento”. De acordo com Ana Mozer (2018), agora já se colocando como convencida dos resultados da luta social, quando o movimento chama:

[...] a pessoa para ser assentadas, ter um pedaço terra, a gente está resgatando pessoas das vilas, das favelas, dos bairros. Estamos trazendo um monte de gente cada uma com a sua história [...] cada um com o seu problema. E as pessoas vêm cada uma com as suas cargas. Então não é todo mundo que aguenta a vida de assentado. Não é pra qualquer um. (ANA MOZER, 2018).

Conforme Bogo (2008, p. 34), esse processo é compreendido na dialética, um movimento de contrários, que relaciona, no processo, a particularidade e a universalidade da contradição, que se evoluem por meio de constantes modificações. Algumas características de uma e de outra são mantidas, mas outras surgem e particular e universal transformam-se a si mesmos. Nesse contexto, de acordo com Plekhanow (2006, p. 83), sem dúvida, Labriola tem razão “quando diz que os homens estão longe de compreender sempre com clareza a sua situação social e nem sempre têm exata consciência das tarefas sociais que dela decorrem”. Nesse mesmo sentido, se manifesta o Coordenador do MTD em Vitória da Conquista, ao ser perguntado sobre a forma como ocorre o processo político desse sujeito social que está no MTD. De acordo com ele:

Na realidade, a consciência é uma porta que só se abre de dentro para fora. Não adianta você querer arrombar a consciência, que ela não vai. Se o sujeito não quiser abrir para novas coisas, não adianta. Por que estou dizendo isso? As pessoas que, hoje, estão aqui no assentamento. [...] elas não vieram por causa de uma consciência política. Elas vieram por uma necessidade econômica. (FREITAS SOLICH, 2018).

Na luta pelo acesso à terra, ou seja, “desse estopim que é a questão econômica”, a consciência política começa a ser trabalhada: “a gente começa a fazer um debate político. As transformações, elas tanto podem se dar no cotidiano, dia a dia para justificar, gerando dúvida, mais que respostas nas cabeças das pessoas, mas, também, a partir de curso de formação” (FREITAS SOLICH, 2018). O curso está estruturado em “três níveis de militante de base, assentamento, acampamento e a nível mais de dirigente” (FREITAS SOLICH, 2018). Nos cursos, quando se trata da concepção de Estado, o entendimento que deve ficar claro é que o “Estado impõe, ele é burguês. A gente tem que ter isso claro. Não é um Estado que serve à classe trabalhadora. Independente do partido que esteja, o Estado tem um limite”, esses limites “são os limites legais, a favor da classe dominante e contra a classe trabalhadora.” (FREITAS SOLICH, 2018). Os movimentos sociais, então, conforme o entrevistado: “são o contraponto. Mas é muito difícil querer fazer luta, por dentro do Estado. É jogar o jogo do adversário, com as regras do adversário, e querer ganhar do adversário. Aí é impossível!” (FREITAS SOLICH, 2018).

Segundo Bogo (2008, p. 141), a rigor: “não é a classe trabalhadora que escolhe os seus inimigos, mas o capital que os coloca frente a frente”. Dessa forma, o que “ele pode decidir é se os enfrenta, todos ao mesmo tempo ou não, e como os enfrenta. E, muitas vezes, mesmo sem ter a disposição de enfrentá-los, as batalhas são inevitáveis”. Nesse sentido, é que existem movimentos sociais têm como objetivo organizar e conscientizar os sujeitos sociais, construindo assim uma consciência de classe social. De acordo com Iasi (2011, p.107-108), “a classe é um conceito que não pode ser definido pela análise abstraída de um grupo social; ao contrário, só se revela na relação com outras classes”. O conceito de classe que move as ações do MTD se remete ao “lugar que as pessoas ocupam na produção”, ainda que nem todas estejam conscientes desse lugar. Assim, o movimento considera necessária a organização e a articulação “dos indivíduos dispersos que vivem em determinado território e também universalmente.” (BOGO, 2008, p. 144). Assim, consciência de classe “precisa da produção e da assimilação de ideias para que as suas propostas se fundam na experiência e na ciência”, pois a “posição de classe derivará da compreensão coletiva que se forma da realidade e da participação nos conflitos entre as classes para superar a própria sociedade de classes (BOGO,

2008, p. 144). A consciência é, então, um “vir-a-ser”, em um “movimento sem fim”. A construção de um sujeito social crítico está relacionada ao seu ser, “são suas formas que ganham qualidade a cada movimento dependendo das informações que recebe segundo as relações que o ser social estabelece.” (BOGO, 2008, p. 144).

Conforme pode ser observado em entrevistas concedidas por assentados dos Assentamentos Zumbi dos Palmares, Carlos Lamarca e Pré-Assentamento Dandara, todos situados em Vitória da Conquista, quando esses sujeitos sociais compartilham suas histórias de vida, o seu percurso, expressam, de forma muito autêntica, a marca da mais profunda desigualdade social. Para alguns assentados, a conquista da terra foi objetivo central de suas lutas; o calor e o frio passados embaixo da lona, ou no barraco improvisado, a angústia provocada pela incerteza se a terra almejada iria sair ou não, era o ponto de motivação para continuarem no acampamento. De acordo com as mulheres, mães de família entrevistadas: “é por causa da terra que me encontro nesta luta” ou, ainda, “a terra significa o futuro dos nossos filhos, a terra é importante para produzir e a partir daí poder ter um futuro melhor”.

Para o Evaristo, um dos assentados, a sua vida antes do MTD era uma batalha: “a mesma coisa que é aqui, porque aqui eu estou sem recurso, esperando sair”. Entretanto, ele valoriza o sacrifício, pois contrapõe a possibilidade de possuir a terra com a realidade que enfrenta na cidade. Para o entrevistado, “lá fora eu não tenho emprego fixo, vivo de bico, trabalho de pedreiro e o importante aqui é o pedaço de terra”. Conforme Rubens, o MTD não ocupa um território ou uma:

Área só por moradia, porque geralmente quem tem problema de moradia é porque tem baixa renda e, se não se cria alternativas de geração de trabalho e renda, acontece uma alta evasão de famílias após serem assentadas. É o que acontece nas ocupações de sem teto: as muitas famílias ficam sem condições de permanecer morando ali por falta de renda e acabam vendendo o barraco ou a casa para ir tentar trabalho em outro local. Existe uma grande massa de desempregados que é nômade. Não por opção, mas por não conseguir se manter e mesmo os subempregos e empregos hoje são muito temporários e rotativos. (RUBENS, 2018).

Nesse sentido, o movimento procura assentar as famílias em áreas próximas do espaço urbano, como estratégia de manter as famílias próximas dos lugares onde elas possam fazer os seus bicos para manter-se no assentamento. Ou seja, a relação cidade/campo possibilita esse trabalhador permanecer com os seus vínculos na cidade. Para Rubens:

Trabalhamos os assentamentos rururbanos como alternativa de moradia e geração de trabalho e renda no entorno das cidades, onde se podem mesclar

atividades agrícolas com atividades não agrícolas e por serem áreas próximas a cidade permitem que as famílias não percam seus vínculos com a cidade e podem continuar fazendo seus bicos o que não seria possível se fosse uma área rural para reforma agrária. (RUBENS, 2018).

Nesse caso, a acessibilidade dos assentados ao urbano é vista enquanto uma estratégia pelo movimento. Os assentamentos rururbanos denominados pelo MTD que são áreas localizadas próximas a cidades, que tenha como características um “solo cultivável e água potável”, teoricamente facilitariam o acesso a água e a energia, pela aproximação da cidade. Conforme Paulinho, o objetivo do movimento não é só dar o pedaço de terra para as famílias e tirá-las da periferia. Segundo ele: “somos um movimento de luta de classe. Temos a opção pela classe trabalhadora e pelo enfrentamento do capital e a construção do socialismo”. Essa discussão mais ampla sobre o entendimento da luta do movimento é percebida também na fala de Rubens, quando diz que

a maioria das pessoas entra para o MTD sem o conhecimento dessa discussão. Entram para conseguir um pedaço de terra para morar e trabalhar, ou entram em uma turma de alfabetização de jovens e adultos organizada pelo MTD na periferia. Ou entram numa ocupação para sair do aluguel ou num grupo de produção por estarem desempregadas, ou seja, entram para o movimento por necessidade de sobrevivência, mas acabam conhecendo que a luta do MTD vai mais além e passam a se identificar com as propostas e fazer parte do MTD, ou como base ou como militantes. (RUBENS, 2018).

Nota-se o interesse pela terra e que a vivência na coletividade vai tecendo uma identidade social, construída nos territórios dos assentados, concepção que está presente no pensamento da assentada Martine. No caso dela, a identidade é vista quando declara que o “Movimento foi o ponto de apoio e que aposta nas vitórias alcançadas para conseguir sustentar a família”. Quando perguntada sobre a importância de morar no assentamento, reforça: “eu estou com esses filhos pequenos e estou procurando uma melhora para eles, para o futuro deles”. Desempregada há mais de dois anos, Martine diz que conheceu o MTD por intermédio de sua mãe, de passagem por Vitória da Conquista, tomou conhecimento do movimento e a convenceu a se inserir na luta por trabalho e moradia, como alternativa de superar os problemas que enfrentava na sua cidade natal. Entretanto, ela reconhece as dificuldades de viver no assentamento. Segundo ela, os principais problemas enfrentados são a “falta de água e médicos”. Esses profissionais eventualmente aparecem. Relata ainda que sobrevive da doação de cestas básicas e apoio dos familiares.

Ao serem perguntados quais as causas que levaram os atores sociais a aderirem ao movimento, eles destacam nas entrevistas, a falta de trabalho ou a possibilidade de acesso a moradia, ter um lugar para morar, como descreve o senhor Benítez, (2018). Há mais de 18 anos residindo em Vitória da Conquista, trabalhou na zona rural em Itambé, na função de vaqueiro, em diversas propriedades. Após fixar residência em Vitória da Conquista, na URBIS VI, trabalhou na construção civil, completa: “era uma vida sofrida, lutando pra comprar o pão, pagar o aluguel, não tinha emprego fixo, sempre fazendo bico”. Ficou sabendo da existência do MTD através dos acampados, das “pessoas que residiam próxima a sua casa”, por intermédio de pessoas, que entraram no MTD. O objetivo dele era acabar “conquistando um pequeno terreno no assentamento.” Quando perguntado como, atualmente, é a sua vida no assentamento, responde: “a minha vida, depois que eu saí da cidade, é mais tranquila. Aqui eu saio pra fazer meus biquinhos. Mas tenho aipim e as minhas galinhas; cuido da roça. Pra mim melhorou bastante; aqui eu não pago aluguel”. No que se refere à conquista da terra ele considera positivo, mas a maior dificuldade é a falta de recurso para desenvolver e investir na terra na terra.

A assentada Maria Quitéria, (2018) há quase 40 anos residente em Vitória da Conquista, destaca que trabalhou na roça, em empresa privada e no Estado. Residia no bairro Renato Magalhães, localizado na periferia da cidade. Alega que conheceu o movimento nas reuniões do bairro, o que atraiu foi o pessoal que estava acampado e a possibilidade de ter um pedaço de terra. A maior dificuldade enfrentada para a entrevistada é a falta de recursos, não sendo possível assim construir a casa e ampliar sua pequena criação. Entretanto, reconhece que se não fosse a aposentadoria estava difícil ficar no Assentamento. A situação vivida pelo assentado, mesmo tendo uma aposentadoria, a dificuldade de se manter na terra é grande, pois a falta de recursos trava todos os projetos do assentamento.

Destarte, as entrevistas vão mostrando todo processo histórico de vidas de assentados, enquanto sujeitos sociais, que expressam na historicidade de cada um, o sujeito que vivencia, no cotidiano, as mais profundas desigualdades sociais. Dessa maneira, constitui a sua historicidade em dois momentos, o antes do movimento e o agora enquanto assentados. Esse processo é observado na fala de García (2018). Ela diz que conhece o MTD há dezessete anos; foi “nas reuniões nos bairros que teve contato com o movimento. Residia no bairro Ibirapuera [Vitória da Conquista], mas tinha dificuldade financeira para manter a vida no bairro era uma vida de sofrimento”. Segundo ela, na cidade:

Tudo que a gente quer, tem que comprar. Você sabe que a vida na cidade é boa para quem tem dinheiro, pra quem não tem é uma vida difícil. Pra mim a vida no Ibirapuera não foi uma vida muito digna porque se você quer comprar uma cabeça de alho, você tem que ter dinheiro para comprar, se você quer comprar uma dúzia de banana, tem que ter dinheiro pra comprar... Eu acho uma vida muito mais difícil a vida na cidade. (GARCIA, 2018).

Na entrevista, ela descreve, ainda, que trabalhava como vendedora no centro da cidade. Trabalhava na roça, junto com o seu pai, mas a terra era arrendada. Com a doença do pai, não teve mais condição de trabalhar na fazenda, pois teve problema de saúde. Dessa forma, a família dela saiu da terra. E ainda afirma: “a gente era muito pequeno, não dava conta da terra, aí a gente vê que o fazendeiro era mais pra explorar o trabalhador. Foi quando ele teve uma proposta para trabalhar de pedreiro e a gente foi trabalhar em casa de família; aí a gente começou a trabalhar e não voltou mais pra roça.” A assentada García mora com mais duas pessoas: o esposo e a filha. Quando perguntada sobre qual é a importância do MTD na sua vida, ela responde: “o MTD hoje é tudo pra minha vida. Eu aprendi a ser independente, a não depender de pessoas que têm dinheiro, ou seja, do patrão, que o trabalhador só serve pra ser escravo dele, o patrão”. Para ela: “o trabalho na sociedade é mais pra ser um motivo de escravidão; ganhar pouco e trabalhar muito. O MTD foi uma coisa muito importante. Hoje eu tenho a minha roça, eu tenho uma banana pra comer, eu tenho pimenta, feijão etc.” (GARCIA, 2018).

A fala de García mostra a visão crítica nas relações de trabalho, entre patrão e empregado. Marcada por uma infância sofrida, que presenciou e sentiu a exploração do trabalho, para ela ficou marcada a experiência de desvalorização do trabalhador no processo de produção. Quando afirma que “o trabalhador só serve para ser escravo do patrão” e ressalta que aprendeu a ser independente, é possível perceber que a assentada compreende os objetivos do movimento, na luta contra a exploração e alienação da classe trabalhadora e pela garantia aos direitos básicos, dando dignidade aos trabalhadores. Sobre as dificuldades encontradas no assentamento diz que a moradia, a casa é muito ruim, mas ressalta, também, que:

[...] isso ocorre [...] porque o governo não abriu mão de nada pra gente. A gente vai plantando aos pouquinhos e vai vivendo. Meu marido faz bico fora, eu ganho uma pensão de um salário, minha filha está aí desempregada. Já colocou currículo em meio mundo de lugar, aí eu falei: minha filha, vamos plantar fazer horta, vamos fazer qualquer coisa aqui mesmo pra nós sobreviver. (GARCIA, 2018).

Carolina de Jesús, uma outra assentada em Vitória da Conquista-BA, relata que as relações de trabalho na roça foram um dos motivos da migração de sua família para Vitória da Conquista, assim descreve:

Desde os oito anos de idade, eu trabalhava no cabo da enxada [...] aí, mamãe ficou viúva e entrou um tempo de fome. A gente trabalhava de meia, na roça dos outros. O fazendeiro dava a roça sem nada, aí a gente trabalhava, quanto colhia o mantimento a metade era da gente a outra era do fazendeiro. Foi quando eu casei e fui embora pra Vitória da Conquista. (CAROLINA DE JESÚS, 2018).

As relações de trabalho, para quem não possui os meios de produção, nesse caso, a terra, são de exploração. Na terra que não lhes pertencia, eles produziram por meio da relação de trabalho de meeiro. Esse é um trabalho que se configura como um trabalho duplamente explorado, porque, depois do trabalho realizado, além de o dono da terra se apropriar da metade da produção, o terreno, ainda é deixando pronto para novos cultivos. Assim, ela acrescenta que o trabalho na roça não era mais suficiente para manter a família e que conheceu o MTD quando o

[...] pessoal passou lá em casa, perguntando se a gente queria ser sem-terra, eu aceitei. Passei chuva, frio, sol de baixo da lona. Hoje eu vivo com quatro netos e dois filhos e o marido no assentamento. A gente sobrevive com a plantação da gente: aipim, banana, abacate, galinha e porco e a aposentadoria do meu marido. (CAROLINA DE JESÚS, 2018).

Para ela, uma das principais dificuldades logo no início no assentamento foi ter que criar os netos, porque a filha se separou e o pai dos meninos não quis ficar com eles: “a nossa renda é pouca e fica muito apertada”. O Senhor Dida destaca que veio para o movimento porque não aguentava mais a vida na cidade. Estava muito doente, morava na URBIS VI, tinha casa, mas não era feliz: “a vida aqui tá bom, o maior problema é a falta de recursos.” Em uma conversa mais informal, durante visita ao Assentamento, ele descreveu que o sonho dele era voltar para a roça, trabalhar na terra, mas a condição financeira não permitiu, foi quando conheceu o MTD nas reuniões nos bairros “aí começou a minha caminhada junto ao movimento.”

Nas entrevistas realizadas nos assentamentos visitados, foi possível identificar nas falas dos assentados, os principais motivos de eles entrarem para o movimento. Quando perguntados, descreveram de forma geral que não tinham mais condições de permanecerem na cidade. Afirmaram de maneira contundente, que isso se dera, “pois o aluguel estava muito

caro e sem trabalho estava ficando cada vez pior”. Mesmo reconhecendo as dificuldades de se manterem no assentamento, por causa da falta de recursos, asseguram que a vida no “assentamento é bem melhor que a da cidade. Aqui é bem melhor. A gente não paga aluguel, planta milho, feijão e mandioca.” Porém, também reconhecem que não dá para “se manter apenas no assentamento, por isso a gente não fica o tempo todo aqui.” Descreve um dos assentados: “estou feliz por não ter que pagar mais aluguel, porque agora estou morando no que é meu.” Todos ressaltam a importância do MTD para o acesso a terra, o que permitiu a cada assentado ter um lote e desenvolver pequenas atividades agrícolas, como o plantio de feijão, mandioca, pimenta, maracujá, hortaliças, milho e criar animais de pequeno porte como galinhas.

Na interface da relação cidade e campo o MTD promove suas práxis, caracterizando assim como uns dos principais movimentos sociais de luta urbana em favor dos trabalhadores e trabalhadoras que estão na precariedade, no desemprego estrutural e na exploração do capital. Na literatura brasileira não tem uma teoria sobre a atuação dos movimentos sociais que tenham como objetivo a interface cidade e campo, com base na ação dos movimentos sociais. Para Fleitas Solich, um dos coordenadores do MTD em Vitória da Conquista-Ba, a relação cidade campo se constitui como uma estratégia de luta. De acordo com ele:

O que foi levantado no seminário em 2015 é que não era pra ser um movimento rural, até porque no campo quem se articula que é campo popular, que é o mesmo campo do MST, o mesmo campo político do MAB, do MPA enfim, esse campo político já tenha vários movimentos sociais que organiza o meio rural, deste os atingidos por barragens com agricultores, movimentos indígenas, quilombolas estão no campo popular, mas existe uma lacuna, que não é só do campo popular, mais uma lacuna da esquerda brasileira, que é da organização da luta urbana. A esquerda meio que sempre se negou a luta urbana, talvez pela complexidade que é isso. (FLEIJAS SOLICH, 2018).

No espaço urbano o mesmo faz uma profunda reflexão e uma crítica ao sindicato, compreendendo que:

O sindicato, a organização até hoje é sobre o local de trabalho, não do território, com essa reestruturação do mundo do trabalho, com o grande desemprego que veio, com essas formas de vínculo que existe hoje no trabalho, terceirização enfim, com o pequeno número de pessoas que são filiadas, muitas dessas pessoas caíram fora do seu meio de organização. Então a gente começou a discutir que o nosso desafio é de organizar esse povo urbano, não ficar tentando organizar o povo rural. (FLEITAS SOLICH, 2018).

É nesse grupo social de trabalhadores excluídos que estão os sujeitos sociais do MTD, “mergulhados na pobreza e na miséria” das periferias urbanas. Conforme o militante Raul, ao ser perguntado quais são os sujeitos sociais que participam do MTD, para ele “de fato são os excluídos”. De acordo com Raul, o movimento “tem essa marca assim de conseguir organizar e juntar quem tá mais excluído nas cidades, o sem teto, o sem trabalho, sem alimento”. Esse também é o contexto vivenciado por Marinho. De acordo com ele:

Fui mesmo criado em colégio de padre, perdi a mãe, tinha 3 anos, meu pai eu não conheci, fui criado no Colégio de padres, um orfanato. Fui com 4 anos pra lá. Deu uma enchente, eu perdi a avó e a minha madrinha não pode me criar. Aí me internaram nesse colégio. Aí eu fiquei até os 11 anos lá. Saí de lá e fui pro colégio da Febem. Eu sou negão de Febem. Aí eu fui pra um outro colégio de padre que não era Febem; colégio novo lá, de menores (tinha uma cruz com a Febem mas não era Febem). Fiquei até os 12 anos. Aí fui pra outro lugar. Aí, sim, fui pro colégio da Febem. Aí lá eu fiquei até os 15 anos. Aí eles arrumam um emprego pra ti; fui trabalhar. Dali eu fui me virando, trabalhei em uma fábrica de papel, fui pra metalúrgica, dali fui pro mundo. Daí girei, um pouco ali, um pouco aqui, sem parente, sem ninguém. Trabalhei com banca de verduras, trabalhei bem pouco com construção civil. Aí tive uns problemas lá, peguei uma cana lá. Fiquei um tempo lá. Tive uns problemas com um brigadiano, quebrei o braço do brigadiano. Tomei um pauzão. Na prisão aprendi a trabalhar com artesanato, com pedra sabão. (MARINHO, 2018).

Na fala do assentado Marinho observa-se que ele não tem nenhuma profissão, sempre trabalhou em trabalhos braçais, que não requerem nenhum nível de escolaridade, como ele mesmo disse: “estudou muito pouco, uns três ou quatro anos apenas”. Ao fazer uso da expressão “daí girei, um pouco ali, um pouco aqui, sem parente, sem ninguém” demonstra o nível de exclusão social em que ele estava inserido. A rotatividade no mundo do trabalho está associada a uma parcela de trabalhadores que “está condenada ao desemprego estrutural”, ora sob o discurso de que o trabalhador não está qualificado para desenvolver certas atividades, ora pelo discurso de que o trabalhador não tem mais idade para ser contratado. Como descreve outro assentado no Assentamento Belo Monte, em Eldorado do Sul, Adílio, ele foi para Porto Alegre, onde morou um tempo, também na cidade de Alvorada e, por fim em Gravataí, onde ficou acampado. Ao ser perguntado como era a sua vida antes de entrar no MTD, em que ele trabalhava, ele contou:

Trabalhei no arroz, depois comecei a misturar os trabalhos, só um emprego não sustentava, trabalhava em cooperativa beneficiamento de arroz, trigo e soja, beneficiava sementes, no setor de sementes, só que esses salários... eu tive que apelar pra outros Daí eu fui trabalhar de garçom sexta e sábado à

noite, e de segunda a segunda na cooperativa. Comecei a trabalhar nos anos 1960 e 1962, comecei a fazer esse serviço, aí pulava de uma cooperativa pra outra, e assim ficava. Antes de sair pra Gravataí, tinha quebrado o joelho, aí como tinha tempo de serviço na carteira, estava encostado né. (ADÍLIO, 2018).

Observa-se que o Senhor Adílio passa a desenvolver paralelamente várias atividades, para complementa o salário, como ele mesmo disse “comecei a mistura os trabalhos”, durante o dia trabalhava na cooperativa de beneficiamento de grãos e sementes de segunda a sexta-feira, a noite de sexta a domingo trabalhava de garçom nos restaurantes e bares a noite em Porto Alegre. Essa era a jornada de trabalho do assentado Adílio até da década de 1990 quando ele quebra o joelho e fica encostado sem trabalhar. Conforme ele: “Daí eu queria trabalhar, voltar a trabalhar, só que não consegui, no ano de 1997 a 2000, e pouco mais de 40 anos não contratava” (ou seja, trabalhadores com idade acima dos 40 anos não conseguiam trabalho por causa da idade), “um capataz me disse aqui em Porto Alegre”. Ele descreve:

Primeiro ele me contratou né, praticamente me contratou, pela carteira né, olhava minha carteira vê onde trabalhei, aí onde tinha nove anos de garçom na carteira, bah, bah, bah, daí tinha três vagas pra Porto Alegre, ali bem no centro de Porto Alegre, na praça matriz, aí cara me disse assim, olhou tudo a minha carteira, aí ele me falou assim, então tu vem quinta-feira, isso era uma segunda-feira, tu vem quinta-feira, tu que trabalha aqui ou em São Leopoldo? Tinha outro restaurante lá, eu disse pra ele bem assim, bom o senhor é quem decide, onde mais o senhor precisar o senhor me bota, mais do que eu, tô precisando trabalhar, tanto faz aqui como São Leopoldo eu dou um jeito, aí ficamos certo pra quinta-feira. (ADÍLIO, 2018).

Porém, quando o Senhor Adílio chegou no restaurante, o gerente ignorou totalmente a presença dele:

Ele nem me recebeu, fez de conta assim que eu não tinha chegado, o cara ficou pra lá e pra cá, ele era o gerente, aí foi, foi, eu tive que esbarrar nele, daí ele me disse que tinha conseguido outro, como rapaz! Quem é o melhor que eu? Qual é o outro que tem aí o tempo de serviço na carteira, você tem que me contar por quê. Aí ele me disse assim, bem não posso te falar! Eu não posso, já que tu tá assim! Vou dizer, a tua idade não permite, tinha 50 e poucos anos, foi aí que a gente foi apelado pro social, foi ela (a esposa) quem me trouxe na verdade, conheceu o movimento através da freira sei lá, aí a gente foi pro movimento, uns ideais, aí tamo aqui, tem 18 anos, assim, ô, pra morar, entende, primeiro tu não tem mais aquele arrocho que tu tinha antes, tava trabalhando aqui, já pensando que ia voltar pra rua, aqui não tem isso, mais eu tô aqui foi ela que me trouxe, eu por mim sozinho assim nem pensava, nem sabia o que significava isso, inclusive uns tempos antes eu tinha nojo dos sem terras, vagabundos, mais isso já foi [...]. (ADÍLIO, 2018).

Assim, como o senhor Adílio, o assentado Tita, também do mesmo assentamento Belo Monte, vivenciou a flagelo do desemprego. Ficou por quase 20 anos trabalhando de pedreiro. Depois veio para Gravataí, não tendo mais condição de pagar o aluguel, porque ficou desempregado. Foi para acampamento do MTD, onde ficou um ano acampado até sair a área que hoje mora junto com a sua família. Situação essa vivida pela a assentada Chica da Silva, em Vitória da Conquista, no assentamento Carlos Lamarca. Ela morava na periferia da cidade: “morava de aluguel. Aí não podia mais pagar o aluguel, fui para o sem-terra”, ou seja, ingressou no MTD.

O assentado Jayme de Almeida tem mais de 20 anos que mora em Vitória da Conquista, mas antes morou em São Paulo, trabalhou em serviços gerais e na construção civil. Quando perguntando por que entrou no movimento, disse: “entrei para o movimento porque estava pagando aluguel, estava muito caro, difícil de pagar, corri para o movimento”. Ele mora com a mulher e oito filhos, no assentamento Carlos Lamarca. Está desempregado há mais de um ano. Ou seja, ambos estão no desemprego estrutural, excluídos do trabalho formal, eles não estão nem no terceiro grupo de trabalhadores denominado por Bihl (1998, p. 84) como massa flutuante de trabalhadores instáveis.

Para Pinassi (2009, p. 69), é a “mais nova forma em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas ao mercado de trabalho, só que desta vez sem qualquer perspectiva de empregabilidade”. Assim, constitui-se o exército industrial de trabalhadores de reserva da cidade e do campo.

É possível verificar nas narrativas, na história e historicidade dos sujeitos sociais, a baixa qualificação profissional, mesmo para aqueles que declaram que possuem uma profissão. Na realidade, a condição de ser pedreiro é uma narrativa idealizada e constituída em que sujeito social busca nela se aquilo que ele pretendia ser, enquanto trabalhador. Os discursos correspondem à busca pelo trabalho, mas, todavia, marcados pelo fracasso constante de não conseguir uma colocação, como pode ser observado nas narrativas dos assentados. Os discursos desses sujeitos sociais aparecem carregados de ambivalência, como diz Guimarães (2009, p. 149) “diante do que já foram, um dia, ou do que sonharam ser, eles se sentem e se declaram” (desempregados). Porém, “face às exigências da vida imediata”, da necessidade de lutar pela sobrevivência, os sujeitos sociais passam a viver dentro de uma rede de solidariedade, principalmente nos acampamentos e assentamentos, sejam na questão da alimentação, ao partilharem o pouco que têm, seja quando conseguem algum trabalho que requer mais de um trabalhador para ser realizado.

A construção discursiva desses trabalhadores apresenta uma grande diversidade em relação à trajetória de vida e profissão. No assentamento Dandara, em Vitória da Conquista, aparecem alguns exemplos dessa diversidade. O caso dos assentados Leônidas da Silva aposentado, trabalhou de pedreiro, morava na periferia, por um tempo na casa de parente, depois foi morar com sua família, pagando aluguel. Entrou para o movimento ao ver a possibilidade de ter o seu próprio lugar. O assentado Domingos da Guia entrou no movimento “pela necessidade”, depois que “separou deixou a casa para a mulher”. Descreve ele: “trabalhava de ajudante de pedreiro, não trabalho mais por causa da diabetes que me tirou de circulação”, hoje, ele vive com os seus dois filhos. O assentado Zizinho morava de aluguel no bairro Vila América, em Vitória da Conquista-BA, trabalha à noite de auxiliar de produção, em uma indústria. Mora no assentamento, com a esposa e o filho. O assentado Gilberto Cardoso está desempregado há um ano e meio, situação essa que, de acordo com ele, piorou “com a mudança de governo, ficou brabo a situação.” Vive de fazer bico e com a ajuda da família.

O discurso dos sujeitos sociais revela a precariedade em que cada um está. A privação do trabalho expressa a situação profissional do passado e do presente, caracterizando-se pela luta constante no engajamento com que esses sujeitos buscam no cotidiano alguma atividade laboral para sobreviver. Conforme Guimarães (2009, p. 149), a “sobrevivência torna-se assim a categoria-chave, mais fortemente, do que trabalho, para desvendar o mecanismo através do qual os sujeitos conferem à sua situação”. No mundo do desemprego, cada sujeito social passa a viver em “torno de uma atividade que, embora possa gerar alguma espécie de remuneração, se constituiu num projeto que, pelo seu significado subjetivo, dá sentido à situação.”

Os assentamentos do MTD possibilitam que os trabalhadores busquem, fora do assentamento, algumas atividades laborais. No geral, são atividades sem vínculo empregatício. Segundo Fleijas Solich, “são diaristas, pedreiros, carpinteiros”, assim, “além do lote buscam alternativas de trabalho, fora do assentamento”. A proximidade dos assentamentos com cidade favorece a que os assentados façam outras atividades. Vale ressaltar que nenhum assentamento, em Vitória da Conquista-BA, recebeu qualquer tipo de crédito, para desenvolver a produção. Os assentados “trabalham na construção civil, diarista. Aqui no Zumbi dos Palmares não conheço nenhum que tem vínculo empregatício.” (FLEIJAS SOLICH, 2018).

O MTD se caracteriza como um movimento *sui generis*, na sua forma de atuação. Ao desenvolver a sua ação nas periferias urbanas, ao mesmo tempo dialogando com os

movimentos sociais do campo, na busca de uma ação conjunta em prol da classe que vive do mundo do trabalho. No espaço urbano o movimento vem atuando junto com outros movimentos sociais, no sentido de fortalecer a luta social e unir a classe trabalhadora nas periferias urbanas.

6.2 TERRITÓRIO E MTD

Na luta do MTD, o território é fundamental, pois com a estratégia de ação defendida pelo movimento, os assentamentos são espaços sem padrões, nem empregados, onde todo poder é do povo assentado, que o exerce por meio de discussões e decisões coletivas, em assembleias e reuniões de núcleos de familiares. Os assentamentos passam a ser o espaço da territorialização da atuação do movimento. É o território apropriado e constituído com base na coletividade. Nesse sentido a territorialização é um processo social que se constitui, sobretudo na busca de uma identidade política e ideológica na formação cultural dos sujeitos sociais que compõem o movimento social e territorial. Nesse sentido, o processo de territorialização para o MTD constitui-se na sua práxis. Os militantes do MTD, assim entendem o território:

Nós, enquanto movimento, percebemos que é no território que a gente consegue organizar as pessoas, tem as experiências das nossas ocupações, a gente consegue firmar mais a organização do movimento, ter mais influência nos espaços, em alguns momentos de fases iniciais. Nos acampamentos, é possível você ter uma administração total do território, [...], na situação que vamos verificando mais de perto. Na ocupação, em Gravataí, você já pode ver que é um território totalmente aberto, totalmente ligado à periferia aqui da cidade. Então você tem tanto as características das outras comunidades daqui da periferia de Gravataí, tanto dos atores que estão no território, mas existe uma busca por parte do movimento para, de fato, ocupar espaços do território. Agora, a nossa experiência, a gente consegue fazer isso com mais resultados positivos nas ocupações. Porque que eu digo que nós conseguimos fazer isso? É porque nós temos uma série de outras experiências de organização do MTD, em núcleo de bairros já consolidados, no município aqui e na região metropolitana de Porto Alegre. (MURILO, 2017).

O território, assim, adquire um sentido de classe social que é constituída nos núcleos de bairro, onde o movimento tem o primeiro contato com as trabalhadoras e trabalhadores das periferias, passando pelas ocupações, até chegar ao assentamento. Dessa forma, o território passa a refletir a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral (RAFFESTIN,1993, p. 158). De acordo com o

assentado (ADÃO, 2017), na sua história de vida, ele retrata essa percepção da multidimensionalidade do sujeito social que é atraído pela coletividade do movimento social:

Eu trabalhei em obras, depois fui para o curtume. Aí depois fui para a estrutura metálica, até final de 2001, logo em seguida, fico desempregado. Aí entro no movimento. Com uma expectativa de uma vida melhor, junto a um trabalho social. Eu gostei muito do trabalho social, eu não tinha conhecido o trabalho social, não tinha visto o trabalho social, sempre trabalhando de empregado. (ADÃO, 2017).

O território para o assentado (ADÃO, 2017) passa a ser o lugar do trabalho social, da transformação do trabalhador alienado dos meios de produção, para um sujeito crítico, que incorpora na sua fala a importância do movimento para a diferenciação entre o trabalho no assentamento e o trabalho vivenciado fora dessa realidade, enquanto empregado que, cada vez mais, torna-se um trabalhador precarizado por causa das exigências do mercado.

Para Freitas Solich, um dos coordenadores do MTD de Vitória da Conquista, ao ser perguntado o que o território significa para o movimento, o mesmo descreve:

Significa tudo, a luta é territorial, porque dentro desse território, que a gente vive dentro de uma sociedade, capitalista que representa, a gente acaba reproduzindo, todos os vícios dessa sociedade, individualismo, da posse, mas dentro do território em que o movimento “tem um controle, não o controle do chicote obviamente” mais um controle no sentido de fazer um diálogo, permanente com as pessoas, a gente conseguir introduzir outros valores dentro do território, o fato de a gente ter um território consolidado, que as pessoas se identifique o território que se articule, que faz parte do MTD, faz com que a gente tenha por exemplo reuniões quinzenais, converse, dialogue a gente veja esse território como uma comunidade, no sentido de um território comum mesmo, uma coisa comum, como os problemas são comuns, as conquistas também são comuns. (FREITAS SOLICH, 2017).

A organização do MTD parte do território. Conforme Ferreira (2018): “O movimento se organiza em grupos de base e coordenações por território, nos bairros, favelas e periferias das grandes cidades. Como forma de buscar os direitos da classe trabalhadora [...]”. Todo o processo de luta se constitui nos territórios onde o movimento está presente. A relação cidade-campo configura-se como o território de atuação do movimento.

Portanto, compreender essa interface requer perceber o movimento que o MTD faz na sua própria trajetória. A especificidade do MTD e o que diferencia dos outros movimentos está na sua capacidade de compreender a cidade-campo como uma unidade dialética e a compreensão dessa unidade dialética converge para a análise da totalidade da sociedade. A pesquisa realizada nos territórios de atuação do MTD contribui para entender como esse

sujeito social com origem rural ou não, ou seja, um sujeito híbrido, insere na luta, na busca para ter um pedaço de terra. Para Freitas Solich, “como a gente está muito próximo a cidade, o nosso sujeito é um sujeito meio híbrido, ele é rural quando está dentro do assentamento e urbano quando está na cidade”. Ele é as duas coisas, de acordos com as entrevistas realizadas nos assentamentos, percebe-se na história de vida dos trabalhadores/as o seu lugar de origem sendo recriado e reinterpretados a partir do contexto em que ele se insere no movimento. Passando a refletir, as “diferentes formas, nas práticas e estratégias por eles adotadas em seu dia-a-dia (MARQUES, 2006, p. 182)”, no assentamento e no urbano.

Assim, eles vão recriando, revelando, os motivos que levaram a entrar no movimento. Como foi dito anteriormente, no “sistema capitalista as terras só são acessíveis para quem dispõem de capital”. Para Frida Kahlo (2018), assentada do Zumbi dos Palmares, a “vida no campo é muito difícil para quem não tem terra para plantar, [...] a “vida na cidade é boa para quem tem dinheiro [...] para quem não tem é um sofrimento só.”

7 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou analisar as estratégias adotadas pelo MTD para o processo de territorialização na Bahia e no Rio Grande do Sul, fundamentado no estudo das ações dos sujeitos sociais que compõem o movimento. Analisar o território significa buscar compreender as contradições existentes no modo de produção capitalista e analisar essas contradições é um dos caminhos para explicar o surgimento de movimentos sociais que têm como objetivo a luta social. O MTD surge dentro de um contexto de crescimento do desemprego estrutural no país, advindo dos novos processos de produção. O resultado dessa realidade nas grandes e médias cidades brasileiras e a falta de moradia resulta em uma massa crescente de trabalhadores precarizados ou desempregados, que não tem onde morar e viver de forma digna.

Os impactos da reestruturação capitalista se revelaram como mais avassaladores sobre a classe trabalhadora, em destaque sobre trabalhadores com baixa qualificação profissional, os primeiros a sofrerem com a perda de suas atividades no mercado de trabalho. As transformações ocorridas na reestruturação capitalista intensificaram o desemprego, aprofundaram o desemprego estrutural e a crescente precarização das condições de trabalho. A análise realizada possibilitou compreender como as relações sociais, econômicas e políticas vêm se tecendo no mundo do trabalho na cidade e no campo, permitindo, assim, entender como os trabalhadores estão inseridos nesse processo que precariza a classe trabalhadora.

Ao estabelecer o diálogo entre o teórico e o empírico, tendo como plano de fundo a ação do MTD, esta tese analisou o conceito de trabalho na sua dimensão social e histórica, mostrando, de forma empírica, a compreensão do MTD sobre o trabalho. Os sujeitos sociais que estão no movimento são trabalhadores desempregados e precarizados pela maneira desumana como a classe trabalhadora tem acesso, ou não, aos meios de subsistência no modo capitalista de produção. A escala de atuação do movimento está na interface do campo/cidade.

As estratégias adotadas pelo MTD para o processo de territorialização na Bahia e no Rio Grande do Sul possibilitaram compreender as contradições sociais no território, geradas pelo desenvolvimento desigual e contraditório, e as consequências para aqueles que estão desprezados, expropriados, despossuídos dos meios de produção no mundo capitalista.

Ao discutir a ação do MTD, como movimento social classista que tem na sua estratégia de atuação a interface campo e cidade, o território como lugar de atuação e

materialização das duas lutas, observou-se que o movimento vem organizando nas periferias das grandes e médias cidades, os trabalhadores que sobrevivem de atividades laborais precarizadas, quando inseridos no mercado de trabalho. No espaço urbano, estes sujeitos sociais trabalham na construção civil (como ajudantes de pedreiro, pintores, eletricitas), são lavadores de carro, trabalham nas feiras livres, fazem pequenos serviços domésticos, como diaristas, vendem cosméticos de porta em porta, ou são vinculados a empresas terceirizadas, onde ocupam postos para a realização de serviços gerais e de limpeza. Muitos somam as fileiras de trabalhadores que se encontram nas estatísticas do desemprego estrutural e não conseguem mais nenhum tipo de trabalho remunerado, que dependa de patrões, e vivem apenas de bicos, da solidariedade de vizinhos e benefícios sociais pagos pelo governo.

A atuação do MTD nos espaços periféricos das grandes e médias cidades revela as contradições engendradas no/pelo capitalismo e mostra a realidade da classe trabalhadora, alijada do mercado de trabalho. Nas periferias das cidades de Vitória da Conquista-BA e na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a ação do MTD promove a organização coletiva de trabalhadores em busca da conquista de terra, moradia e oportunidades de geração de renda fora dos espaços urbanos, mas em áreas contíguas às cidades, em espaços situados entre a cidade e o campo, espaços esses denominados pelo MTD como rururbanos. São assentamentos que visam o trabalho na terra, mas também possibilitam aos assentados continuarem desenvolvendo atividades laborais na cidade por causa da sua proximidade. Os assentados passam a organizar as suas vidas se dividindo entre o trabalho na terra, principalmente pequenas hortas e criação de animais de pequeno porte, e realizar pequenos trabalhos nas cidades. A terra em que vivem com suas famílias garante o direito à moradia, alimentação e sobrevivência e a reprodução social no território. Enquanto o acesso à cidade permite que ele busque outras fontes de recursos, que lhes permitem a permanência no assentamento.

A compreensão que o MTD possui e defende sobre o que denomina como classe trabalhadora se estabelece com base na plasticidade do trabalho, pois amplia e aprofunda a complexidade do conceito de proletariado no marxismo, portador apenas da força de trabalho, e se situa em um horizonte mais amplo e complexo de significados identitários, históricos que colidem e se antagonizam com as imposições materiais do capitalismo contemporâneo e das suas variadas e sobrepostas formas de opressão. Na relação campo e cidade é possível apreender a plasticidade vivida pelo assentado, no sentido em que o movimento realizado por esse trabalhador no território, mostra a informalidade, a precarização vivida no cotidiano das relações sociais no capitalismo.

Para compreender melhor a ação do movimento, tornou-se necessário identificar a forma como ele se organiza e, para tanto, foi analisada a ação do MTD nos municípios de Vitória da Conquista, na Bahia, Gravataí e Eldorado do Sul, no Rio Grande do Sul, sobre um olhar cuidadoso nos assentamentos do movimento existentes nesses territórios.

Após os estudos feitos nesta pesquisa, foi possível concluir que o MTD se organiza em grupos de base (trabalho de base, grupo de mulheres, grupos de discussão e produção), coordenações por território nos bairros, favelas e periferias das grandes e médias cidades, mas também por possui coordenações estaduais e nacional. Nas áreas em que se faz presente, o MTD mantém ocupações, pré-assentamentos e assentamentos, que ora contam tão somente com a liderança do MTD, ora contam com o apoio de outros movimentos de luta pela moradia, como o MOTU e o CMP. Os territórios em que o MTD está presente possuem diferentes histórias e se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento. Os processos históricos de cada território remetem ao desenvolvimento da luta do movimento, como também à história de vida dos militantes que nelas permanecem. O movimento tem um enraizamento maior em municípios do Rio Grande do Sul e na Bahia, especialmente, no município de Vitória da Conquista.

Como forma de buscar os direitos da classe trabalhadora, o movimento lança mão de diversas formas de luta, como ocupações, marchas, atividades de denúncia, eventos culturais nas periferias, construção de creches públicas, entre muitas outras.

O MTD é um movimento social e territorial que busca, na mobilização da classe trabalhadora nas periferias urbanas organizar os trabalhadores precarizados ou desempregados em luta por direitos e necessidades mais imediatas. Na busca da emancipação da classe trabalhadora, o movimento compreende que a luta deve ser conduzida pelos próprios sujeitos sociais, sem intermediários (governos, políticos, partidos, vanguardas etc.). Assim, defende a autogestão dos meios de produção pelos próprios trabalhadores nas áreas ocupadas e a autonomia dos trabalhadores em relação a produção e reprodução das suas vidas e das suas famílias.

Ainda sobre a forma de organização do MTD, cabe destacar que quinzenalmente, os assentados realizam encontro com as lideranças do MTD para discutirem a situação dos Assentamentos, as estratégias de luta e resistência, as reivindicações junto aos órgãos responsáveis pelo reconhecimento da área e outras demandas de serviços públicos.

No Rio Grande do Sul, em Gravataí, um dos territórios escolhido para esta pesquisa, o Assentamento Portal dos Pinheiros, por ser mais próximo da cidade, o Assentamento tornou-se predominantemente uma área moradia. Nele, apenas 10 % dos assentados cultivam

a terra e produzem, na horta comunitária, hortaliças, milho, feijão e aipim, além da criação de galinhas.

A maioria dos assentados trabalha no espaço urbano. As casas são precárias e, mesmo morando entre dois bairros que possuem infraestrutura, os assentados não têm água encanada, nem energia elétrica. Nota-se que o poder público da cidade de Gravataí ignora a existência do Assentamento, negando-lhes o direito a serviços básicos como água, luz, saneamento, coleta de lixo, saúde, educação. Sofrem, portanto, o abandono do poder público as 21 famílias dos assentados do MTD e as outras 340 famílias que ocuparam a área com moradias na última década.

Em Eldorado do Sul, a segunda área estudada, o Assentamento Belo Monte representa o processo de organização mais avançado do que os outros assentamentos do MTD. Por se uma área reconhecida e desapropriada para fins da reforma agrária, a associação responsável pelo Assentamento conseguiu acesso a créditos rurais do governo federal e, desta forma, todos os assentados conseguiram construir as suas casas. Entretanto, mesmo sendo área rural, apenas cinco famílias, das 48 que ocupam a área, conseguem viver apenas do que produzem na terra. Os outros assentados alternam o trabalho no assentamento com o trabalho na cidade. Sobre a produção agrícola nas hortas, produzem cenoura, rabanete, rúcula, alface, couve, berinjela, abóbora, mandioca, batata doce, alho, cebola e milho. Além disso, alguns assentados possuem abelhas e desenvolvem a apicultura. Existem, ainda, alguns tanques em que os assentados se dedicam à piscicultura. Quase todos possuem criações, seja de vacas, cavalos, porcos ou galinhas. De tudo que produzem, a maior parte é para consumo das famílias, mas há também os itens produzidos para o Programa da Merenda Escolar e outros que são comercializados nas pequenas feiras das cidades próximas ao Assentamento.

Em Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, os estudos realizados nos Assentamentos Zumbi dos Palmares e Carlos Lamarca e Pré-Assentamento Dandara revelam e demonstram diferentes níveis de organização dos Assentamentos e do movimento no município. O Assentamento Zumbi dos Palmares é constituído por 19 famílias. Nele, todos os assentados conseguiram construir as suas casas, por conta própria, sem nenhuma ajuda governamental. Alguns assentados dividem o seu tempo entre trabalho no assentamento e no espaço urbano, mas nenhum deles vive apenas da terra. No Assentamento Carlos Lamarca, são 19 famílias assentadas, mas a falta infraestrutura, equipamentos, água encanada e energia dificulta a vida no assentamento e o cultivo da terra. Por ser uma área de mata de cipó, a dificuldade é maior ainda. Sem máquinas ou equipamentos para limpar o terreno e arar a terra, os assentados somente cultivam pequenas plantações de mandioca e feijão para a sua

subsistência. Nem todos os assentados conseguiram fazer a sua roça. As casas são bastante precárias e algumas foram construídas com restos de construções e outros materiais coletados no lixo. O acesso ao Assentamento é outro empecilho; todos reclamaram da dificuldade de sair do Assentamento para ir à cidade. Mas, mesmo assim, eles reconhecem que é melhor estar no Assentamento, sem pagar aluguel, do que ficar morando na cidade, sem ter condições de nela permanecer. No Pré-Assentamento Dandara, a precariedade é enorme. Mesmo ocupada, a área ainda não foi reconhecida pelo Incra. Localizada em região semiárida do município, o solo é seco e de difícil cultivo. Além disso, apesar de ser muito próximo da cidade, no local não tem água encanada ou luz elétrica. Nesse Assentamento, os trabalhadores vivem na extrema pobreza. Das 19 famílias assentadas, apenas duas possuem casas construídas com tijolos. As outras foram construídas com material encontrados em lixões e restos das construções civis.

A escala de reivindicações e cobrança do movimento está entre o poder Municipal, Estadual e Federal. As interfaces desses três poderes públicos fazem o movimento criar e recriar estratégias de luta para colocar em pauta as suas reivindicações e fazer o enfrentamento em prol das suas demandas. Os entraves jurídico, político e ideológico, a morosidade, revestida de burocracia, dos órgãos públicos responsáveis pelo reconhecimento das áreas ocupadas têm rebatido sobre os assentamentos não regularizados, inviabilizando projetos e comprometendo a sobrevivência de inúmeras famílias de trabalhadores e trabalhadoras.

A luta do MTD perpassa não só pelo processo permanente da reestruturação do trabalho no modo de produção capitalista, mas também se dá em cada novo acampamento, a cada territorialização materializada em assentamentos. Em toda nova etapa surgem novos problemas. As necessidades vão acompanhando o movimento, seja no trabalho de base nos bairros periféricos, seja na ocupação, no acampamento ou no assentamento. Assim, as reivindicações são permanentes em todo o processo de luta do movimento.

A pesquisa empírica nos Assentamentos do MTD revelou, por meio das falas dos entrevistados, que a sua atuação nesses diferentes espaços contribui para explicar a formação de novos territórios ocupados por trabalhadores em luta. Nos assentamentos, há, de fato, um processo de territorialização promovido pelo MTD, entretanto esse território ocupado pelo movimento nem sempre é o mesmo território legitimado pelos órgãos de Estado. Ou seja, apesar de ocuparem um espaço e nele constituírem o seu território de vida e luta, esse espaço, de direito, nem sempre pertence aos trabalhadores vinculados ao MTD. Dessa forma, eles continuam a luta pelo direito de ter o território, para que os trabalhadores nele vivam e

trabalhem. Nesse sentido, território e territorialização são processos importantes na luta do movimento, pois neles suas lutas se implementam, se ampliam e se reproduzem. Para o MTD, o território representa e é constituído pela dialética das relações sociais travadas no cotidiano da luta.

Compreender a luta do movimento, a produção de espaços denominado pelo movimento de rururbanos, na relação cidade-campo, requer analisar a perspectiva de luta do movimento, bem como o seu desafio. Assim, as mudanças e as transformações ocorridas no espaço urbano impõem uma constante reinterpretação da reconstrução do marco teórico para que, dessa forma, seja possível fazer uma análise das questões sociais advindas da relação capital trabalho e os seus impactos na dinâmica da vida dos trabalhadores na cidade e no campo. Esse sujeito social é um trabalhador que passa a ser explorado na totalidade das relações no mundo de trabalho. As contradições impostas pelo sociometabolismo do capital impactam as formas de ser da classe trabalhadora e as (des)identidades territoriais e elas concernentes, busquem envolver-se na releitura crítica da fragmentação do território oriunda da divisão social e técnica do trabalho, base da plataforma de luta do MTD.

Assim sendo, buscando dar curso ao objetivo central desta pesquisa, qual seja: analisar as estratégias adotadas pelo MTD para o processo de territorialização, na interface campo/cidade, na Bahia e no Rio Grande do Sul, por intermédio do estudo dos sujeitos sociais que compõem o movimento e suas formas de organização, é possível afirmar que, ao fim deste trabalho de pesquisa, compreendeu-se que as estratégias do movimento para o processo de territorialização incluem o processo de conscientização dos sujeitos sociais nas periferias urbanas, que sofrem com o desemprego, vivem em moradias temporárias ou improvisadas e se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Quando mobilizados, os sujeitos ingressam no movimento e estão prontos para as ações de ocupação de áreas, dentre aquelas reivindicadas pelo movimento junto ao poder público; ao se encontrarem nas áreas ocupadas, cabe aos assentados, com o apoio do movimento, continuarem na luta pela sobrevivência, enquanto pressionam o Estado pela sua regularização. Regularizada a área, as associações são formadas para que os assentados logrem acesso a serviços e recursos públicos para a construção de moradias, implantação dos projetos e trabalho na terra.

A pesquisa, ora realizada, demonstra que as estratégias utilizadas pelo MTD junto aos trabalhadores são exitosas e a conquista do território é um resultado concreto da luta por eles realizada no processo de produção de suas existências. Entretanto, compreende-se, também, que esta tese apenas aponta uma das leituras e possibilidade de compreensão e entendimento desse fenômeno social. Assim sendo, com ela, não se pretende que o debate sobre a temática

seja encerrado, mas que tudo quando aqui investigado sirva de elementos iniciais para novas pesquisas que desta possam derivar, seja por este autor ou por outrem que se proponham a verticalizar e aprofundar os estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paul; CORDERO, Allen (Ed.). *Movimientos sociales en América Latina: In: Movimientos sociales en America Latina: perspectivas, tendencias y casos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. Libro digital, PD Movimientos sociales en América Latina: perspectivas, tendencias y casos. CLACSO, 2017.

ALVES, C. C. Neoliberalismo e o cotidiano das escolas. **Revista AEC**, Brasília, 1996, n. 100, p.27-35.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: 3 ed. Práxis, 2009.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização**. Londrina: Editora Práxis, 2001

ALVES, Giovanni. **O Duplo Negativo do Capital**: Ensaio sobre a Crise do Capitalismo Global. Praxis, Bauru, 2018.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Estudos do Trabalho**, 2011, Ano V, n. 8, p. 1-31.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

ANTUNES, Ricardo. A constituição do proletariado e sua práxis revolucionária. IN: NETTO, José Paulo. **Curso livre Marx-Engels**: A criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015, p. 97-114.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). São Paulo: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

BALTAR, Ronaldo. Discussões sobre a relação estado e classes dominantes. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, 1996, v. 1, n. 1, p. 18-23.

- BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, v. 31, n. 62, 2016, p. 271-298.
- BECKER, Marc. The stormy relations between Rafael Correa and social movements in Ecuador. **Latin American Perspectives**, 2013, v. 40, n. 3, p. 43-62.
- BEYNON, Huw. A destruição da classe operária inglesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1995, v. 27, n. 10, p. 5-27.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re) visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2004.
- BIHR, Alain; BRANT. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Boitempo, 1998.
- BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte; PÉREZ, Maria Luz Mardesich. A revolução cultural baseada na educação no Estado Plurinacional de Bolívia. **Currículo sem fronteiras**. Rio de Janeiro (RJ), 2018, vol. 18, n. 1 (jan./abr. 2018), p. 71-102.
- BOAVENTURA, Edvaldo M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- BOGO, Ademar. Método de Planejamento. *In: Como fazer o trabalho de base e organização popular*. Método de trabalho de base e organização popular. São Paulo, 2009, p. 105-112. (Caderno de Formação, n. 38.)
- BOGO, Ademar. Trabalho de base e a abrangência do método. *In: Como fazer o trabalho de base e organização popular*. Método de trabalho de base e organização popular. São Paulo, 2009, p. 85-104. (Caderno de Formação, n. 38.)
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, 2005, v. 2, n. 1, p. 68-80.
- BOYER, Robert. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1992.
- BOYER, Robert. Alternativas ao fordismo: uma análise provisória. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 35, p. 15-51, 1986.
- BRASIL DE FATO. **MTD reafirma compromisso com a luta urbana**. 02 de Maio de 2015, Acesso em: janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/31958/>
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. – [Reimpr.]. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social. Tese de Doutorado – Geografia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia Brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, 2002, v. 1, n. 18.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, 2004, ano, v. 3, p. 07-13.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “Organização” à “Produção” do Espaço no movimento do Pensamento Geográfico. *In*: Carlos, Ana Fani; Souza, Marcelo; Sposito, Maria Encarnação (org.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço urbano e movimentos sociais. **Boletim de Geografia Teorética**, 1992, n° 43-44, p.147-153.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Rogerio; MIDIAN, Sophia. Ocupação na área central de Vitória da Conquista. **Oficina de Notícias**. Ano 02, nº2. Vitória da Conquista, Ba: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, setembro de 2002.

CELLARD, André. **A análise documental**. *In*: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

CHAUÍ, Marilena. A história no pensamento de Marx. *In*: BORON, A. A. *et alii*. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.**, São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. *In*: SADER, Eder. **Quantos novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 117-150, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Produção do espaço e conflitos territoriais: Expropriação da terra e exploração da natureza. *In*: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes *et alii* (Orgs.). **Geografia e Conjuntura Brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

CORRÊA, Roberto L. Análise crítica dos textos geográficos: breves notas. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, 2º. Semestre de 2003, n.14, p.7-18.

CORREIO DO POVO. **Dia de tensão na área invadida em Gravataí**. Porto Alegre, p.7, quarta-feira, 24 de maio de 2000a.

CORREIO DO POVO. **Invasores ganham prazo até o dia 31**. Porto Alegre, p.8, sexta-feira, 26 de maio de 2000b.

CORREIO DO POVO. **Invasor deixa na 5ª vizinhança da GM**. Porto Alegre, p.18, terça-feira, 30 de maio de 2000c

CORREIO DO POVO. **Sem-tetos concretizam a invasão anunciada**. Porto Alegre, p.19 Alegre, sexta-feira, 2 de junho de 2000d

CORREIO DO POVO. **Proprietários e invasores entram em acordo**. Porto Alegre, p. 13, sábado, 3 de junho de 2000e

CORREIO DO POVO. **Invasores ficam no sítio em Gravataí**. Porto Alegre, p.8, quinta-feira, 14 junho de 2000f.

CORREIO DO POVO. **Reintegrada área próxima da GM**. Porto Alegre, p.16, sábado, 24 de junho de 2000g

CORREIO DO POVO. **Invasores querem negociar sua saída**. Porto Alegre, p.20, quarta-feira, 28 de junho de 2000h

CORREIO DO POVO. **Desempregados estão na Capital**. Porto Alegre, domingo, 10 de dezembro de 2000i.

CORREIO DO POVO. **MTD marcha para CEF e DRTE**. Porto Alegre, p.6, segunda-feira, 11 de dezembro de 2000j.

CORREIO DO POVO. **MTD reivindica casas financiadas**. Porto Alegre, p.5, terça-feira, 12 de dezembro de 2000k

CORREIO DO POVO. **Estado desapropria 450 hectares**. Porto Alegre. quarta-feira, 13 de dezembro de 2000l.

CORREIO DO POVO. **Desempregados expandem ação**. Porto Alegre, p.6, domingo, 21 de janeiro de 2001m.

CORSI, Francisco Luiz. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. In: BATISTA, Ronaldo Leme; ARAÚJO, Renan. (Orgs.). **Desafios do trabalho**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 17-54.

DA COSTA, Rogério Santos. Resistência institucional do Mercosul frente aos movimentos de ruptura democrática sul-americanos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 883-902, 2019.

DA SILVA, Luiz Fernando; COSTA, Gisele C. Fim do ciclo político dos governos de Frente Popular (“Progressistas”) Sul-americanos? **Espacio abierto**: cuaderno venezolano de sociología, 2018, v. 27, n. 1, p. 23-35.

DAMIANI, A. L. **Novos caminhos da geografia**. Contexto, São Paulo. 2001.

DE OLIVEIRA, Ramon. **Globalização e as reformas do ensino médio e da educação profissional nos anos 90**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 4).

DRUCK, Graça. Flexibilização e Precarização do Trabalho—um estudo comparativo França-Brasil. **Plano de estudos/Estágio Pós-doutoral**, Paris, Centre de Recherche sur Les Enjeux Contemporains em Santé Publique-Universidade de Paris XIII/EHESS/INSERM—Paris—France, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família**, da Propriedade Privada e do Estado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FABRINI, João E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, 2011, v. 7, n. 07, p. 97-112.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. **NERA**. Artigo do Mês: março de 2008. ISSN: 1806-675. Disponível em: www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/marco2008.pdf.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, 2000, n.15, p.59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista del Observatorio Social de América Latina-OSAL**, 2005, Ano VI, n.º 16, enero-abril.

FERNANDES, Florestan. **Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil**. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo (Orgs.). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Nacional, 1972, p.105-120.

FERNANDES, Leonardo. MST e MTST: Você realmente conhece esses movimentos? **Brasil de Fato**. São Paulo (SP), 25 de outubro de 2018. Acesso em: março de 2019: Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/mst-e-mtst-voce-realmente-conhece-essas-organizacoes/?fbclid=IwAR3oJOJkqykRkihsNG1pNiI-zicfO7IDDj4bd_VfHHBhawe1Y4d_rMEjy5o.

FERREIRA, Kleybson. Movimento de Trabalhadores por Direitos estreia coluna no Brasil de Fato. **Brasil de Fato**. São Paulo (SP), 06 de setembro de 2018. Acesso em: 09 de setembro de

2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/06/movimento-de-trabalhadores-por-direitos-estrela-coluna-no-brasil-de-fato/>

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica marxista**, v. 32, p. 107-126, 2011.

GALVÃO, José Lima dos Santos. Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista. FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini (org.). **Geografia agrária** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p.p. 75 - 87.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 81-89, mai./ago. 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: Cegraf / UFG, 1991.

GOOGLE EARTH-MAPAS. Acesso em: dezembro de 2016. Disponível em: <https://earth.google.com>

GOULART, Patrícia Martins. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD e Suas Estratégias Contra o Desemprego. 2001. **Dissertação**. (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**: revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, ano V, p.109-120, 1985.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; DEMAZIÈRE, Didier; SUGITA, Kurumi; BRITO, Murillo Marschner Alves de. **Desemprego, uma construção social**: São Paulo, Paris e Tóquio. [S.l.: s.n.], 2009

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 set. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente à crise. *In*. Scherer-Warren, I. E; Krister, P. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 191-213.

HAESBAERT, Rogerio. Da desterritorialização à multiteritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiteritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogerio. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 23, 2004, p.35-51.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola. 1998.

HARVEY, David. O neoliberalismo é um projeto político. **Entrevista com David Harvey** conduzida por Bjarke Skærlund Risager. 29 de julho, 2016.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. Space as a key word. *In*: HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**. Towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

HENRIQUE, W. Pela continuidade da geografia crítica. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol. VII, nº 400, 25 de septiembre de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-400.htm> [ISSN 1138-9796].

HOUTART, F. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *In*: BORON, A. A.; *et al.* **A teoria marxista hoje**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 421-430.

IANNI, Octavio. **"A sociedade global"**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

IANNI, Octávio. Relações de produção e proletariado rural. In: QUEDA & SZMRESCSANGI (org.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo, Ed. Nacional, 1976, p. 148-159.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBAÑEZ, Pablo. Guerra fiscal e território brasileiro: o caso do setor automotivo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005..

IBGE. **Malha Municipal** 2010. Acesso em: janeiro de 2018. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>

IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Acesso em 20/03/2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

IBGE. **População estimada**. Acesso em maio de 2019. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>

INCRA/PNUD. **O Incra e o Assentamento**. s/d. Acessado em: 29 de agosto de 2019. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais: teoria e prática em questão. In: Scherer-Warren, I. E Krister, P. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 246-275.

KÄRNER, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: Scherer-Warren, I. E Krister, P. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 19-34.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo**, neodesenvolvimentismo, socialismo. Expressão Popular, 2016.

KRISCHKE, Paulo J. Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base. In: SCHERER-WARREN, I. E KRISTER, P. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 276-297.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ver. E ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Maria do Céu. Do território desejado ao lugar possível. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFCHL/USP, 1997.

LISBOA, Josefa Bispo de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. **Terra Livre**, 2015, v. 2, n. 29.

LUCITA, E. Que venga lo que nunca ha sido. **Cuadernos del Sur**, Buenos Aires, n. 33, abr. 2002. Acesso em: 10/05/2018. Disponível em: <http://www.anticapitalistes.net>.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985[1913].

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. Demitidos da vida: quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)? **Dissertação**. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

MARQUES, Marta. Inez. Medeiros. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Agrária**. Ano 2006, nº5, pp. 170 – 185. ISSN: 1809-6271.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudente de Geografia**, Presidente Prudente, SP, nº19/20, nov.1997, p.26-41.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARX, Karl. **A miséria de la filosofia**. México: Siglo XXI, 1987

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte *In*: MARX, Karl; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, Vol. III.

MARX, Karl. **O Capital** [Livro I] crítica da economia política. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl. **O Capital**. vol. 1, t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. O processo de produção do capital. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro I: 2v.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. 6 vols.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. vol. I, tomo II.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1986, p.125-128.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escriba, 1968.

MENEZES, Hilário José. A produção do espaço e a relação rural urbano: O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em Vitória da Conquista-BA. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe – NPGeo/UFS. São Cristóvão/SE, 2011.

MENEZES, Sócrates Oliveira. De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: a Geografia do (des) trabalho. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe – NPGeo/UFS. São Cristóvão/SE, 2007.

MENDONÇA, Marcelo R. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

MÉSZAROS, Istvan. A Crise Estrutural do Capital. **Outubro**. nº 04, São Paulo, 2000.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofensiva socialista**. Alternativa ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONETA, Márcio de Aguiar Vasconcelos. O MTD e a mobilização pelo trabalho autogestionário no Brasil urbano contemporâneo. **Dissertação**. (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2010.

MONTAÑO, Carlos; LÚCIA, Duriguetto Maria. **Estado**, classe e movimento social. Cortez Editora, 2011.

MORAES, Antônio Carlos.R. **Geografia**: pequena história crítica, 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia, a geograficidade e o diálogo das ontologias. In **GEOgraphia**, ano VI, nº 1. Niterói: PPGeo-UFF, 2004.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MOREIRA, Ruy. Os Quatro Modelos de Espaço-Tempo e a Reestruturação Espacial Brasileira. In: MOREIRA, Ruy (Org). **A Reestruturação Espacial do Estado do Rio de Janeiro**. Geografia - GERET/NEGT/GECCEL. Niterói, 2003.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

MTD. **Texto base para uma nova formula estratégica**. 2015

MTD. Assentamento Portal dos Pinheiros. **Boletim Informativo do MTD**. Gravataí, RS, 2016a.

MTD. **Linhas Gerais do Projeto**. Assentamento Portal dos Pinheiros. Gravataí, RS, maio de 2016b.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade**. Rabisco Criação e Propaganda Ltda., 1968.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 465-549.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 49-61, 1997.

OLIVEIRA, M. de. A globalização e a problemática do terceiro mundo. **Revista AEC**, Brasília, 1996, n. 100.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. Expressão Popular, 2006.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. Editora Unesp, 2013.

PELOSO, Ranulfo. Cartilha. **Luta popular e modelo orgânico**. Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – Cepis, 2012.

PELOSO, Ranulfo. Como fazer trabalho de base. *In*: **Organização popular**. Método de trabalho de base e organização popular. São Paulo, 2009. (Caderno de Formação, n. 38). (47-51).

PERICO, Rafael Echeverry. *Identidade e território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PESSÔA, V. Geografia e Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GeoUERJ**, 1, ago. 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682>. Acesso em: 23 set. 2015.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital**: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINASSI, Maria Orlanda. El lulismo, los movimientos sociales en Brasil y el lugar social de la política. **Herramienta**. n. 46, Año XV, mar./2011.

PINASSI, Maria Orlanda. Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. **Pegada**, v. 9, n. 2, 2008.

PINHEIRO, Jair. Novos movimentos sociais classistas. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010.

PIZETTA, Adelar João.: Origens, implicações e mecanismos para combatê-los. **Caderno de Formação n° 38**: “Método de trabalho de base e organização popular”. Setor de Formação - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. outubro de 2009, p. 131 a 147.

PLEKHANOV, Guirgui Valentinovitch. **O papel do indivíduo na história**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales en el siglo XXI**: perspectivas y herramientas analíticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Libro digital, PDF. (Democracias en movimiento).

PRADO JR, Caio. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRIETO, G. F. T. Rosa Luxemburgo e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei nº 11.628 de 14 de maio de 2001**. (publicada no DOE nº 91, de 15 de maio de 2001). Acesso maio de 2018. Disponível: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.628.pdf>.

RIO GRANDE DO SUL. Gabinete da Reforma Agrária. **Termo de concessão de uso**. Porto Alegre, RS. 30 de dezembro de 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. **Termo de Cooperação 2546/2014**. Porto Alegre-RS. 03 de dezembro de 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Movimentos Sociais**. UNICAMP. Textos Didáticos, 1993.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Violência contra Movimentos populares e Resistências. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 1, 2011.

ROS, César Augusto da. As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002). 2006. 475 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. Reflexões sobre a luta antineoliberal. **Revista del Observatorio Social de América Latina-OSAL**, n. 15, 2004.

SALERNO, M. S. Flexibilidade, organização e trabalho operatório: elementos para análise da produção na indústria. **Tese**. Doutorado em Engenharia da Produção. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola Politécnica, Departamento de Engenharia de Produção, 1991, 232 p.

SANTOS, Ariovaldo. Migração e força de trabalho: notas para debate. **Pegada**, Presidente Prudente, SP.v. 7, n. 1, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2006 (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. da crítica da geografia a uma geografia crítica São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982, p.9-27

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Thiago Araujo. Lulismo e Movimentos Sociais: Uma Reflexão a partir da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), 2003-2017. **Pegada**, v. 19, n. 3, p. 102-116, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. História, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. *In*: SCHERER-WARREN, I. E KRISTER, P. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-53.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina-caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, 2008. v. 21, n. 54.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. Apresentação. *In*: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil—Introdução. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 13-36, 2004.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), n. 32, p. 89-109, 2012.

SCHNEIDER, Mark. Além do Consenso de Washington: Reflexões” sobre equidade, Democracia e Conflito na América Latina. **Revista Debates**, v. 2, n. 1, p. 20, 2008.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e Sociedade**: Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2000.

SEOANE, José. Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, 2006.

SICSÚ, João. Governos Lula: a era do consumo. **Texto para Discussão**, Instituto de Economia UFRJ, v. 21, 2017.

SILVA, Marineide Maria. O mosaico do desemprego. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

SILVA, Armando Correia da. Contribuições à crítica da crise da geografia. In: SANTOS, Milton (coord.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.13-24.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná *et alii*. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales y escenario político: las nuevas inflexiones del paradigma neoliberal en América Latina. **Observatorio social de América latina**, p. 19-20, 2007.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales y nuevo escenario regional: Las inflexiones del paradigma neoliberal en América Latina. **Sociohistórica**, n. 19-20, 2006.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 54-85.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Metabolismo do Capital no Campo no Estado de São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan (horas.). **Desafios do trabalho: Capital e luta de classe no século XXI**. Maringá, PR: Editora Práxis, 2003.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. (Des)ordem societária e territorial do trabalho: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Capital, trabalho, território e sustentabilidade: a Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. **Agrária**, v. 9, n. 18, 2014.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação e centralidade do trabalho (as contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe). **Pegada**, v. 13, n. 2, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho (repensar autocrítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). **Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, p. 7-40, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por uma geografia do trabalho. **Pegada**, v. 3, 2002.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória. **Pegada**, Presidente Prudente, SP. v. 4, n. 1, 2011

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 11, 2007

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 239-265, 2005.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe**: uma interpretação marxista do mundo globalizado. Expressão Popular., 2007.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ZIBECHI, Raúl. **Los movimientos sociales latinoamericanos**: tendencias y desafíos. **Revista del Observatorio Social de América Latina-OSAL**, Buenos Aires, n. 9, ene. 2003. Disponible en: <<http://osal.clacso.org/espanol/html/frevista.html>>

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Centro de Ciências Naturais e Exatas

Programa de Pós-Graduação em Geografia

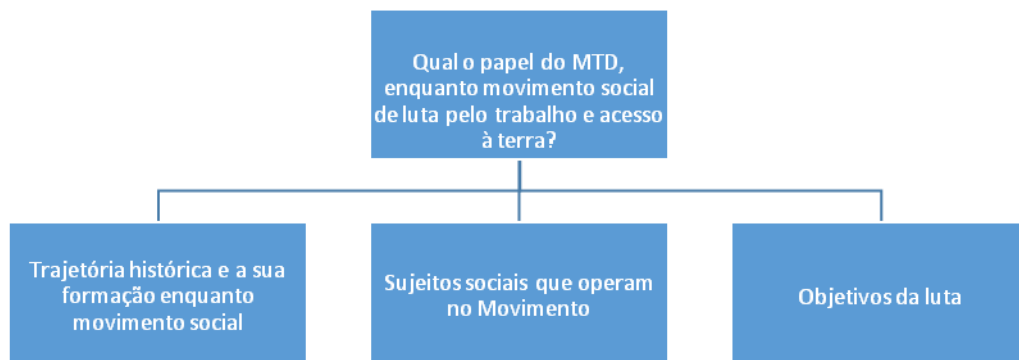
Professor Orientador: Eduardo Schiavone Cardoso

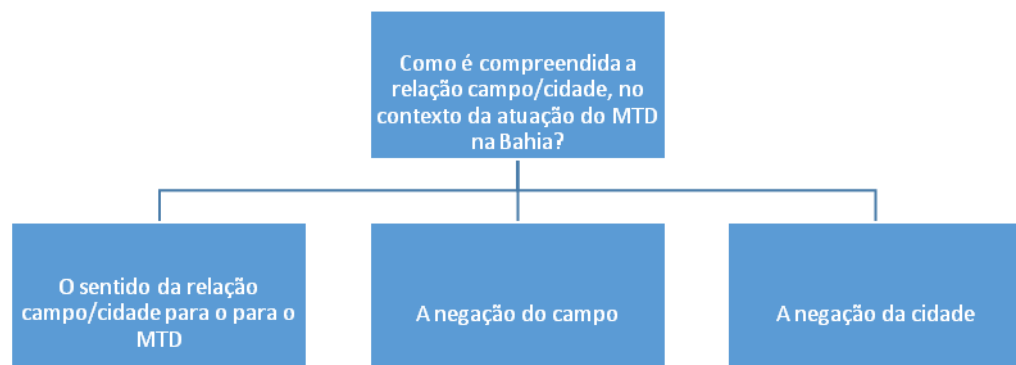
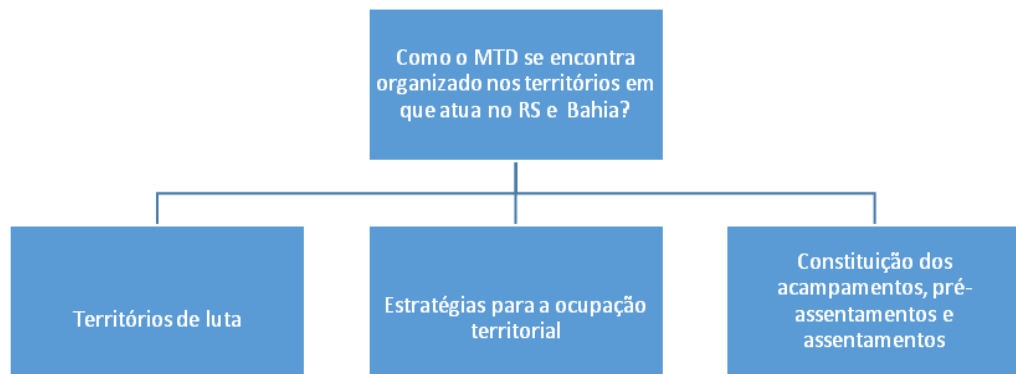
Aluno: Hilário José Menezes

Roteiro de entrevista para o MTD de Gravataí, Eldorado do Sul – Rio Grande do Sul e Vitória da Conquista, na Bahia

Apresentação do movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD

- Como está organizado o MTD nacionalmente
- Qual é a origem do MTD (COORDERNAÇÃO DO MTD) – (Objetivo de luta)
- Quem são os sujeitos do MTD (Qual a bandeira de Luta?)
- Contexto histórico
- Como se constituiu o MTD em Eldorado do Sul, Gravataí – RS e Bahia
- Desafios do MTD?
- Estratégia de luta pelo acesso à terra (campo e cidade)
- O que o território significa para o MTD





Estrutura das entrevistas para os assentados:

1. Principais dificuldades no assentamento
2. Avanços no assentamento
3. O que a terra significa para o assentado?
4. Porque entraram no movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos?

História de vida dos assentados

1. Origem dos assentados: campo ou cidade? Nome do lugar de origem?
2. Como era a sua vida antes de entra no MTD?
3. Profissão? (mundo do trabalho) precarização ?
4. Como é a relação campo cidade?

ANEXO 1 – CÓPIAS DE NOTÍCIAS DE JORNAIS

CORREIO DO POVO

GERAL

QUARTA-FEIRA, 24 de maio de 2000 — 7

Dia de tensão na área invadida em Gravataí

Guarda fechou acesso ao terreno, mas integrantes do movimento queriam sair e retornar. Prazo para desocupação termina hoje

Termina hoje, às 8h, o prazo concedido pela juíza Laura Flech, da 2ª Vara da Comarca de Gravataí, para que as cerca de 300 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados que ocuparam o terreno de 11,5 hectares pertencente à prefeitura do município, na madrugada de segunda-feira, deixem o local. A área fica na RS 030, ao lado da fábrica da General Motors. Na manhã de ontem, o clima era tenso no segundo dia do acampamento. Os invasores exigiam a retirada da patrula colocada na entrada do terreno pela Guarda Municipal de Gravataí, para que dois veículos pudessem sair para buscar água e alimentos. Após várias discussões, o chefe da Guarda Municipal, Sebastião Me-

deiros, liberou a saída dos automóveis. "Não podemos permitir que mais pessoas não-integrantes do movimento invadam a área", explicou Medeiros.

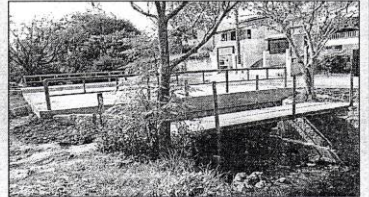
Conforme informações do Departamento Municipal de Habitação de Gravataí (Demhab), o local será destinado à construção de moradias populares. A prefeitura está negociando um convênio com o governo do Estado para possibilitar a legalização e a criação de infraestrutura básica para os ocupantes do loteamento Nova Esperança, também localizado em Gravataí. Atualmente, vivem no local mais de 700 famílias. "Eles (Demhab) ganharam a reintegração de posse, mas vamos recorrer", afirmou o coordenador do movimento, Mauro Cruz.



Patrula impedia saída de invasores que buscariam suprimentos

Jardim Sabará ganha uma nova ponte

A construção de uma ponte na avenida Professor Paula Soares, no bairro Jardim Sabará, na Capital, é alvo de crítica por moradores, que alegam que a altura da obra dificultará a integração com a pista. Para o secretário de Obras e Viação, Celso Knijnik, o modo como a ponte foi construída está correto e resulta de estudos feitos pelo Departamento de Esgotos Pluviais. "Não havia outra maneira de se fazer a obra, já que o fluxo do canal poderia derrubar a ponte."



A estrutura construída em nível elevado sofreu críticas

CHEGOU KELLY

O pneu que vem com tudo!

Preços promocionais.
Aproveite!

De 15 a 31 de maio

Preço

O melhor preço da categoria, máxima economia por quilômetro rodado. Você gasta pouco na compra e ganha satisfação no uso.

Qualidade

Baixo nível de ruído, conforto e resistência a perfurações e impactos. Tração e perfeito escoamento de água, proporcionando rodagem segura em pista molhada.

Profissionalismo

A montagem e todos os serviços são feitos por profissionais treinados na própria fábrica. Tronquilidade total pra você.

Atendimento de especialistas

Pode comprar com toda a segurança. Kelly é recomendado por quem mais entende de pneus: o seu revendedor GOODYEAR.

5 anos de garantia



Revendedores exclusivos GOODYEAR

BAGÉ
Colombo Pneu
Av. Santa Fé, 1100 - Fone: (53) 242-7882

BENTO GONÇALVES
DPaschoal
Av. Osvaldo Aranha, 278
Fone: (54) 452-4800

CACHOEIRA DO SUL
Comercial Köhler
Av. Brasil, 597 - Fone: (51) 722-3827

CANOVA
DPaschoal
Av. Getúlio Vargas, 5183
Fone: (51) 477-6148

CARAZINHO
Bellenzier Pneu
Av. Flores da Cunha, 3507
Fone: (54) 330-1900

CAXIAS DO SUL
DPaschoal
Av. Rubem Bento Alves, 2344
Fone: (54) 224-4444

ERECHINÍ
Unepneu
Rua São Paulo, 94 - Fone: (54) 321-2422

FREDERICO WESTPHALEN
Bellenzier Pneu
Rua Aparício Borges, 535
Fone: (55) 744-3800

ITAQUI
Comercial Itaquí
Av. Borges de Medeiros, 2327
Fone: (55) 433-2002

LAJEADO
Scherer Pneu
Rua Silva Jardim, 211 - Fone: (51) 714-3753

NOVO HAMBURGO
DPaschoal
Av. Nações Unidas, 3247
Fone: (51) 594-3377

PANAMBI
Cotripal
Rua Gaspar Martins, 331
Fone: (55) 375-3232

PASSO FUNDO
DPaschoal
Av. Brasil Oeste, 3052
Fone: (54) 314-2400

PELOTAS
DPaschoal
Rua Marechal Deodoro, 859
Fone: (53) 227-8000

Triberal Pneu
Rua Marçílio Dias, 1919
Fone: (53) 225-6667

PORTO ALEGRE
C.G.A. Pneu
• Av. A. J. Renner, 200 - Fone: (51) 374-2266
• Av. Pernambuco, 1155 - Fone: (51) 342-7095

DPaschoal
• Av. Bento Gonçalves, 5300
Fone: 0800-511818
• Av. Padre Cacique, 891
Fone: 0800-511818
• Av. Assis Brasil, 3999
Fone: 0800-511818
• Av. Sertório, 1170 - Fone: 0800-511818

Lojas Wilson
• Av. Farrapos, 703 - Fone: (51) 221-6600
• Av. Assis Brasil, 8487 - Fone: (51) 364-1132

RIO GRANDE
DPaschoal
Rua 24 de Maio, 613/615
Fone: (53) 231-2888

SANTA CRUZ DO SUL
Rojão Pneu
Rua 23 de Setembro, 854
Fone: (51) 715-2727

SANTA MARIA
Santa Maria Pneu
Av. N. Sra. das Dores, 85
Fone: (55) 222-7678

SANTA ROSA
Bellenzier Pneu
Rua Tuparendi, 473 - Fone: (55) 512-6465

SANTO ÂNGELO
Missioneira Pneu
Rua 15 de Novembro, 754
Fone: (55) 312-4310

SÃO BORJA
Roda Pneu
Av. Pres. João Goulart, 369
Fone: (55) 431-1195

SÃO LEOPOLDO
DPaschoal
Av. Sen. Salgado Filho, 3004
Fone: (51) 568-1155

SANTANA DO LIVRAMENTO
Carretera Pneu
Av. João Goulart, 1835
Fone: (55) 242-3127

SANTIAGO
Itú Pneu
Rua Tito Becon, 1875 - Fone: (55) 251-2828

VACARIA
DPaschoal
Av. Moreira Paz, 888 - Fone: (54) 232-1355

METRIC RADIAL
KELLY

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DO RS - SIPERGS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do RS - SIPERGS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os psicólogos a se fazerem presentes na Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 01/06/00, com primeira chamada às 18h30min e segunda e última chamada às 19h, na sede da entidade, sito à Rua Hoffmann, 724, nesta capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Eleição de delegado para o 9º CECUT
- 2) Encontro de psicólogos conselheiros municipais de saúde
- 3) Conferências: III Estadual e XI Nacional de Saúde
- 4) Psicólogos aprovados no concurso 01/98 - SUSEPE

Porto Alegre, 30 de maio de 2000.
MAURO FERNANDO SCHMIDT
Pres. SIPERGS



COMUNICADO

A COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - comunica aos interessados que estará recebendo, no próximo dia 05/06, às 14 horas, a proposta das empresas que prestam o Serviço de Telefonia Móvel Celular, na área de concessão que compreende o Estado do Rio Grande do Sul, para análise da contratação de prestação dos referidos serviços.



AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 2000/243 (7409) Infra Regional Porto Alegre (RS); OBJETO: Contratação de serviços de desenho técnico na Infra Regional Porto Alegre Engenharia (RS); LOCAL/DATA/HORA DE REALIZAÇÃO: Infra Regional Porto Alegre (RS), situada na Av. dos Estados, 1545, térreo, Porto Alegre (RS), em 14.06.2000, às 14h30min; OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço acima, das 11 às 16h, até dia 12.06.2000, mediante pagamento de R\$ 5,00; Informações pelo telefone (51) 373-1613, das 12 às 18h.

PAULO ROBERTO GOULART SCHAVINSKI
Gerente de Núcleo A



EDITAL Nº 204 - CONCURSO PÚBLICO Nº 356 -MOTORISTA - CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Secretaria Municipal de Administração CONVOCA os candidatos classificados no CONCURSO PÚBLICO Nº 356 - MOTORISTA - abaixo citados, para comparecerem no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 131, de 01.06.1999, na Coordenação de Seleção e Ingresso - Rua Siqueira Campos, 1300 - 9º andar - sala 901 - fim de tratar de suas nomeações e encaminharem os exames complementares de ingresso. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência do candidato à nomeação no referido cargo.

16º - ROGERIO PETTER ALMEIDA
19º - ALDO JOSE DE OLIVEIRA JOAQUIM

Porto Alegre, 30 de maio de 2000.
RENÉ MACHADO DE SOUZA - Coordenador de Seleção e Ingresso

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE TRIUNFO SINDCONSTRUPÓLO EDITAL - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Triunfo, no uso das suas atribuições estatutárias convoca todos os integrantes da categoria profissional pertencentes a sua base territorial que compreende o município de Triunfo, para assembleia geral extraordinária, a ser realizada no dia 31 de maio de 2000, às 17h30min, em primeira chamada e em Segunda chamada às 18h com qualquer número de participantes, no auditório do sine no III pólo petroquímico de Triunfo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia.

1. Deliberar sobre a conveniência ou não de negociar para realização de acordo que enseje Convenção, inclusive por empresas;
2. Caso afirmativo, discussão e aprovação de PAUTA DE REIVINDICAÇÕES que delimitará as bases a serem pleiteadas;
3. Deliberar sobre a conveniência ou não pelo arbitramento;
4. Em caso de malogro das negociações ou negativas de formalização de convenção coletiva, inclusive por empresas, deliberar sobre a conveniência ou não de instauração de dissídio coletivo Originário ou Revisão de dissídio coletivo, caso afirmativo, bases do pedido;
5. Deliberar sobre autorização à diretoria da entidade sindical ou comissão de negociações da federação dos trabalhadores para negociar com as categorias econômicas ou empresas, podendo essas aceitar propostas, constituir procuradores e firmar acordos, inclusive acordos aditivos;
6. Deliberar sobre a autorização da entidade impetrar dissídio ou, se for o caso, revisão de dissídio coletivo em caso de fracasso das negociações;
7. Deliberar sobre os valores ou percentual a ser descontados e recolhidos aos cofres do sindicato para fins de contribuição de assistência técnica e social da entidade.

Triunfo, 29 de maio de 2000.
VALDEMIR ESTRAN - Presidente

HOMOSSEXUAIS — O Pleno do Tribunal Regional Federal julgará amanhã o agravo regimental do INSS que contesta o despacho da presidência do TRF favorável à pensão para homossexuais. Em 26 de abril, o juiz Manoel Lauro Volkmer de Castilho negou o pedido de suspensão da liminar que equipara as relações homossexuais às heterossexuais para fins previdenciários.



MINISTÉRIO
DA FAZENDA



**COMUNICADO
CONCORRÊNCIA 006/2000**

OBJETO: seleção de pessoas físicas e/ou jurídicas para comercializar por meio de Regime de Permissão, as loterias administradas pela CAIXA, na categoria USL. Comunicacao que, após análise dos documentos apresentados na Concorrência acima, foi publicado nesta data, no Diário Oficial da União, o resultado de julgamento da habilitação preliminar. O prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis inicia-se a partir de dia 31/05/2000. Informamos que cópia da Ata encontra-se afixada nas dependências da CPL/PO, rua dos Andradas, 1234, 12º andar, Porto Alegre/RS, das 10h às 16h. Maiores informações poderão ser obtidas através da Central de Atendimento ao Cliente - DISQUE CAIXA, fones 230-0101 (capital) e 0800-55-0101 (interior).
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/PO

EDITAL DE CITAÇÃO DE MARCO ANTONIO OLIVEIRA CRESPO, QUE ENCONTRA-SE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.

VARA/COMARCA: 4ª Vara Cível de Pelotas, RS. PRAZO DO EDITAL: 20 dias. AÇÃO: Busca e Apreensão nº 22195093178. AUTOR: BANCO FIAT S/A. RÉU: MARCO ANTONIO OLIVEIRA CRESPO. OBJETO: CITAÇÃO do requerido, para contestar, querendo, a ação, no prazo de três (03) dias contados da data do edital, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela autora na inicial. SERVIDORA: Isaura da Costa Mendes. JUIZ DE DIREITO: Luiz Thomaz Ribeiro dos Santos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS AVISO DE CONCURSO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis comunica que encontram-se abertas até o dia 07 de junho, as inscrições para o Concurso Público para os cargos de FISCAL (01 vaga) E TÉCNICO DE ENFERMAGEM (02 vagas). Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis - Rua Sete de Setembro, 330 - Telefone (54) 281.1088 - Ramal 204.



AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2000

Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social: Gerência Executiva em Pelotas/RS.
Objetivo: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma e melhoria no prédio do INSS em Bagé/RS.
No item 2.11 - alínea "a"
Onde se lê: 01 (dois) ou mais atestados de capacidade técnica.....
Leia-se: 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica.....
O restante do Edital permanece inalterado.

GERSON SILVEIRA MENDONÇA
Gerente Executivo
INSS/Pelotas/RS



AVISO DE LICITAÇÕES

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições, considerando o Ato nº 8.812, de 26 de maio de 2000, e deliberação do Conselho Diretor tomada em sua Reunião nº 118, de 24 de maio de 2000, torna público que fará realizar Licitações para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em áreas específicas, onde concessionária ou autorizada, da respectiva Região, não tenha previsão de atendimento até 31 de dezembro de 2001, e que receberá:

Referente à Licitação nº 001/2000/SPB-ANATEL, no dia 14 de julho de 2000, às 9h, no Miniauditório da Anatel - situado no 2º andar do Bloco E - Edifício Deputado Luis Eduardo Magalhães - Quadra 6 - Setor de Autarquias Sul, Brasília/DF, os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnicas para os Municípios constantes da Região I do Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2.4.1998, relacionados no Anexo I do Edital de Licitação.

Referente à Licitação nº 002/2000/SPB-ANATEL, no dia 28 de julho de 2000, às 9h, no Miniauditório da ANATEL - situado no 2º andar do Bloco E - Edifício Deputado Luis Eduardo Magalhães - Quadra 6 - Setor de Autarquias Sul, Brasília/DF, os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnicas para os Municípios constantes da Região II do Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2.4.1998, relacionados no Anexo I do Edital de Licitação.

Referente à Licitação nº 003/2000/SPB-ANATEL, no dia 4 de agosto de 2000, às 9h, no Miniauditório da ANATEL - situado no 2º andar do Bloco E - Edifício Deputado Luis Eduardo Magalhães - Quadra 6 - Setor de Autarquias Sul, Brasília/DF, os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnicas para os Municípios constantes da Região III do Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2.4.1998, relacionados no Anexo I do Edital de Licitação.

Os Editais de Licitações encontram-se à disposição dos interessados na secretaria da Comissão Especial de Licitação, situada no 5º andar do Bloco E - Edifício Deputado Luis Eduardo Magalhães - Quadra 6 - Setor de Autarquias Sul, Brasília/DF, cujas aquisições poderão ser feitas a partir do dia 30 de maio de 2000, em dias úteis, no horário das 9 às 12h e das 14 às 17h, mediante: a) ressarcimento dos custos de cada cópia do Edital e do meio magnético para gravação dos dados pontuáveis das Propostas Técnicas, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) recolhidos, pelo interessado, em nome da Agência Nacional de Telecomunicações, no Banco do Brasil S/A, Ag. 3602-1, conta corrente nº 170.500-8, mencionando o código de identificação nº: 41 3001 41231 002-7; b) apresentação do documento de identidade do interessado, ou cartão de inscrição no CNPJ original ou cópia autenticada, sendo vedada a sua solicitação ou remessa por via postal ou por qualquer forma não prevista no Edital.

RENATO NAVARRO GUERREIRO
Presidente

Invasor deixa na 5ª vizinhança da GM

As 300 famílias que invadiram a área pública com 11,5 hectares nas imediações do complexo automotivo da General Motors, em Gravataí, pretendem deixar o local na quinta-feira, cumprindo o novo prazo concedido pela Justiça. O grupo já alertou que as barracas de lona serão instaladas em outra propriedade. O endereço, porém, não foi revelado. A única certeza é que todos irão deixar o terreno existente nas proximidades da parada 102 de RS 030. "Vamos acatar a decisão judicial", assinalou Claudio Vieira, da coordenação estadual do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

A meta dos coordenadores é fazer com que a organização, com representatividade apenas no RS, se expanda. "Fomos os pioneiros e agora vamos buscar articulações em outros estados", disse Vieira. A coordenação estadual deseja, ainda, que o MTD seja transformado em um mecanismo de pressão contra o desemprego nas esferas federal, estadual e municipal. "Não podemos continuar assistindo de braços cruzados ao fechamento de postos de trabalho", afirmou Vieira. A estruturação do MTD é semelhante à do MST.

Metroplan mostra projeto para Refap

Buscar parcerias de entidades públicas e privadas à viabilização do Programa Integrado para Recuperação da Bacia do Arroio Sapucaia foi o objetivo central do encontro técnico-institucional realizado ontem, na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas. O diretor-superintendente da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), Jorge Branco, apresentou o projeto de investimento e obras, que inclui as bacias dos arroios Feijó e Pampa. Estão previstos seis subprogramas: urbanização e habitação, transporte e sistema viário, drenagem, manejo dos resíduos sólidos, educação ambiental e geração de emprego e renda.

Sem-teto concretizam a invasão anunciada

Em Gravataí, movimento deixou área junto à GM, caminhou cerca de 100 metros e ocupou um sítio que está sendo desapropriado

Os desempregados e sem-teto que no último dia 22 haviam invadido um terreno de 11,5 hectares de propriedade da prefeitura de

Gravataí, localizado ao lado do complexo da General Motors, deixaram a área por determinação judicial, ontem pela manhã, e invadiram outro local. O novo acampamento é em um sítio de 20 hectares, na altura do quilômetro 10 da RS 030, distante aproximadamente 100 metros do anterior. Os invasores já haviam avisado que fariam nova ocupação, mas a Brigada Militar não chegou a tempo de contê-los.

Segundo o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Mauro Cruz, a área atual foi desapropriada pelo governo estadual e oferecida à direção da GM. "Eles não quiseram comprá-la, mas nós queremos formar uma cooperativa neste local", disse. Ele explicou que, na última quarta-feira, foi entregue ao governo do Estado um documento contendo as reivindicações do movimento. A criação de frentes emergenciais de trabalho, a formação de uma cooperativa com os mesmos benefícios concedidos à GM e o assentamento dos trabalhadores em áreas rurais da região Metropolitana são algumas das exigências do grupo.

O filho do proprietário do sítio invadido, o comerciante Ricardo Biesdorf, explicou que a área está sendo desapropriada pelo governo do Estado, mas que a família ainda detém o título de posse e, por isso, ingressará judicialmente hoje com pedido de reintegração. Biesdorf



...até entrar na propriedade que agora estão ocupando, dorf esteve reunido ontem com Cruz, que garantiu a integridade da propriedade e dos cerca de 50 animais nela existentes, entre cavalos e gado de corte. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Sedai) divulgou que a invasão não interferirá nos trabalhos do complexo GM.



Obedecendo à ordem judicial, os invasores saíram da área e foram pela RS 030...

Áreas da BM vão ser regularizadas

Cerca de 3,5 mil famílias serão beneficiadas pelo Projeto de Regularização Fundiária e Recuperação de Residências Funcionais da Brigada Militar, lançado ontem pelo governo estadual. A solenidade, no auditório do Centro Administrativo do Estado, contou com a presença do governador Olívio Dutra. O trabalho está sendo desenvolvido em conjunto pelas secretarias Especial da Habitação (Sehab) e da Justiça e Segurança. O objetivo é fazer a regularização jurídica, física e social de áreas públicas administradas pela BM onde residem, há mais de dez anos, famílias de civis e de policiais militares.

Em Porto Alegre, o projeto atinge as vilas João Pessoa, São Miguel, Clarel, Linha do Tiro, Bororé e Chá-cara dos Bombeiros, além dos residências da própria BM conhecidos por vilas Soldado João e Aparício Borges. No interior do Estado, a regularização beneficiará os residenciais de Lavras do Sul, Rio Grande, Montenegro, Capela de Santana, Três Passos, Jóiá, Passo Fundo, Santa Maria, Vacaria e Livramento.



Governador compareceu à solenidade

Câmara regula as cercas eletrificadas

A Câmara Municipal aprovou ontem, por unanimidade, o substitutivo do projeto de lei do vereador João Bosco Vaz (PDT) que trata da instalação de cercas energizadas destinadas à proteção de perímetros. O projeto prevê que as empresas ou pessoas físicas responsáveis pela instalação de cercas deverão possuir registro no Crea e um engenheiro eletricista como responsável técnico. A prefeitura efetuará, via Smov, a fiscalização do equipamento que precisa obedecer a normas técnicas internacionais. Informações e especificações técnicas: (51) 220-4227.



BANCO DO BRASIL

CNPJ 00.000.000/0001-91



AVISO DE LEILÃO

O BANCO DO BRASIL, torna público que realizará Leilão Oficial regido pelos termos dos Editais e pela Lei 8.666, de 21.06.93; Local: Largo Vespasiano Júlio Veppo, 77, Porto Alegre; Data: 20.06.2000 às 20 horas; serão alienados os seguintes bens:

ARROIO DO MEIO (RS)

- Fração de terras com 6,85ha, sem benfeitorias, Picada Arroio Leão, Zona Rural; Lance mínimo: R\$ 5.000,00.
Edital e informações na Ag. Santa Cruz do Sul (RS); Tel.: (0xx51) 713.1409

BOM RETIRO DO SUL (RS)

- terreno com 674,62, sem benfeitorias, rua Duque de Caxias; Lance mínimo: R\$ 4.200,00.
Edital e informações na Ag. Estrela (RS); Tel.: (0xx51) 721.1111

CACEQUI (RS)

- Gleba urbana com 28.433,20m², sem benfeitorias, rua Lauro Leitão esquina Barros Cassal; Lance mínimo: R\$ 11.000,00.
- Residência com 62,44m², terreno com 484m², na Tiradentes, 398; Lance mínimo: R\$ 14.500,00.
Edital e informações na Ag. Cacequi (RS); Tel.: (0xx55) 254.1282

CACHOEIRA DO SUL (RS)

- Gleba rural com 5,50ha, com benfeitorias (quatro galpões em madeira e alvenaria) com 3.717,21m², Boa Vista, confluência da BR 290 com BR 153; Lance mínimo: R\$ 186.000,00.
Edital e informações na Ag. Cachoeira Sul (RS); Tel.: (0xx51) 722.4422

CERRITO (RS)

- terreno com 385m², sem benfeitorias, Vila Bandeira; Lance mínimo: R\$ 1.000,00.
Edital e informações na Ag. Pedro Osório (RS); Tel.: (0xx53) 255.1233

DOM PEDRITO (RS)

- Galpões para secagem e armazenagem de cereais, com equipamentos com 1.604,62m², terreno com 2.787,84m², rua Alan Kardes, 490; Lance mínimo: R\$ 78.000,00.
Edital e informações na Ag. Dom Pedro (RS); Tel.: (0xx53) 243.3022

IMBÉ (RS)

- Residência com 256,50m², terreno com 622,50m², rua Getúlio Vargas, 362, Balneário Presidente; Lance mínimo: R\$ 36.000,00.
OBS.: O imóvel encontra-se ocupado.

- Terreno com 300m², sem benfeitorias, rua Getúlio Vargas, quadra B18, lote 28, Balneário Presidente; Lance mínimo: R\$ 3.300,00
- Terreno com 356,25m², sem benfeitorias, rua Getúlio Vargas, quadra B18, lote 32, Balneário Presidente; Lance mínimo: R\$ 4.200,00.
Edital e informações na URC São Leopoldo (RS); Tel.: (0xx51) 590.1666

JAGUARÃO (RS)

- Complexo industrial para limpeza, secagem e armazenagem de grãos, com 958,81m², terreno com 3,54ha, na Estrada Joaquim Caetano, s/nº, Cerro do Matadouro; Lance mínimo: R\$ 115.000,00.
Edital e informações na Ag. Jaguarão (RS); Tel.: (0xx53) 261.1299

JARI (RS)

- Imóvel rural com 151,28m², benfeitorias totalizando 727,14m², São Bernardo; Lance mínimo: R\$ 271.000,00.
Edital e informações na Ag. Ibirubá (RS); Tel.: (0xx54) 324.1200

MONTENEGRO (RS)

- Predio comercial com 351,25m², terreno com 440m², rua Otávio Dias Ferraz, 675; Lance mínimo: R\$ 24.500,00.
Edital e informações na Ag. Montenegro (RS); Tel.: (0xx51) 632.1366

NOVO HAMBURGO (RS)

- Residência com 195m², terreno com 324m², na União Sul Africana, 132, lote 23, quadra M; Lance mínimo: R\$ 33.700,00.
OBS.: Imóvel ocupado.

- Terreno com 324m², sem benfeitorias, rua União Sul Africana, 110 - lote 27, quadra M; Lance mínimo: R\$ 24.500,00.
- Predio em alvenaria com 901,45m², terreno com 356,25m², rua Domingos de Almeida, 218, Novo Hamburgo (RS); Lance mínimo: R\$ 428.000,00.
- Edificações com área de 1.397m², terreno com 1.900,12m², rua Mena Barreto, 98 e 130; Lance mínimo: R\$ 252.000,00.
Edital e informações na Infra Regional Porto Alegre (RS); Tel.: (0xx51) 373.1632

OSÓRIO (RS)

- Apartamento nº 204 com 103,93m², na Manoel Marques da Rosa, 416; Lance mínimo: R\$ 27.600,00.
OBS.: Imóvel ocupado.

- Sala comercial nº 103 com 63,27m², rua Manoel Marques da Rosa, 416; Lance mínimo: R\$ 17.400,00.
OBS.: Imóvel ocupado.

Edital e informações na URC Porto Alegre (RS); Tel.: (0xx51) 221.0044

PORTO ALEGRE (RS)

- Galpão com 275m², terreno com 299,25m², Av. Polar, 454; Lance mínimo: R\$ 56.100,00.
OBS.: Imóvel sem habite-se e não averbado.

Edital e informações na Infra Regional Porto Alegre (RS); Tel.: (0xx51) 373.1632

- Residência com 170m², terreno com 152m², Av. Mercedes, 38; Lance mínimo: R\$ 117.000,00.
Edital e informações na URC Porto Alegre (RS); Tel.: (0xx51) 221.0044

LOCAL/DATA E HORA DA REALIZAÇÃO: Hotel Continental - Largo Vespasiano Veppo, 77, Porto Alegre (RS), em 20/06/2000, com início às 20h, a ser realizado pelo Leiloeiro Público Oficial Moyses Pedrosa de Moraes; OBTENÇÃO DO EDITAL/CATÁLOGO: Avenida dos Estados, 1545; rua Aurélio Porto, 214, em Porto Alegre (RS), das 8 horas às 18 horas até 24/05/2000. Informações pelos telefones 0xx-51-373.1630/1631/1632/1633, 0xx-51 336.8637 e 0xx-51 336.6978.

PAULO ROBERTO GOULART SCHAVINSKI
Gerente de Núcleo A

Termina a greve de fome dos metalúrgicos

Trabalhadores reuniram-se com Fiergs e sindicato patronal. Federação discorda de que redução de jornada seja boa solução

A greve de fome iniciada na manhã de quarta-feira por 36 metalúrgicos empregados e desempregados concentrados em frente aos portões da Fiergs se encerrou no início da noite de ontem. Durante todo o dia, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT esteve envolvida nas negociações. A categoria reivindica a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução dos salários, e o contrato coletivo nacional, que prevê igualdade de salários, de jornada de trabalho e de di-

reitos de todos os metalúrgicos do país. Pela manhã, a confederação e os sindicatos de Porto Alegre, Erechim, Santa Maria, Caxias e Venâncio Aires entregaram a pauta de reivindicação e a proposta do contrato à Fiergs. "Nós pedimos que a entidade interceda junto aos sindicatos municipais e aos regionais para o andamento das negociações", ressaltou o diretor-executivo da confederação, Marino Vani.

À tarde, a entidade esteve reunida com o sindicato patronal, que se comprometeu a realizar reuniões mensais para que haja avanço no acordo quando chegar a negociação da próxima data-base (em maio do ano que vem). Também houve reunião com o secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Tarcísio Zimmermann, que, segundo o diretor-executivo, se comprometeu a fazer a discussão entre trabalhadores e empresários na luta contra o desemprego. Vani considerou o movimento positivo. "Nós conseguimos sensibilizar a discussão entre empresários e sindicatos." Segundo ele, caso não haja negociação, serão repensadas novas formas de

mobilização da categoria.

O presidente em exercício da Fiergs, Humberto Busnelo, e o dirigente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do RS Décio Becker receberam ontem os trabalhadores em greve. Segundo Busnelo, os metalúrgicos foram recebidos "dentro do espírito democrático e do bom entendimento". A posição da entidade, no entanto, é contrária à redução da jornada de trabalho. "Vemos a geração de empregos por outro ângulo", afirmou, argumentando que a oferta de vagas está diretamente ligada ao ritmo da atividade econômica. Na opinião de Busnelo, a redução da jornada é uma forma artificial de incorporar trabalhadores ao mercado. "Simplesmente dividir a massa salarial existente não resolve o problema", justificou.

Para o presidente em exercício da Fiergs, a redução de jornada tem duas consequências: ou reduz vencimentos, ao dividir por um nú-



Manifestantes encerraram protesto no início da noite, como planejado

mero maior de trabalhadores a massa salarial, ou acarreta aumento de preços para a sociedade, caso os salários sejam mantidos. "Há um aumento de custos que a sociedade terá de pagar." Busnelo ressaltou a validade do debate em torno da questão, mas revelou descrença na medida. Citando a França, onde a jornada foi reduzida, destacou que o efeito na geração de empregos foi de apenas 2%.



Dirigente sindical entregou a proposta a Busnelo (D)

Proprietário e invasores entram em acordo

O segundo dia da ocupação do sítio localizado no quilômetro 10 da RS 030, em Gravataí, foi tranqüilo na manhã de ontem. As cerca de 300 famílias invadiram o terreno de 20 hectares no final da manhã da última quinta-feira; após desocuparem uma outra área de 11,5 hectares, pertencente ao município e localizada junto ao complexo da GM. O proprietário do sítio colocou um trator na entrada da propriedade para impedir que novos carros ou ônibus tenham acesso à área.

Dezenas de barracas de lona já foram erguidas no terreno para abrigar às famílias que esperam uma audiência com o governo do Estado. Eles esperam que as suas reivindicações sejam atendidas para decidirem se permanecem ou não no local. A entrada dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados está sendo feita pela lateral do terreno, conforme um acordo estabelecido com o proprietário. Policiais do 17º Batalhão de Polícia Militar fazem o patrulhamento em frente à propriedade.

Ricardo Biesdorf, filho do proprietário do sítio invadido, informou que a família está avaliando se pedirá a reintegração de posse, já que a área está sendo desapropriada pelo governo do Estado. Durante uma reunião realizada quinta-feira à noite, entre o proprietário e os

invasores, foi acertado que eles podem utilizar uma casa que fica nos fundos do terreno. O local está funcionando como depósito para as doações de alimentos, agasalhos e medicamentos. Também ficou acordada a integridade da propriedade e dos cerca de 50 animais existentes, entre gado de corte e cavalo.

Segundo o coordenador do movimento, Mauro Cruz, o grupo espera se reunir com o governo do Estado para negociar. "Queremos ficar nesta área e formar uma cooperativa com os mesmos benefícios concedidos à GM", salientou o coordenador. O movimento também reivindica o assentamento das famílias em áreas rurais da região Metropolitana e a abertura de novas frentes de trabalho.



Dezenas de barracas de lona foram montadas na área

República da Itália faz 54 anos

Os 54 anos do estabelecimento da república na Itália, ocorrido em 2 de junho de 1946, foram comemorados ontem à noite, em Porto Alegre, com uma cerimônia na sede do consulado. O cônsul da Itália no Rio Grande do Sul, Alberto Cabassi, e a consulesa, Maria Cabassi, receberam autoridades políticas, econômicas e culturais do Estado que compareceram para prestigiar o aniversário da Festa Nacional Italiana.

Durante a comemoração, Cabassi lembrou a importância da data e falou sobre as condições de seu país

nos dias atuais. Segundo o cônsul, o governo de centro-esquerda do presidente Carlo Azeglio Ciampi está trabalhando para impedir que a inflação aumente e para combater o desemprego e os gastos elevados com os aposentados.

A Itália possui hoje uma população de 53 milhões de habitantes. No Brasil, a presença dos imigrantes italianos está concentrada nas regiões Sul e Sudeste. De acordo com dados do consulado, no RS cerca de um terço da população é formada por italianos e seus descendentes.



Cônsul e consulesa promoveram cerimônia para marcar a Festa Nacional Italiana

Novo trecho para a Neusa Brizola

O prefeito Raul Pont, acompanhado de secretários, entrega às 11h de hoje as obras de pavimentação da avenida Neusa Goulart Brizola, entre os bairros Petrópolis e Santa Cecília, e de reconstrução e ampliação do canal do arroio São Vicente. No trecho de 340 metros, compreendido entre a rua coronel Lucas de Oliveira e a rua Santa Cecília, a avenida Neusa Goulart Brizola recebeu asfalto, infra-estrutura pluvial completa e iluminação.

As melhorias na rua, que funcionará como nova alternativa de trânsito da avenida Ari Tarragô até a Protásio Alves, inaugurando a rota Leste/Oeste, receberam investimentos de R\$ 385 mil e foram uma demanda do Orçamento Participativo de 1999.

Já a reconstrução do canal do arroio São Vicente beneficiará 3,2 mil famílias, reduzindo os riscos de alagamentos e melhorando as condições de saneamento. Na solenidade de entrega das obras, será feito o plantio simbólico de cinco mudas de jacarandás. Na extensão da avenida, serão plantadas 53 árvores.

Convênio regulariza loteamento

O Estado assinou ontem, com a prefeitura de Gravataí, um convênio para a regularização do loteamento Vila Nova Esperança, através de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Por intermédio do acordo, a Secretaria Especial de Habitação (Sehab) repassará R\$ 1,4 milhão ao Executivo municipal, em parcelas liberadas conforme o andamento das obras de infra-estrutura na rede de esgoto, água e luz, previstas para iniciar no final deste ano. A área, pertencente ao governo e ocupada há quatro anos por 700 famílias de baixa renda, terá ainda a legalização fundiária. Em contrapartida, cada morador ficará responsável por melhorias em sua residência.

DOCES MOMENTOS ESPERAM VOCÊ!

8ª Fenadoce

2 a 18 de junho de 2000 - Centro de Eventos - Pelotas/RS

Evento comemorativo aos 500 anos do Brasil

Capital de fora nas empresas não será vetado

O presidente Fernando Henrique Cardoso acredita que o Congresso deva aprovar, sem alterações, a proposta de emenda constitucional autorizando a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação. E garantiu que não vetará o projeto quando este chegar às suas mãos. As avaliações foram feitas ontem durante o 7º Fórum Mundial de Editores, que se realiza simulta-

neamente ao Congresso da AMJ, no Rio.

A emenda permitirá a participação de pessoas jurídicas e de até 30% de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. Fernando Henrique falou ainda da necessidade de se estabelecer uma convergência macroeconômica antes da adoção de uma moeda única na América Latina. E voltou a defender a liberdade de imprensa.

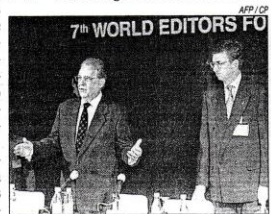
FHC defende o papel da imprensa no seqüestro

'Responsabilidade da mídia nunca foi tão grande'

O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu ontem o papel da imprensa no seqüestro do ônibus, que mobilizou o país na tarde de segunda-feira e resultou na morte de uma refém e do seqüestrador. "O papel da imprensa é mostrar tudo, não esconder", disse o presidente em discurso durante o 53º Congresso da Associação Mundial de Jornais.

Fernando Henrique ressaltou a necessidade de uma maior integração entre os meios de comunicação e a sociedade. E destacou que a res-

pensabilidade da mídia, neste momento de tecnologia avançada, nunca foi tão grande em toda a história.



Presidente falou no Congresso da AMJ, no Rio

parmalat

Grupo Fritzen
Nossa Fritzen
 F:(0XX51) 4761211 F:(0XX51) 4761213

A PARMALAT BRASIL comunica a seus clientes e consumidores, que a partir de 12/06/2000, a distribuição de sua linha de produtos : chocolates Neugebauer, biscoitos e merendas Parmalat e café solúvel Parmalat, passa a ser realizada pela empresa NOSSA DISTRIBUIDORA LTDA, com exclusividade para as regiões de Canoas, Poa, Região das Minas e toda Região Sul do estado, nos canais varejo tradicional até 4 check-out.

A garantia de satisfação de nossos clientes e a excelência na prestação dos serviços de distribuição será mantida, pois a NOSSA DISTRIBUIDORA LTDA é a mais nova empresa integrante do GRUPO FRITZEN, que desde 1984 distribui nossos produtos através da FRITZEN DISTRIBUIDORA LTDA, e dentro de sua estratégia empresarial agora expande seus horizontes no segmento de distribuição, com início desta nova operação.



APLUB.
mais
 você e sua família.

**Renda Mensal programável
 por 5, 10 ou 15 anos.**

Renda Programada é um plano de renda mensal que, na sua falta, garante aos seus beneficiários o cumprimento futuro das despesas de rotina como o pagamento da prestação da casa, do carro e do estudo de seus filhos. E é você quem determina o prazo para o recebimento do benefício, assegurando, ainda, o pagamento de uma 13ª renda anual. Faça um Renda Programada da APLUB e programe agora o futuro de sua família.

• Contribuições dedutíveis do IR • Sorteios mensais de R\$ 50 mil pela Loteria Federal



APLUB
 ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
 LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL

www.aplub.com.br • DDG 0800 51.2179

Loteamento ganha luz após sete meses

Após sete meses de escuridão, o loteamento Nova Granja, em Cachoeirinha, está recebendo energia elétrica. Desde segunda-feira os técnicos da RGE estão fazendo a ligação da rede às casas. A previsão é que até sexta-feira todos os pedidos, já protocolados, sejam atendidos.

O loteamento, com 68 lotes e 45 casas, foi feito com recursos do governo do Estado numa área cedida pela prefeitura. As obras, que começaram em maio do ano passado, foram suspensas em dezembro, quando o local foi invadido. Após negociações entre governo, prefeitura e moradores, as obras foram reiniciadas na semana passada. Segundo o secretário especial da Habitação, Ary Vanazzi, elas devem ser concluídas em 40 dias. Os moradores pedem, agora, transporte e limpeza da área.

A secretária municipal da Habitação, Arceli Garcias, disse que aguarda a conclusão da obra para solicitar uma linha de ônibus.

Invasores ficam no sítio em Gravataí

Cerca de 370 representantes de famílias que invadiram um sítio localizado no quilômetro 10 da RS 030, na última quinta-feira, em Gravataí, permanecem no local por tempo indeterminado. De acordo com o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Mauro Cruz, nenhuma ação de reintegração de posse foi movida.

Vários ocupantes estão realizando trabalhos temporários na região para comprar alimentos. Os invasores continuam aguardando uma reunião com o governo do Estado para negociar a construção de uma cooperativa com os mesmos benefícios concedidos à GM e à abertura de frentes de trabalho. O filho do proprietário do sítio invadido, Ricardo Biesdorf, disse que está sendo estudada uma situação jurídica. "Governo e proprietário necessitam entrar com uma ação de reintegração de posse conjunta", observou.

DIREÇÃO HIDRÁULICA
 ORIGINAL PARA 694 / PARATI 1.0
 APENAS
R\$ 950,00
 À VISTA (preço cheio)
 ACREDITAMOS TODOS OS CARTÕES
 Rua Dona Altina 401 - Porto Alegre
 Fone/Fax: (51) 344 4066

TRT acusa os problemas da greve

Está a cargo de cada juiz a administração das dificuldades de funcionamento, informa presidente

Reintegrada área próxima da GM

A Justiça concedeu ontem, em audiência no Fórum de Gravataí, a reintegração de posse ao Estado da área de 20 hectares vizinha à General Motors (GM) na RS 030, ocupada no dia 1º de junho por cerca de 300 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. A decisão de promover um encontro entre as partes foi tomada pela juíza Laura de Borba Maciel Fleck, ao analisar o pedido de reintegração de posse protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Participaram da reunião representantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai). De acordo com o coordenador da implantação do Complexo Automotivo da General Motors no Estado, Marcelo Lucca, a homologação da reintegração de posse foi feita na 2ª Vara de Gravataí, e as partes irão estabelecer um prazo para que a área seja desocupada.

O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Mauro Cruz, disse que o movimento reconhece a decisão da Justiça, mas que "continuará na sua luta".

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Darcy Mahle, afirmou ontem que só no final da greve dos servidores será possível tomar medidas para recuperar audiências e prazos para recursos e entregas de documentos nas diversas varas. O fato de algumas varas estarem completamente paralisadas e outras funcionando em parte ou com toda a equipe, dificulta uma definição por parte da corregedoria, ficando a cargo de cada juiz administrar as dificuldades, disse Mahle.

Na avaliação do juiz, no último encontro com os representantes das categorias que atuam nos tribunais ficou bem claro que o TRT está empenhado em respaldar os advogados e os cidadãos que buscaram apoio na Jus-



Darcy Mahle

tiça do Trabalho, não permitindo que sofram danos por perda de prazos decorrentes da paralisação. Participaram do encontro os presidentes da OAB, Valmir Martins; da Associação dos Advogados Trabalhistas, Bernadete Schuch; do Sindicato dos Advogados do Trabalho, Oscar Calvetti e representantes do Sindjustra. Bernadete ressaltou que os advogados estão trabalhando num clima de total insegurança. Muitos ficam sabendo que a audiência não será realizada na hora em que chegam aos locais. "O fato de cada juiz decidir o que fazer também gera incerteza. Mas esperamos que ao final da greve uma decisão única prevaleça, permitindo que todos possam recuperar as perdas tidas sem traumas", afirmou.

Expo Noivas apresenta casamento completo

Homens e mulheres envolvidos com os últimos detalhes dos preparativos para o casamento ou que começam a buscar alternativas de preços, organização da festa, convites e, principalmente, a roupa da cerimônia, têm até o dia 2 de julho para en-

contrar tudo isso em um só lugar. A 1ª Expo Noivas reúne, no shopping Praia de Belas, 62 expositores, apresentando todos os tipos de serviços.

Além de preços para todos os bolsos, a feira mostrará as últimas tendências "no mercado de decoração, tecidos e cores." A ideia é que a noiva encontre tudo o que precisa", diz a diretora Ana Lyrie D'Acosta Lopes, da Stand Market, que organiza o evento. O principal atrativo são os vestidos. Dos mais simples aos mais sofisticados, passando pelos exóticos vermelhos e azuis,

eles enchem os olhos e ocupam lugar de destaque em seis estandes.

Para alugar ou comprar, os preços poderão incluir o conjunto completo, com sapatos, luvas e grinalda. Outras lojas ainda oferecem aluguel gratuito do vestido da noiva e o teste de cabelo e maquiagem. O aluguel varia de R\$ 190,00 a R\$ 1,2 mil. Para venda, os vestidos custam entre R\$ 1,2 mil e R\$ 3 mil.

A Expo Noivas ainda apresenta lojas especializadas em altar montado e decoração para festas, roupas para padrinhos, lista de noivas e buffets. Haverá também desfiles e até um casamento de verdade. Dia 2 de julho, às 18h, será sorteado um kit noiva, com o vestido da noiva e o traje do noivo, um dia de noiva, convites, book fotográfico para noiva, filmagem do casamento, estadia para lua-de-mel e a decoração da igreja.



Há 62 expositores apresentando todos os tipos de serviços

Grevistas estarão em Brasília terça

Diversos grupos de servidores públicos federais se preparam para deixar o Estado neste domingo, em direção a Brasília. Organizados em caravanas e representando os órgãos gaúchos que participam da greve nacional, eles pretendem chegar à Capital Federal na manhã de terça-feira. Eles ficarão acampados na frente da Esplanada do Ministérios até quinta-feira, quando o comando nacional de paralisação se reunirá com o ministro do Planejamento, Martus Tavares.

Conforme um dos diretores do Sindicato dos Servidores da Saúde e Previdência (Sindsprev) e um dos representantes do comando estadual, Jorge Moreira, a agenda dos servidores inclui audiências específicas com autoridades dos ministérios da Saúde e da Previdência, quarta-feira. No mesmo dia, a diretoria colegiada do INSS reúne-se com o comando nacional para discutir o corte do ponto dos funcionários em greve do órgão. Como os demais servidores federais do país, os gaúchos estão parados há 44 dias.

SUBBRACK — A família Sudbrack, aproveitando a visita a Porto Alegre de parentes vindos da Alemanha, realiza almoço de confraternização dia 2 de julho, na sede campestre da Ajuris. Todas as pessoas com esse sobrenome no Brasil são descendentes dos irmãos Conrad Friedrich e Gottlieb Dierich Sudbrack, que chegaram ao país em 1851 e 1868, respectivamente. Informações: 332-6786 ou 332-8194.

CORREIO DO POVO
RÁDIO GAÚCHA

21
Embratel

APRESENTAM

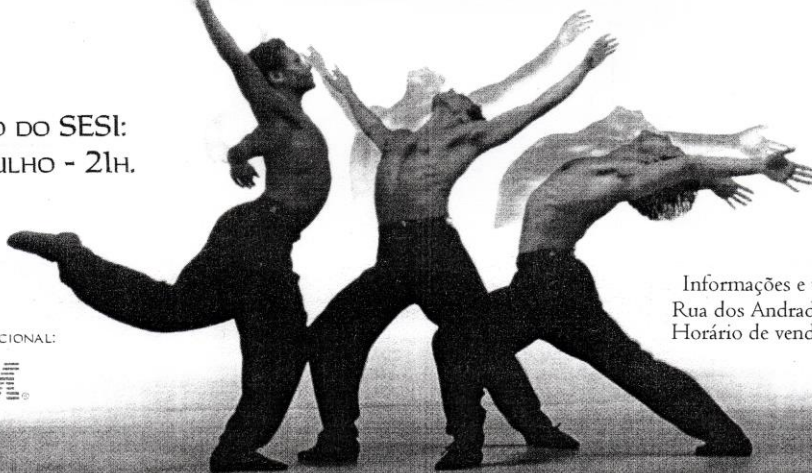


BALLET GULBENKIAN

UMA DAS MAIS IMPORTANTES COMPANHIAS DE DANÇA CONTEMPORÂNEA DA EUROPA. PORTUGAL

DIREÇÃO ARTÍSTICA IRACITY CARDOSO.
COREOGRAFIAS DE: IRÍ KYLIAN, MERYL TANKARD E RUI HORTA.

TEATRO DO SESI:
15 DE JULHO - 21H.



Informações e vendas: 215 6123
Rua dos Andradas nº 972 - Centro
Horário de venda: 10:00 às 17:00h

PATROCÍNIO NACIONAL:

IBM



MINISTÉRIO DA CULTURA



FUNDAÇÃO GULBENKIAN



FESTIVAL DE INVERNO DE PORTO ALEGRE



SORINA



HOTEL PLAZA SÃO RAFAEL



TEATRO DO SESI

Antares

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 265
CONCURSO PÚBLICO Nº 387 - ASSISTENTE SOCIAL
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Secretaria Municipal de Administração CONVOCA as candidatas classificadas no CONCURSO PÚBLICO Nº 387 - ASSISTENTE SOCIAL - abaixo citadas, para comparecerem no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 530, de 24.01.2000, na Coordenação de Seleção e Ingresso - Rua Siqueira Campos, 1300 - 9º andar, a fim de tratar de sua nomeação e encaminhar os exames complementares de ingresso. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência da candidata à nomeação no referido cargo.

38ª - IONE MARIA DORR CALOY
39ª - LEONARA MILETTO TONETTO
40ª - LISETTE ROSALIA GOMES DA ROSA
41ª - JOANA OLIVIA FERNANDES
42ª - LIZETE CARNEIRO DE OLIVEIRA
43ª - GELSA ROCHA DA SILVA

Porto Alegre, 28 de junho de 2000.
RENÉ MACHADO DE SOUZA - Coordenador de Seleção e Ingresso

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 267
CONCURSO PÚBLICO Nº 388
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Secretaria Municipal de Administração CONVOCA os candidatos classificados no CONCURSO PÚBLICO Nº 388 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - abaixo citados, para comparecerem no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de entrega da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 534, de 24.01.2000, na Coordenação de Seleção e Ingresso - Rua Siqueira Campos, 1300 - 9º andar, a fim de tratar de suas nomeações e encaminhar os exames complementares de ingresso. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência do candidato à nomeação no referido cargo.

11ª - RONALDO BARRÓS ADORNES
12ª - ALMIR CLEINER GALLO DOS SANTOS

Porto Alegre, 28 de junho de 2000.
RENÉ MACHADO DE SOUZA - Coordenador de Seleção e Ingresso

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 262
CONCURSO PÚBLICO Nº 386 - NUTRICIONISTA
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

O Secretário Municipal de Administração CONVOCA as candidatas classificadas no CONCURSO PÚBLICO Nº 386 - NUTRICIONISTA - abaixo citadas, para comparecerem no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 530, de 24.01.2000, na Coordenação de Seleção e Ingresso - Rua Siqueira Campos, 1300 - 9º andar, a fim de tratar de suas nomeações. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência do candidato à nomeação no referido cargo.

1ª - SONIA PORTELLA DO CANTO
2ª - ELIANA STELA AGUIAR DE CARVALHO
3ª - JANAINA SBROGLIO
4ª - JAQUELINE DA SILVA DUTRA
5ª - HELGA SCHILLER BARCELLOS
6ª - VANIA MARIA FRANTZ
7ª - SANDRA MARA BARBOSA DE SOUZA
8ª - CINTIA SOLLA MARTINS

Porto Alegre, 28 de junho de 2000.

RENÉ MACHADO DE SOUZA - Coordenador de Seleção e Ingresso

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 13
CONCURSO PÚBLICO Nº 387 - SMA - ASSISTENTE SOCIAL
CONVOCAÇÃO

O Departamento Municipal de Habitação CONVOCA as candidatas classificadas no CONCURSO PÚBLICO Nº 387 - SMA - Assistente Social - abaixo citadas, para comparecerem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de entrega da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 539, de 24/01/2000, na Equipe de Recursos Humanos - Av. Padre Cacique, nº 708, 2º andar, a fim de tratar de suas nomeações e encaminhar os exames complementares de ingresso. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência das candidatas à nomeação no referido cargo.

CIDRIANA TERESA PARENZA - 35ª LUGAR
LUCIANE SCHEUFELER - 36ª LUGAR
NILENE MARIA NALIN - 37ª LUGAR

Porto Alegre, 26 de junho de 2000.

ROSÂNGELA LIZARDO
Chefe da Equipe de Recursos Humanos / CAD
Matr. 1476.1 - DEMHAB

SANTA CASA — O ministro da Saúde, José Serra, assinou ontem contrato com a Caixa Econômica Federal para o financiamento de R\$ 8,9 milhões destinados à reestruturação financeira da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e à melhoria do seu gerenciamento. O contrato faz parte do Programa de Reestruturação Financeira e Modernização Gerencial das santas casas e hospitais filantrópicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é assegurar a continuidade da prestação de serviços pelo sistema.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 259
CONCURSO PÚBLICO Nº 390 - FÍSICO
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Secretaria Municipal de Administração CONVOCA o candidato classificado no CONCURSO PÚBLICO Nº 390 - FÍSICO - abaixo citado, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de entrega da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 20, de 15.02.2000, na Coordenação de Seleção e Ingresso - Rua Siqueira Campos, 1300 - 9º andar - a fim de tratar de sua nomeação e encaminhar os exames complementares de ingresso. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência do candidato à nomeação no referido cargo.

2ª - ANDERSON ARAÚJO DE LIMA

Porto Alegre, 28 de junho de 2000.

RENÉ MACHADO DE SOUZA - Coordenador de Seleção e Ingresso.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 261
CONCURSO PÚBLICO Nº 386 - NUTRICIONISTA
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Secretaria Municipal de Administração CONVOCA a candidata beneficiada pela reserva de vagas para portador de deficiência, classificada no CONCURSO PÚBLICO Nº 386 - NUTRICIONISTA - abaixo citada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de entrega da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 530, de 24.01.2000, na Coordenação de Seleção e Ingresso - Rua Siqueira Campos nº 1300 - 9º andar, a fim de manifestar interesse pela nomeação e encaminhar os exames complementares de ingresso. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência do candidato à nomeação no referido cargo.

1ª - BENILDA ARMANI

Porto Alegre, 28 de junho de 2000.

RENÉ MACHADO DE SOUZA - Coordenador de Seleção e Ingresso

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 269
CONCURSO PÚBLICO Nº 356 - MOTORISTA
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Secretaria Municipal de Administração CONVOCA os candidatos classificados no CONCURSO PÚBLICO Nº 356 - MOTORISTA - abaixo citados, para comparecerem no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 191, de 01.06.1999, na Coordenação de Seleção e Ingresso - Rua Siqueira Campos, 1300 - 9º andar - sala 07, a fim de tratar de suas nomeações e encaminhar os exames complementares de ingresso. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência do candidato à nomeação no referido cargo.

22ª - MARCO AURELIO FERREIRA LOPES
23ª - GILSON SILVA ROCHA
24ª - VOLNEI SOARES FOGAÇA

Porto Alegre, 28 de junho de 2000.

RENÉ MACHADO DE SOUZA - Coordenador de Seleção e Ingresso

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 266
CONCURSO PÚBLICO Nº 383 - MÉDICO
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Secretaria Municipal de Administração CONVOCA os candidatos classificados no CONCURSO PÚBLICO Nº 383 - MÉDICO - abaixo citados, para comparecerem no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de entrega da correspondência, conforme estipulado no subitem 12.3, do Edital nº 531, de 24.01.2000, na Coordenação de Seleção e Ingresso - Rua Siqueira Campos, 1300 - 9º andar, a fim de tratar de suas nomeações e encaminhar os exames complementares de ingresso. O não comparecimento, no prazo determinado, será entendido como desistência do candidato à nomeação no referido cargo.

GINECOLOGIA E OBSTETRICIA
12ª - LUCIANA SILVEIRA CAMPOS
13ª - SIMONE RECKZIEGEL
PEDIATRIA
20ª - DORA MARIA FERRARI DA SILVA
21ª - JOCELYN ALBERTON SPOLAOR JUNIOR
22ª - SIMONE SEWALD COUTINHO
MEDICINA DO TRABALHO
2ª - BEATRIZ SILVA DE SOUZA
CARDIOLOGIA
1ª - MARCO AURELIO PEDERIVA

Porto Alegre, 28 de junho de 2000.

RENÉ MACHADO DE SOUZA - Coordenador de Seleção e Ingresso

Invasores querem negociar sua saída

As cerca de 300 famílias do Movimento dos Trabalhadores Desempregados que ocuparam no dia 1º de junho a área de 22 hectares próxima à fábrica da General Motors, em Gravataí, permanecem no local aguardando uma nova negociação com representantes do governo estadual. A pedido da Procuradoria-Geral do Estado, a Justiça concedeu no dia 23 de maio a reintegração de posse ao Estado. A solicitação foi homologada na 2ª Vara de Gravataí, mas os invasores tentam um acordo para cumprir a exigência judicial.

Conforme o coordenador do movimento, Mauro Cruz, as famílias somente invadiram a área devido à falta de condições de moradia. "Reconhecemos a decisão judicial, mas estamos tentando negociar um outro local", destacou. A criação emergencial de frentes de trabalho, a formação de uma cooperativa e o assentamento dos trabalhadores em áreas rurais da região Metropolitana são algumas exigências do grupo.

O diretor do Departamento de Relações Comunitárias da Secretaria de Habitação do Estado, Nasson Sant'Anna, disse que as reivindicações das famílias estão sendo analisadas. Segundo ele, existe a vontade das partes em dar continuidade às negociações e estão sendo estudadas formas de avaliar o pedido dos integrantes do movimento.



Famílias pretendiam comprar a área

Donos aguardam para reaver terreno

Os proprietários da área invadida por 130 pessoas no bairro Sarandi no início do mês aguardam para qualquer momento a saída do grupo do terreno. Como o desembargador Breno Pereira da Costa Vasconcelos, da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, indeferiu na segunda-feira o recurso encaminhado pelos advogados das famílias invasoras, a liminar de reintegração de posse expedida pela juíza Íria Richter, da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Sarandi, deverá ser cumprida nos próximos dias. "O direito de propriedade de mais uma vez está sendo assegurado", disse José Vendruscolo, procurador de um dos donos do imóvel.

Conforme um dos representantes das famílias, Rogério Möller, "não se está discutindo a propriedade, mas um prazo para essas pessoas se organizarem". Segundo ele, o grupo ainda não foi comunicado oficialmente da decisão. "Esperamos que a Justiça seja justa, independente do direito", enfatizou. Além de tentar novo prazo, os advogados pensam, também, em fazer um acordo com os proprietários, na tentativa de comprar o imóvel. No entanto, Vendruscolo afasta essa possibilidade: "Os autores da ação não têm interesse em vender a área porque querem ampliar sua empresa no local".

ARI homenageia Alberto André

Associação também promove hoje e amanhã, na Capital, o Seminário Internacional de Imprensa

A Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e o Instituto Alberto André promoveram, no último sábado, uma cerimônia para comemorar os 85 anos do jornalista Alberto André, presidente do Conselho Deliberativo da ARI e patrono do instituto. A homenagem, que integra a programação dos 65 anos da associação, foi acompanhada por dezenas de amigos e profissionais da imprensa do Rio Grande do Sul.

Durante o evento, o presidente da ARI, Ercy Pereira Torma, lembrou que o jornalista teve papel fundamental para a imprensa e para a comunicação social com um todo no Rio Grande do Sul. "São 60 anos dedicados a esta profissão, que merecem ser homenageados", ressaltou.

Graduado em Direito e em Contabilidade, o jornalista Alberto André faz parte da ARI há 47 anos, sendo 34 como presidente. Ele iniciou no jornalismo em 1936, como comentarista na Rádio Sociedade Gaúcha, em Porto Alegre. De 1942 a 1986, trabalhou no jornal *Correio do Povo* como

repórter, redator, colunista e editor. Atualmente, colabora com jornais da Capital e do interior do Estado, na condição de articulista, e eventualmente também escreve para o CP.

"É uma honra ser lembrado, porque é o reconhecimento do trabalho que fiz, principalmente na ARI, em favor da imprensa e de seus profissionais", agradeceu Alberto André. Acompanhado da mulher, Lourdes, o jornalista ainda recebeu uma homenagem com depoimentos em vídeo feitos por pessoas que trabalharam com ele.

Em comemoração aos 65 anos de sua fundação, a ARI realiza hoje e amanhã, no salão de eventos do Plaza São Rafael, o Seminário Internacional de Imprensa. O evento tem como tema "Quem faz a imagem do Brasil?". Entre os painelistas, estão o jornalista Roberto Guareschi - do El Clarín, de Buenos Aires -;



Aos 85 anos, o jornalista (de pé) foi aplaudido por sua trajetória

-, o professor do Instituto de Psicologia da UFRGS José Luiz Caon, o historiador Décio Freitas e o físico nuclear Bautista Vidal, da Universidade de Brasília (UnB). Informações: fone 211-1555.

Diversas

CARTEIRO — Foi prorrogado para esta sexta-feira o prazo para inscrições ao concurso para carteiro. Elas podem ser feitas nas agências dos Correios da Capital, Novo Hamburgo, Bento Gonçalves, Caxias, Flores da Cunha, Gramado, Nova Prata, Vacaria, Veranópolis, Santa Cruz do Sul e Pelotas.

EUA — "As eleições norte-americanas - como chegamos aonde estamos" é o tema da palestra que Michael Hahn, adido cultural da Embaixada dos EUA no Brasil, fará hoje, às 19h30min, no Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano, na rua Riachuelo, 1257.

PESQUISA — Estão satisfeitos ou totalmente satisfeitos com os serviços prestados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região 86,3% dos seus usuários, conforme pesquisa. Já 90,9% consideraram positiva a imagem da corte.

DP registra queixas contra concurso da CEEE MTD marcha para CEF e DRTE

A Fundação de Apoio à Ufrgs (Faurgs) deverá anunciar amanhã o número de abstenções do concurso público da CEEE, que envolveu até queixas na Polícia. O concurso foi realizado ontem em 60 escolas e universidades de oito municípios gaúchos.

Segundo informações da Faurgs, 1,7 mil candidatos não tiveram suas inscrições homologadas em função de preenchimento errado das fichas. Um exemplo foi o valor de taxa, que não correspondia ao cargo solicitado. Isso fez com que diversas pessoas não encontrassem seus nomes nas listagens. Após avisados, alguns regularizaram a situação a tempo. Um outro problema foi a divulgação do endereço in-



Apesar dos contratemplos, a prova foi prestada em 8 cidades

correto. Luis Antônio dos Santos e pelo menos dez outras pessoas registraram ocorrência na 11ª DP. Eles não conseguiram fazer a prova no Campus do Vale, na avenida Bento Gonçalves, 9500. Conforme Santos, muitos pagaram, mas não constavam na lista, enquanto outros estavam com o local da prova errado. No colégio Júlio de Castilhos houve problemas, mas a Faurgs abriu uma sala para casos especiais. Segundo a assessoria da CEEE, a fundação será responsabilizada pelos contratemplos. O concurso teve 44.782 inscritos para 496 vagas em 23 cargos para as áreas administrativa e operacional.

O rumo da caminhada dos 400 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), hoje, será em direção à Delegacia Regional do Trabalho e Emprego e à Caixa Econômica Federal. "Será um dia pesado, de cobranças. Nos últimos 30 anos, a Caixa financiou casa própria para apenas 10% da população de classe baixa", informou o integrante da direção estadual do MTD, Rosimar Vieira. Os líderes do grupo esperam ser recebidos pelo governador Olívio Dutra. Iniciada segunda-feira última, em Gravataí, a marcha por 10 mil frentes de trabalho, 8 mil moradias e assentamentos no Estado já percorreu 67 quilômetros.

Ontem à tarde, o movimento promoveu um culto ecumênico e atividades culturais, com apresentações artísticas, no Parque da Harmonia, onde estão acampados seus integrantes. Conforme Rosimar, o MTD está crescendo na região Metropolitana, onde busca a adesão de moradores de vilas, nas quais são criados núcleos. Ele define a bandeira de luta do movimento: "Somos inimigos declarados do atual modelo econômico. Queremos destruir o neoliberalismo e substituí-lo por um projeto popular".



Manifestantes acampam no Parque da Harmonia

Eles não acreditam em Papai Noel, mas acreditam na sua solidariedade.



Natal do Idoso Padre Cacique.

Ajude os bons velhinhos, doando alimentos não-períveis nos postos de coleta. Você vai contribuir para que eles tenham muitos dias felizes.

APLUB

SISTEMA



GUAIÁBA - CORREIO DO POVO

Maiores Informações: 287.2525 ou 287.2633

Postos de Coleta:

APLUB: Av. Júlio de Castilhos, 10 e 44 - APLUB INFORMÁTICA: Rua Machado de Assis, 470

RÁDIO GUAIÁBA: Rua dos Andradas, 972 - ASILO PADRE CACIQUE: Av. Padre Cacique, 1178 - CORREIO DO POVO: Rua Caldas Júnior, 219

Engenheiros comemoram seu dia

A direção do Instituto de Perícias e Engenharia de Avaliações do Rio Grande do Sul (Ibape/RS) considera ter bons motivos para festejar o Dia do Engenheiro, que transcorre hoje. "Pela primeira vez percebemos interesse crescente dos cidadãos em buscar a orientação de um engenheiro avaliador", explica o presidente do Ibape, Osmar Sadi Nether. A razão, segundo ele, seria a preocupação dos consumidores quanto aos seus direitos na hora de comprar imóvel financiado. Em parceria com

o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), o Ibape formou neste ano 500 peritos em avaliações. Já com a Ufrgs, promove cursos de extensão, palestras e conferências para aprimorar a categoria. "Como síntese dessa evolução, é possível apontar a quebra da visão tradicional de que as várias atividades da engenharia se restringiam à mera viabilidade de projetos", diz Nether. O Ibape comemorará o Dia do Engenheiro com um coquetel, quinta-feira, no Ritter Hotel.



**Venha ver na Prestação de Contas 2000
porque Porto Alegre é uma cidade que conquista.
Aqui tem o dedo da participação popular.**

Bancário indica venda de anuênio

A maioria dos bancários do país disse sim à venda do anuênio no plebiscito realizado pelo sindicato de classe. É o que indicavam os 107.681 votos (60% do total) apurados até as 19h de ontem. Desse, 59% foram favoráveis ao direito de decidir vender ou não o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) por R\$ 1,1 mil, proposto pelos banqueiros.

Em Porto Alegre, o plebiscito foi realizado separadamente nos bancos privados, e 78% dos 2.941 votantes disseram sim. Dos 1.587 bancários do Banrisul que votaram, 1.141 optaram pelo não. "É uma perda histórica para a categoria", disse o diretor do Sindicato dos Bancários da Capital, Carlos Bezerra. Segundo ele, será vendido por R\$ 1,1 mil um benefício que poderia render R\$ 88 mil em 35 anos de carreira.

MTD reivindica casas financiadas

Movimento de Desempregados protestou ontem em frente à CEF, pedindo apoio à questão habitacional

Cobrar formas alternativas de financiamento para a habitação foi o motivo da visita organizada ontem pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) à Superintendência da Caixa Econômica Federal. Entre as propostas apresentadas, estão a destinação de recursos para cooperativas habitacionais e entidades jurídicas, a sugestão de que a Caixa apresente um programa de habitação popular - a fundo perdido - para trabalhadores que ganham até três salários mínimos, sem precisar passar pelas prefeituras, e a adequação de linhas, com recursos do



Manifestantes levaram bandeiras ao Centro e hoje terão audiência com Olívio

FGTS. "Há uma dificuldade dessas pessoas reunirem documentos para determinadas linhas de crédito e é preciso criar outros meios para quem está organizado", explicou Eliane de Moura Martins, uma das integrantes do MTD.

De acordo com o movimento, nos últimos 30 anos o governo federal financiou cerca de 5,5 mi-

programas urbanos. Temos financiamentos específicos para todos os níveis, porém nenhum é a fundo perdido." Vera Lúcia sugeriu que a questão seja levada ao governo do Estado.

A tarde, representantes do movimento dos desempregados foram recebidos pelo delegado regional do Trabalho, Darci de Ávila Ferreira, que encaminhará hoje ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, um pedido de audiência. "Mostramos a eles tudo o que fazemos em favor dos menos favorecidos como eles. O MTD trabalha com todo o movimento reivindicatório deveria agir, com educação, consistência e respeito às leis", disse Ferreira.

A marcha iniciada pelo MTD no último dia 4 deverá se encerrar hoje, com um ato em frente ao Piratini, após audiência com o governador Olívio Dutra. "Antes, queremos passar na Assembleia, para conversar com os deputados", disse Rosimar Vieira, da diretoria estadual do MTD.

LBV doa cestas natalinas a famílias carentes

A Legião da Boa Vontade (LBV) em todo o Brasil, em parceria com o grupo musical Só Pra Contrariar, realizou ontem uma distribuição de alimentos. Na região Metropolitana, foram distribuídas 40 toneladas de produtos em forma de cestas natalinas, beneficiando 10 mil pessoas de famílias carentes cadastradas pela entidade na Capital, segundo o responsável pelo serviço Humana, da LBV, Renato Azeredo. "Nossa expectativa é atingir 60 toneladas até o final deste mês", antecipou.

Os alimentos foram arrecadados junto à população, com a campanha "Natal Sem Miséria - Só Pra Contrariar a Fome". A entrega das cestas foi na sede da LBV, em Porto Alegre, onde houve shows de cantores e grupos musicais. Hoje, a distribuição será em Viamão e, amanhã, em Cachoeirinha. Depois, virão Alvorada, Sapiranga, municípios da região da Serra e Pelotas.



Entrega dos alimentos foi realizada ontem na Capital

Centro Vida festeja 10 anos com poesia

Dois recitais e uma oficina de poesia, com a participação de crianças e adolescentes, marcaram a abertura, ontem, da semana de aniversário do Centro Humanístico. Comemorados oficialmente no dia 23, os dez anos do Vida terão ampla programação, que inclui exposição de fotos, final do torneio de futebol, premiações e recreação. As atividades terminam no domingo.

Hoje, às 10h, o evento terá teatro e dança rítmica desportiva. Às 14h30min, haverá apresentação teatral, seguida da palestra "500 Anos do Descobrimento", com Eduardo Bueno. "Nosso objetivo é comemorar os dez anos reforçando o trabalho do Vida como centro de referência", disse Cleuza Fritz Canabarro, da comissão organizadora.



Recital de poetisas marcou a abertura

PORTOCRED É DINHEIRO EM ATÉ 24 VEZES.*

CredFone 221.7700 CredNet www.portocred.com.br

PORTO ALEGRE - ANDARAIS, ESQUINA CALDAS JÚNIOR.

Pelotas 229.2150 - Sta. Maria 223.9632 - Santana do Livramento 241.1234
São Leopoldo 592.6775 São Lourenço 251.3093
Taquara 541.3891 - Uruguaiânia 411.1434 - Venâncio Aires 741.2666



portocred

Tudo isso...

MAIOR QUALIDADE

Resolução Fotográfica

Impressões com alta resolução: 1200 x 1200 dpi. Reprodução com qualidade em papel, da imagem que você vê em seu monitor, 36% superior à qualquer outra da categoria.

LANÇAMENTO

Lexmark Z12 Impressora Jato de Tinta

Utilização de papel:

Faça a sua escolha. Qualquer tipo de papel até 270g/m². Isto é 3x a gramatura do papel comum.

Compatibilidade:

Windows 95, 98, 2000 e Me
Plataforma MAC
Porta USB inclusa.

Fácil instalação:

Você não precisa ser um técnico, basta um clique em seu mouse.

Economia:

Maior durabilidade. Um cartucho imprime até 700 páginas*.

E mais!

■ Cabo paralelo: Incluso (dentro da caixa).

■ Nível de tinta:

Você vê na tela do seu computador.

■ Funções exclusivas:

Sua impressora fala com você em português.

MAIOR VELOCIDADE

Produtividade

Até 6 ppm em preto e 3 ppm color. O que representa 01 página impressa em até 10 segundos*.

MELHOR GARANTIA

Lexmark Express

O único fabricante de impressoras que em caso de defeito troca o equipamento em sua casa sem nenhum custo.



Garantia Lexmark Express. Se a impressora apresentar defeito em até 90 dias, a Lexmark Express substitui o equipamento em sua casa sem nenhum custo.

...por só isso!

R\$ 209,00

Promoção válida por tempo limitado. Consulte relação de participantes.

A marca de impressoras que mais cresce no mundo!

LEXMARK

Passion for printing ideas.™

MAIORES INFORMAÇÕES: S.Paulo 3044-0588 - Demais localidades 0800-553632 - E-mail: fale_conosco@lexmark.com - Internet: www.lexmarknovarejo.com.br

Acer 0800 7044081

amo O prazer de uma rede melhor

Carrefour

COMPAQ 0800 153015

MANLEC

PONTO FRIO FAZ MELHORA E PONTO. 374.3111

Submarino 0800 252527

Isenção de pedágio barateia passagem

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) determinou ontem a suspensão da cobrança adicional de pedágio nas passagens de ônibus intermunicipais. A decisão atinge apenas as linhas que passam pelas praças da BR 116, cuja operação foi interrompida na quarta-feira passada pelo Tribunal Regional Federal (TRF). De acordo com a determinação, todas as estações rodoviárias do Estado deverão suspender o rateio nas linhas que circulam pelas praças de Vila Cristina (entre Caxias do Sul e Nova Petrópolis), São Marcos (entre Caxias do Sul e Campestre da Serra), Campestre (entre Campestre da Serra e Vacaria) e Divisa (entre Vacaria e a divisa com SC).

O diretor-geral do Daer, Hideraldo Caron, explicou que a decisão foi tomada porque as empresas que atuam na região não estão mais pagando a tarifa. "Queremos evitar prejuízos aos passageiros. Se a determinação do TRF for suspensa, a cobrança retornará", argumentou.

Camelôs e Smic entram em conflito

Ação de fiscais terminou em tumulto e agressões. Operação conjunta com BM coíbe comércio irregular

No início da tarde de ontem, uma ação de rotina dos fiscais da Smic na esquina da Rua dos Andradas com a rua Vigário José Inácio provocou revolta nos camelôs irregulares. Havia 49 fiscais e 18 policiais militares participando da ação. Segundo o agente de fiscalização, Valter Souza, os camelôs os agrediram porque tiveram suas mercadorias apreendidas. "Eles não aceitam o nosso trabalho, só que os lojistas estão cobrando. Nós não usamos força e tivemos que recuar." Os fiscais disseram que foram "acudados" pelos ambulantes com pedras, paus e frutas. O fiscal Sérgio

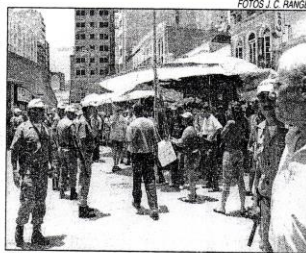
Mânica sofreu agressão de um ambulante, que foi conduzido à 17ª Delegacia de Polícia.

O camelô Márcio Ferreira Filho informou que a sua queixa é contra o respaldo da Brigada Militar às ações de fiscalização. "Veio mais brigadário do que fiscal. Eles levaram as mercadorias, perdi R\$ 300,00." O camelô Rogério Siqueira informou que havia cerca de dez dias a fiscalização não atuava no Centro. "Os agentes se revoltaram devido a mudanças na gestão da Smic, que irá tirar certas regalias deles. Eles querem é chamar a atenção." Para Siqueira, houve abuso de autoridade. "Eles chegaram de maneira agressiva e reagimos. Se não pudermos trabalhar, ninguém poderá. Esse é o nosso lema para o Natal."

O diretor de fiscalização da Smic, Sebastião Barbosa, afirmou que os camelôs reagiram de maneira violenta, sendo necessário um recuo estratégico. "Com o efetivo reforçado, iremos mostrar que as forças administrativas coordenam. Queremos impedir o comércio irregular." Segundo Barbosa, a fiscalização está cautelosa para que o trabalho ocorra sem maiores problemas, mas não é possível instituir a ilegalidade. "Eles terão as mercadorias apreendidas e, em caso de força, serão encaminhados à Área Judiciária."



Violência e ferimento resultaram em registro na Polícia



Fiscalização contou com o apoio de 18 policiais militares

Devido ao conflito, uma reunião foi realizada pelo Comando da Brigada Militar e pela direção de fiscalização da Smic. No encontro, foi decidida uma nova estratégia para a fiscalização dos camelôs clandestinos que atuam no centro da Capital. Uma ação conjunta entre o Batalhão de Operações Especiais (BOE), o Batalhão Fazendário e a Smic pretende coibir o comércio irregular e assegurar a livre circulação de pedestres na área central de Porto Alegre. A fiscalização será intensificada a partir de hoje.

Mortes no trânsito caem 47% em novembro

Novembro apresentou uma redução de 47,06% no número de mortes no trânsito da Capital em relação a igual período do ano passado. Segundo levantamento divulgado ontem pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), em 1999 o mês registrou 17 casos fatais e, neste ano, apenas nove. Os dados revelam ainda uma queda constante nos índices de violência no trânsito nos últimos quatro meses, com uma redução média de 41,18% em mortes em relação ao ano passado. O estudo apontou que o número total de acidentes em novembro deste ano apresentou um decréscimo de 44,4%. Em 1999, ocorreram 1.720 e, neste ano, 957. Entretanto, houve um aumento no número de feridos, que passou de 464 para 478, e em casos de atropelamentos, que passaram de 117 para 122.

Os registros de acidentes no mesmo mês indicam que as vias mais perigosas foram a estrada João de Oliveira Remião (38 casos), a Protásio Alves (33 ocorrências) e a

Assis Brasil (32 registros). Os índices dos 11 primeiros meses deste ano também apontam um trânsito mais qualificado. Os acidentes foram reduzidos em 23,9% - 19.418 em 2000 contra 25.502 no ano passado - e as mortes, de 179 para 150. Segundo o diretor-presidente da EPTC, Mauri Cruz, os índices demonstram um avanço considerável no processo de conscientização dos motoristas e pedestres para uma circulação mais segura. "Mas não podemos exultar diante de uma realidade ainda absurda. Em apenas 11 meses, ocorreram 150 mortes e 1.292 atropelamentos", enfatizou. O trabalho de conscientização deve continuar intenso. "Estamos com uma ação concentrada em educação no trânsito e fiscalização em vias de grande fluxo e intensa circulação de pessoas, como a Assis Brasil." A EPTC considera dezembro um mês perigoso, em razão do forte calor, da intensa circulação de pessoas nas ruas devido às festas de fim de ano e do elevado consumo de bebidas alcoólicas.

Estado desapropria 450 hectares

O governo do Estado garantiu que está encaminhando a documentação para a desapropriação de uma área de 450 hectares próxima à região Metropolitana de Porto Alegre, a ser destinada às 140 famílias acampadas perto do Complexo Automotivo da GM, que fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Recebido ontem pelo governador Olivio Dutra, o grupo reivindicou a criação de 10 mil frentes de trabalho, construção de 8 mil moradias populares e isenção de taxas de água, luz e IPTU.



Governador recebeu ontem grupo que será beneficiado

das famílias. A notícia foi muito bem recebida pelo MTD, segundo uma das dirigentes, Eliane Martins. Antes do retorno para Gravatá, o grupo foi à Assembleia pedir ao presidente Otomar Vivian o apoio para a votação, ainda neste ano, do projeto do deputado Roque Grazziotin (PT) que propõe um programa para a criação de 30 mil frentes de trabalho emergenciais.

Operação Verão da PRF começa sexta

A Polícia Rodoviária Federal iniciará, nesta sexta-feira, duas operações de final de ano. A "Operação Verão 2000/2001" terá âmbito nacional, com o objetivo de reduzir o índice de acidentes de trânsito nos 55 mil quilômetros de rodovias federais durante os dias de festas. A "Operação Estrangeiros" irá atingir os turistas que visitam os estados da região Sul do país nesta época.

De acordo com a PRF, 5,5 mil policiais atuarão nas operações, que contarão com três helicópteros de resgate. Algumas cidades, entre elas Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, terão atenção especial, devido ao grande fluxo de veículos que registram. Nos estados do Sul, em parceria com o Ministério dos Transportes, a ação da PRF será educativa junto aos motoristas estrangeiros. Eles receberão informações em espanhol sobre leis de trânsito, multas e telefones, além de mapas.

Ação despeja cerca de 50 famílias

Cerca de 50 famílias começaram a ser retiradas no início da manhã de ontem de uma área particular na rua José Paris, no bairro Rubem Berta, invadida há oito meses. O Destacamento Especial do Sarandi (DES) enviou um efetivo ao local para garantir o cumprimento da ordem de reintegração de posse da propriedade, executada por oficiais de Justiça. A ação incluiu demolição de casas e colocação do material e de móveis em caminhões. Não houve incidentes, e a previsão é de que o despejo termine nesta semana.

Uma das líderes dos invasores e presidente da Cooperativa de Ação Comunitária 500 Anos, Ana Paula Xavier, disse que as famílias, totalizando mais de 120 pessoas, não tinham para onde ser transferidas. "São desempregadas ou vivem de aluguel", observou. Segundo ela, a prefeitura "tem interesse" na área.



Reintegração de posse da área foi determinada pela Justiça

Uma reunião com representantes do município deverá ocorrer nesta sexta-feira para tratar da questão. Na Estrada do Lami, em Belém Novo, foi concluído o despejo das 340 famílias que ocupavam uma área da Febem. Todos os casebres foram retirados. A invasão no local durou cerca de seis meses, sendo inicialmente promovida por 28 famílias. Elas teriam sido levadas pela promessa de um candidato a vereador. Durante o processo de reintegração de posse, houve uma batalha judicial visando à suspensão da ordem de retirada dos ocupantes, que também reivindicaram uma negociação com a prefeitura para a solução do problema da falta de moradia. Com a proximidade do final do ano, os riscos de aumento no número de ocupações de propriedades particulares ou públicas desocupadas podem aumentar, o que tem colocado a Brigada Militar em alerta, especialmente nos finais de semana e feriados.

DINHEIRO RÁPIDO.

Empréstimo Pessoal aprovado pelo telefone.

A CREDITEC vai até você e resolve tudo. Em até 12 vezes.

CREDITEC
AQUI TEM CRÉDITO
0800 99 3060
Instituição autorizada pelo Banco Central

Caro Saque Certo
BANCO 24 horas
sem conta corrente

Centro: Rua General Vitorino, 109 • Passo d'Árara: Av. Assis Brasil, 2.543 • Novo Hamburgo: Colapão Ovelato Cruz, 54 • Ijuí • TrêsIzias: Wenceslau Escobar, 3.033 • Ijuí 3.045

Documentação necessária: CPF, identidade, comprovantes de renda e residência. Crédito sujeito a análise cadastral e creditícia. Consulta SPC e Sarasin.

Micro Completo + Impressora em até 36x* de R\$ 62,42 mensais

K6 II 500

+ Impressora
Canon 1000 Colorida

36x* 62,42

ou R\$ 1.499,00 à vista
1+4 R\$ 319,80 ou 1+16 R\$ 109,96
ou 0+19 R\$ 113,85

Seja um representante INFOR MÁXIMA em sua região. Consulte-nos.

INFOR MÁXIMA
O máximo em informática

TELEVENDAS: 223.6363 Av. Aronha, 1626 - Porto Alegre

*Condição 36x: taxa de juros de 2,29% ao mês. Taxa de abertura de crédito R\$ 70,00 + 7,00 de manutenção de conta. Condição 0+19: com cheque pré-datado, taxa de juros 3,85% ao mês. Condições financeiras sujeitas a aprovação de crédito.

Veículos precários fogem do controle da PRF

Eles contribuem, com suas panes, para os congestionamentos, mas não pode haver discriminação por parte dos patrulheiros

Silvia Maino Bica
A Polícia Rodoviária Federal (PRF) não tem como controlar o trânsito de veículos em condições precárias que se dirigem ao Litoral gaúcho pela *freeway*. Embora confirme que a maioria dos casos de pane, que contribuem para o aumento do congestionamento nos horários de pico de ida e de retorno dos veranistas na rodovia, envolva carros considerados inseguros, a PRF alega que não pode haver discriminação. "O fato de a auto-estrada ser relativamente curta facilita que os usuários optem por ela para ir à praia e não a outros lugares de lazer, onde as vias têm distâncias maiores", diz o chefe da seção de policiamento e fiscalização

da PRF, Paulo Roberto da Silva Rodrigues Junior.

Segundo ele, a fiscalização pode até ser mais rigorosa, mas a verificação é feita nos mesmos itens que os veículos novos e aparentemente com condições. "O fato de ter mais tempo de uso não significa que não apresente segurança. Não podemos parar um veículo e impedir que ele trafegue somente por ter um motor mais antigo. Só paramos estes carros se o problema de insegurança for visível, como pneus e sinalização", observa Paulo Junior. Ele explica que, neste caso, a orientação para os condutores é de que realizem as inspeções com intervalos menores. No que se refere à veloci-

dade dos veículos mais antigos, Paulo Junior diz que qualquer velocidade inferior a 70 km/h prejudica o fluxo no trânsito. "No entanto, a lei permite que o veículo circule com até 50% da velocidade máxima permitida no trecho. O único conselho é que estes prefiram a pista da direita, para evitar o envolvimento em acidentes." Segundo dados da Concepa, somente no ano de 2000 o atendimento aos usuários totalizou 20.746 veículos com pane, 3.798 a mais do que o número registrado em 1999. Conforme a concessionária, do total de casos do ano passado nos 112 quilômetros da rodovia entre Osório e Eldorado do Sul, 839 foram provocados por aquecimento,

1.530 por problemas elétricos, 10.279 por falhas mecânicas, 3.414 devido aos pneus e 2.248 por falta de combustível. Outros problemas somaram 671 atendimentos. Só de

1º a 18 de janeiro de 2001, a Concepa já atendeu 99 veículos com problemas de aquecimento, 94 de eletricidade, 1.294 de mecânica, 471 de pneus e 48 sem gasolina.



Contratempos são variados, incluindo colisões, e exigem a atenção dos policiais de caminhões com cargas perigosas que, até 15 de março, estão impedidos de trafegar pela rodovia das 15h às 23h, em finais de semana, nos dois sentidos, como determina o DNER. O chefe da fiscalização da PRF, Paulo Junior, diz que para os demais caminhões não há motivos que justifiquem a restrição. "O número de ocorrências que envolvem caminhões é pequeno e a maioria ocorre de madrugada, quando não há movimento." O policiamento apenas orienta os motoristas a manterem os veículos na pista com a velocidade limite de 80 km/h, conclui Paulo Junior.

Táxi a gás poderá trabalhar em abril

Os táxis da Capital poderão utilizar o gás natural veicular a partir de abril, quando entrarem em operação os postos de combustíveis habilitados com a nova matriz energética. O presidente do Sindicato dos Taxistas Autônomos de Porto Alegre (Sintapa), Lauro Furlan, disse que 300 profissionais já aderiram à listagem dos interessados em utilizar o gás natural. "Fechamos convênio com o banco BBV e com as empresas que farão a conversão do motor dos veículos para facilitar a operação aos taxistas", afirmou Furlan.

Ampliada estrutura de socorro

Para o diretor de Engenharia e Operações da Concepa, concessionária responsável pela *freeway* desde 1997, Osni Burkhardt, o trânsito de veículos sem condições de trafegabilidade ou que não são inspecionados regularmente prejudica o fluxo na rodovia. "Cada carro parado na estrada chama a atenção dos demais motoristas, que diminuem a velocidade até provocar o congestionamento por um problema, muitas vezes, sem gravidade", diz. Segundo ele, além do conselho para a revisão antecipada, a empresa, para agilizar o atendimento ao longo da rodovia, ampliou a estrutura de socorro para acudir panes e acidentes.

Burkhardt informa que os carros com problema somam entre cinco e oito casos, apenas nos horários de pico na viagem de retorno do Litoral, nos

domingos ou sexta-feira à noite, quando chegam a passar até 85 carros por minuto. "Aumentamos os guinchos de seis para 14 e o número de veículos para inspeção de seis para 13. Assim, chegamos mais rápido ao local, o que evita que o transtorno se prolongue", explica. As melhorias para o tráfego da *freeway* serão retomadas em março, com as obras para alargamento das três pistas no trecho entre os km 0 e 85, como já foi feito no trecho entre o km 85 e o 96, diz Burkhardt. No caso dos caminhões com velocidade limite de 80 km/h, a proibição de circular na *freeway* entre sexta-feira e domingo, como em 98, não será retomada. Por enquanto, a proibição se restrin-

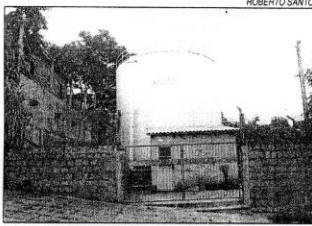
Cem casas ficam sem água sete horas por dia

Os moradores das vilas Chácara Sperb e Umovilares, no bairro Teresópolis, em Porto Alegre, sofrem com a falta de água desde novembro do ano passado. Diariamente, cerca de cem casas chegam a ficar sete horas sem abastecimento. A direção do Dmae reconhece o problema e garante que até março a situação estará normalizada.

"Passamos o dia cuidando para ver se a água veio e tratar de encher os baldes e tomar banho", contou a dona de casa Mari Rosani Ravazzi Machado. Sua maior preocupação é em relação ao sogro, que precisa de cuidados especiais. "Ele passa o dia na cama, porque não enxerga e faz hemodialise. Com esse calor, ele sofre muito", disse Mari. Ela se queixa de que todas as vezes que abre a torneira seca, há uma pressão do ar e o medidor marca o consumo que não houve. "Na conta está vindo o mesmo consumo de antes. Estamos pagando até mais caro agora que não temos água", afirmou.

A funcionária pública Magda Gisele Ravazzi Machado, irmã de Mari, disse que já deixou de pagar a conta da sua casa. "Quando vieram cortar o abastecimento, eu perguntei de que adiantava, já que não tínhamos água

mesmo", destacou Magda, que admite ter feito uma ligação clandestina. "Só volto a pagar quando resolverem a situação", disse. A normalização do transtorno deve acontecer assim que for feito o reforço da rede da estação elétrica do subsistema que abastece a região, segundo o diretor-geral do Dmae, Carlos Todeschini. "Na próxima terça-feira, desligaremos a energia para a ligação das redes. Mais 30 dias e as obras estarão concluídas", garantiu. Explicou que no alto, sendo necessário um sistema especial para a água chegar às casas. "A população cresceu nesses pontos e o Dmae teve de investir no subsistema. "As obras de abastecimento sempre foram paliativas", disse.



Dmae reconhece o problema e promete uma solução

Vanazzi fala sobre plano habitacional

A Secretaria Estadual de Habitação (Sehab) pretende construir unidades habitacionais e regularizar a situação de 50 mil famílias até o final do governo. Segundo o secretário Ary Vanazzi, o projeto de produção habitacional "Moradia Popular" já fez convênios com 140 municípios e viabilizou R\$ 27 milhões em 1999 e 2000. "Foram construídas 12 mil unidades habitacionais e mais 144 obras estão em execução", disse.

Neste ano, serão aplicados no programa R\$ 3,1 milhões, beneficiando cerca de 2 mil famílias. Vanazzi acaba de entregar 100 lotes em Pinheiro Machado. O segundo projeto em que a Sehab está investindo se relaciona ao cooperativismo habitacional. Serão atendidas 54 cooperativas de 44 localidades.

Desempregados expandem ação

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que teve início em maio do ano passado, quando 200 famílias ocuparam uma área de 11,5 hectares nas imediações da empresa General Motors (GM), em Gravataí, já se expandiu para outros 12 municípios gaúchos. Conforme Rosimar Vieira, da direção estadual do MTD, a organização pretende se transformar em um mecanismo de pressão contra o desemprego nas esferas federal, estadual e municipal. "Não podemos continuar assistindo ao fechamento de postos de trabalho e não fazer nada", advertiu. Segundo Vieira, a proposta do MTD é o assentamento urbano. "Queremos constituir uma agrovila, na qual as famílias possam morar e produzir. Não somos absorvidos pelo mercado de trabalho formal", ressaltou. Ele criticou a posição do governo estadual de vetar o projeto do

deputado Roque Graziotin, que pretendia implantar frentes emergenciais de trabalho. "Faltou sensibilidade do governo. Não podemos continuar à margem da sociedade e dependendo de doações da comunidade para sobreviver", avaliou. Para ele, apenas os cursos de qualificação não resolvem o problema. "Faltam vagas e oportunidades", apontou.

Vieira afirmou que as 120 famílias acampadas perto da GM deverão ser transferidas pelo governo estadual para uma área de 450 hectares, perto da região Metropolitana de Porto Alegre. O secretário estadual da Habitação, Ari Vanazzi, disse que esse será um projeto-piloto feito no RS em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento. "Não adianta só construir moradias, mas sim oferecer meios de produção para evitar o comércio de lotes, pois eles têm que se manter", destacou.



Primeiro acampamento deve ser transferido pelo Estado para uma outra área

GEPOLÍTICA — A Escola Superior de Geopolítica e Estratégia realiza reunião dia 25 próximo para debater o tema "Uma questão de estratégia: a aceleração da história e os limites da capacidade de adaptação". O encontro, com entrada franca, será no Salão Aço do Hotel Continental, às 20h.



AVISO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO/2000 ASCAR/EMATER-RS

Conforme determina o Manual do Candidato do Processo Seletivo Público/2000, no item IX - Aprovação e Classificação, a ASCAR/EMATER/RS estará realizando o sorteio público de desempate e classificação dos candidatos aprovados para os cargos de: **ERNM-I BEM-ESTAR SOCIAL e OPERADOR DE MANUTENÇÃO**. O sorteio será realizado dia 23 de janeiro de 2001, às 14:00 horas no Auditório da Sede da ASCAR/EMATER-RS, Rua Botafogo nº 1051, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre-RS.

Os interessados estão convidados a participarem.

Lino De David,
Superintendente Geral da ASCAR.

Oficina DE NOTÍCIAS

ANO 02 - Nº 02

A magia está de volta!



Conquista tom de volta a sua única sala de cinema.

Pag. 11

Ocupação

NA ÁREA CENTRAL DE

VITÓRIA DA CONQUISTA

FUTURO CONJUNTO HABITACIONAL AMERICA LATINA
MNL M



Entrevista:

Esmom Primo

Pag. 10

Outono

Mônica Medina

Cieneasta
produz filme em
Conquista

Pag. 12



Mão Branca

in

PERFIL

Pag. 05

Flavio J. Soares

OCUPAÇÃO

NA ÁREA CENTRAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

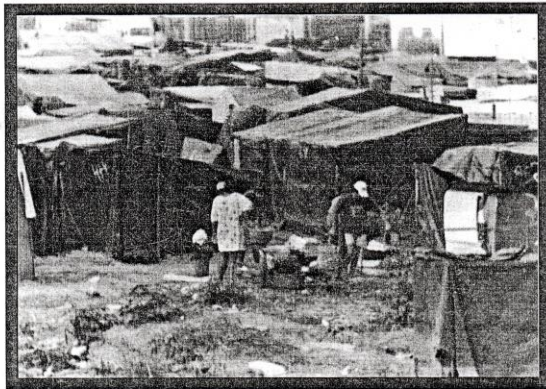
Rogério Castro
Sophia Midian

O crescimento excessivo e desorganizado das cidades trouxe consigo vários problemas, sendo que um dos mais sérios diz respeito à questão da moradia. O desemprego e a insuficiência de renda para aquisição da casa própria levam muitas pessoas a habitarem locais de infra-estrutura precária que se tornam cada vez mais comuns em centros urbanos.

A Central de Movimentos Populares (CMP) constatou o problema da falta de habitação em Vitória da Conquista e juntamente com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia decidiu, no mês de março, articular reuniões em bairros periféricos da cidade. Nessas reuniões, discutiam-se com os residentes dos bairros que geralmente moravam de aluguel ou de favor a necessidade de denunciar a situação e a proposta de ocupar uma área pública para fazer suas reivindicações.

No dia 15 de junho, a ocupação se concretizou: uma multidão se concentrou no galpão do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e dali partiu, em caminhões alugados, para um terreno desocupado próximo ao Ginásio de Esportes, no centro da cidade. A partir desse momento, as famílias começaram a construir seus barracos com base de madeira e revestidos por lonas.

A escolha de uma área central é estratégica, segundo Guapeí Veras, um dos membros da direção geral, pois chama atenção das autoridades



e da sociedade: "A 'América Latina' foi a primeira ocupação organizada, planejada e massiva da Bahia", diz ele.

O cadastramento das famílias foi feito ainda no período das reuniões nos bairros, sendo que algumas dessas desistiram, enquanto outras foram se incorporando ao movimento após a efetivação da ocupação. Hoje, o loteamento 'América Latina', nome dado à ocupação, conta



com 1.700 famílias cadastradas, divididos em 700 barracos, contabilizando cerca de cinco mil pessoas, número superior a população do município de Lafaiete Coutinho-BA.

No período anterior à ocupação, foi formulado um regimento, que tem por objetivo a vivência e a organização interna. Esse regimento estabeleceu a existência de um coordenador para cada 20 famílias responsável por pequenos problemas, como desentendimentos entre vizinhos e pelo encaminhamento de propostas; a direção geral, juntamente com os coordenadores avaliam as propostas e encaminham para o fórum máximo de deliberação, que são as assembleias populares, realizadas três vezes por semana.

Foram instituídas ainda quatro comissões para o bom funcionamento da ocupação:

segurança, infra-estrutura, higiene e saúde, alimentação e vestuário.

O fornecimento de energia elétrica utilizada no é feito através de "gatos". Em torno de toda a ocupação, existem postes de energia improvisados, feitos com madeira e lâmpadas incandescentes, ligando a rede elétrica. Já o abastecimento de água se dá através de chafarizes dispostos

estrategicamente; essa água é utilizada para lavar roupa, preparar a comida, etc. O loteamento 'América Latina' não dispõe de rede de esgoto. A água proveniente das lavagens de roupas e pratos é escoada por valas para um córrego próximo e os banheiros possuem fossas.

Existe proposta para a construção de uma área de convivência que serviria para cursos de

artesanato, creche-escola, cursinho pré-vestibular e outras atividades culturais.

Há pouco tempo foi ministrado na ocupação um curso de formação política. Segundo Antonio Soares, da direção política, nas aulas do curso estudava-se temas como a realidade brasileira, a

história da sociedade, do comunismo primitivo até a negação e os modos de produção. O objetivo do curso foi a conscientização das pessoas, possibilitando que estas adquirissem uma visão crítica da realidade e percebessem que fazem parte de um processo político de luta de classes. Também estudavam temas voltados para a própria realidade, como os princípios dos movimentos que realizaram a ocupação e a conjuntura nacional.

Os moradores do loteamento 'América Latina' realizaram dois atos públicos nos dias 12 de junho e 22 de julho. Nessas manifestações as pessoas se dirigiram à Prefeitura com cartazes, faixas e carro de som onde fizeram protesto.

Já houve três rodadas de negociações (até 17/08), sendo que em uma dessas foi apresentada uma pauta de reivindicações. A Prefeitura apontou como alternativa para a resolução do problema, a doação de lotes no bairro Vila América.

Isto tem causado um impasse, já que uma parte do movimento aceita a proposta da Prefeitura e outra alega que a área não tem infra-estrutura: "Agora, cabe ao povo escolher o que for melhor para ele", diz o coordenador de imprensa Ronaldo Eli. Ele acrescenta, ainda, que uma das entidades está negociando isoladamente com a Prefeitura a transferência para o bairro citado. O chefe de gabinete da Prefeitura Municipal, Paulo Cezar Lisboa, diz que o déficit habitacional na cidade é antigo e que a área oferecida "é um vetor de crescimento da cidade".

Fotos: Sabá



UM OLHAR NA

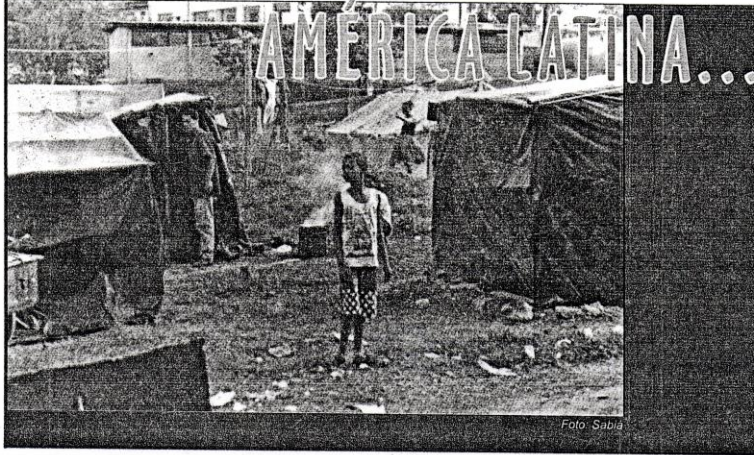


Foto: Sabia

Da Praça Vítor Brito, centro de Vitória da Conquista, avistamos as várias barracas cobertas de lona preta... era um Sábado (17/08), mais ou menos nove e meia da manhã. Entre o Ginásio de Esportes Municipal e o Hospital SAMUR, um antigo terreno baldio fora preenchido por milhares de "sem-teto". Continuamos a nos aproximar e logo na entrada uma faixa de fundo branco e letras vermelhas dizia: "Loteamento América Latina".

Sem problemas, adentramos pelos caminhos entre os barracos e observamos os moradores não tínhamos marcado hora que agiam como se não tivéssemos por lá, não se incomodavam; algumas senhoras lavavam pratos em uma lavanderia... até que fomos à procura da barraca da direção geral e após a informação de um jovem, encontramos Júnior sobrenome de um dos membros da direção geral. Ao entrarmos em sua barraca, algumas coisas nos chamaram atenção: ao lado da porta improvisada, um cartaz sobre o plebiscito da Associação do Livre Comércio das Américas (ALCA), com a frase "Soberania Sim, ALCA não"; lá dentro, sobre uma mesa, livros e fitas sobre a ALCA; uma bandeira de fundo vermelho e uma foto do conhecido revolucionário Ernesto Che Guevara estendida em uma das laterais do barraco, abaixo a frase "Hasta la victoria siempre! CDR-!"; em uma pequena estante livros como "Lenin e a Revolução Russa", "Poder, Política e Partido" de Antônio Gramsci, entre outros; papelões forravam o chão, colchões e cobertores completavam o cenário.

Aos poucos, íamos conversando com os moradores... em uma simples barraca, tomamos café feito em um fogão de duas bocas, enquanto alguns rapazes desinibidos comiam uma farofa na panela. Continuamos a andar pelos barracos, no alto de alguns deles bandeiras do Brasil resquícius da Copa do Mundo proporcionavam um contraste. Pelo caminho, cordas serviam de varal improvisado...

Ouvíamos ruído, víamos crianças correndo e jogando bola, gatos e cães nos

olhavam com timidez. Tivemos a impressão de estarmos em uma vila quando vimos uma barraca de comércio que vendia doces e salgados; porém, o fogão improvisado numa lata de tinta com pó de serra que servia para o preparo do feijão dava-nos uma sensação de pobreza e desilusão... quem cozinhava era Maria das Graças, uma desempregada e professora, que sobrevive da aposentadoria da mãe e sonha: "tentei vestibular para História ano passado e quase passei, esse ano farei novamente, estudando em casa e assistido o TELECURSO 2000".

Continuamos a andar... uma placa dizia: "Almoço um real, cafezinho dez centavos", era um improvisado "barraco-restaurante". Na "cozinha", geladeira, fogão a gás de quatro bocas, a modesta proprietária, Dona Inês, dizia que a vontade de ajudar os moradores dali motivou-a a construir o restaurante. Já era quase meio-dia e conhecemos o senhor Alexandre Gomes que cozinhava um ovo num fogãozinho de lenha e dizia está desempregado por causa do fechamento da firma onde trabalhava em São Paulo.

Na barraca de Dona Fátima, paramos para beber água e tinha: aparelho televisor, rádio, geladeira, videocassete, fogão a gás, cama de casal, mesa, berço, máquina de lavar, liquidificador, batedeira... "moro aqui desde o começo da ocupação", diz.

Após setenta e dois dias de ocupação (17/08), o loteamento 'América Latina' parecia uma vila, mini-cidade... sem conforto, a esperança de se ter um espaço próprio mantinham aquelas pessoas ali: "mais vale a agonia da luta do que a angústia da paz, de saber que a gente sempre vai continuar na situação de miséria", comenta Cláudio Bonfim do comitê baiano contra a ALCA. Com resistência, força e o grito de guerra: "A juventude é força, é organização, estuda a realidade para fazer a revolução", aquele povo sonha, apenas, em ter um lugar onde morar. ■

PERSONAGENS DA

AMÉRICA LATINA

Dona Maria, 40 anos, solteira, mãe de dois filhos. Participou das reuniões e está no loteamento desde o início. Desempregada, vende P.F's na 'América Latina' ao preço simbólico de R\$1,00 e cafezinho a R\$0,10. "Se vendo dois pratos de comida, fico com um para mim. Na verdade esse comércio não me rende nada, apenas a felicidade de matar a fome de um outro alguém", diz a senhora, sorridente.

PRATO DO DIA: Saladinha, feijão, arroz e carne.

Dona Fátima mantém em seu barraco toda uma gama de eletrodomésticos, desde televisão até tanquinho para lavar roupas. Com trinta anos, ela é mãe de dois filhos e diz que o sucesso da ocupação ficará a cargo da união: "Ou a gente vai ter uma casa digna ou nada. O importante é lutar e não pensar só em mim, mas nos meus filhos". Dona Fátima quer uma atitude mais rápida da Prefeitura.

Dona Márcia é paulista, trinta e três anos, tem um casal de filhos. Resolveu voltar para o estado natal do marido, Alagoas, após a morte de sua mãe. Deixou em São Paulo a irmã e de passagem por Vitória da Conquista, soube da ocupação e resolveu ficar com o marido. O casal sobrevive com o dinheiro que o pai da família ganha catando papelão na rua.

ANEXO 2 – DOCUMENTOS OFICIAIS CITADOS NA TESE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

LEI Nº 11.628 DE 14 DE MAIO DE 2001.
(publicada no DOE nº 91, de 15 de maio de 2001)

Institui o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica criado o Programa Frentes Emergenciais de Trabalho destinado ao resgate dos vínculos social e produtivo de trabalhadores desempregados do Estado e à promoção de melhorias das condições de vida em comunidades em situação de vulnerabilidade, por meio de ações articuladas entre o Poder Público e as entidades comunitárias e sociais.

Art. 2º - Para a consecução dos seus objetivos, o Programa priorizará o atendimento de situações de emergência de interesse das comunidades locais, mediante os órgãos públicos que as atendam.

Art. 3º - A participação do beneficiário no Programa, limitada a uma pessoa por família, será definida em regulamento, observadas as seguintes prioridades:

- I- estar em situação de desemprego;
- II- residir na comunidade onde o Programa será executado;
- III- ter a idade mínima de dezesseis anos.

Parágrafo único - Consideram-se abrangidos, pelo disposto no inciso I deste artigo, aqueles que tenham sido atingidos por calamidades públicas, graves frustrações de safra agrícola ou de pesca e outras situações extremas que os coloquem em condição de vulnerabilidade social.

Art. 4º - Havendo maior demanda de participantes do que o total de vagas, a preferência de acesso, pela ordem, será para:

- I- mulheres-chefes de família;
- II- maior tempo de desemprego;
- III- família com maior número de integrantes com idade inferior a dezesseis anos e superior a sessenta anos;
- IV- família com integrantes portadores de necessidades especiais ou doença crônica;
- V- família com menor renda per capita.

Art. 5º - Os participantes do Programa terão direito, pelo prazo de até seis meses, podendo ser renovado conforme necessidades e demandas, a:

- I- bolsa-auxílio mensal, no valor de um salário mínimo;
- II- auxílio-alimentação;

- III- cursos de qualificação profissional;
- IV- Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- V- apólice de seguro;
- VI- acompanhamento técnico para a identificação de oportunidades de inserção produtiva e para a constituição de empreendimentos destinados a auto-sustentação;
- VII- encaminhamento para o trabalho por meio do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Art. 6º - VETADO.

Art. 7º - Para execução do Programa, o Estado poderá realizar convênios com municípios.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento do Estado crédito suplementar no valor de R\$ 3.041.064,00 (três milhões, quarenta e um mil, sessenta e quatro reais), com a seguinte classificação orçamentária:

| | |
|--|---------------------|
| SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 2101.11033400731.405 - PROMOÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| - TESOUREO-LIVRES | 3.041.064.00 |
| TOTAL | <u>3.041.064.00</u> |

Art. 9º - O crédito a que se refere o artigo anterior será coberto, em igual valor, pela previsão de excesso de arrecadação de receitas correntes do Estado para o presente exercício.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias, contados da data da sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 14 de maio de 2001.

FIM DO DOCUMENTO

